

**DO RURAL AO URBANO: ABORDAGENS SOBRE AS  
MUDANÇAS NOS PADRÕES ALIMENTARES DE  
MORADORES DE ÁREAS DE ASSENTAMENTOS  
RURAIS DO AMAZONAS**

**CINTHYA MARTINS JARDIM**





**UFAM**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E  
CULTURA NA AMAZÔNIA  
DOUTORADO**



---

**CINTHYA MARTINS JARDIM**

**DO RURAL AO URBANO: ABORDAGENS SOBRE AS MUDANÇAS  
NOS PADRÕES ALIMENTARES DE MORADORES DE ÁREAS  
DE ASSENTAMENTOS RURAIS DO AMAZONAS**

**LINHA 2 – REDES, PROCESSOS E FORMAS DE CONHECIMENTO**

**MANAUS  
2018**

**CINTHYA MARTINS JARDIM**

**DO RURAL AO URBANO: ABORDAGENS SOBRE AS MUDANÇAS  
NOS PADRÕES ALIMENTARES DE MORADORES DE ÁREAS  
DE ASSENTAMENTOS RURAIS DO AMAZONAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA/UFAM, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora. Linha de Pesquisa 2: Redes, processos e formas de conhecimento.

**Orientador:** Prof. Dr. José Aldemir de Oliveira

**MANAUS  
2018**

## Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

J37d Jardim, Cinthya Martins  
Do rural ao urbano: Abordagens sobre as mudanças nos padrões alimentares de moradores de áreas de assentamentos rurais do Amazonas / Cinthya Martins Jardim. 2018  
278 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: José Aldemir de Oliveira  
Coorientadora: Gabriela Bielefeld Nardoto  
Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) -  
Universidade Federal do Amazonas.

1. Amazônia. 2. Assentamentos rurais. 3. Padrões alimentares. 4. Segurança alimentar. I. Oliveira, José Aldemir de II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

**CINTHYA MARTINS JARDIM**

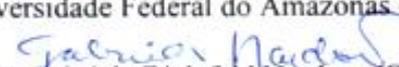
**DO RURAL AO URBANO: ABORDAGENS SOBRE AS MUDANÇAS NOS  
PADRÕES ALIMENTARES DE MORADORES DE ÁREAS DE ASSENTAMENTOS  
RURAIS DO AMAZONAS**

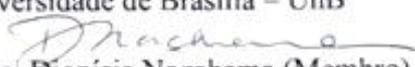
Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA/UFAM, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora. Linha de Pesquisa 2: Redes, processos e formas de conhecimento. Orientador: Prof. Dr. José Aldemir de Oliveira.

Aprovada em: 22/06/2018

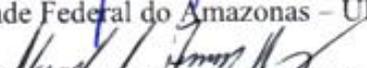
**BANCA EXAMINADORA**

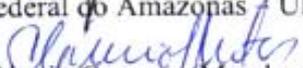
  
Prof. Dr. José Aldemir de Oliveira (Presidente)  
Universidade Federal do Amazonas - UFAM

  
Prof. Dra. Gabriela Bielefeld Nardoto (Coorientadora)  
Universidade de Brasília - UnB

  
Prof. Dra. Dionisia Nagahama (Membro)  
Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia - INPA

  
Prof. Dra. Raquel Wiggers (Membro)  
Universidade Federal do Amazonas - UFAM

  
Prof. Dr. Manoel de Jesus Masulo (Membro)  
Universidade Federal do Amazonas - UFAM

  
Prof. Dr. Gláucio Campos (Membro)  
Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Prof. Dra. Therezinha Fraxe (Suplente)  
Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Prof. Dra. Rosemara Staub de Barros Zago (Suplente)  
Universidade do Estado do Amazonas - UEA

**MANAUS  
2018**

Dedico esta tese à **Deutista Ferreira de Matos, minha inesquecível Deuquinha** (*in memoriam*), avó querida, que partiu para o plano espiritual sem poder compartilhar a alegria desta conquista. Na certeza de que os cuidados por ela a mim dedicados deixaram em meu coração sementes eternizadas sobre a importância do amor-doação para com os filhos do coração, exemplos de acolhida e de zelo para com aqueles que sempre precisam de nossos cuidados e, sobretudo, a boa vontade em partilhar o pouco alimento por ela preparado na simplicidade de uma cozinha de madeira. Tais eventos, recordados em vários momentos da construção deste trabalho, por traduzirem lembranças inesquecíveis de minha infância, as quais foram marcadas pelas alegrias do “estar juntos” nas comensalidades.

## AGRADECIMENTOS

À Santíssima Trindade (Pai, Filho e Espírito Santo), que me inspirou na construção deste trabalho, amparando-me, confortando-me, fortalecendo-me e trazendo-me a certeza de que nunca estarei só.

Aos meus pais, José Aluizio Martins e Maria do Carmo Martins, por terem encaminhado minha vida pelos rumos da educação, pois esta foi a maior herança que vocês poderiam me deixar. Obrigada por tudo!

À Vitória Martins Jardim, por me ensinar todos os dias a colocar em prática os caminhos do amor doação e do zelo para com quem amamos, fazendo-me entender que só nos tornamos verdadeiramente guerreiras quando nos tornamos mães. Foi o amor que sinto por você que me deu força para chegar até aqui.

À Elisiane Jardim e Andreyra Cabral, presentes de Deus e filhas do coração, que vieram para somar em minha vida como eternas parceiras, colaboradoras e encorajadoras nos momentos difíceis. Obrigada pelo colo, pelos conselhos e por (de vez em sempre) enxugarem meu choro quando ele insistia em permanecer.

A José Ricardo Vianna da Cruz, meu “bom José”, por todo apoio e incentivo nessa jornada e por ter me ensinado a entender que nessa vida sempre é importante “fazer valer a pena cada verso daquele poema sobre **acreditar**”.

Ao Prof. Dr. José Aldemir de Oliveira, orientador e acima de tudo admirável educador, gratidão por solidarizar seus conhecimentos comigo pela segunda vez, confiando em meu potencial, resgatando-me à vida acadêmica e oportunizando-me mais um desafio no campo científico.

À Profa. Dra. Gabriela Nardoto, por um dia, ainda em 2012, ter se disponibilizado a ouvir minha proposta de projeto, ter somado novos olhares no campo do conhecimento científico, abrindo, assim, os caminhos para que este trabalho se concretizasse.

Aos meus manos, Sandro Martins, Kezya Siméia Martins e Luciana Martins, obrigada pelas preces, compreensão e pelas palavras de incentivo a mim dedicadas.

À France Souza e Martim Souza, primos-irmãos pelo suporte espiritual nesta caminhada e à Geysa Fernanda Oliveira, pelas análises no campo da estatística encontradas neste trabalho.

À Secretaria de Estado de Educação e Cultura do Amazonas (SEDUC) e à Coordenação Regional de Nova Olinda do Norte, em especial ao Prof. Euler Eleotério, por permitirem a abertura dos caminhos legais que me proporcionaram apoio na liberação das atividades laboriais para a realização desse estudo.

À Universidade Federal do Amazonas (UFAM), aos professores da turma de Doutorado 2014 do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA) e, em especial, às colegas da turma: Nara Maciel, Ivamar Moreira, Telma Verçosa e Edith Santos, pela cumplicidade, risos soltos, incentivos, aconselhamentos, produções acadêmicas, “caronas” e solidariedade para comigo nos dias difíceis.

À Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), pela concessão da bolsa de estudos fundamental para custear as despesas das atividades acadêmicas realizadas nesta empreitada.

À Coordenação do Curso de Geografia da Universidade Federal do Amazonas (DEGEO/UFAM – PARFOR), à Coordenação dos Cursos de Geografia e de Pedagogia da Universidade do Estado do Amazonas (UEA – PARFOR), à Coordenação do Curso Modular de Geografia da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), pela oportunidade de ampliação das experiências de docência no Ensino Superior.

Aos integrantes do Núcleo de Pesquisas das Cidades da Amazônia Brasileira (NEPECAB), pelos encontros e diálogos em clima de companheirismo, que me trouxeram grandiosas contribuições no campo do conhecimento, e a felicidade por ter me tornado parte da “família NEPECAB”. Em especial, à Gercicley Rodrigues, pela paciência e auxílio nos dias de *correria*.

À Profa. Dra. Tatiana Schor, do Projeto CNPq: “Segurança alimentar, a vulnerabilidade hidrológica e comércio: um estudo-diagnóstico do papel das Vilas na microrregião do Solimões”, por colaborar com a instrumentalização da pesquisa.

À Profa. Dra. Paola Verri de Santana, do Projeto Universal FAPEAM: “O direito à cidade e a presença de políticas públicas em cidades no Amazonas”, por colaborar com a pesquisa para a realização dos trabalhos de campo.

Ao Laboratório de Relações Solos e Plantas do Instituto de Biologia, Departamento de Ecologia da UnB, pela acolhida e partilha dos conhecimentos no campo da Ecologia. Em especial, à Thiago Kisaga, pela paciência ao direcionar-me a novos conhecimentos.

À Equipe que colaborou com os trabalhos de campo realizados nos assentamentos, auxiliando na coleta de dados e informações: Ingrid Silva de Freitas, Renata de Souza Santos, Nayandra Pereira Valente, Valéria Mesquita, Geiciane Duarte Vicente, Andrey Cabral, Andrey Cabral e Marcela Regina Coêlho. Em especial, à Nagila Situba, por compartilhar comigo os grandes desafios nos processos de construção desse trabalho.

Meus sinceros agradecimentos a todas às famílias do PDS Costa do Caldeirão, área de várzea, por colaborarem com informações e doação das amostras de unhas, pela acolhida e pela troca de conhecimentos que tanto enriqueceram este trabalho. Em especial, à Renata de Souza Santos, Francisco Marivan de Amorim e Caio Santos, pela acolhida em sua moradia nas semanas que realizamos os trabalhos de campo nesse assentamento.

Estendendo esses sentimentos de apreço também a todas às famílias do PA Paquequer, área de terra firme, por colaborarem com informações e doação das amostras de unhas, pela receptividade e pela partilha de conhecimentos que enriqueceram este trabalho. Em especial, à família do senhor José Ferreira dos Santos e de dona Raimunda Gonçalves dos Santos, Lote Pai e Filho, que acolheu carinhosamente a nossa equipe de pesquisa durante a realização dos trabalhos de campo. E à Prof<sup>a</sup>. Socorro Paiva pela acolhida em sua residência nos dias em que os trabalhos de campo se realizaram na cidade de Nova Olinda do Norte.

Finalizando, embora não apareçam citados todos os nomes das pessoas que colaboraram direta ou indiretamente com a construção deste trabalho, será sempre enorme a minha

gratidão a todos vocês, que de algum modo cederam seu tempo, seu espaço, suas histórias de vida e depoimentos aqui registrados, os quais se tornaram ricas contribuições nesse desfecho.

A pesquisa recebeu apoio de financiamentos dos seguintes projetos:

- 1) Cidades amazônicas: dinâmicas espaciais, rede urbana local e regional – PROGRAMA DE APOIO A NÚCLEOS DE EXCELÊNCIA – PRONEX/FAPEAM/CNPq;
- 2) O direito à cidade e a presença de políticas públicas em cidades no Amazonas – financiado pela FAPEAM – Programa Universal;
- 3) Bolsa de doutorado da Fundação de Apoio à pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM, no período de 01/06/2014 a 07/03/2018 do Programa de Apoio à Formação de Recursos Humanos Pós-Graduados para o Interior do Estado do Amazonas – EDITAL N. 003/2014 – RH-INTERIORIZAÇÃO – FLUXO CONTÍNUO.

*Todas as vitórias ocultam uma abdicação. Em todas as lágrimas há uma esperança. O presente não é um passado em potência, ele é o momento da escolha e da ação. Não se pode escrever nada com indiferença (Simone de Beauvoir).*

## RESUMO

A tese apresenta abordagens sobre as mudanças nos padrões alimentares encontradas no cotidiano de moradores de várzea e de terra firme residentes em áreas de assentamentos rurais do Amazonas. A análise é focada nas ações das políticas públicas nacionais direcionadas para segurança alimentar, reforma agrária e o programa de geração de renda conhecido como Bolsa Família, em dois assentamentos do INCRA. O primeiro localizado na área de várzea, no município de Manacapuru, Assentamento Costa do Caldeirão, modalidade PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável) e o segundo na área de terra firme, localizado no município de Nova Olinda do Norte, no Assentamento Paquequer, modalidade PA (Projeto de Assentamento Federal). Os estudos realizados nestas áreas permitiram levantar informações geográficas, das condições ambientais, socioeconômicas, culturais e, principalmente o reconhecimento de que forma as políticas públicas analisadas influenciam na concentração do aumento de renda familiar, nas relações de mercado, nas atividades da agricultura familiar e no consumo de alimentos industrializados por parte dos assentados e na relação dos mesmos com o mercado. A pesquisa foi realizada em dois momentos: nos períodos da enchente e da vazante dos rios e envolveu 70 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em cada um dos assentamentos, proporcionando um N Amostral de 280 participantes. Para identificar as mudanças no padrão alimentar dos entrevistados, foram realizadas três abordagens metodológicas, que consistiram na coleta de informações com a aplicação de formulários do R24h (Método Recordatório de 24 horas); no preenchimento do QFA (Questionário de Frequência Alimentar); e nas análises das proporções isotópicas de Carbono ( $\delta^{13}\text{C}$ ) e de Nitrogênio ( $\delta^{15}\text{N}$ ) identificadas na queratina das unhas dos entrevistados. Os resultados das análises isotópicas variam de acordo com o maior ou menor consumo de alimentos *in natura*, processados ou ultraprocessados encontrados nas dietas dos participantes. A pesquisa permitiu avaliar as relações entre o rural e o urbano nos períodos de enchente e vazante dos rios, associando esses momentos ao processo de transição dos padrões alimentares vivenciados no cotidiano da população assentada, apontando como resultado, a existência de mudanças encontradas nos padrões alimentares dos participantes com o abandono progressivo do cardápio local e a adoção de dieta urbana baseada no consumo de comida processada e ultraprocessada.

**Palavras-chave:** Amazônia; Assentamentos rurais; Padrões alimentares; Segurança alimentar.

## ABSTRACT

The dissertation presents approaches on the changes concerning food patterns found in the daily life of lowland and dry land dwellers living in the rural settlements in Amazonas. This analysis points out the actions of the national public policies related to food security, agrarian reform and *Bolsa Família*, the income generation program, in two settlements of the *Instituto Nacional de Colonização e Reforma INCRA*. The first settlement is located in the floodplain area, in Manacapuru, and it is called Costa do Caldeirão, SDP (Sustainable Development Project) and the second area is located in *Nova Olinda do Norte*, in Paquequer settlement, FSP (Federal Settlement Project). The studies carried out in these areas have allowed collecting geographic information, environmental, socioeconomic and cultural conditions, and especially, recognition of the way these public policies influence the increase family income, market relations, family farming activities and consumption of processed foods by the settlers and their relationship with the market. The research was carried out in two moments; in the flood and river ebb periods, and involved seventh families benefited from *Bolsa Família Program* in each of the settlements, providing an A Sample of two hundred and eighty participants. In order to identify changes in the dietary pattern of the interviewees, three methodological approaches were carried out, such as: collecting information with R24h application forms (24-hour Reminder Method), filling in the FFQ (Food Frequency Questionnaire) and analyzing isotopic proportions of Carbon ( $\delta^{13}\text{C}$ ) and Nitrogen ( $\delta^{15}\text{N}$ ) identified in the keratin of participants' nails. The results of the isotopic analyzes vary according to the greater or lesser consumption *in natura*, processed or ultraprocessed foods found in the participants' diets. The research allowed to evaluate the relationship between life in the city and life in the countryside in the periods of flood and ebb of the rivers, associating these moments with the process of transition of food patterns experienced in the daily life of the settled population, pointing as a result, the existence of changes found in the dietary patterns of the participants with the progressive abandonment of the local menu and the adoption of an urban diet based on the consumption of processed and ultraprocessed food.

**Keywords:** Amazon; Rural settlements; Food patterns, Food security.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> A salga do peixe para o consumo alimentar e o acesso ao “mundo global” com o uso da parabólica. Lote localizado no assentamento Paquequer – Nova Olinda do Norte - AM.....	39
<b>Figura 2:</b> O uso dos jirais para a manutenção dos jardins nas moradias do Assentamento Costa do Caldeirão – Igarapé do Lago Preto – Manacapuru-AM, durante o período de enchente.....	46
<b>Figura 3:</b> Cultivo temporário agrícola e o uso dos jirais no Assentamento Costa do Caldeirão – Igarapé do Lago Preto – Manacapuru-AM, durante o período de enchente.....	48
<b>Figura 4:</b> Processos que envolvem o preparo da mandioca para “amolecer” a raiz e fazer a farinha. Lotes do Assentamento Paquequer – Nova Olinda do Norte – AM.....	52
<b>Figura 5:</b> O uso da mandioca e seus derivados na mesa dos assentados – PA Paquequer e PDS Costa do Caldeirão.....	71
<b>Figura 6:</b> Tacacá servido na cuia, com a goma e o tucupi temperado, cebolinha e camarão.....	72
<b>Figura 7:</b> Aspectos da cozinha nas moradias dos assentados.....	74
<b>Figura 8:</b> Origem dos participantes da pesquisa – PDS Costa do Caldeirão.....	106
<b>Figura 9:</b> Ciclo das atividades agrícolas do cultivo de maracujá realizado pelos moradores do assentamento PDS Costa do Caldeirão como uma forma de aproveitar o tempo para colher, semear e plantar.....	107
<b>Figura 10:</b> Paisagem alagada de várzea e as cercas das plantações de maracujá na Comunidade São Francisco/AM.....	113
<b>Figura 11:</b> À direita, plantio de maracujá consorciado com feijão de corda e a esquerda, a opção de realizar o plantio de unico produto agrícola, Comunidade São Francisco-AM.....	117
<b>Figura 12:</b> Moradia no Igarapé do Lago Preto – Comunidade São Francisco – Assentamento PDS Costa do Caldeirão, Manacapuru/AM.....	119
<b>Figura 13:</b> Uso do assoalho na moradia dos assentados do Igarapé do Lago Preto na Comunidade São Francisco – Assentamento PDS Costa do Caldeirão, Manacapuru – Amazonas.....	120
<b>Figura 14:</b> Equipamentos da cozinha e eletroeletrônicos encontrados nas moradias dos assentados de várzea.....	122
<b>Figura 15:</b> Aspectos do interior das salas encontradas nas moradias e os aparelhos eletrônicos do PDS Costa Caldeirão-AM.....	123
<b>Figura 16:</b> Origem dos participantes da pesquisa – PA Paquequer.....	127
<b>Figura 17:</b> Entrada do Assentamento Paquequer - AM, km 13, Vicinal Curupira.....	130
<b>Figura 18:</b> Lote Pai e Filho.....	131
<b>Figura 19:</b> Equipamentos da cozinha e eletroeletrônicos encontrados nas moradias dos assentados de terra firme.....	132
<b>Figura 20:</b> Aspectos das condições de moradia encontradas no PA Paquequer-AM.....	133
<b>Figura 21:</b> Comparativo do consumo e venda da produção de alimentos entre os dois assentamentos.....	135
<b>Figura 22:</b> Ciclo das atividades agrícolas do cultivo do Abacaxi e da Macaxeira realizadas pelos moradores do Assentamento PA Paquequer-AM.....	136
<b>Figura 23:</b> Momentos da enchente de 2015 na vicinal PA Paquequer-AM e a mesma paisagem no período da vazante em 2016.....	138
<b>Figura 24:</b> Escolas que atendem os alunos do PA Paquequer-AM.....	142
<b>Figura 25:</b> Escolaridade dos participantes da pesquisa nas áreas de várzea e terra firme.....	154
<b>Figura 26:</b> Percentual da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA.....	166

<b>Figura 27:</b> Utilização da renda do PBF por ordem de prioridade.....	182
<b>Figura 28:</b> Informações sobre a alimentação dos assentados entrevistados antes de receberem o benefício do Programa Bolsa Família.....	191
<b>Figura 29:</b> Distribuição total dos valores de proporções isotópicas estáveis encontradas nas amostras de unhas dos assentados ( $\delta^{13}\text{C}$ e $\delta^{15}\text{N}$ ).....	200
<b>Figura 30:</b> Comparação dos valores de $\delta^{15}\text{N}$ nas unhas dos voluntários entre terra firme e várzea na enchente e na vazante.....	201
<b>Figura 31:</b> Comparação dos valores de $\delta^{13}\text{C}$ das unhas dos voluntários entre terra firme e várzea na enchente e na vazante.....	202
<b>Figura 32:</b> Proporção de alimentos consumidos e registrados no QFA dos moradores do assentamento de várzea.....	203
<b>Figura 33:</b> Proporção de alimentos consumidos e registrados no QFA dos moradores do assentamento de terra firme.....	204
<b>Figura 34:</b> Lotes onde se encontram venda de produtos industrializados na várzea.....	206
<b>Figura 35:</b> Produtos industrializados encontrados nas tabernas do assentamento de terra firme.....	207
<b>Figura 36:</b> Comparativos do consumo de proteínas identificadas no QFA dos assentados de várzea e de terra firme na enchente e na vazante.....	208
<b>Figura 37:</b> Dados comparativos do R24h na dieta realizada no desjejum.....	209
<b>Figura 38:</b> Dados comparativos do R24h na dieta do desjejum: consumo de alimentos tradicionais.....	210
<b>Figura 39:</b> Dados comparativos do R24h na merenda dos assentados.....	212
<b>Figura 40:</b> Dados comparativos do R24h no almoço dos assentados.....	213
<b>Figura 41:</b> Dados comparativos do R24h no jantar dos assentados.....	214
<b>Figura 42:</b> Transporte do rancho realizado em Manacapuru – PDS Costa do Caldeirão.....	215
<b>Figura 43:</b> Correlação dos resultados isotópicos ( $\delta^{13}\text{C}$ e $\delta^{15}\text{N}$ ) das unhas dos voluntários da várzea para enchente e vazante.....	219
<b>Figura 44:</b> Correlação dos resultados isotópicos ( $\delta^{13}\text{C}$ e $\delta^{15}\text{N}$ ) das unhas dos voluntários da terra firme para enchente e vazante.....	220
<b>Figura 45:</b> Correlação dos valores isotópicos ( $\delta^{13}\text{C}$ e $\delta^{15}\text{N}$ ) identificados em 2011 por Nardoto <i>et. al.</i> (símbolos em preto), com os valores encontrados na várzea e na terra firme neste estudo (símbolos coloridos).....	223
<b>Figura 46:</b> Doenças associadas à dieta alimentar na várzea.....	226
<b>Figura 47:</b> Doenças associadas à dieta alimentar na terra firme.....	228

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b> Informações Gerais sobre os Assentamentos Pesquisados.....	101
<b>Tabela 2:</b> Classificação isotópica de acordo com as fontes de nutrientes ingeridos na dieta.....	197
<b>Tabela 3:</b> Estatística descritiva dos valores das amostras das unhas: valores das médias e Desvio Padrão (DP) de $\delta^{13}\text{C}$ e $\delta^{15}\text{N}$ das unhas dos voluntários tanto na várzea quanto na terra firme nos períodos da vazante e da enchente no Amazonas.....	199
<b>Tabela 4:</b> Alimentos industrializados comprados com o recurso do PBF na terra firme..	217
<b>Tabela 5:</b> Alimentos industrializados comprados com o recurso do PBF na várzea.....	218
<b>Tabela 6:</b> Dados das doenças identificadas no assentamento de várzea associadas à dieta alimentar.....	225
<b>Tabela 7:</b> Dados das doenças identificadas no assentamento de terra firme associadas à dieta alimentar.....	227

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 1:</b> Localização da área de estudo no estado do Amazonas.....	81
<b>Mapa 2:</b> Modalidades de projetos de assentamentos criados pelo INCRA no Amazonas.....	99
<b>Mapa 3:</b> Localização da área de estudo na Várzea.....	105
<b>Mapa 4:</b> Divisão do PDS Costa do Caldeirão no município de Manacapuru/AM.....	112
<b>Mapa 5:</b> Localização da área de estudo na Terra firme.....	128
<b>Mapa 6:</b> Mapa da vulnerabilidade à desnutrição no Amazonas – AM/Região Norte.....	164

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACS	Agentes Comunitários de Saúde
ADAF	Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas
ADS	Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas
AFPAP	Associação dos Agricultores, Agricultoras e Familiares do Projeto de Assentamento Paquequer
ANP	Agência Nacional do Petróleo
APRAP	Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Paquequer
ATER	Serviço de Assistência Técnica
BASA	Banco da Amazônia S/A
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CADSUS	Sistema de Cadastramento de usuários do SUS
CadÚnico	Cadastro Único para Programas Sociais
CAISAN	Câmara Interministerial de Segurança alimentar e Nutricional
CAISAN-AM	Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional do Amazonas
CCDRU	Contrato de Concessão de Direito Real de Uso
CCU	Contrato de Concessão de Uso
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEDRS	Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável
CENA	Centro de Energia Nuclear na Agricultura
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
COMAGAFA	Cooperativa Mista Agropecuária de Agricultura Familiar de Nova Olinda do Norte
NON	
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CRAS	Centros de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializada de Assistência Social
DAP	Declaração de Aptidão
DCNT	Doenças Crônicas Não Transmissíveis
DE	Diretoria de Gestão Estratégica
DEA	Coordenação Geral de Monitoramento e Avaliação da Gestão
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
EAD	Educação à Distância
EBIA	Escala Brasileira de Insegurança Alimentar
ENSP	Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ESALQ	Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz
FBSAN	Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional
FAEA	Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Amazonas
FAO	Organização da Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FETAGRI	Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
FLOE	Floresta Estadual
FLONA	Floresta Nacional
IA	Insegurança Alimentar
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDAM	Instituto de Desenvolvimento Agrário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas

IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INAN	Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição
INCRA	Instituto Nacional da Reforma Agrária
INSAN	Insegurança Alimentar
IPAAM	Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ITEAM	Instituto de Terras do Amazonas
LOSAN	Lei de Segurança Alimentar e Nutricional
MCTIC	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do Brasil
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MRE	Ministérios das Relações Exteriores
MESA/MDSA	Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome
MS	Ministério da Saúde
MST	Movimento dos Sem Terra
NBCal	Norma Brasileira para Comercialização de Alimentos para Lactantes e Crianças de Primeira Infância, Bicos, Chupetas e Mamadeiras
NEPECAB	Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades na Amazônia
NIS	Número de Identificação Social
NUTRISSAN	Nutrição, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras/AM
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
P1MC	Programa Um Milhão de Cisternas
PA	Projetos de Assentamentos
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAC	Programa de Consolidação e Emancipação (Auto-Suficiência)
PAC	Projetos de Assentamento Conjunto
PAD	Projetos de Assentamento Dirigido
PDA	Planos de Desenvolvimento do Assentamento
PAE	Projetos de Assentamento Agroextrativista
PAF	Projetos de Assentamento Florestal
PAIF	Proteção e Atendimento Integral à Família
PAM	Projeto de Assentamento Municipal
PANC (s)	Plantas Alimentícias Não Convencionais
PAP	Projetos de Colonização Particular
PAQ	Assentamentos Quilombolas
PAR	Projetos de Assentamento Rápido
PBF	Programa Bolsa Família
PC	Projetos de Colonização Oficial
PCA	Projeto de Assentamento Casulo
PCT	Programa Nacional de Crédito Fundiário
PCTs	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
PDAS	Projeto Descentralizado de Assentamento Sustentável
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PDS	Projeto de Desenvolvimento Sustentável

PE	Projeto de Assentamento Estadual
PeNSE	Pesquisa Nacional de Saúde Escolar
PESAN-AM	Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Amazonas
PETROBRAS	Petróleo Brasileiro S.A
PIB	Produto Interno Bruto
PIC	Projetos Integrados de Colonização
PIN	Programa de Integração Nacional
PLANSAN	Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAN	Política Nacional de Alimentação e Nutrição
PNAPO	Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNRA	Programa Nacional de Reforma Agrária
PNSAN	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
PREME	Programa de Regionalização de Alimentos
PROCERA	Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da agricultura Familiar
QFA	Questionário de Frequência Alimentar
R24h	Recordatório 24 horas
RDS	Reservas de Desenvolvimento Sustentável
RESEX	Reservas Extrativistas
RMM	Região Metropolitana de Manaus
RNP	Rede Nacional de Ensino e Pesquisa
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SCVF	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo Familiar
SEAS	Secretaria de Estado da Assistência Social
SEDUC	Secretaria do Estado de Educação do Amazonas
SEFAZ	Secretaria do Estado da Fazenda
SEJUSC	Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania
SEMA	Secretaria de Estado do Meio Ambiente
SEMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
SEPLAN	Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Governo do Estado do Amazonas
SEPLANCTI	Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação
SEPROR	Secretaria de Estado da Produção Rural
SIPRA	Sistema de Informações de Projetos da Reforma Agrária
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SISVAN	Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional
SSAN	Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUS	Sistema Único de Saúde
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UnB	Universidade Nacional de Brasília
USP	Universidade de São Paulo
TCLE	Termo de Concordância Livre e Esclarecido

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	21
CAPÍTULO 1 – ABORDAGENS SOBRE OS NOVOS PADRÕES ALIMENTARES: TRADIÇÃO E (IN) SEGURANÇA ALIMENTAR NA AMAZÔNIA.....	28
1.1 Transição alimentar e (in)segurança alimentar do rural ao urbano na Amazônia.....	33
1.2 Hábitos alimentares, identidades regionais e práticas cotidianas no preparo do alimento amazônico.....	41
1.3 O uso do tempo e a comida fazendo história na Amazônia.....	55
CAPÍTULO 2 – A REFORMA AGRÁRIA E OS ASSENTAMENTOS RURAIS NA AMAZÔNIA: AS TERRITORIALIDADES LOCAIS.....	77
2.1 Dimensões do espaço vivido nas especificidades urbanas e rurais amazônicas.....	78
2.2 Projetos de reforma agrária no Amazonas: os projetos de colonização fundiária e o acesso à terra.....	87
2.3 O PDS Costa do Caldeirão: campesinato das águas no Amazonas.....	104
2.4 O PA Paquequer: campesinato da floresta no Amazonas.....	125
CAPÍTULO 3 - AS POLÍTICAS PÚBLICAS NACIONAIS: PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SAN).....	145
3.1 Ações sociais direcionadas ao combate à fome no Brasil e as políticas nacionais de SAN.....	146
3.2 O sistema nacional de segurança alimentar e nutricional e as singularidades do Amazonas.....	163
3.3 A qualidade da alimentação e a sustentabilidade: os desafios da contemporaneidade.	178
CAPÍTULO 4 – COMPORTAMENTOS ALIMENTARES ATUAIS NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DO AMAZONAS: EVIDÊNCIAS DO URBANO COM A HOMOGENEIZAÇÃO DA DIETA.....	187
4.1 O Programa Bolsa Família: acesso à alimentação de qualidade?.....	188
4.2 Abordagens metodológicas utilizadas para avaliar o consumo alimentar dos assentados: correlações entre R24h, QFA e proporções isotópicas de Carbono e Nitrogênio.....	193
4.3 O consumo alimentar amparado nos resultados da análise isotópica de $\delta^{13}\text{C}$ e de $\delta^{15}\text{N}$ das unhas, R24h e QFA.....	196
4.4 Comparação entre várzea e terra firme no contexto histórico da transição nutricional vivenciada na Amazônia: mudanças ou permanências?.....	219
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	230
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	236
ANEXOS.....	260

## INTRODUÇÃO

*“A alma da fome é política”.*  
(Herbert José de Souza, “Betinho”)

A pesquisa de tese aborda as mudanças nos padrões alimentares dos moradores de áreas de assentamentos rurais localizados em ambientes de várzea e de terra firme do Amazonas. A ideia de desenvolver um trabalho de pesquisa relacionado à alimentação atualmente consumida na estrutura do cotidiano familiar dos assentados surgiu da necessidade de entender como a ética do cuidado no preparo e no consumo do alimento foi se estabelecendo inversamente oposta às comensalidades que envolvem esses momentos, pois à medida em que as relações de mercado e as dimensões do modo de vida urbano passam a se estabelecer nas sociedades rurais, essas relações envolvem o sistema simbólico de códigos sociais capazes de revelar como se apresentam na atualidade as relações sociais e econômicas dos assentados com a natureza amazônica e o quanto dela, ainda, é utilizado para sua alimentação.

A pesquisa fundamentou-se nos estudos multidisciplinares que são desenvolvidos pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades na Amazônia Brasileira (NEPECAB) em parceria com a Universidade Nacional de Brasília (UnB) e com o Centro de Energia Nuclear na Agricultura (CENA/USP), onde foram feitas as análises das amostras de unhas. A abordagem da pesquisa é de caráter interdisciplinar, envolvendo conhecimentos científicos da Geografia, especificamente da Geografia da Saúde e da Geografia da Alimentação, da História, Antropologia, Sociologia, Ecologia, Química e das Políticas Sociais, pois estudos sobre os padrões alimentares de indivíduos de determinada região exigem o resgate dos processos históricos e etnográficos direcionados para a questão social, cultural, econômica, política, nutricional, geográfica e, principalmente, antropológica.

Por envolver pesquisa com seres humanos, a pesquisa de tese foi submetida ao CEP da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, desde 01 de outubro de 2015, tendo sido aprovado no dia 09 de junho de 2016 (versão 2) pelo Parecer 1.582.636, cadastrada com o número do CAAE: 54238016.1.0000.5020 (Anexo 1). O parecer informa que a pesquisa trata de uma abordagem sobre a mudança nos hábitos alimentares amazônicos, direcionada para assentamentos rurais localizados em áreas de terra firme e de várzea do Estado do Amazonas, mais precisamente na região do Rio Madeira, município de Nova Olinda do Norte, e do Rio Solimões, município de Manacapuru.

O objetivo geral da pesquisa identificou as mudanças e/ou permanências ocorridas nos padrões alimentares de populações beneficiárias do Programa Bolsa Família, residentes nas áreas dos assentamentos rurais pesquisados. Para tanto, foram estabelecidos como objetivos específicos analisar os processos de transição alimentar encontrados em dois assentamentos de várzea e de terra firme, na tentativa de entender as articulações das políticas públicas de reforma agrária aplicadas para a Amazônia e para o Amazonas nos momentos de criação de diferentes modalidades de assentamentos rurais associadas ao programa de geração de renda Bolsa Família e ao seu impacto no aumento do consumo de alimentos industrializados avaliados com base na análise isotópica identificada nas amostras de unhas dos assentados.

As perguntas objetivas que nortearam a problemática da pesquisa se efetivaram atreladas ao esclarecimento de dois questionamentos: o primeiro, direcionado para verificar possíveis mudanças na alimentação dos participantes, capazes de comprometer a segurança alimentar dos assentados de área de várzea, comparando essas mudanças com os assentados residentes em terra firme; e o segundo, questionando de que maneira as políticas públicas agrárias aplicadas pelo Estado, quando associadas aos programas de geração de renda como o Bolsa Família, podem influenciar nos processos de interdependência alimentar dos assentados e no consumo de produtos industrializados adquiridos na cidade.

O polo epistemológico da pesquisa estruturou-se amparado no materialismo histórico-dialético, tendo como método de análise o hipotético-dedutivo, baseado na observação e na experimentação da temática abordada. O desenvolvimento da pesquisa definiu-se tendo como caminho teórico-metodológico o auxílio das seguintes categorias de análise: território e territorialidade; cotidiano e modo de vida; uso do tempo; padrões alimentares e segurança alimentar; rural e urbano e, campesinato.

Na área de terra firme, a pesquisa realizou-se no Projeto de Assentamento Paquequer, pertencente ao município de Nova Olinda do Norte/AM, enquanto outra parte ocorreu no Projeto de Assentamento de Desenvolvimento Sustentável Costa do Caldeirão, área de várzea, localizado em Manacapuru/AM, realizando abordagem comparativa sobre os comportamentos alimentares encontrados nas duas áreas de estudo e investigando sobre os novos padrões alimentares vivenciados por seus moradores.

O município de Nova Olinda do Norte está localizado na margem direita do rio Madeira, a 126 km de Manaus e a 132 km, por via fluvial. A área do referido município onde foi realizado o estudo se denomina Projeto de Assentamento Paquequer, no quilômetro 13 da Vicinal do Curupira. Nesse assentamento residem 357 famílias assentadas, ocupando em média

14,316 hectares por unidade familiar. O Projeto de Assentamento Paquequer é classificado pelo INCRA como PA, configurando o modelo de assentamento tradicional. O assentamento encontra-se demarcado em área territorial muito maior, denominada imóvel Abacaxis e foi criado por meio da Portaria do INCRA SR (15) nº 112 de 27 de novembro de 1998, publicado no Diário Oficial da União nº 233 de 4 de dezembro de 1998, tendo sido fundado oficialmente em 5 de janeiro de 1999 e arrecadado por meio da Portaria INCRA/Distrito Federal – DF/Nº 269, de 30/11/1984, além de matriculado em nome da União, sob o nº 1.888, livro 2-2, folha 88/89, no Cartório de Registro de Nova Olinda do Norte.

Esse assentamento configura uma territorialidade criada pelo INCRA, de formação mais antiga, mas que apresenta maior dinamicidade na ocupação de seus lotes, pois nele se encontram muitas famílias migrantes, que não são originadas do município onde o assentamento está localizado. As principais dificuldades apontadas por essas famílias estão relacionadas à espacialidade onde se localiza o assentamento, alegando que a deficiência da infraestrutura da estrada compromete o tempo gasto para se deslocar até a cidade, principalmente no período das chuvas. Alguns assentados possuem motos e outras bicicletas e utilizam esses veículos para chegar até a cidade de Nova Olinda do Norte. Todavia, a maioria dos assentados depende da linha de ônibus coletivo, que circula diariamente pelo assentamento no horário da manhã a partir das seis horas, levando até a cidade os moradores que pretendem realizar seus afazeres. Há ligação permanente dos assentados com a cidade, e os motivos que impulsionam o deslocamento dos assentados até ela são associados à busca de atendimento médico, ao pagamento de contas, ao recebimento de aposentadoria e ao recebimento do benefício do Bolsa Família, recurso com o qual aproveitam para realizar as compras de bens alimentícios como biscoitos, açúcar, café, embutidos, arroz, ovo e frango congelado. Essa alimentação é por eles considerada prática, rápida e “torna-os” mais dependentes da cidade quando passam a se alimentar com produtos que não pertencem à sua produção agrícola.

Na área de várzea, a pesquisa realizou-se no município de Manacapuru, pertencente à região metropolitana de Manaus, localizado na margem esquerda do Rio Solimões. A área do assentamento estudado denomina-se Projeto de Desenvolvimento Sustentável Costa do Caldeirão e foi criada com a previsão de atender 350 unidades agrícolas familiares. Os estudos concentraram-se na Comunidade de São Francisco do Arapapá I, que possui 9 km de extensão, e nela residem 170 famílias. Esta comunidade está localizada à margem esquerda do Rio Solimões, com as seguintes coordenadas geográficas 3° 17' 25.51" S e 60° 24' 28.69" W.

O Assentamento Costa do Caldeirão pertence a uma área mais abrangente, pois inicia-se no município de Iranduba e estende-se até o município de Manacapuru. De acordo com o Art. 2º da Portaria nº 043, de 30 de dezembro de 2008, do INCRA, publicado no DOU 168 de 02/09/2009, a criação do PDS Costa do Caldeirão foi implantado pelo código SIPRA AM0125000, tendo sido regulamentado pela Superintendência Nacional de Desenvolvimento Agrário no Brasil. Esta mesma Portaria afirma que a criação desse assentamento realizado pelo INCRA, de acordo com o Art. 1º, aprovou a utilização de 1.719,7862 ha (hum mil e setecentos e dezenove hectares, setenta e oito ares e sessenta e dois centiares) para o uso dessas terras destinadas à produção agrícola familiar, sendo que destes, 422,0051ha pertenceriam ao município de Manacapuru e 1.297,7811 pertenceriam ao município de Iranduba.

O INCRA classifica essa modalidade de assentamento como PDS, configurando um modelo de assentamento recente que visa ao desenvolvimento sustentável das áreas de várzea amazônicas. É importante esclarecer que a ocupação realizada pelos moradores desse assentamento é anterior ao seu processo de criação legalizada pelo INCRA em 2008, pois os assentados já tinham vínculo com o lugar muito antes da criação oficial do PDS e os que não nasceram na comunidade foram para lá por terem contraído matrimônio com filhos dos primeiros moradores.

O vínculo com a cidade de Manacapuru dá-sede duas formas e revela as peculiaridades dos moradores das áreas de várzea amazônica. No período das cheias dos rios, é realizado pelo transporte fluvial via rio Solimões e, no período da vazante, o deslocamento é realizado via terrestre, com o uso de ônibus coletivo, que sai do assentamento às seis da manhã, pegando os moradores ao longo da estrada que corta o assentamento, passando pela comunidade Bela Vista e seguindo até Manacapuru para realizarem seus compromissos no centro da cidade, retornando para o assentamento às treze horas.

A metodologia utilizada na pesquisa apresenta-se dividida em três fases: no início foi realizada a análise bibliográfica e de documentação sobre o tema. Não há um capítulo específico com a análise da bibliografia levantada, pois a mesma se encontra diluída em todo o texto. A análise documental também permeia todo o trabalho, porém está mais concentrada no capítulo 3. O segundo momento da pesquisa consistiu no conhecimento da realidade por meio dos trabalhos de campo, com observação e anotações sistemáticas do cotidiano das famílias, aplicação de formulários para avaliar as condições de vida e os padrões alimentares nas duas áreas de assentamentos, em momentos distintos, marcados pela enchente e pela vazante dos rios na região. E no terceiro momento, com a aplicação da metodologia de caráter quantitativo e qualitativo, para avaliar os padrões alimentares no cotidiano dos assentados, com a

realização das entrevistas, aplicação de formulários e coleta das amostras de unhas dos assentados.

Os trabalhos de campo em Nova Olinda do Norte e Manacapuru foram realizados em momentos distintos, permitindo um estudo comparativo sobre as singularidades dos ambientes amazônicos encontradas nos dois assentamentos em períodos de cheia e vazante dos rios. Optou-se por obedecer ao regime das águas, que marcam o modo de vida nesses lugares, com a finalidade de observar o quanto esses momentos distintos no cotidiano dos assentados influenciaram o padrão alimentar dos entrevistados. Inicialmente participaram da pesquisa um universo de 150 famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, sendo 75 famílias em cada um dos assentamentos pesquisados. Desistiram de participar na segunda coleta de informações 10 participantes, 05 em cada área pesquisada. Nesse sentido, os dados apresentados nesta pesquisa conferem ao N Amostral total de 280 amostras coletadas no período de enchente e vazante nos dois assentamentos de 140 participantes de cada área pesquisada.

Foram realizados quatro trabalhos de campo em cada assentamento, os quais se apresentam explicados com detalhes no Capítulo 4. Antes da realização das entrevistas, foi entregue a carta-convite, solicitando a permissão de cada morador na participação da pesquisa. Informou-se sobre os objetivos e a finalidade da pesquisa, o nome dos pesquisadores com seus respectivos endereços e telefones e, após a concordância, foi entregue aos entrevistados um Termo de Concordância Livre e Esclarecido, para que os mesmos lessem e assinassem, comprovando que concordavam em participar da pesquisa (Anexos 3 e 4). Cada Termo de Concordância Livre e Esclarecido (TCLE) foi devidamente numerado com um código para manter a confidencialidade do entrevistado (001-A-V – 075-A-V e 001-A-TF a 075-A-TF, para as coletas realizadas na vazante; e 001-B-V – 075-B-V e 001-B-TF a 075-B-TF, para as coletas realizadas na enchente).

A entrevista e coleta das unhas foram realizadas com um morador(a) do assentamento, por unidade familiar, preferencialmente com o responsável pela família, independente do sexo, e, na ausência dele(a), foi realizado com o filho(a) mais velho(a) ou com a pessoa mais importante da família. Foram excluídos da participação na pesquisa os menores de 18 anos e os idosos que não eram chefes de família ou que tinham mais de 75 anos ou que estavam acamados ou enfermos. A coleta da unha foi feita logo após a realização da entrevista semiestruturada. Porém, é importante salientar que só participaram da pesquisa os entrevistados que concordaram em realizar a doação das amostras das unhas. Essa parte da pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da ESALQ – COET 053 do Projeto de Pesquisa

(Anexo 2), com Protocolo nº 26, intitulado “Diversidades de hábitos alimentares no Brasil – uma abordagem isotópica”, coordenado pelo Prof. Dr. Luiz Antonio Martinelli, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – ESALQ/USP. Os resultados identificados junto às informações isotópicas encontradas nas amostras das unhas dos assentados foram associados com os dados encontrados pelo Rh24 e QFA, com a finalidade de comprovar ou não a hipótese de que nos últimos anos, também nas áreas de assentamentos rurais do Amazonas, evidenciam-se mudanças nos padrões alimentares locais.

Portanto, com base na organização e na análise dos dados obtidos, as informações foram agrupadas e tabuladas em dados estatísticos, permitindo a interpretação e a leitura dos resultados, assim como o diálogo, os significados e os sentimentos perpassados durante as entrevistas e nos processos de construção da tese estruturada em quatro capítulos.

O primeiro capítulo apresenta as abordagens sobre os novos padrões alimentares resultantes da adoção da dieta ocidental globalizada a influenciar o consumo de alimentos com excesso de gorduras, açúcares e sal, que colocam a população em situação de (in)segurança alimentar. Assim, nesse capítulo é realizado o resgate histórico dos hábitos alimentares encontrados na culinária tradicional amazônica, como simbologia de identidade regional, associada a atuais práticas cotidianas do preparo e do consumo de alimentos encontrados nas cozinhas das moradias dos assentados, apresentando os processos de transição alimentar vivenciados entre o rural e o urbano na Amazônia.

No segundo capítulo são apresentadas reflexões sobre a reforma agrária e os assentamentos rurais na Amazônia, quanto à criação das territorialidades locais. São analisadas as peculiaridades naturais encontradas nos ambientes amazônicos de várzea e de terra firme e as formas de adaptabilidade dos moradores nas áreas assentadas ao realizarem a agricultura familiar. As formas de adaptação e o modo de vida dessas famílias são apresentadas em dois tipos de campesinato: aquele que é desenvolvido nas águas e o outro que é desenvolvido na floresta, sabendo-se que nessas territorialidades se encontram as peculiaridades encontradas em dois modelos distintos de assentamentos criados pelo INCRA no Amazonas.

O terceiro capítulo faz um apanhado das informações documentais sobre as políticas públicas nacionais direcionadas para amenizar o problema da fome no país, amparado na criação do Programa Bolsa Família e nas ações governamentais de SAN, estabelecidas com as ações intersetoriais para estruturarem as políticas de segurança alimentar nas esferas federal, estadual e municipal. São discutidos nesse capítulo os avanços e os obstáculos para a conquista de uma alimentação adequada e saudável com base na soberania alimentar, tendo

em vista que o ato de comer também é um ato político, permeado por valores culturais e econômicos modificados pelos interesses globais e pelo consumo de alimentos processados e ultraprocessados, promotores de doenças crônicas, como obesidade, hipertensão e diabetes, relacionadas ao consumo elevado de calorias.

E finalmente, o quarto capítulo apresenta as avaliações sobre o acesso do tipo de consumo alimentar realizada pelos beneficiários do Programa Bolsa Família que participaram da pesquisa. O enfoque principal nessa parte do trabalho apresenta os resultados com base na metodologia utilizada na aplicação dos formulários do R24h, QFA e nas análises laboratoriais que informaram as proporções isotópicas das amostras de unhas dos assentados referentes aos valores de  $\delta^{13}\text{C}$  e  $\delta^{15}\text{N}$  dos moradores dos assentamentos de várzea e de terra firme nos períodos de enchente e vazante. As informações isotópicas das coletas de unhas foram associadas aos resultados do R24h e do QFA, permitindo avaliar a dieta dos participantes e, se nessas áreas houve o abandono progressivo do cardápio local e a adoção de novos padrões alimentares baseados no consumo de comida ultraprocessada ou processada e o quanto os participantes da pesquisa se encontravam no impasse similar de escolhas alimentares vivenciadas na zona urbana, onde a dieta alimentar se apresenta marcada pelo consumo excessivo de sal, açúcares e gorduras, responsável por originar danos à saúde.

Assim sendo, a partir das reflexões e discussões apresentadas nos capítulos que compõem essa tese se faz conhecer o quanto a alimentação se constitui expressando a cultura, a identidade dos lugares amazônicos e, sobretudo, as relações econômicas, políticas, sociais e afetivas na sociedade, as quais são vivenciadas pelos participantes, inteiradas em processos de interdependência mútua, traçadas entre o homem e a natureza e, também, entre o rural e o urbano no Amazonas.

## CAPÍTULO 1 – ABORDAGENS SOBRE OS NOVOS PADRÕES ALIMENTARES: TRADIÇÃO E (IN) SEGURANÇA ALIMENTAR NA AMAZÔNIA

*“Grupos inteiros de populações se deixam morrer lentamente de fome, apesar de comerem todos os dias. Todos os seres vivos subordinam as suas condições de vida às condições gerais do meio”.*

(Josué de Castro)

Com o processo de globalização houve intensa circulação de bens de serviço no setor alimentício, permitindo o estabelecimento de novos padrões alimentares<sup>1</sup> na sociedade ocidental, classificados pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2003) como inadequados e facilitadores de fatores de risco à saúde pública, por incentivar o elevado consumo de alimentos ultraprocessados ricos em gorduras, açúcares e cloreto de sódio.

Essas informações também foram constatadas de norte a sul do Brasil, evidenciando que os padrões alimentares se modificaram nas últimas décadas. Tal afirmativa se comprova por meio dos levantamentos realizados pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – no período de 1978 a 2009, quando associou esses dados à Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF, publicando essas informações no documento Análise do Consumo Alimentar Pessoal no Brasil (POF200809)<sup>2</sup>. A análise realizada sobre os orçamentos domésticos de famílias brasileiras, na perspectiva da saúde pública nacional,

---

<sup>1</sup> Neste capítulo utilizaremos os termos “padrão alimentar” e “hábito alimentar”. O uso do termo “padrão alimentar” refere-se à adoção de novos comportamentos alimentares vivenciados nas últimas décadas na dieta de famílias brasileiras urbanas. Esses padrões são marcados pela ingestão de alimentos industrializados, congelados, com aromas e sabores artificiais em detrimento da escolha de alimentos tradicionais (BLEIL, 1998; SICHIERI, 2003). Os alimentos tradicionais traduzem as peculiaridades gustativas regionais por serem capazes de acentuar as relações de pertencimento com o lugar de sua origem. Portanto, o termo “hábito alimentar” trabalhado neste capítulo constitui a expressão da cultura que permite a identificação das diversidades encontradas na culinária brasileira, com ênfase à expressividade da culinária amazônica, possibilitando o conhecimento do seu valor histórico, étnico e cultural (FREIRE, 1926; CASCUDO, 1967; ORICO, 1972; DaMATTIA, 1986).

Segundo Sandra M<sup>a</sup> Chemin da Silva (2011), análises sobre os hábitos alimentares e sobre as mudanças no padrão alimentar dos brasileiros permitem perceber claramente o aumento vertiginoso do excesso de peso em todas as camadas da população e a diminuição da exclusão social por consequência da diminuição da fome e da desnutrição, configurando um novo quadro de “perfil nutricional” classificado como o momento de (in)segurança alimentar em todo o país. Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde, é fundamental a estruturação do *Plano de Ação para a prevenção da obesidade na infância e adolescência* como instrumento de efetivação de políticas públicas que apontem regulamentar diretrizes regionais relacionadas ao consumo de alimentos e de bebidas no continente americano, para que esses países passem a adotar um novo modelo de perfil nutricional com a finalidade de combater a obesidade e o sobrepeso, que afetam cerca de 7 em cada 10 adultos no Chile, nos Estados Unidos e no México (OPAS/OMS, 2014, p.10).

<sup>2</sup> A Análise do Consumo Alimentar Pessoal no Brasil realizada pelo IBGE apresenta o perfil alimentar da população brasileira com 10 anos ou mais de idade, resultante de uma parceria firmada junto ao Ministério da Saúde, com a finalidade de investigar temas específicos da POF 2008-2009. No documento encontram-se informações básicas sobre os alimentos consumidos pelos informantes ao longo de dois dias não consecutivos, independente do local de consumo do alimento, isto é, no domicílio ou fora dele. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv50063.pdf>>. Acesso em: 31 mai. 2017.

identificou mudanças significativas e alarmantes nos padrões alimentares resultantes da gradativa diminuição do consumo de alimentos *in natura* e do aumento do consumo de alimentos industrializados.

Segundo a POF, as características do perfil nutricional dos brasileiros estão associadas ao tipo de consumo, aos rendimentos e à variação patrimonial de cada família, com base na análise de seus orçamentos domésticos. Esses estudos permitiram o mapeamento de padrões alimentares em todas as regiões do Brasil, amparados nas influências advindas da participação familiar, nos aspectos socioculturais de cada região, na faixa etária, no sexo, na moradia, na zona urbana ou rural e nas condições econômicas dessa população.<sup>3</sup>

Neste sentido, cabe a investigação dos padrões alimentares nas cidades amazônicas, e se este segue a tendência mundial do chamado “padrão americano”,<sup>4</sup> influenciado por *marketing* agressivo, que estimula o consumo de refeições práticas e mais baratas, motivando as camadas mais pobres da população brasileira ao aumento do consumo de produtos alimentícios extremamente calóricos como refrigerantes, biscoitos recheados e embutidos, que nos últimos anos passaram a fazer parte da cesta básica dessas famílias.

Aqui se coloca em questão a quantidade e a qualidade dos alimentos consumidos por essa população na contemporaneidade. Afinal, é possível alimentar-se com qualidade comendo pouco? Que tipo de alimentos são necessários para atender e satisfazer todas as nossas necessidades biológicas? Segundo Bleil, “a fome hoje não é resultante da pouca

---

<sup>3</sup> Análises realizadas pelo IBGE (2011), associando a renda familiar ao consumo alimentar, revelaram que os itens alimentares considerados saudáveis como feijão, preparações à base de feijão, milho e preparações a base de milho são mais consumidos nas faixas de menor renda. O consumo médio de batata-doce *per capita* também é mais do que o dobro nas menores rendas, quando comparada às maiores rendas, enquanto que batata frita é mais consumida na maior classe de renda. Por outro lado, alguns marcadores negativos da qualidade da dieta, como consumo de doces, refrigerantes, pizzas e salgados fritos e assados são reduzidos na menor categoria de renda. Nas áreas rurais, as médias de consumo *per capita* diário foram muito maiores para arroz, feijão, batata-doce, mandioca, farinha de mandioca, manga, tangerina e peixes. Em contraste, nas áreas urbanas, destacaram-se os produtos processados e prontos para consumo como: pão, biscoitos recheados, sanduíches, salgados, pizzas, e refrigerantes, sucos e cerveja, caracterizando uma dieta com alto teor energético. Entre os adolescentes destaca-se a alta frequência de consumo de biscoitos, linguiça, salsicha, mortadela, sanduíches e salgados, e os valores *per capita* indicam um menor consumo de feijão, saladas e verduras quando comparados aos adultos e idosos (IBGE, 2011, p. 105).

<sup>4</sup> O “padrão americano” refere-se ao consumo de alimentos realizados em setores de *fast-food* ou em outros setores de alimentos considerados “modernos”, como alimentos instantâneos e processados produzidos em vários lugares do mundo. Esses alimentos submetem os povos do ocidente à uma transição nutricional, pois o comportamento alimentar realizado por um indivíduo revela-nos componentes importantes do seu estilo de vida e da sua alimentação cotidiana, justamente por resultar de influências advindas dos processos de globalização. Pesquisas realizadas por Adair LS & Popkin (2005), sobre a dieta alimentar de crianças e adolescentes de 02 a 19 anos na China, na Rússia e em Cebu, nas Filipinas, em relação aos Estados Unidos, revelam o quanto o *fast-food* desempenha um papel dominante na dieta americana (~ 20% da energia *versus* 2% a 7% nos outros países). Bleil (1998) considera que o padrão americano de consumo alimentar também pode ser classificado como “padrão alimentar ocidental”, tendo em vista que o *fast-food*, o sanduíche e os refrigerantes se tornaram fenômenos de consumo no mundo moderno, favorecendo a formação de novos hábitos inimagináveis há pouco mais de três décadas.

disponibilidade alimentar para os grupos de baixa renda, e sim da redução da qualidade dos alimentos, excessivamente industrializados encontrados no mercado” (BLEIL, 1998, p.1).

Embora desde o século XIX tenham sido identificadas mais de 331 espécies de peixes de água doce de pequeno porte na Bacia Amazônica,<sup>5</sup> evidencia-se que o consumo alimentar de pescado pelos amazonenses, assim como as espécies disponíveis diariamente nas feiras e mercados municipais das cidades amazônicas pesquisadas, não chegam a listar mais de vinte, demonstrando a tendência do consumo de pescado pouco diversificado consumido diariamente pelos seus moradores. Nas visitas realizadas aos mercados municipais, nas feiras livres para venda de pescado de Nova Olinda do Norte e Manacapuru, os feirantes e donos de *box* alegaram que a compra e a venda do pescado mais procurado dependem da época do ano pois, “normalmente os mais procurados são os que têm escama. Na vazante fica mais barato, porém, só têm saída os mais conhecidos, não adianta trazer outros não. Dos peixes lisos, o mais procurado é o surubim e os de escama, como o pacu, o jaraqui e a sardinha” (J.S.P., feirante, 58 anos – Nova Olinda do Norte).

Além disso, durante a realização da pesquisa também foi identificada alimentação deficitária quanto ao consumo de alimentos verdes e oleogenosos. Muitas plantas nativas amazônicas constituídas por frutos, raízes, sementes, folhas, flores, hortaliças, bulbos e cereais regionais estão se tornando desconhecidas ou minimamente consumidas pelas gerações mais jovens. Esses alimentos podem ser classificados como PANC(s) – Plantas Alimentícias Não Convencionais –, pois, assim como está ocorrendo no Amazônia, cada vez mais a população brasileira está apresentando um perfil alimentar que caracteriza “uma alimentação básica, muito homogênea, monótona e globalizada” (KINUPP & LORENZI, 2014, p. 14). Reconhecer a importância do cultivo e do consumo das PANC(s) na alimentação dos amazônidas poderá vir a se tornar a alternativa de consumo de alimentação saudável e equilibrada capaz de diminuir as carências nutricionais, melhorar a qualidade de vida e propiciar a retomada dos conhecimentos tradicionais e a socialização dos saberes dos povos da Amazônia.

O cardápio alimentar de uma família é considerado saudável pelos nutricionistas quando induz ao consumo de alimentos naturais nas idades iniciais e ao longo de toda faixa etária de determinado grupo social. Entretanto, essa variável dependerá do “ambiente familiar

---

<sup>5</sup> Os relatos dos naturalistas Alexandre Rodrigues Ferreira (1783 a 1792), Spix e Martius (1817), Robert Schomburgk (1830 a 1850), Georges Cuvier (1828 a 1849), Agassiz & Agassiz (1868) informam que as coletas de amostras sobre as descobertas e as descrições dos peixes de água doce realizadas nos rios da América do Sul e de modo especial na Amazônia revelaram a existência de um grande número de espécies caracterizando a riqueza da ictiofauna amazônica (BÖHLKE *et al*, 1978, p. 660 – 664).

na formação do padrão alimentar, no qual a mãe desempenha um importante papel na escolha dos alimentos a compor as refeições da família” (SOUZAS, 2013, p. 3), pois, as escolhas alimentares de determinado indivíduo se organizam atreladas às influências vivenciadas no ambiente familiar e às suas condições socioeconômicas.

A Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar – PeNSE (IBGE, 2009, p. 28-29) também considera que a família constitui papel fundamental na formação dos comportamentos alimentares das crianças em idade escolar. Nesse sentido, afirma que são as mães as principais responsáveis pelo preparo das refeições na família e constata também que, nas famílias constituídas por mães com limitado nível de escolaridade, o consumo alimentar apresenta alto teor de doces, gorduras, produtos industrializados e alimentos de panificação (considerados como alimentos não saudáveis) e o menor consumo de verduras, hortaliças e frutas (considerados alimentos saudáveis).

É importante avaliar o papel feminino na organização do cardápio familiar. A escolha e o preparo do alimento concretizam-se no cotidiano feminino e, principalmente, na cozinha de cada domicílio, revelando o simbólico e o imaginário no momento do encontro para a realização do consumo do alimento, quando se sacramentam os laços familiares. É na cozinha que se revela o *triângulo culinário*<sup>6</sup> trabalhado por Lévi-Strauss em 1964. As análises encontradas em *Mitológicas I* permitem estudos sobre o processo das transformações do alimento e das particularidades das culturas universais. É na cozinha que é colocada em prática a necessidade de realizar os cuidados com a família, materializando a escolha, o preparo e o uso do tempo que envolve o tipo de alimento a ser consumido durante as refeições. Nas áreas pesquisadas, as cozinhas encontradas nas moradias dos assentados caracterizam o lugar do encontro familiar e o momento solene do ato de agradecimento pelo alimento consumido ao redor de uma mesa de madeira, trilhando o campo do sagrado por representar o momento da união familiar.

Esse simbolismo, que no imaginário popular foi firmado ao longo do tempo, como a representação das formas do congrassamento para partilhar o alimento no ambiente familiar, foi sendo apropriado como estratégia de *marketing* veiculado pela televisão ao recriar nas campanhas publicitárias dos setores alimentícios a imagem de uma família harmoniosamente

---

<sup>6</sup> A definição de “triângulo culinário” é realizada por Lévi-Strauss quando analisa as relações culinárias entre o cru/cozido/podre. O autor afirma a existência de uma relação intrínseca entre o homem e a natureza. É da natureza que o homem retira o alimento e o submete ao fogo, transformando-o. Essa relação caracteriza uma metáfora realizada no universo cultural, que varia entre os povos, diferenciando e definindo o processo culinário dos lugares onde os alimentos “cru” (*in natura*) passam a ser submetidos ao fogo e transformam-se em coisas “cozidas” (doces ou salgadas) para de novo voltarem a natureza na forma de “podre” (azedos ou fermentados). Daí, a cozinha ser vista como um laboratório de transformações vinculadas às necessidades daqueles que nela realizam o processo da arte da criação do alimento, tornando-o mais saboroso e apetitoso ao paladar.

reunida em torno de uma mesa, consumindo alimentos ultraprocessados, como alimentos saudáveis.

Essas propagandas normalmente são realizadas por pessoas famosas, que simbolicamente representam as mães brasileiras preparando e consumindo produtos numa cozinha limpa e organizada, justamente por utilizar em seu ambiente familiar, alimentos congelados, rápidos e práticos em seu preparo. Ideologicamente esses momentos sugerem a importância da “compra” de alimentos capazes de proporcionar o “ganho” de tempo no ato de cozinhar, incentivando o consumo de alimentos instantâneos, processados ou semi-prontos, como atitudes saudáveis a serem colocadas em prática pela família brasileira.

O consumo de alimentos ultraprocessados<sup>7</sup> que invadiu supermercados, as cozinhas e a vida de muitas famílias, normalmente dispensa o uso do fogo e estimula o uso de aparelhos microondas para descongelamento em minutos. A praticidade do uso das porções individuais e a rapidez em seu preparo foram substituindo as cores e os sabores da alimentação natural e saudável, colaborando para depreciar o paladar do consumidor e individualizar silenciosamente o ato de comer. As formas e as relações sociais que estão envolvidas no consumo desse novo padrão alimentar se encontram evidenciadas nos lugares amazônicos.

Estudos realizados sobre as mudanças nos hábitos alimentares revelaram o processo de transição alimentar tanto na zona urbana como na zona rural das cidades amazônicas, permitindo observar as diferentes formas das relações dos moradores com o mercado consumidor alimentar e com a aplicabilidade das políticas públicas geradoras de renda, as quais não só foram vivenciadas na região, mas também possibilitaram o aumento do poder de

---

<sup>7</sup> É importante classificar e diferenciar a forma como os alimentos são consumidos. A maior parte dos alimentos *in natura* é de origem vegetal ou animal e altamente perecíveis, demandando uma preparação culinária com o uso do fogo. Os alimentos processados são aqueles que recebem um beneficiamento para aumentar a sua qualidade de consumo alimentar e podem também ser feitos em casa, como pães, queijos, compotas e iogurtes. Classificam-se como alimentos ultraprocessados todos os alimentos industrializados capazes de originar grandes problemas de saúde na sociedade contemporânea. Estes tipos de alimentos apresentam em suas composições elevadas quantidades de gorduras que os tornam resistentes para não oxidarem e inúmeros corantes, cloreto de sódio, açúcares, conservantes e aditivos químicos que colaboram para colocar em risco a segurança alimentar de seus consumidores. Essa quantidade de produtos químicos usados na composição dos alimentos industrializados revela o seu grau de artificialidade. Ex: Abacaxi *in natura*, abacaxi em calda (processado) e suco em pó de abacaxi (ultraprocessado). O uso excessivo de produtos ultraprocessados na alimentação dos brasileiros reduziu drasticamente o consumo de alimentos *in natura*. O Brasil consome cerca de 25% de produtos ultraprocessados, enquanto que a França e a Itália, que se classificam como países que possuem leis severas de segurança alimentar e que são tradicionalmente conhecidos por valorizarem a sua tradição alimentar, consomem respectivamente apenas 7% e 8%. Os maiores riscos de ter por base uma alimentação ultraprocessada residem na tendência para impactar negativamente a cultura, a vida social e o meio ambiente de um determinado grupo, pois suas composições “enganam” os mecanismos da fome (situados no sistema digestivo e no cérebro), estimulando o organismo a nunca ficar saciado e descontrolam o apetite pelos “hipersabores irresistíveis” que possuem quantidades excessivas de calorias (Guia Alimentar para a População Brasileira, 2014, p. 29-46).

compra e um intenso consumo de alimentos ultraprocessados (MURRIETA, 1998; POPKIN, 2006; NARDOTO *et al.* 2006; COSTA, 2015).

Esses estudos afirmam que nas últimas décadas os hábitos alimentares dos amazônidas estão passando por um processo de transição, configurando novo perfil alimentar e nutricional também nas zonas rurais do Amazonas. Mediante isto, o consumo de alimentos realizados pelas gerações mais jovens e o abandono dos hábitos alimentares realizados pelas populações mais idosas caracterizam os novos padrões alimentares vivenciados nas áreas de assentamentos rurais pesquisados, demonstrando o consumo intenso de alimentos industrializados, congelados e embutidos no cotidiano dos moradores da zona rural amazônica. Daí a importância de diferenciar os hábitos alimentares amazônicos dos padrões alimentares que se encontram diariamente presentes à mesa dos assentados, participantes desse trabalho de pesquisa.

Dessa forma, esta tese pretende compreender como determinado grupo de sujeitos sociais moradores de áreas de assentamentos rurais do Amazonas organiza-se para prover a sua alimentação, implicando entendimento para além das questões simbólicas e culturais, permitindo a análise das dimensões espaciais vivenciadas entre o rural e o urbano amazônico.

### **1.1 Transição alimentar e (in) segurança alimentar do rural ao urbano na Amazônia**

As discussões realizadas neste item sugerem abordagens com categorias de análise do campo do conhecimento científico da Geografia, dentre elas: o rural e o urbano. Analisar as relações de encontro e desencontro vivenciadas nas sedes dos municípios de Manacapuru e Nova Olinda do Norte e nos assentamentos rurais encontrados nesses municípios permitiu a revelação das particularidades do espaço maior que contextualiza singularidades do todo representativo contido na Amazônia, entendendo as relações sociais e econômicas que as configuram nos momentos em que se adentra o cotidiano desses moradores.

Na Amazônia não faz muito sentido trabalhar a separação do rural e do urbano. Essas discussões se tornam evidentes quando se percebe que, mesmo entre os moradores residentes nos assentamentos pesquisados, estabelecem-se fortes relações do “interior” com as suas cidades. É importante frisar que o uso do termo “interior” define as relações vivenciadas no modo de vida<sup>8</sup> rural das cidades amazônicas. Segundo Maurício Schwade, o uso dessa

---

<sup>8</sup>Nas abordagens realizadas pela Geografia Regional, o modo de vida ou gênero de vida é utilizado para descrever as possibilidades de comportamentos vivenciados em diferentes lugares geográficos, constituindo uma herança que cada grupo social constrói a partir de gêneros de vida anteriores (LA BLACHE, 1954). Nesta tese, o

terminologia define, por parte das populações locais, os espaços vivenciados para além da cidade, pois

Explicar parte das relações existentes nas cidades amazônicas a partir da oposição cidade-interior, onde o ‘interior’ não tem a mesma conotação da categoria ‘campo’ principalmente porque não há uma separação clara entre os sujeitos envolvidos nessa trama. O morador da cidade vive do interior, transita no interior, é parte do interior e da cidade ao mesmo tempo. O sujeito ora pode estar no interior, ora pode estar na cidade, tendo para com ambos o sentimento do pertencimento. A categoria cidade continua tendo importante poder explicativo porque designa o concreto, o construído e o instituído politicamente por lei. Mas o espaço fora da cidade não aparece como o campo separado da cidade pela divisão social, territorial e técnica do trabalho de maneira que possam ser separados e identificados claramente na paisagem humana. Existem, pois, limites para o raciocínio que tenta encontrar duas estruturas ao mesmo tempo separadas e articuladas. Um e outro, cidade e interior, não estão separados, mas entrelaçados (SCHWADE, 2014, p. 49).

Embora nas cidades amazônicas se encontrem o *locus* dos domicílios urbanos. Os vínculos com o interior dessas cidades se estabelecem a partir da frequente mobilidade entre o rural e urbano, nos momentos que se concretizam os trabalhos camponeses com a terra e com a água, estabelecendo relações sociais e econômicas que irão abastecer as cidades com os alimentos tradicionais da culinária amazônica, como a farinha de mandioca e o pescado. Portanto, “o ir para a cidade pode ser uma estratégia para continuar existindo e resistindo. O ir para a cidade pode não significar abandonar completamente o campo ou interior” (SCHWADE, 2014, p. 44). É comum se encontrar nos domicílios urbanos um parente que veio do interior para estudar ou para se consultar. Segundo Schwade (2014), o agradecimento pela acolhida simboliza a “rede de agrado”, concretizada espontaneamente pela oferta de alimentos como farinha, banana, tucumã, tubérculos, massa de tapioca ou pescado, sacramentando-se os laços de amizade entre o visitante e quem acolhe, permitindo a estreita relação da identidade cultural do lugar e a permanência das tradições dos hábitos alimentares vivenciadas nas cidades do interior do Amazonas.

Mezomo (2002) afirma que os hábitos alimentares são realizados pelos indivíduos quando os mesmos, dentro de determinado grupo social, selecionam, utilizam e consomem alimentos disponíveis em sua região. Os países refletem o hábito alimentar dos seus lugares,

---

enfoque sobre o modo de vida apresentará análises comparativas entre a várzea e a terra firme nos assentamentos amazônicos pesquisados, com enfoque nas peculiaridades encontradas no cotidiano dos participantes e nas articulações por eles realizadas no espaço e no tempo amazônico, pois nesses dois ambientes, encontra-se a expressividade de suas identidades culturais vivenciadas com as ações complementares traçadas entre a sociedade e a natureza. Nesse sentido, “a força natural só tem sentido em relação à cultura e o meio se define somente em função da obra humana que o transforma” (GOMES, 2003, p. 203).

de sua época e do modo de vida de seus moradores. Sobre a tomada de decisões que levou a sociedade amazônica a substituir uma alimentação tradicional por alimentos ultraprocessados, Murrieta afirma que:

Não há dimensão da vida social humana que incorpore melhor as contradições do processo cotidiano de tomada de decisão. É exatamente esta qualidade dos hábitos e escolhas alimentares em incorporar, acomodar e intensificar os conflitos implícitos entre o que é biologicamente necessário, socialmente desejado, ecologicamente possível e historicamente assimilado que será o tópico desta discussão (MURRIETA, 2001, p. 40).

Estudos comparativos sobre as mudanças nos padrões alimentares realizados por Murrieta (2008) apontam para mudanças nos hábitos alimentares regionais, revelando a variável sobre a percepção daquilo que é consumido como alimento produzido localmente, relacionando-o ao aumento significativo do consumo de alimentos secundários adquiridos no mercado consumidor (açúcar, leite e frango), em que esses sujeitos sociais residem. A análise dessa relação permite entender as escolhas que motivaram a adoção de novos padrões alimentares realizados por moradores dos assentamentos pesquisados. Essas escolhas que modificam seus hábitos alimentares e acarretam implicações na vida social, na saúde e, a longo prazo, em seu meio, aqui entendido não apenas como o ambiente natural, mas também como o fruto das relações sociais que se desenrolam em um espaço específico da Amazônia, à medida que o consumo do alimento se torna tanto o ato de unir os laços familiares como a possibilidade de estreitar as relações amistosas de compadrio durante o preparo e a colheita do produto semeado na terra.

A obra *Espaços da Esperança* (2004), de David Harvey, elucida questionamentos permeados pela prosa e pela cientificidade sobre as mudanças vivenciadas na contemporaneidade, as quais impactam e, ao mesmo tempo, possibilitam mecanismos, artificializando as relações sociais e econômicas. Essas relações são pensadas mundialmente pelas estruturas de poder, responsáveis por “*fabricar e pensar*” localmente a globalização, que reproduz a desigualdade e as disparidades socioeconômicas e políticas. Desse modo, fragilizam as economias das áreas mais pobres para atender ao paradoxo desse processo, moldando pensamentos e comportamentos, com a finalidade de realizar “a disseminação dos modos ocidentais de pensar a auto-satisfação e a auto-realização que desencadeou um conjunto de intensas forças de crescente frustração econômica, social e cultural” (HARVEY, 2004, p. 127).

Quando Harvey convida todos a se tornarem “arquitetos rebeldes”, indica que é preciso refletir sobre a necessidade de se aprender a exercitar olhares sobre o que está além da

aparência na vida cotidiana. As atividades diárias de determinado grupo social se desenvolvem inseridas em determinado tempo e lugar no espaço, permitindo-se a percepção dos sentidos que envolvem sentimentos e vivências particulares no processo global.

O processo contínuo vivenciado no modo de vida urbano é acelerado pela mundialização da sociedade contemporânea nesse cotidiano, necessitando acontecer associado e articulado a três planos que revelam as dimensões entre o local e o global, pois, segundo Ana Fani A. Carlos,

[...] a análise deve captar o processo em movimento e, no mundo moderno, esta orientação sinaliza a articulação indissociável de três planos: o econômico (a cidade produzida como condição de realização da produção do capital –convém não esquecer que a reprodução das frações de capital se realizam através da produção do espaço), o político (a cidade produzida como espaço de dominação pelo Estado na medida em que este domina a sociedade através da produção de um espaço normatizado); e o social (a cidade produzida como prática sócio-espacial, isto é, elemento central da reprodução da vida humana) [...] (CARLOS, 2004, p. 21).

As políticas públicas nacionais, que são verticalmente aplicadas e quase sempre se estabelecem desassociadas das singularidades locais da Amazônia, causam impactos diretamente nos modos de vida dos grupos sociais que residem nessa região. É importante lembrar que as políticas públicas são produtos da aliança entre os setores econômicos com os setores produtivos, pensadas para serem realizadas no âmbito social e destinadas para resolver os problemas de infraestrutura das camadas mais pobres, que normalmente se vêm excluídas dos processos de decisão que implicarão em sua realidade. As discussões que envolvem políticas públicas e o desenvolvimento local se apresentam em contexto social extremamente complexo, exigindo o amadurecimento do Estado brasileiro na busca de posicionamentos que “permitam a inclusão da população na condição de cidadão digno e capaz de tomar suas decisões e contribuir para o desenvolvimento social” (SILVA, 2012, p.15).

Ao longo dos capítulos que compõem esta tese serão realizadas abordagens sobre três vertentes de políticas públicas: a primeira voltada para a aplicabilidade da Reforma Agrária pensada para a Amazônia e materializada nas distribuições dos lotes de assentamentos rurais amazônicos; a segunda, direcionada para as políticas de distribuição de renda viabilizada com o recebimento do benefício do Bolsa Família; e a terceira, direcionada para discutir as políticas de Segurança Alimentar em áreas de assentamentos rurais amazônicos, avaliando quanto o processo de transição alimentar das populações residentes em áreas de assentamentos rurais de várzea e de terra firme do Amazonas estão inseridos nessas políticas, à medida em que esses lugares se integram ao processo de globalização

mundializada pelo consumo de alimentos ultraprocessados, consumidos nas zonas urbanas dos municípios pesquisados.

Recorre-se novamente Ana Fani A. Carlos (2004), quando ela afirma que, ao se realizarem estudos sobre a produção e reprodução do espaço, é importante observar que há uma diferença fundamental entre a noção de globalização e a noção de mundialização, tendo em vista que a primeira está relacionada à expansão dos processos produtivos transnacionais, e a segunda ganha sentido mediante a expansão do processo de urbanização, que passa a se generalizar e se reproduzir na cotidianidade do homem moderno, influenciando nos seus valores, nos seus conhecimentos, nos seus comportamentos e na difusão de seus hábitos culturais, dentro de um processo contínuo, amplo e profundo, que ocorre no plano local a partir das influências recebidas do plano global.

Para Sposito (2010), esse processo de transição se materializa associado ao compartilhamento do uso do solo, das práticas socioespaciais, dos interesses políticos e econômicos vivenciados no mundo rural e urbano. À medida que são desenvolvidos e estruturados, esses processos sociais estabelecem novas formas de relação entre a cidade e o rural, pois

Pode-se afirmar, com isso, uma continuidade entre espaços e populações rurais urbanas? Nesta perspectiva, reflexões sobre o tema indicam a configuração de um *continuum* entre campo e cidade. A despeito de não se tratar de um conceito recente, atualmente essa expressão tem sido utilizada para caracterizar situações em que tanto formas de vida e de trabalhos rurais quanto urbanas estariam integradas. Todavia, quando se investiga mais atentamente o seu uso, percebe-se a perspectiva de homogeneização dos aspectos socioculturais e econômicos explícitos nessa abordagem. Em uma perspectiva geográfica, essa relação mútua aparece determinada pelo urbano (ROSA, 2006, p. 194).

Diante dessa reflexão, é importante trazer a essa discussão a noção do *continuum*, tendo em vista que “o *continuum* rural-urbano significa que não existem diferenças fundamentais nos modos de vida, na organização social e na cultura, determinados por sua vinculação social” (ABRAMOVAY, 1999, p. 16). Nessas espacialidades se apresentam ricas informações permeadas pelos interesses dos sujeitos sociais que apresentam o cotidiano econômico, político e social associado às espacialidades amazônicas que se imbricam entre cidade e o interior, urbano e rural, estabelecendo relações complementares e articuladas. Embora os sujeitos sociais residam no interior, existem laços sociais e econômicos que os mantêm ligados à cidade, quer seja pela educação, que precisa ser proporcionada aos seus

filhos, quer seja pela busca de assistência médica, ou, ainda, pela necessidade de deslocamento até a cidade para receber seus benefícios e vender seus produtos.

Segundo Lefbvere (1969), em cada realidade há as contradições específicas dos lugares que se subordinam ao movimento geral de como se reproduz a sociedade. Isto significa compreender nas áreas pesquisadas a existência de dimensões específicas do lugar, articuladas com as dimensões externas que ao mesmo tempo lhes são impostas, moldando-se às características do lugar. Esse processo dinâmico e contraditório nos mostra transformações e permanências e comprova a existência de novos padrões alimentares no cotidiano dos moradores nas áreas assentadas evidenciando o campo importante de investigação.

A conexão à interdependência e à interação do conhecimento dos fatos presentes nos aspectos contraditórios encontrados no modo de vida dos assentados de terra firme e de várzea foi fundamental para o estabelecimento da dialética de compreensão do mundo. Essa realidade possibilita a compreensão e a análise das vertentes que o capital utiliza no interior da Amazônia, criando e recriando modificações e interferências históricas na organização espacial, social e econômica, as quais foram identificadas no cotidiano dos moradores dos assentamentos estudados.

O processo de construção espacial das territorialidades refletem parte do trabalho humano, social e econômico realizado junto ao meio natural amazônico, permitindo o entendimento que nessas áreas se encontram lugares de possibilidades marcadas por perdas e ganhos e assinaladas, como afirma Oliveira (2000), pelo movimento triádico e contínuo de destruição, resistência e reconstrução:

A resistência não é uma dádiva, pressupõe de um lado que as pessoas tenham condições de sobrevivência, de outro, que se contraponham ao que se lhes é imposto, sem perder a capacidade de indignação e de revolta [...] A produção de espaços na Amazônia cria a possibilidade de novos modos de vida resultante do embate entre as várias formas de relações sociais imbricadas no novo e no velho que se opõem, se contradizem e se completam, dando origem a outras formas de viver (OLIVEIRA, 2000, p. 31-32).

Com base na reflexão sobre cidade e interior, esses lugares se tornam dimensões sociais produzidas historicamente a partir do avanço das relações sociais de produção predominantemente capitalistas, que permitem se estabelecer nas áreas dos assentamentos rurais um modo de vida em que aparece fortemente traços do urbano, interpenetrados no modo de viver rural, os quais são complementares e comportam novos sistemas de objetos e valores econômicos e culturais apontados por Lefebvre como:

Os mais conhecidos dentre os elementos do sistema urbano de objetos são a água, a eletricidade, o gás (butano nos campos) que não deixam de se fazer acompanhar pelo carro, pela televisão, pelos utensílios de plástico, pelo imobiliário “moderno” o que comporta novas exigências no que diz respeito aos serviços. Entre os elementos do sistema de valores, indicamos os lazeres ao modo urbano (danças, canções), os costumes, a rápida ação das modas que vem da cidade. E também as preocupações com a segurança, as exigências de uma previsão referente ao futuro, em suma uma racionalidade divulgada pela cidade. Geralmente a juventude, grupo etário, contribui ativamente para essa rápida assimilação das coisas e das representações oriundas da cidade (LEFEBVRE, 1969, p. 17).

De alguma forma o modo de vida urbano se encontra presente nas relações sociais vivenciadas nas áreas dos assentamentos, pois o processo de globalização impulsiona-o para que os elementos desse modo de vida sejam intensamente difundidos no modo de vida rural, quando cria novas necessidades sociais e econômicas que se interagem e se fundem entre o rural e o urbano, porém, sem se tornarem a mesma coisa, visto que ambos preservam as suas particularidades resultantes do espaço das resistências.

Definir fronteiras que estabeleçam diferenciações entre o espaço urbano e o espaço rural amazônico envolve a complexidade de abordagens, tendo em vista que, no caso da Amazônia, encontram-se relações sociais difusas, capazes de permitir identificar muito do rural nas cidades amazônicas e muito do urbano em áreas de assentamentos rurais comprovadas na Figura 1, abaixo:



**Figura 1:** A salga do peixe para o consumo alimentar e o acesso ao “mundo global” com o uso da parabólica. Lote localizado no Assentamento Paquequer – Nova Olinda do Norte - AM.  
**Foto:** Cinthya Martins, Pesquisa de Campo, 2012.

Monte-Mór (2006) afirma que o “tecido” que nasce nas cidades e se estende para além dela, representa a síntese da dicotomia que revela a oposição dialética entre o rural e o urbano ao mesmo tempo em que diferencia as espacialidades sociais, culturais e econômicas, servindo para realizar a intercomplementação dessas espacialidades, carregando com ela condições necessárias para a produção e reprodução do capital.

É nesse sentido amplo que se pode falar de uma urbanização extensiva que se impõe no espaço brasileiro para muito além das cidades, integrando espaços rurais e regionais ao espaço urbanoindustrial mediante a expansão da base material requerida pela sociedade e pela economia contemporâneas e as relações de produção que são (ou devem ser) reproduzidas pela própria produção do espaço. Neste contexto, multiplicam-se as fronteiras (urbanas), tanto internamente e nas franjas das aglomerações quanto nos espaços regionais e rurais incorporados à lógica urbano-industrial dominante (MONTE-MÓR, 2006, p. 17).

O conjunto dessas manifestações urbanas trouxe consigo novos valores de uso que passaram a ser incorporados pelos moradores das áreas dos assentamentos rurais, demonstrando que o urbano e o rural, embora sejam dimensões separadas, ao mesmo tempo se estabelecem dialeticamente articuladas, transpondo os limites da cidade. Os valores que foram incorporados e viabilizados pelo Programa Luz para Todos, por exemplo, permitiram o uso da energia elétrica nos assentamentos, possibilitando maior acesso aos meios de comunicação, novas exigências aos bens de serviço e o aumento do consumo de alimentos como o frango congelado, muito utilizado na alimentação dos assentados, em detrimento do consumo de pescado ou da caça. Em conversa realizada com uma das primeiras moradoras do Assentamento Costa do Caldeirão, este fato foi apontado como positivo, por *facilitar* o tempo de preparo do alimento, como se pode observar na fala a seguir:

*Antigamente tudo era mais difícil. A gente tinha que criar, matar, pelar ou depenar o animal no quintal pra depois comer. Hoje a gente vai na cidade, já vem tudo prontinho, é só deixar o bicho descongelar, temperar e jogar na panela. Na época que eu era moça e vivia com os meus pais aqui, não alagava tanto, mas sempre tinha o risco dos bichos vim pegar os animais da nossa criação. Tudo era muito mais dificultoso, até o que a gente produzia meus pais tinham um trabalho medonho pra levar pra cidade pra vender. Hoje a gente não precisa ir lá, tem gente aqui que vem pegar o nosso produto na nossa porta (M.A.S, 89 anos. Entrevista realizada em maio de 2017, moradora da Costa do Caldeirão).*

Os estudos sobre a cotidianidade encontrada nas áreas dos assentamentos estudados possibilitaram avanços para além da aparência daquilo que é vivido e sentido pelos moradores que estão atuando nesses campos de lutas, com a finalidade de entender o que é produzido e

reproduzido nas especificidades das relações de poder que por eles são vivenciadas, tendo em vista, ainda, que são das atuações sociais nesses campos de luta que os espaços são pré-construídos permitindo

[...] a composição social do grupo está antecipadamente determinada. Para compreender o que pode ser dito e sobretudo *o que não pode ser dito* no palco, é preciso conhecer as leis de formação dos grupos dos interlocutores – é preciso saber quem é excluído e quem se exclui [...] os agentes em sua luta para imporem o veredito imparcial e fazerem reconhecer a sua visão como objetiva, dispõem de forças que dependem da sua pertença a campos objetivamente hierarquizados e da sua posição nos campos respectivos (BOURDIEU, 2012, p. 55).

À medida que a pesquisa foi sendo desenvolvida, o cotidiano dos moradores se tornou o *locus* da observação para análise das formas de adaptação e dos tipos de alimentos consumidos nesses lugares amazônicos, possibilitando a superação da aparência e a busca da essência das relações sociais vivenciadas nesses assentamentos rurais, para entender como se apresentam os novos padrões alimentares, a produção agrícola de subsistência e as relações culturais e econômicas vivenciadas na organização familiar desses moradores. Ao estabelecerem moradias em territorialidades agrárias criadas pelo INCRA, fazem-no com a finalidade de obter o acesso à terra e, de certa forma, passam a assumir o compromisso de abastecer com produtos advindos da agricultura familiar, as feiras e mercados encontrados nas cidades amazônicas pesquisadas.

## **1.2 Hábitos alimentares, identidades regionais e práticas cotidianas no preparo do alimento amazônico**

Falar de comida exige abordagem reflexiva e interdisciplinar, permeando os campos ecológicos, nutricionais, econômicos, políticos, culturais, gastronômicas, antropológicos e geográficos, pois, a forma como se come e o que se come permite a identificação das particularidades sociais, locais e específicas de cada sociedade.

A história da alimentação está associada à história da sociedade humana desde o tempo da caça e da coleta, representando um marco de sua evolução. Segundo Lévi-Strauss (2004), a descoberta do fogo e o cozimento do alimento permitiram o surgimento do primeiro laboratório humano e o processo de passagem da condição humana biológica para a condição social, pela prática das comensalidades<sup>9</sup> realizadas no momento da partilha dos alimentos.

---

<sup>9</sup> A palavra comensalidade deriva do latim “*mensa*”. O seu significado está intimamente ligado ao ato de conviver à mesa, envolvendo o padrão alimentar, o tipo de alimento, como se alimenta e como esse alimento foi

Segundo Paul Freedman, é importante lembrar que:

O paladar de nossos ancestrais pode ter sido muito diferente do nosso. Alguns alimentos que hoje consumimos apenas em último caso, podem ter sido a base da alimentação de nossos ancestrais e determinar a sua dieta, é uma tarefa extremamente difícil (FREEDMAN, 2009, p. 40).

Além de resgatar os estudos arqueológicos que investigam os detalhes do comportamento cultural alimentar de civilizações pretéritas, para descobrir o “gosto alimentar e encontrar os fatos significativos e importantes sobre comida e paladar dentro de um quadro cronológico amplo” (FREEDMAN, 2009, p.33), é importante trazer para essas análises o uso de técnicas recentemente desenvolvidas em laboratórios e amparadas em análises sobre isótopos estáveis, com a finalidade de “facilitar de forma revolucionária a determinação da dieta humana a partir de estudos de restos humanos” (FREEDMAN, 2009, p. 37-38).

O ato de alimentar-se simboliza a função social no ritual corporificado pelo horário das refeições, marcando o momento de encontro e das regras dietéticas capazes de caracterizar e diferenciar o gosto alimentar de diferentes civilizações (LÉVI-STRAUSS, 2004). Registros arqueológicos revelam que, dependendo do local e da época, os grupos sociais passaram a adotar novas dietas e comportamentos alimentares.

Os códigos de civilidade que envolvem o ato de comer também são trabalhados na tetralogia de Lévi-Strauss, em “Mitológicas 3”, sobre “A origem dos modos à mesa” (2006), permitindo o *encontro* do comportamento vivenciado no mundo europeu com o universo do mundo mitológico ameríndio, tendo em vista que os mitos revelam as ações inerentes do intelecto humano e das sociedades de onde provêm, permitindo um sistema de signos finitos a abrirem as possibilidades de estudos etnográficos de cada sociedade.

Com a descoberta das “novas terras” no século XVI, a cultura culinária europeia passou a sofrer transformações resultantes do pensamento humanista, que influenciou na concepção de novos consumos alimentares. Romio (2000) afirma que o valor das especiarias se caracterizava também pela sobrevivência alimentar dos europeus. O uso das mesmas na culinária diminuía a rusticidade do sabor das carnes de rebanhos, que teriam sido abatidos antes dos rigorosos invernos europeus, as quais eram mantidas apenas em sal para serem consumidas durante meses.

---

ou está sendo consumido. Segundo Carneiro (2003), a comensalidade deixou de ser considerada como consequência dos fenômenos biológicos ou ecológicos para tornar-se um dos fatores estruturantes da organização social, pois a alimentação é capaz de nos revelar os traços da estrutura cotidiana envolvida na intimidade do ato de doar o alimento, exemplificando um processo de sociabilidade que se manifesta todas as vezes que esse mesmo alimento é compartilhado.

O Renascimento trouxe o pensamento liberal e o uso das especiarias, modificando o gosto e a aparência dos alimentos. Nos grandiosos jantares oferecidos pela corte, recomendava-se o uso do açafrão nos luxuosos banquetes, pois, o mesmo dava ao alimento uma coloração que lembrava a “cor do ouro”. Os novos alimentos e as novas técnicas de culinária resultantes do mercantilismo passaram a ser introduzidas na mesa dos brancos europeus e produtos como o milho, o tomate, a batata, o café, a carne de peru, o chocolate derivado do cacau, o açúcar e o chá, apesar de serem considerados exóticos, foram legitimados como elementos tradicionais na dieta alimentar europeia. Freedman (2009) aponta que a utilização desses alimentos serviu para evidenciar a diferença entre os sabores “salgados” e “doces”, colaborando para o surgimento da sociedade escravocrata na América Latina e na África, como mão de obra atuante nos canaviais, pois, o uso do açúcar na Europa era considerado artigo de luxo.

As formas da alimentação humana apresentam especificidades sociais e culturais que estão muito além da necessidade básica diária de consumo de calorias, para garantir a sobrevivência biológica. As questões culinárias envolvidas no preparo do alimento revelam as diferenças encontradas nos comportamentos culturais e na representatividade cultural dos modos de comer. Segundo DaMatta (1986), as simbologias gastronômicas encontram-se muito bem representadas no Brasil, que, diante de sua extensão regional e de sua diversidade cultural, classifica-se como um gigantesco “caldeirão étnico”, com simbologias culinárias marcantes, que caracterizam os lugares e os transformam em símbolos regionais: o acarajé baiano; o churrasco gaúcho; a feijoada carioca; o queijo mineiro e o peixe com farinha de mandioca dos povos da Amazônia.

Os estudos realizados por Luiz da Câmara Cascudo sobre a *História da Alimentação no Brasil* (2004) reúnem, durante duas décadas, informações sobre as misturas e variedades de pratos utilizados no cotidiano da cozinha brasileira, resultantes da somatória do uso de legumes, verduras, diversidades de temperos, alimentos doces e salgados, os cardápios festivos e os cardápios triviais que permeiam as cores e os sabores típicos encontrados na culinária do Brasil e as singularidades dos múltiplos aspectos do jeito brasileiro de comer e de viver, resultante da somatória da herança indígena, africana e brasileira. Essas abordagens sobre a etnografia da alimentação realizadas por Cascudo (2004) permitem o aprofundamento de estudos sobre a cultura da culinária popular brasileira, por analisarem o momento do encontro familiar, as preferências alimentares dos brasileiros, seu folclore e as superstições ligadas às crenças e aos tabus que permeiam as escolhas alimentares em todo o Brasil.

Atenção especial é dada pelo autor quanto ao uso da mandioca na alimentação indígena (CASCUDO, 2004). Quando os europeus aqui chegaram, a cultura da mandioca já estava disseminada por toda a América do Sul e pela América Central, atingindo, inclusive o México. Porém, nessas áreas, a mandioca não se tornou tão primordial quanto a cultura do milho. Denominada inicialmente pelos portugueses como *inhame*, por se assemelhar com o tubérculo que era a base alimentar nas colônias africanas. Em toda América do Sul, a mandioca tornou-se elemento que constituiu a vida social dos povos indígenas, principalmente de norte a sul de todo Brasil. Sobre isso Cascudo afirma que:

À inteligência dos antigos peruanos irmanava a mandioca ao milho no mesmo nível glorificador. Um vaso cerâmico, deparado num cemitério pré-colombiano de Sechura, representa o deus da agricultura do Peru com uma vergôntea de milho numa mão e a mandioca, com seus tubérculos pendentes, na outra (CASCUDO, 2004, p. 108).

As obras de Gilberto Freire *Casa-Grande e Senzala* (1961) e *Manifesto regionalista* (1926) traduzem a importância das análises cotidianas como vertente fundamental para compreensão da sociedade e da cultura brasileira, amparada na fisiologia do gosto que caracteriza regionalmente as peculiaridades gustativas encontradas no Brasil, classificadas em três cozinhas regionais: a nortista, a baiana e a mineira. Essas classificações revelam como a troca de influências culturais foi colaborando para a dinamicidade dos pratos regionais, que enternecem e acentuam os sentimentos e as relações de pertencimento com o lugar, permitindo a revelação do processo que constitui as trocas culturais no âmbito alimentar.

Em várias passagens da obra do *Manifesto regionalista* é evidenciada a importância de resgatar no país a construção da identidade nacional via valorização dos hábitos alimentares para integrar a diversidade das diferentes culturas que compunham o território brasileiro. Obviamente foi no cotidiano culinário, precisamente na cozinha, que o autor encontrou as formas de expressão cultural capazes de traduzir a identidade de um povo. O autor revela claramente o quanto “o Nordeste tem o direito de considerar-se uma região que já contribuiu muito para dar à cultura ou à civilização brasileira autenticidade e originalidade e não apenas doçura ou tempero” (FREIRE, 1926, p. 3), pois a maneira como os alimentos são preparados revelam as peculiaridades regionais primordiais para o resgate do valor histórico, étnico e cultural de uma região.

Oswaldo Orico (1972) afirma que, embora Gilberto Freire tenha excluído dessa classificação de culinária regional<sup>10</sup> os padrões alimentares encontrados na Amazônia, essa atitude desafia o pesquisador a realizar o resgate da tradição culinária amazônica, a qual pode ser classificada como a mais orgânica, fundamental e típica do país, com singularidades étnicas do processo insular que se segrega dentro de seu *habitat* natural, pois “é dentro dele que a cozinha amazônica se realiza e se afirma, tornando-se precária e perigosa se daí se move ou desloca, elas simbolizam e se materializam nos rituais da caça, da pesca e nos molhos com que se apresentam” (ORICO, 1972, p. 67-73).

O resgate das contribuições culturais trazidas para o Brasil por brancos e negros foram difundidas junto aos hábitos alimentares dos povos indígenas que se encontravam na Amazônia. O entendimento da “somatória” das influências gastronômicas que permeiam a mesa dos brasileiros e, de modo específico, as simbologias gastronômicas encontradas no modo de se alimentar amazônico revelam que o ato de comer representa o sistema de trocas informais que foram vivenciadas ao longo do demorado e doloroso processo de colonização, envolto nas relações de interesses impostas pelos colonizadores.

A região amazônica assemelhou-se para os grupos que aqui viviam antes da chegada dos portugueses a uma rica cozinha que oferecia quitutes e bebidas para alimentar os companheiros e os filhos das mulheres indígenas amazônicas. Nunes Pereira realiza uma abordagem sobre as singularidades alimentares dos grupos que viviam na Amazônia, enaltecendo a criatividade da figura feminina na Amazônia, ao transformar frutos, raízes, tubérculos, palmitos, caças e pescado em bebidas e alimentos:

Em nenhuma outra região a mulher indígena se revelou tão hábil, tão requintada criadora de acepipes. [...] Nas lindas louças que suas mãos, hábeis e asseadas, modelavam, numa suavidade e ritmo de carícia cozinhava a marreca, o cojubim, o pato-branco, o pirarucu, o tucunaré, o tambaqui, a tartaruga, o jabuti, o maçuã, adubando-os com as ervas por ela mesmo plantadas nas pequenas hortas-suspensas – que são seus jirais ou cascos velhos de ubás – ou com outras que iam colher no mato e na roça. [...] Da

---

<sup>10</sup> Segundo DaMatta (1986), a identidade alimentar se apresenta envolvida em dimensões sociais, políticas e econômicas e pode ser configurada como representações culturais. Neste trabalho, a culinária regional é vista como parte integrante do patrimônio cultural alimentar de um povo, a qual pode também ser considerada como identidade regional alimentar, haja vista que a alimentação humana é um ato social e cultural representado por singularidades próprias dos lugares e que podem ser identificadas nas características culinárias de vários países do mundo, exemplificadas nos preparos e temperos típicos da culinária francesa, italiana, japonesa, chinesa, árabe, entre outros. Para DaMatta (1986), a alimentação torna-se parte do patrimônio cultural alimentar de determinado povo, pois o tipo de alimentação consumida configura a representação social de determinados lugares e a sua **identidade regional alimentar**. Daí surgirem no Brasil simbologias culinárias associadas a cada região: o churrasco gaúcho, o acarajé baiano, a feijoada carioca, o açaí paraense, o queijo mineiro e a caldeirada de peixe amazônica. Nesse sentido, o ser social, ao se alimentar, não cumpre somente uma função biológica, pois “o homem biológico e o homem social, a fisiologia e o imaginário estão estreita e misteriosamente mesclados no ato alimentar” (FISCHLER, 1995, p.14).

mandioca retirava a farinha, a tapioca, o polvilho e o tucupi, da macaxeira ou macaxeira retirava a farinha dita *suruí*, o carimã e a goma; esses produtos iriam misturar-se a certas peças, assadas, torradas e trituradas, de caças, ou serviam para o preparo de beijus, de mingaus e de molhos de sabor ácido e afrodisíaco. [...] O pato-no-tucupi que Mário de Andrade comeu em Belém, lambendo os beiços, numa quebreira de êxtase, foi criação, descoberta genial da mulher amazônica. A maneira de assar certos peixes, de moqueá-los, como o tambaqui e o tucunaré, foi invenção dela. [...] E os ovos das tartarugas e dos tracajás não seriam ainda hoje tão procurados se ela não descobrisse o *ararubé*, amassando-os com farinha de mandioca e sal vegetal, à falta de sal de Macau e de Mossoró (PEREIRA, 1974, p. 7-10).

Ainda nos dias atuais é muito comum se observar o uso dos jiraus suspensos encontrado nos quintais das casas dos amazônidas, também conhecidos como “*balcões ou canteiros de cheiro verde*”. Nas casas dos assentados do Igarapé do Lago Preto pode ser observado, na Figura 2, o cuidado especial com a construção dos balcões suspensos, principalmente para proteger as plantas dos jardins que colorem a parte da frente das residências no período da seca. São as esposas que constroem esses balcões, auxiliadas por suas filhas e, assim, as roseiras, crisântemos, tajás, papoulas e variedades de plantas medicinais são cuidadosamente transplantadas para caixotes de papelão, baldes, bacias ou latas de tintas e ficam ali repousando na forma de jardins suspensos até baixarem as águas, para novamente serem transplantadas e florescerem na entrada das casas, simbolizando o renascimento da vida na várzea.



**Figura 2:** O uso dos jiraus para a manutenção dos jardins nas moradias do Assentamento Costa do Caldeirão – Igarapé do Lago Preto – Manacapuru-AM, durante o período de enchente.

**Fonte:** Cinthya Martins, Pesquisa de Campo, 2014 - 2015.

No assentamento de várzea, a renovação anual dos fertilizantes depositados pela ação das águas proporciona a fertilidade do solo e influencia no o desenvolvimento de práticas direcionadas para o estabelecimento da agricultura familiar marcada pela produção de culturas temporárias nessas áreas, tais como: milho, mamão, melancia, mandioca, maracujá, abacaxi, pimenta de cheiro, banana, feijão de metro, maxixe, pepino, cebolinha e outras culturas de ciclo curto. Os anos de 2012, 2014 e 2015 foram marcados por grandes cheias no Amazonas, definidas pelos moradores do assentamento de várzea como “*momentos de alagações*” em virtude do avanço do nível das cheias acima do normal. Esses momentos comprometeram as plantações, a colheita e a moradia e impulsionaram os assentados a buscar alternativas de adaptabilidade para não comprometer a produção agrícola familiar. Relatos realizados pelos moradores denunciam que as constantes “alagações” se tornaram as grandes responsáveis pela diminuição do consumo de frutas no assentamento, pois muitas árvores frutíferas como mangueiras e goiabeiras, que antes produziam muitos frutos que eram levados para ser vendidos na cidade, não resistiram ao longo período de avanço das águas.

Nos períodos de cheia das águas do rio Solimões representados na Figura 3, é muito comum observar na varanda das casas dos moradores copos descartáveis com pequenas mudas de mamão, pepino e maracujá, aguardando o recuo das águas para serem depositadas ainda no solo umedecido e fertilizado. Nos dias de enchente, os assentados vivem preocupados com o tempo da subida das águas. Segundo os moradores, são as grandes enchentes que definem aquilo que vai ser plantado e quando vai ser colhido, por isso, é comum se ouvir nas conversas realizadas com os assentados a seguinte consideração: “*esse ano plantamos pepino, mas a colheita vai depender se a água vai deixar ou não*” (F.M.A.P, 34 anos – Morador da Costa do Caldeirão).



**Figura 3:** Cultivo temporário agrícola e o uso dos jiraus no Assentamento Costa do Caldeirão – Igarapé do Lago Preto – Manacapuru-AM, durante o período de enchente.

**Fonte:** Cinthya Martins, Pesquisa de Campo, 2015.

Embora sejam intensas as combinações das atividades realizadas pelos moradores da zona rural na Amazônia, a pesca e a agricultura constituem as principais atividades realizadas na várzea, assim como a caça e a agricultura se realizam mais intensamente nas áreas de terra firme. Essas atividades tradicionalmente proporcionaram a aquisição dos alimentos encontrados à mesa dos moradores das zonas rurais, quando o seu consumo alimentar era realizado de forma menos intensa com as relações com o mercado capitalista. Segundo Cruz (1999), principalmente nas áreas de várzea do rio Solimões, as atividades agrícolas se realizavam quase sempre sem sofrer as influências do processo de especialização da produção, subordinadas às exigências das agroindústrias; assim, esse fato permitia que o produtor não se tornasse explorado pela mais-valia, ficando livre e descomprometido para estabelecer uma relação flexível com o mercado.

Ao serem abordadas as atividades econômicas realizadas no interior do Amazonas, é impossível deixar de considerar a importância do trabalho familiar nas relações de produção (CRUZ, 1999; JESUS, 2000; FRAXE, 2000; WITKOSKI, 2007). O elemento social rural que movimenta essa produção, normalmente é atribuído à categoria masculina, porém, a imagem familiar e as atividades de subsistência realizadas têm na mulher rural amazonense o ponto chave de equilíbrio. O papel da mulher na zona rural, apesar de ser considerado secundário ao protótipo do caçador, do pescador, do provedor das necessidades de subsistência e daquele

que toma as decisões finais na relação familiar, não pode ser considerado menos importante, pois, é no papel feminino que se concentra a perpetuação da cultura alimentar no meio rural.

A mulher, juntamente com seus filhos, tem papel importante na manutenção e formação dos quintais. Contudo, o trabalho que exige maior esforço físico é realizado pelos homens. A diversidade de espécies introduzidas e mantidas pelos caboclos-ribeirinhos, nos sítios e quintais, garante uma produção variada de alimentos e outros produtos úteis para a subsistência das famílias locais. Nestas áreas são também selecionadas espécies vegetais, por meio de seleção de espécies, de sementes e mudas, propagação vegetativa, produção de adubo orgânico, poda e enxertia de fruteiras, seleção das melhores matrizes para reprodução vegetativa, entre outras experiências (FRAXE, 2006, p. 115).

É a figura feminina que realiza as atividades voltadas para as tarefas domésticas e que se desdobra entre os cuidados com o lar, a hora de preparo da alimentação, o zelo pela educação dos filhos, ajuda dispensada no preparo da terra, na colheita e na venda dos produtos na cidade. É importante lembrar que, na atualidade vivenciada nas zonas rurais do Amazonas, as atividades femininas também se ampliaram para fora do lar, ao dedicarem-se aos cuidados com os doentes da comunidade e pela intensa disponibilidade para atuar nos serviços religiosos. Nesse caso, mesmo realizando múltiplas funções na comunidade, a postura tímida e quieta das moradoras da zona rural sugere a impressão aparente de que as mesmas não participam das decisões tomadas na comunidade. No entanto, o papel feminino na Amazônia é a força motriz que define os princípios e os valores familiares na zona rural amazônica.<sup>11</sup>

Os sabores e os cheiros advindos das práticas culinárias realizadas pelas mulheres da zona rural constituem-se na história de vida de cada ser social e resgatam os bons momentos vivenciados no ambiente familiar, traduzindo a ideia do aconchego, da proteção e dos sentimentos felizes normalmente compartilhados durante o ato de comer. O aroma do café coado cedinho, do chá ainda quente na xícara, do tempero apurado e fumegante da panela de feijão ou do delicioso assamento dos beijos no forno de farinha resgatam, instantaneamente, para uma viagem até os bons momentos vivenciados na infância.

A vida cotidiana é a vida do homem inteiro, ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela colocam-se 'em funcionamento' todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, suas paixões, ideias, ideologias [...]. A vida cotidiana não está 'fora' da história, mas no centro do acontecer histórico: é a verdadeira 'essência' da substância social [...]. Todo conhecimento do mundo e toda

---

<sup>11</sup> Mais informações sobre a importância do trabalho realizado pela mulher na zona rural amazônica podem ser encontradas em LIMA (1999, p.13), JESUS (2000, p.108), FRAXE (2000, p.73).

pergunta a cerca do mundo são motivadas diretamente por esse ‘EU’ único, por suas necessidades e paixões, é uma questão de particularidade individual (HELLER, 1972, p. 17-21).

O ato e o efeito de utilizar a criatividade no preparo de determinado alimento envolve a mística do cuidado<sup>12</sup> para com aqueles que se ama ou por quem um dia se foi muito amado. Esses sentimentos se traduzem e se consolidam quando se resgata a memória afetiva para realizar o preparo de alimentos, que apresentam os saberes e os sabores convencionais acumulados dentro do ambiente familiar.

Uma receita de biscoito de goma de mandioca, que fazia parte dos dotes culinários das avós, ou o mingau de caridade, marcado pelas suas propriedades medicinais revigorativas resultante do conhecimento popular e preparado com a farinha de mandioca da Amazônia, identificam-se: são elementos simbólicos de tipos de alimentação que representam os saberes convencionais adquiridos no senso comum, expressando os sentimentos e os conhecimentos acumulados que não podem ser perdidos e que devem continuar a ser repassados, no sentido de permitir a perpetuação da identidade regional na Amazônia. A busca dessa identidade regional foi traduzida por uma moradora do assentamento de várzea, ao revelar seus conhecimentos artesanais para transformar as sobras de massa de mandioca na produção dos “beijus”, afirmando que a receita para o preparo desses alimentos foi adquirida com a sua avó. Segundo a moradora, na época de sua avó era preciso trabalhar mais para não perder todas as sobras da massa da “puba”. Atualmente, embora se faça uso da mesma técnica artesanal para

---

<sup>12</sup> Cabe aqui resgatar o sentido etimológico da palavra *mística*, a qual significa segredo e mistério de ordem espiritual. Essa palavra aparece no texto associada ao significado da palavra *cuidado* que, por sua vez, vem do latim e representa o conceito de cura. Ambas estão envoltas por uma questão espiritual de comportamento que pode nos levar a entender que a mesma só pode ser realizada quando viabilizamos ou nos é viabilizado uma sensação de bem-estar físico e emocional capaz de preservar e proporcionar a essência do nosso equilíbrio psicológico, social e espiritual. A cura é vista aqui como o resultado das atitudes de zelo, vigilância, dedicação e predisposição a cuidar do outro quando estes sentimentos estão latentes dentro de nós, valorizando a atenção e demonstrando preocupação com as fragilidades e dependências que fazem parte da vida daqueles a quem nos responsabilizamos para cuidar. O cuidado só passa a existir quando passamos a participar do destino de alguém, de suas lutas, de seus desejos, de suas dores e de suas conquistas. Cuidado é também uma atitude permanente de compromisso espiritual e social, por envolver dedicação, afeto, carinho e aplicação de solidariedade em nosso modo de existir, permitindo-nos sair de nós mesmos e para pousar permanentemente no que está acontecendo com a vida do outro. Segundo a mística do cuidado, são nas experiências vivenciadas no universo feminino pelas nossas avós e mães que encontramos um exemplo aplicável a esse tipo de comportamento, revelando o quanto esse sentimento é marcado pelas atitudes rotineiras que as induzem a uma vigilância permanente marcada por preocupações infundáveis com o ser amado. A mística do cuidado começa na morada (*ethos*), o qual se classifica como a casa concreta das pessoas, uma comunidade, uma cidade, o Estado ou o planeta Terra. Porém, por ser o cuidado consolidado pela natureza humana, o mesmo só se torna possível quando as atitudes pessoais com *ethos* permitem se concretizar na morada dos que amam, dos que cuidam, dos que se responsabilizam, dos que se solidarizam, dos que se compadecem e dos que aprendem a se integrar. Nesse sentido, a mística do cuidado se realiza amparada em atitudes *ecomunitaristas* voltadas para preservação de uma saúde produtiva que gere o equilíbrio tanto do ser humano como da natureza. Vide: BOFF e BETTO (1999, p. 33-52); VELASCO (2000, p. 46); BARROS (2002, p.2); BOFF(2004, p. 38-62); FREEDMAN (2009, p. 249-250).

o preparo dos beijus, parte da massa pode ser guardada congelada para ser utilizada nos períodos da enchente, para não ficar sem esse alimento. Assim sendo, o momento vivenciado durante o preparo da farinha, que é considerado o principal alimento do cardápio dos moradores da zona rural amazônica, envolve tanto a união da família quanto um clima de “animação”, assim definido:

*Hoje eles começaram quatro horas da manhã pra trabalhar. Os três filhos vieram pelo caminho e os daqui de casa foram por água e fizeram quatro sacos de farinha. Eu e minha filha também fomos ajudar e tudo ficou muito animado. Meu irmão acha ruim fazer a farinha só ele com os dois filhos. Todo mundo ajudando fica legal eles colocam rádio e fica a maior risadaria e é bem legal. Eu aprendi desde novinha usar a sobra da farinhada para fazer o beiju com as sobras da puba. A gente tem primeiro que colocar a massa amolecida em cima da bananeira pra esquentar dentro do forno. Depois tira, espera esfriar e começa a amassar. Aí bota óleo, manteiga e bota no forno pra assar. O beiju branco é da goma da mandioca. O beiju de borra é da borra que fica quando a gente tira o tucupi. O pé de moleque é da massa mole, a gente amassa bem, tem gente que esquentar, eu aprendi só amassado, aí coloca açúcar, castanha, cravinho, erva doce. Esse aqui eu fiz agora é da massa que tinha guardado no freezer, eu tirei e fiz, mas esse não tem castanha, tá muito escasso, as árvores morreram quase todas por causa da alagação, até os coqueiros morreram quase todos (J.V.T.P., 77 anos. Entrevista realizada em maio de 2017, moradora da Costa do Caldeirão).*

O papel feminino também é muito significativo quando nas áreas de terra firme é realizada a *coivara*<sup>13</sup> para preparar a terra que irá receber o plantio da roça. Cabe às mães e às esposas o preparo do alimento a ser consumido durante as tarefas realizadas com o trabalho familiar viabilizado pelo *puxirum* ou *mutirão*.<sup>14</sup> No caso do plantio da mandioca representado

<sup>13</sup> Esse sistema se caracteriza pela realização de atividades que foram tradicionalmente repassadas de geração para geração e que foram inicialmente realizadas pelas populações indígenas que habitaram a Amazônia desde os primórdios, quando utilizavam o fogo como mecanismo de limpeza e de fertilização do solo. O uso do fogo tem a finalidade de preparar os solos de terra firme para receber o plantio de determinadas culturas como milho, banana, maxixe, jerimum e, principalmente, mandioca (*Manihot esculenta crantz*), da qual é feita a farinha, o principal alimento a constituir os hábitos alimentares dos amazônidas. O trabalho da coivara se inicia com a derrubada da floresta, a destocada e depois a queimada, fertilizando os solos de terra firme para realizar um cultivo agrícola marcado por um sistema de roçado itinerante dentro do terreno do morador. A coivara também é conhecida em alguns lugares do Brasil como “cultivo de corte e queima”. As técnicas para a realização da coivara permitem o controle do fogo, permitindo que ele se centralize nas raízes, cipós e tocos de árvores da área onde será realizado o roçado. Após sete dias depois da queimada, o solo estará pronto para receber o plantio de culturas agrícolas de ciclo curto como milho, feijão, melancia ou mandioca – de colheita prevista de seis meses a dois anos. Mais informações sobre a coivara podem ser encontradas em MEGGERS (1987); LEONEL (2000); MATOS (2015).

<sup>14</sup> Esta prática, também conhecida como ajuri em algumas localidades rurais da Amazônia, é comumente vivenciada pelos moradores e caracteriza a realização de um trabalho não remunerado, configurado pelos laços de solidariedade. Nessa troca mútua de atividades, o trabalho é recompensado à medida que os outros moradores precisarão futuramente da utilização da mão de obra no preparo da roça, da farinhada, das festividades de santo ou na construção de moradias, podendo envolver, de acordo com a finalidade do evento, o anfitrião, cozinheiras, cortadores de maniva, cavadores, plantadores, aguadeira, carregador de água, etc.. Mais informações disponíveis em WAGLEY (1988); MURRIETA (1998); FRAXE (2000); BATISTA (2007) e MATOS (2015).

na Figura 4, a colheita das raízes será feita de seis a oito meses após o seu plantio, quando novamente o trabalho coletivo será realizado para o preparo da farinha: as raízes são descascadas e colocadas em baldes com água ou em sacolas amarradas no fundo do rio para amolecer. Quando essas raízes estão moles, são levadas para serem sovadas. Dessa massa, depois de ser muito bem lavada, é retirada a tapioca, pó muito fino de cor branca. Essa técnica é fundamental para que a massa não fique muito forte. Depois de retirada a tapioca, cobre-se a massa com um pano e somente no dia seguinte, pela manhã bem cedo, a mesma é levada ao tipiti para ser prensada e ser espremida. O sumo amarelo retirado desse processo, dá origem ao tucupi, que deverá ser fervido antes de ser consumido, em virtude do veneno existente nas raízes da mandioca. Depois de ser totalmente espremida, peneira-se a massa e só depois coloca-se no forno para ser torrada e dar assim, origem à farinha.



**Figura 4:** Processos que envolvem o preparo da mandioca para “amolecer” a raiz e fazer a farinhada. Lotes do Assentamento Paquequer – Nova Olinda do Norte – AM.

**Fonte:** Cinthya Martins, Pesquisa de Campo, 2016.

O trabalho de torrar a farinha pode se estender durante um dia inteiro e é realizado pelo revezamento entre o marido, esposa, vizinhos ou pelas relações de compadrio que participaram desse processo desde o preparo da roça. A farinha é torrada em fornos de metal assentados em suporte construído de argila, para manter o fogo à lenha que irá proporcionar a torragem do alimento. Para não deixar a farinha queimar, utiliza-se um remo de madeira, como se fosse uma colher gigante mexendo e jogando a massa para o alto, até que a mesma esteja totalmente pronta e torrada. Normalmente o lugar em que o preparo da farinha é realizado se chama *casa de farinha* e fica nos fundos da casa do morador, sendo um local

aberto e coberto de palha ou de sobras de telhas de amianto, rústicamente improvisado. O trabalho para plantar, colher a maniva e fazer a farinha, alimento principal no prato dos amazônidas, simboliza, para quem observa, a necessidade de se aprender a ter paciência para esperar o tempo da natureza na Amazônia, pois, a produção da farinha marca o ritmo de vida de seus moradores, que precisam aprender a esperar pela ausência das chuvas na região para o preparo da terra e pelo momento para realizar cada fase do processo acima narrado, exercitando as relações sociais de trabalho organizadas com base na disponibilidade de tempo para realizar tarefas cansativas e árduas, as quais exigem das famílias boa vontade, generosidade e colaboração mútua.

*Essa roça era da minha prima, só que ela viajou pra Manaus. Então ela pediu pra eu “destocar” a roça. Eu convidei minha mãe, minha mulher e minha irmã para me ajudar a fazer a farinhada. A metade de toda a produção da farinhada será dividida entre eu e a minha prima. Mas da minha metade eu vou dividir com a minha mãe e com a minha irmã. O serviço não é fácil. Leva alguns dias para ficar pronto. Primeiro a gente descasca e põe de molho pra fazer a massa puba de dois a três dias e a outra metade deixa dura mesmo. Depois mistura as duas e leva para cevar. A gente tira o tucupi e a goma quando moi a massa dura. Agora já tá mais fácil moer porque a gente já usa o moedor funcionando com o motor do rabeta. Depois a gente leva pro cocho ensacada no saco de fibra pra poder prensar durante um dia inteirinho até tirar todo o tucupi pra não ficar azêda. Só depois de um dia que a gente tira essa massa e leva úmida para o forno. Os dias de trabalho depende da quantidade de masa para torrar, pode ser de dois a três dias, é cansativo mas a gente se reveza e vai fazendo aos poucos. A torração é o mais cansativo por causa da fumaça e do calor (M.R.S.C, 44 anos. Entrevista realizada em janeiro de 2016. Assentado do Igarapé do Lago Preto).*

Da massa da mandioca é retirada a goma, o tucupi, a crueira e o polvilho. A crueira surge dos restos da massa espremida que fica no tipiti, colocada ao sol ou no forno para secar, e peneirada para ser consumida como biscoito frito ou como mingau. O polvilho origina-se da goma que fica seca ao sol e pode ser utilizado para fazer biscoitos e pães. A goma também pode ser torrada e produzir uma variedade de farinha branca, conhecida na região como farinha de tapioca, que é muito consumida com café, vinho de açai ou de bacaba. Também da mandioca podem ser feitas algumas bebidas tradicionalmente indígenas. O caxiri é feito da mistura da massa ralada e espremida da mandioca com o caldo de cana. Essa mistura precisa ficar em repouso durante dois dias para fermentar. Essa bebida também pode ser misturada com abacaxi, diversificando o sabor.

Segundo DaMatta (1986), o lugar de pertencimento irá influenciar o comportamento alimentardas pessoas,as suas preferênciase a grande parte das escolhas dos alimentos que

serão consumidos no ambiente familiar. O cotidiano encontrado no modo de vida amazônico é a ferramenta capaz de revelar o processo de interação alimentar entre os indivíduos e os espaços naturais onde os mesmos realizam a sua representação cultural. A ideia do cotidiano concretiza-se com a memória, com a dinamicidade e com a dialética, impulsionando reflexões sobre tudo aquilo que permanece e que permite a possibilidade das mudanças com a produção de novos conhecimentos amparados na essência das relações cotidianas, as quais envolvem a necessidade biológica de alimentação, pois “os modos de vida, pelo tipo de nutrição e pelos hábitos que implicam, são, por sua vez, uma causa que modifica e modela o ser humano” (LA BLACHE, 1954, p. 172).

É importante reconhecer que as relações sociais vivenciadas no preparo dos alimentos na Amazônia não comportam somente aquilo que é visualizado ao primeiro olhar, ou seja, a exterioridade, pois, as relações cotidianas pessoais ou coletivas expressam todos os procedimentos individuais e realizados pelo grupo social, dentre eles, o ato de sentir, imaginar, pensar e comer. Lefebvre aponta que nenhuma forma de saber e de conhecer pode se desenvolver afastada das abordagens sobre o cotidiano, posto que é nele “que se tem prazer ou se sofre o aqui e agora” (LEFEBVRE, 1991, p. 27). É no cotidiano que reside o motor da transformação que leva a conhecer e a reconhecer as particularidades como instrumento da mudança.

Para Paul Ricoeur (1995), nenhuma interpretação histórica pode vir a se constituir desassociada do modo de compreensão de seu momento histórico. Daí a necessidade de resgate da filosofia hermenêutica para renovar o desejo da dialética, para refletir e para interpretar a compreensão sobre os fatos que são narrados. Sobre isto o autor afirma que,

O mundo exibido por qualquer obra narrativa é sempre um mundo temporal: o tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo; em compensação, a narrativa é significativa na medida em que esboça os traços da experiência temporal (RICOEUR, 1995, p. 15).

O pensamento de Paul Ricoeur defende que será por meio da apropriação do esforço por existir e do desejo de aprender a ser que se atinge o ato da reflexão. Com base nessa análise, busca-se nesta tese o resgate da complexidade das abordagens interdisciplinares e da hermenêutica dos signos, dos símbolos e dos escritos identificados nos relatos encontrados nas narrativas dos colonizadores, visto que a narração de determinado fato histórico permite a compreensão e o entendimento de nós mesmos na dimensão temporal.

Bourdieu (2012) afirma que as ações do cotidiano traduzem a abstração da realidade envolvida no conceito de *habitus* configurando as percepções, as disposições e as atitudes que

os indivíduos adquirem ou passam a incorporar no momento em que realizam as suas experiências sociais, perpetuando o seu processo de socialização nos campos simbólico, material, corpóreo ou cultural. É pelo *habitus* que o indivíduo se percebe integrado às experiências passadas, permitindo-se ver, pensar e reagir nas mais variadas situações, e, ainda, refletindo sobre o seu estilo de vida e sobre o seu caráter moral, político e estético. É no sistema aberto cultural revelado pelo *habitus* que se encontram as percepções dos povos amazônicos, revelando a matriz social de cada indivíduo, permitindo o entendimento dos comportamentos, ações e do modo de pensar individual ou coletivamente diante do cotidiano.

### **1.3 O uso do tempo e a comida fazendo história na Amazônia**

O que significa o uso do tempo quando esse tempo se relaciona ao ato de cozinhar? Qual a disponibilidade de tempo que a sociedade dedica ao preparo e compartilhamento dos alimentos com os seus familiares? Análises sobre o uso do tempo permitem o entendimento das configurações sociais traduzidas pelo processo evolutivo das sociedades?

Essas indagações são importantes para avaliar o uso do tempo na Amazônia associado aos valores sociais, econômicos e culturais em determinado tempo histórico. O uso do tempo que expressa mudanças produzidas e reproduzidas no espaço geográfico, nas relações que envolvem o indivíduo, o seu modo de vida e, sobretudo, o preparo e o consumo do alimento. As respostas encontradas para essas indagações revelam as escolhas pessoais e a incorporação de antigos e novos padrões alimentares repassados pelos antepassados ou adquiridos a partir do processo civilizador realizado pelos europeus (ELIAS, 1994).

Os avanços tecnológicos resultam da força oculta movida pelos interesses do capital em minimizar o uso do tempo para a conquista da produtividade. O acesso à tecnologia, por sua vez, estimulou as mudanças nos sistemas de produção de alimentos que, conseqüentemente, impactaram transições no modo de se alimentar das pessoas, independente dos lugares onde se encontrem. A sociedade e os indivíduos não são antagônicos. Existe nesse processo a relação de interdependência funcional que pode ser observada em determinados momentos históricos, considerados como o processo de interação existente entre a tecnização e a civilização (ELIAS, 2006). Foi da necessidade de realizar a mobilidade humana na Amazônia que os rios se tornaram estradas, utilizando-se canoas a remo para o deslocamento. Posteriormente chegaram os barcos movidos a vapor; depois os barcos movidos a máquinas de autopropulsão; e, mais recentemente, o uso de canoas acopladas a motores rabetas que invadiram as comunidades amazônicas e, hoje, são praticamente utilizadas por todas as

famílias nas “comunidades” do interior do Amazonas, minimizando o uso do tempo, pois, as viagens a remo no início do século XX, que duravam de oito a quinze horas, passaram a ter seu tempo reduzido de uma a duas horas de percurso e, assim, a frequência desses moradores se deslocando à sede do município se tornou mais intensa da mesma forma como se tornaram mais intensos os seus laços com o modo de vida urbano. A tecnificação no Amazonas é registrado por Matos quando afirma que

Na evolução da tecnologia podemos ver a passagem do machado de pedra ao de aço, e deste à motosserra e em outras localidades, ao trator de esteira; do arco e flecha e arpão para a utilização das redes de pesca cujas dimensões e resistências diversificadas permitem extrair dos rios, lagos e igarapés do Amazonas as mais diversificadas espécies de peixes, quelônios e mamíferos. A simples passagem do facho para a lamparina e dessa para a lanterna permitiu aos humanos maior visibilidade noturna, tanto nas profundidades da águas quanto na densidade da floresta (MATOS, 2015, p.67-68).

Matos (2015) destaca, ainda, que, no avançar da tecnificação, o desenvolvimento das máquinas utilizadas para o transporte fluvial passaram de 4, 10, 50 hp para motores de força de 360, 520, 650, 800, 900hp de força & nbsp. Esses tranportes navegam atualmente pelos rios do Amazonas, levando de 200 a 400 passageiros e proporcionando a minimização das distâncias, ao passo que facilitam a locomoção de transporte e de mercadorias e que fazem sentir seu efeito na poluição do ambiente aquático. Quanto à alimentação, outras mudanças podem ser observadas no modo de vida dos moradores que vivem nas áreas dos assentamentos amazônicos pesquisados. O processo de tecnificação viabilizou as possibilidades de armazenar o seu pescado ou as polpas de frutas em freezer, permitindo que os assentados possam negociar o valor de seu produto na época de baixa temporada e estabelecer novas relações de mercado com os seus consumidores. Para Nobert Elias, essas mudanças sociais, econômicas e culturais são resultantes do processo de tecnificação responsável por induzir novo processo civilizador, inserido como aprendizagem involuntária para a humanidade, pois

[...] possivelmente não será entendido, imediatamente, por que eu estou falando de uma vida melhor e não de uma vida boa. A pessoa pode discutir interminavelmente sobre o significado de uma “vida boa”. A expressão dá ideia de um estado absoluto e final. Representa principalmente um ideal. A expressão uma ‘*vida melhor*’, por outro lado, refere-se a um processo social no desenvolvimento do qual condições de viver não se tornam boas em um senso absoluto, mas sim, em se referindo a uma fase anterior. Quando a água para lavar e cozinhar tem que ser apanhada de um poço que fica a dez minutos de distância e, mais tarde esta água pode ser encanada dentro da casa, então isso apresenta uma melhoria na vida de uma pessoa. Ela compara a fase posterior com uma anterior. Os critérios são impessoais. Pode-se falar de critérios impessoais de melhoria. A carga de trabalho pesada está

reduzida quando você precisa apenas abrir uma torneira na casa para que possa ter água. Porém, se você falar de uma vida boa, então você deixa a porta aberta a qualquer capricho (ELIAS, 2006, p. 2).

A utilização da tecnização provocou mudanças de comportamentos na Amazônia associadas aos impactos ambientais observados a longo prazo. O uso da motosserra colaborou para o desmatamento, e o uso de agrotóxicos nas plantações rurais passaram a contaminar o solo e o lençol freático em todo território brasileiro.

Desde 2008, o Brasil ocupa o primeiro lugar no ranking mundial de consumo de agrotóxicos. Enquanto nos últimos dez anos o mercado mundial desse setor cresceu 93%, no Brasil, esse crescimento foi de 190%, de acordo com dados divulgados pela Anvisa. Segundo o Dossiê Abrasco - um alerta sobre o impacto dos agrotóxicos na saúde, publicado nesta terça-feira no Rio de Janeiro, 70% dos alimentos in natura consumidos no país estão contaminados por agrotóxicos. Desses, segundo a Anvisa, 28% contêm substâncias não autorizadas. "Isso sem contar os alimentos processados, que são feitos a partir de grãos geneticamente modificados e cheios dessas substâncias químicas", diz Friederich. De acordo com ela, mais da metade dos agrotóxicos usados no Brasil hoje são banidos em países da União Europeia e nos Estados Unidos. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), entre os países em desenvolvimento, os agrotóxicos causam, anualmente, 70.000 intoxicações agudas e crônicas (O "alarmante" uso de agrotóxicos no Brasil atinge 70% dos alimentos. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/29/politica/1430321822\\_851653.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/29/politica/1430321822_851653.html). Acesso em 20 abr. de 2018).

Mesmo assim, encontra-se tramitando no país o projeto de lei amparado na PL 6.299/2002, também conhecido como "PL do Veneno", que está tentando mudar o nome dos agrotóxicos para "defensivos agrícolas" e "produtos fitossanitários", defendendo o interesses do agronegócio em todo Brasil e prevendo a liberação temporária de licenças para uso contínuo de agrotóxicos junto aos pequenos produtores rurais. Nos trabalhos de campo, observou-se que essa atividade é frequentemente realizada no assentamento de várzea, sem que seus moradores percebam o quanto esses produtos químicos ou as misturas dessas substâncias usadas para prevenir, destruir ou controlar qualquer tipo de praga são extremamente prejudiciais à sua saúde.

O uso da tecnização também trouxe consigo o uso exagerado de malhadeiras, permitiu a pesca indiscriminada na região amazônica, levando à possibilidade de extinção de algumas espécies e exigindo a presença do Estado e a criação do Seguro Defeso. Considera-se importante analisar essas questões, justamente porque na Amazônia o processo de urbanização ocorreu em ritmo desassociado ao resto do Brasil, mas o desenvolvimento das cidades, mesmo que caracterize um padrão de desenvolvimento considerado *lento* afetou o

modo de vida da população local, demonstrando que a representação simbólica do uso do tempo modifica o comportamento humano diante das relações socioculturais.

Para Santos (2006), tempo, espaço e mundo precisam ser analisados como realidades históricas, mutuamente conversíveis por revelarem a realidade epistemológica totalizadora de determinada sociedade humana em processo de transformação, envoltas no uso do tempo e de sua funcionalidade. É por meio do uso das técnicas que o tempo concretiza, viabiliza e materializa os atos de realizar as coisas simples do cotidiano, como o ato de fazer o alimento. O tempo direcionado para o preparo do alimento envolve-se no sistema do tempo empírico, que é socialmente produzido, pois

O espaço se globaliza, mas não é mundial como um todo, senão como metáfora. Todos os lugares são mundiais, mas não há um espaço mundial. Quem se globaliza, mesmo, são as pessoas e os lugares. O que existe mesmo são temporalidades hegemônicas, ou homogeneizadas. As primeiras são o vector da ação dos agentes hegemônicos da economia, da política e da cultura, da sociedade enfim. Os outros agentes sociais, hegemonzados pelos primeiros, devem se contentar de tempos mais lentos (SANTOS, 2015, p. 3).

O uso do tempo é programado de acordo com as atividades realizadas dentro dele. Quanto mais ocupados, desenvolve-se a impressão de que o tempo se torna mais limitado. Sobre o uso do tempo, Bachelard afirma que o tempo possui várias dimensões e espessuras, visto que “só aparece como contínuo graças à superposição de muitos tempos independentes. Reciprocamente, qualquer psicologia temporal unificada é necessariamente lacunar, necessariamente dialética” (BACHELARD, 1994, p. 97). Nesse sentido, o mesmo tempo que escapa diante dos compromissos vivenciados no mundo moderno também torna a sociedade contemporânea pobre de tempo para realizar suas tarefas cotidianas.

Quando se aborda o uso do tempo para pescar, caçar, morar, cultivar, divertir-se, cozinhar e alimentar-se nas áreas dos assentamentos rurais do Amazonas, depara-se com um *tempo lento*, que está ligado ao tempo da natureza amazônica, marcada pela enchente e pela vazante dos rios, demonstrando o quanto é importante aprender a respeitar o tempo das águas na região. Essa particularidade é observada nos assentamentos de várzea durante o período das enchentes, quando as raízes de maniva são armazenadas em feixes e ficam guardadas em cima dos jiraus, esperando o recuo das águas para serem finalmente plantadas.

O desconhecimento dessa particularidade torna impossível o entendimento dos hábitos culturais e alimentares vivenciados no Amazonas, os quais foram traçados nas redes de relações sociais daqueles que aqui viveram ou que ainda vivem, pois, “a onipresente

consciência do tempo dos membros de sociedades relativamente complexas e urbanizadas é parte integrante de seu modelo social e de sua personalidade” (ELIAS, 1998, p. 176).

Nos relatos contidos na obra *Viagem filosófica ao Rio Negro(1756-1815)*, Alexandre Ferreira descreve detalhes sobre a dieta dos povos indígenas do século XVIII, na área em que mais tarde se tornou a Amazônia Brasileira, informando os inúmeros de aproveitamento das variedades alimentares retiradas da mandioca: “1º as tapiocas, 2º as carimãs, 3º as farinhas, 4º os beijus, 5º os vinhos, 6º as aguardentes” (FERREIRA, 2007, p. 418). Esses relatos confirmam que, ao se comparar esses escritos com as técnicas atualmente utilizadas para o preparo dos alimentos derivados da mandioca e as formas de seu consumo nos hábitos alimentares dos amazônidas, muito do que foi vivenciado no passado ainda se faz presente na zona rural do Amazonas, como se pode observar nos relatos sobre a produção de farinha d’água e os beijus na alimentação dos indígenas:

Põe-se de molho a mandioca, a qual está a amolecer pelo espaço de três dias, se é em água estagnada, e pelo de quatro, se é em água corrente. Tiram-na, quando se despega bem a casca, e a massa já está mole e quer principiar a fermentar. Descascada à mão, e passada por um ralo, vai escorrer no tipiti, donde passa para uma gurupema rala, e dali para o forno. Ele deve estar quente para receber: pelo dito forno a estendem com um rodo, deixando-a torrar mais ou menos, segundo o gosto da pessoa para quem se faz [...] a farinha e o beiju de mandioca são os sustentos dos índios, ou bebido em água ou servido de pão para o conduto. Quando não há peixe fresco ou salgado, suprem as tartarugas jurareté, agangauaçu, pitiú, uirapiqui, matamatá, arauaná, tracajá e jabuti, e ovos de todas elas, cozidos assados e fritos, ou amassados com farinha e levados ao forno, à imatação de tortas, que eles comem com tanto desfastio, como nós as nossas [...] (FERREIRA, 2007, p. 413 - 415).

A mandioca foi se tornando “o pão da vida” no cotidiano e na cozinha das moradias amazônicas, ensinando silenciosamente lições de solidariedade e de paciência para quem observa, concordando com Livro de Eclisias (3:1-3) quando afirma que “na vida tudo tem um tempo determinado para cada coisa, tempo de plantar e tempo de arrancar o que se plantou; tempo de derrubar, e tempo de edificar; tempo de rasgar, e tempo de coser; tempo de estar calado, e tempo de falar” (ALMEIDA, 1993, p. 460). Essa atividade traduz os reflexos do uso do tempo lento amazônico, que espanta e encanta aqueles que buscam entender o que se esconde depois do primeiro olhar lançado sobre a essência dos modos de vida, que se apresentam plasmados, pulsantes e permanentes no cotidiano amazônico.

Os relatos dos viajantes produzidos dos séculos XVI a XIX identificaram práticas alimentares realizadas pelos povos indígenas, as quais foram consideradas muito exóticas no imaginário dos europeus. Os escritos produzidos por missionários religiosos no século XVI

influenciaram os interesses racionalistas e criaram o mito do paraíso e do inferno amazônico a ser conquistado ou desbravado:

Outro fator atuante na diversidade dos costumes originou-se da ação dos colonizadores – espanhóis, portugueses e ainda os missionários – portadores por seu turno de traços culturais diferenciados e que exerceram sua influência sobre povos que, a par da variedade climática, possuíam, também hábitos alimentares distinguíveis entre si – pois habitavam regiões de montanhas, de florestas e de planícies [...] e aqueles povos não se encaixavam nos pressupostos universalizantes, porque desdenhavam do ouro, comiam parentes e inimigos, não tinham uma religião estruturada nem uma sociedade estribada em preceitos morais naturais ou oriundos de leis estabelecidas (GONDIM, 1994, p. 109 – 111).

O entendimento sobre a historicidade da “ocupação” ao longo desses séculos na Amazônia é fundamental para compreender as singularidades alimentares regionais. A partir do século XVII, a Amazônia passou a despertar uma gama de interesses científicos, tornando-se tema universal a povoar o imaginário dos povos europeus motivados, principalmente pelos relatos que os viajantes, cronistas e cientistas realizaram sobre a região, desde as primeiras expedições de reconhecimento. Segundo Gondim (1994), foi assim que a Amazônia se tornou a metáfora do Novo Mundo, marcada pela ganância, exotismo e pela possibilidade da conquista e dominação racial destruidora dos europeus. Nesse sentido, embora os relatos dos viajantes se apresentem publicados em momentos diferentes da história da Amazônia, os mesmos se tornam semelhantes por abordarem os caminhos dos sonhos, dos desejos, dos medos, das expectativas e das possibilidades da conquista cultural e geográfica da Amazônia.

Os cronistas, os estudiosos e os pesquisadores naturalistas do século XVII, XVIII e XIX como Samuel Fritz, La Condamine, Montaigne, Buffon, Pe. João Daniel, Spix e Martius e Alexandre Rodrigues Ferreira, após viajarem por alguns anos no vasto território amazônico, reuniram ricas informações, desenhos, descobertas, inventários e minuciosos estudos que permitiram o mapeamento das espacialidades regionais e do modo de vida, dos costumes, das línguas, dos mitos e dos conhecimentos dos povos indígenas que aqui viviam. Sobre isso, Pinto (2005) afirma:

Investigar a história das ideias que dão forma ao pensamento social sobre a Amazônia implica retomarmos obrigatoriamente a leitura de autores centrais do pensamento moderno, entre os quais têm sido frequentemente estudados à luz de novas abordagens, Montaigne, Montesquieu, Hobbes, Rousseau e Hegel, da mesma forma que também fica implícita a ideia de que é necessário prosseguir buscando, nas diferentes manifestações do pensamento filosófico e social que acontece após esses autores, o desenvolvimento de ideias matrizes por eles formuladas, ou o acontecimento de novos conceitos

e noções sugeridos pela emergência de novos postulados e paradigmas (PINTO, 2005, p. 98).

Os viajantes que realizaram expedições na Amazônia no período colonial relataram que a necessidade de consumir o cloreto de sódio, a fome, as verminoses, as carências minerais que ocasionavam a anemia e a tradição alimentar vivenciada por algumas etnias indígenas permitiram que se perpetuassem entre eles hábitos alimentares marcados pela geofagia<sup>15</sup> e pela antropofagia<sup>16</sup>. Acuña confirma a existência de práticas antropofágicas, mas deixa claro que tais práticas não eram cotidianamente praticadas em todas as etnias:

E, que ninguém diga que o fato de estes índios não quererem vender seus escravos seja porque os têm para comê-los em suas bebedeiras, como dizem sem fundamento os portugueses, que andam metidos neste negócio e com isto querem encobrir sua injustiça [...]. Não quero negar, com isso, que haja neste rio gente canibal, que em ocasiões não têm horror de comer carne humana [...]. O que quero convencer é de que não existem em todo este rio açougues públicos, onde o ano todo se pesa carne de índios, como propalam aqueles que, argumentando querer evitar semelhante crueldade, praticam crueldades ainda maiores, transformando, com seus rigores e ameaças, em escravos aqueles que não o são (ACUÑA, 1994, p. 137).

---

<sup>15</sup> Este comportamento alimentar está associado ao uso de barro como alimento entre algumas tribos que viviam na Amazônia. Os viajantes alegam que a ausência do sal de cozinha no uso alimentar, motivava para que, naquela época, homens e animais recorressem aos barreiros como uma reserva alimentar, fazendo a *sopa de argila*. Os barreiros eram encontrados em muitos lugares da Amazônia e eram mineralmente constituídos de *sal-gema*, justificando-se o grau de salobridade e a elevada umidade, propícia à formação de vastas pastagens. Segundo Moraes, nos lugares onde se encontravam os barreiros, “todos os bichos, dos voláteis aos quadrúpedes iam comer cantando, grasnando, uivando, fungando, chiando numa confraternização que reflete a abundância daquele alimento mineral” (MORAES, 1960, p. 19). A pobreza de sal nos frutos e tubérculos encontrados na Amazônia, força homens e animais a buscar o cloreto de sódio no solo pardo-avermelhado. Martius também apresenta estudos sobre a composição argilosa encontrada na Amazônia, afirmando que “essas camadas argilosas devem ser consideradas como parte de uma formação de marga irisada do citado grés kéuprico” (SPIX & MARTIUS, 1968, p. 273-274), afirmando ainda que “vimos grandes blocos de sal mineral (jukira kitan) ou iukira, empacotados em paneiros [...] eram de cor cinzento-azulada e deve aflorar em formações muito consideráveis” (SPIX E MARTIUS, 1968, p. 275) e “quando interrogamos os nossos índios porque razão, não lhe faltando alimento adequado e preferido, também comiam o barro, eles não davam outra resposta senão que sentiam um indefinido bem-estar depois de terem enchido o estômago com certas porções de barro [...]” (SPIX & MARTIUS, 1968, p. 190).

<sup>16</sup> A existência de canibalismo ou de outras formas de atividades antropofágicas na Amazônia é abordada nos relatos dos cronistas Carvajal, Acuña e Alonso Rojas quando descrevem sobre as viagens realizadas ao longo do rio Amazonas, concluindo que a antropofagia ocorria na Amazônia em quatro momentos distintos: somente pela fome, de modo eventual a partir de ações individuais; por vingança, pois normalmente os rituais antropofágicos ocorriam como ato de justiça para vingar os companheiros mortos em combate; como culto aos antepassados, como um ritual de passagem capaz de transferir as qualidades do morto para os demais membros da tribo e como um rito guerreiro de transferência heróica, transferindo para os que comessem a carne da vítima as qualidades de valentia que o prisioneiro representava. Sobre a existência de antropofagia entre os Tubixaba, os cronistas afirmam que, ao questionarem tal feito, receberam a seguinte resposta: “O pior é a morte, não o ser comido; uma vez morto pra mim é indiferente que o *umaua* (cita ele, aqui, o inimigo figadal de sua tribo) me coma ou não. Mas não conheço caça de melhor sabor do que essa; cumpre dizê-lo, os senhores brancos são muito azedos” (SPIX & MARTIUS, 1968, p. 345).

Ainda sobre os rituais antropofágicos realizados na Amazônia, Padre João Daniel relata que seriam esses costumes responsáveis por fazerem os indígenas apreciarem a carne de macaco:

Alguns índios, acostumados a comer carne humana, nos seu matos, posto que façam muita estimação de todos os macacos (porque na verdade são uma da mais excele, e gostosa montaria, não só do distrito do Amazonas, mas também de toda a América) fazem mais apreço destes guaribas; porque dizem que tem mais semelhança, e gosto mais parecido à carne de gente. É certo que visto qualquer no espeto, não se diferencia mais na sua figura da de um rapaz, do que em ser menor, e ter cauda nem ter os pés tão formais (DANIEL, 2004, p. 202).

Bastos (1987) revela que entre os indígenas não havia discriminação para o consumo alimentar de vermes ou insetos. Não dispensavam nem as larvas miúdas nem lagartas, assim como a fêmea da saúva, um tipo de formiga conhecida como “tanajura”, que eram caçadas pelas crianças quando se tornavam aladas para serem torradas com amendoim ou moqueada com farinha.

Nunes Pereira (1974) alerta que os relatos sobre antropofagia amazônica contidos na Coleção de Papéis Vários – Manuscritos do Século XVIII pertencentes a José Bonifácio de Andrade e Silva– necessitam ser relativizados. Para o autor, diante da fartura de alimentos encontrados na Amazônia, a antropofagia só poderia ser admitida como rito, sustentando que:

É de admitir-se que os primeiros povoadores, pouco identificados com a fauna do país, tomassem macacos por gente, vendo-lhes os corpos assando nos moquéns e as cabeças descandadas em roda do braseiro...como não há viajante que se tenha surpreendido com espetáculo, tão macabro quanto vulgar na vida de caçadores e mateiros [...] Na espessura da brenha, àquela hora da noite – não conhecêssemos nós os costumes dos homens que a habitam ou por ela viajam –fácil fora tomá-los por antropófagos ou canibais (PEREIRA, 1974, p. 5-7).

Spix & Martius, nos relatos publicados sobre a expedição que resultou na obra *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*, apontam a existência de hábitos alimentares considerados exóticos, classificando-os como alimentos não convencionais aos padrões alimentares europeus. Para esses cronistas, esses alimentos eram consumidos sem regras de higiene e se assemelhavam à selvageria: “Os Japurá, habitantes do rio do mesmo nome, comiam como pão, a massa de uma fruta podre” (SPIX & MARTIUS, 1968, p. 305). Mais tarde, já no século XX, José Veríssimo, na obra *Estudos Amazônicos* (1970), afirma que uma prática alimentar, que causava grande repugnância nos europeus, devia-se ao fato de observarem ser muito comum entre as mães, o trabalho de catarem os piolhos de seus filhos, retirando-os do couro

cabeludo das crianças e matando-os em seus dentes para então engolirem-nos em seguida. A naturalidade ao realizar essas práticas com todos os membros da tribo comprova que os costumes relacionados ao instinto alimentar consumia tudo que vinha da natureza, desde que não fosse venenoso.

A verdade é que o indígena transforma a selva num empório gigantesco de animais, vegetais e minerais comestíveis, sem preconceitos de paladar, o que lhes dá, sem dúvida, maiores disponibilidades alimentícias nos momentos difíceis. De repente pode faltar-lhes a mandioca, o peixe, a mandioca, o cará, o inhame, o milho, o mendobi, a abóbora, a castanha, a banana, o buriti, o açaí, o mel de abelha ou de pau, o feijão ou o palmito. Então é preciso invadir a área das larvas, das lagartas, dos besouros das cobras, dos lagartos e das saúvas [...] no pau podre, no âmago das frutas, nos tufos das palmeiras, na tabatinga ou nas praias, podem encontrar recursos à satisfação fisiológica da fome. [...] As caças mais requintadas são pelo tamanho: a anta, o veados, a capivara, o queixada e o catitu [...] aprecia o macaco e a preguiça. Comem ainda onça, gavião e da caça grossa nada perdem, nem mesmo as tripas. [...] Vegetarianos com alimentação principalmente na base de mandioca, os índios Baré do Rio Negro, complementavam sua nutrição com formigas, saúvas e gafanhotos assados que recolhiam dos ingazeiros (BASTOS, 1987, p. 80-81).

O processo de colonização ocorrido na Amazônia influenciou mudanças obrigatórias relacionadas à imposição de novos hábitos alimentares e costumes comportamentais exigidos à mesa. O ato de se alimentar que, antes da chegada dos europeus, era realizado pelos indígenas de pé ou acorados no chão ou no soalho das suas moradias passou a ser realizado em mesas de madeira, na área da casa em que se convencionou a chamar de cozinha. Mesmo assim, muito da herança indígena ainda se faz presente nos hábitos alimentares amazônicos e nos utensílios encontrados na cozinha amazônica. Entre esses utensílios se destacam as cuias de diferentes tamanhos utilizadas como recipiente para coletar água, o uso de paneiros tecidos de palha como utensílio para guardar as frutas e transportar o pescado e o consumo de alimentos originados da culinária indígena.

Nas zonas rurais do Amazonas, depois da caça ou da pesca, as mulheres costumam preparar o assado que será compartilhado pelos membros da família, enquanto os homens contam as aventuras vivenciadas durante o dia de trabalho. Esses momentos são marcados pela descontração, pela alegria do encontro, e configuram a celebração do ato de comer partilhando o alimento. Observando como se concretiza o momento do encontro para a partilha do alimento em áreas de assentamentos amazônicos, ficou claro que nessas ocasiões os participantes, constituídos por familiares e convidados, normalmente falam alto, contam histórias engraçadas e dão gargalhadas.

Os convidados naturalmente compartilham a mesma cuia com farinha e dela se servem jogando-a diretamente à boca ou colocando-a no prato com suas próprias mãos. Ao se servirem no prato um do outro, trocam entre si o tucupi com pimenta, o limão ou o punhado de sal. Coletivamente dividem o mesmo prato para depositar os ossos ou as espinhas que sobram durante a refeição. O dono da casa normalmente ocupa a cabeceira da mesa e os demais membros, por exigirem menos cerimônia, servem seus pratos e sentam-se em bancos de madeira ou de cócoras no chão, sempre conversando animadamente. Bebem no mesmo copo e usam as mãos para se alimentar com a ajuda de uma colher, demonstrando claramente que entre eles não há grandes preocupações com as regras de etiqueta nem com as calorias que estão sendo ingeridas, assim com o hábito com os cuidados para espantar os animais domésticos que circulam despreocupados próximo à mesa, esperando as sobras da refeição.

Após as refeições, compartilham a bacia com tucumã, o vinho de açai ou vinho de cupuaçu plantado e coletado em seus quintais, que serão consumidos sempre acompanhados de farinha. Comer, nesse caso, significa fazer parte de uma cerimônia de celebração, aconchego e partilha realizada no contexto do ambiente familiar. Isso exemplifica que muito do que foi vivenciado pelos primeiros moradores da Amazônia ainda persiste nas relações sociais atualmente encontradas nas zonas rurais da Amazônia:

Entre os Bakari, após as caçadas e pescarias ou recolhimento das safras naturais ou das roças, desdobrava-se um verdadeiro rito de subsistência, através da participação de todos no êxtase alimentar e na preparação da comida: cozida, moqueada ou assada. A cozinha, a casa dos homens ou os terreiros se transformavam em recinto de festa que tinha um sentido quase mágico de alegria pela possibilidade da sobrevivência [...] Antes de seguirem para a mata, os grupos visitavam as casas, quando cantavam coplas em que se queixavam de que os da aldeia os estavam mandando embora para o mato. Mas essa queixa era para proporcionar o pedido de comida, que então faziam, principalmente mingau de mandioca. A canção era chamada por eles de *huganotile* e tinha o seu arremate quando voltavam de suas tarefas. De volta, a exigência da comida era maior: *'depressa me dá beiju....Depressa me dá mingau...me dá tapioca'* (BASTOS, 1987, p. 91).

A troca de alimentos entre os indígenas da Amazônia compõem o conjunto de elementos simbólicos envolvidos no rito de subsistência, remetendo aos hábitos alimentares repassados tradicionalmente pelos povos indígenas, demonstrando que foi em torno do alimento que se perpetuaram os ritos sociais de partilha e de comprometimento com o outro. Entre os índios Uapés, quando o índio se dirige à moça com a frase: “faze-me comida, pois desejo viver contigo”, pressupõe-se que “ter esposa é, por assim dizer, ter alguém que faça

comida, de modo a permitir a tranquilidade do homem quanto a esta parte, pois pela divisão do trabalho, cozinhar compete a mulher” (BASTOS, 1987, p.96). O ato de comer fez-se na Amazônia dentro de um sistema de reunião familiar amistosa permeada pelo sistema de troca na contrapartida de serviços, favores às relações de trabalho, por isso, até os dias atuais, nas cidades do interior do Amazonas é comum compartilhar entre os familiares ou com os vizinhos mais íntimos um alimento especial como a farinha, o pescado ou a caça, a título de “empréstimo”.

O resultado do processo de escravização indígena realizado ao longo dos rios Solimões, Madeira, Negro e Branco impôs, de forma gradativa, mudanças nas atividades de subsistência local e a imposição determinante para aquisição de novos hábitos alimentares. Nunes Pereira (1974) ressalta a importância das origens da alimentação indígena, sua variedade, abundância e valor econômico, afirmando que é do hábito alimentar que se revela tipicamente o “panorama dos contrastes” sobre aquilo que pode ser visto como mais requintado ou mais grosseiro no ato de se alimentar, entre o que era produzido na culinária indígena e o que foi introduzido pela cozinha dos brancos e dos negros, que mais tarde vieram habitar na região.

A leitura da obra do Pe. João Daniel (1722-1776) oferece compreensão enriquecedora e esclarecedora sobre a teia sociológica traçada entre habitantes, animais e ecossistemas amazônicos, estruturando-se em critérios geográficos, ecológicos e culturais. Seus escritos permitem o olhar iluminista sobre a Amazônia, proporcionando ao leitor uma série de narrativas surpreendentes, que divagam entre o real e o imaginário sem comprometer o grande inventário das riquezas encontradas na região.

Na obra *Tesouro descoberto no máximo Rio Amazonas* (2004), encontram-se as estratégias utilizadas pelos Jesuítas para realizar a maior experiência de agricultura, extrativismo e agroindústria na Amazônia, amparada totalmente na observação do modo de vida e nas singularidades dos hábitos alimentares vivenciados pelos povos indígenas amazônicos. Embora os Jesuítas tentassem restringir gradativamente o uso da mandioca em detrimento do milho, arroz e feijão, com a finalidade de trazer a modernização para a região, a mandioca e a macaxeira sempre representaram traços muito marcantes nos hábitos alimentares regionais.

A riqueza de detalhes revelados nos trechos abaixo denotam a existência de um momento histórico de contradições marcadas pela luta dos contrários, ideologicamente influenciadas pelo olhar do dominador sobre aquele que estava sendo dominado. As atitudes vivenciadas na Amazônia expressam os pares dialéticos que precisam ser criticamente

analisados, por permitirem o entendimento dos contrastes encontrados na pobreza e na riqueza, na forma e no conteúdo, na realidade e na possibilidade de mudanças sobre aquilo que existiu e aquilo que se obrigou a existir, matando a essência do modo de vida indígena que era vivenciado na Amazônia.

Para o que há de saber que os seus naturais nem usam de grão para o pão ordinário ou quotidiano como usam as mais nações do mundo; nem de farinha de pau como os mais índios do Amazonas. O seu pão são frutas, e raízes, que comem ou assadas, ou cozidas ou cruas, como são pacovas, jeticas, batatas, e principalmente as raízes chamadas macaxeiras [...] há muita abundância de pacovais por entre aquelas matas, com grande conveniência dos que sobem rio acima a colheita do cacau, e salsa, porque nelas acham sempre muita abundância de frutos, com que se sustentam. Porém as raízes principais de que usam em lugar de pão são as macaxeiras (DANIEL, 2004, p. 25).

O caráter naturalista e descritivo do Pe. João Daniel demonstra claramente que a adoção da macaxeira e da mandioca na alimentação indígena nunca foi vista com aprovação aos olhos dos Jesuítas, os quais passaram a classificá-la como cultura praticada por povos indolentes e preguiçosos, em virtude de não exigir cuidados agrícolas mais refinados e impulsionar o processo de queimadas na região. Os detalhes das pescarias realizadas ao longo do rio Amazonas e de seus afluentes revelam os momentos de fartura encontrados junto aos alimentos retirados dos rios amazônicos para serem consumidos por seus habitantes, demonstrando o quanto era óbvia, já no século XVIII, a preocupação com o desequilíbrio ambiental e com a defesa do meio ambiente.

Até agora disse algumas providências necessárias para haver abundância de pescado nas cidades, e povoações; agora apontarei outras providências necessárias para haver abundância de peixe nos rios. Faz admirar a brevidade com que se fazem estéreis de peixe muitos rios nos estados do Amazonas, que poucos anos antes eram abundantíssimos! Basta fundar-se alguma povoação sobre a margem de algum rio abundantíssimo de pescado, para brevemente ficar estéril.[...] E se buscarmos a causa original desta diferença acharemos, e assim o confessam os mesmos moradores, que é o uso e abuso dos timbós, e mais venenos de que costumam usar na pescaria; há também o bagaço das canas-de-açúcar que os senhores de engenho costumam deitar nos rios. [...] Quando aos venenos do timbó, saibam todos que basta trosquijar em algum lago, ou riacho, uma vez, para já o peixe não entrar nele por alguns dias, além de morrer todo o peixe, que na ocasião do timbó há dentro, ou seja o peixe grande, ou miúdo, e continuando por alguns outros dias a bater o timbó se faz estéril por muito tempo, e assim sucede aos demais rios (DANIEL, 2004, p. 303).

Compreender essa realidade é o primeiro passo para entender os hábitos alimentares amazônicos e as relações sociais nele estabelecidos. É importante perceber a importância dos

valores culturais que se apresentam com relação ao ato de consumir uma alimentação considerada saudável, motivando o assentado a andar muitas horas dentro da floresta ou dos rios em busca da caça e da pesca “boa”, em detrimento da preocupação em não consumir alimentos considerados “reimosos”<sup>17</sup>, por traduzirem a alimentação “má” e, principalmente, pelo uso de alimento como valor de troca quando se realiza o puxirum ou mutirão, evidenciando a alimentação como uma oferta pela gratidão aos colaboradores do trabalho, a qual se transforma na contrapartida pelos serviços de ajuda mútua que foram prestados.

Sobre a solidariedade como referência de espontaneidade que une laços familiares e de amizade encontrados na Amazônia, Araújo Lima afirma:

A solidariedade não carece ser ditada por inclinações afetivas, por conchavos utilitários ou por credos políticos. Há uma solidariedade espontânea e defensiva imperando nos seios dos homens que se aproximam para a constituição das sociedades, mau grado todas as rivalidades que surjam entre eles nos entrecuchos da concorrência à vida. É uma forma de solidariedade inconsciente e automática, que consiste em lutar contra os inimigos e os perigos comuns [...] No Amazonas, solidariedade humana não se faz mister apenas como uma reação contra os “inimigos comuns, feras ou homens”. Ela serve, acima de tudo, para alicerçar os homens, e armá-los, contra as imensas e formidáveis dificuldades por enfrentar em fase da natureza, grandiosa e rebelde (LIMA, 1975, p. 79-80).

Compartilhar o alimento estende-se também para a partilha daquilo que se é bebido. Sobre as bebidas, os relatos dos cronistas mostram ausência do consumo de álcool à mesa dos indígenas. No entanto, existiam as beberagens alucinógenas como o *cauim*, indispensável em todas as cerimônias ou rituais, para manter a alegria dos indígenas que compartilhavam essa bebida dentro de um ritual que envolvia todos os participantes. Outras bebidas bastante consumidas pelos povos indígenas e que garantiam as fontes naturais de vitaminas e sais minerais eram retiradas do açaí, da bacaba e do guaraná, assim como das castanhas encontradas na Amazônia. Nunes Pereira (1974) também chama a atenção para a importância

---

<sup>17</sup> Entende-se por alimento *reimoso*, na Amazônia, todos os alimentos que são proibidos por serem considerados como inflamatórios e atrapalharem a cicatrização de ferimentos, segundo a crença popular. O pato, a tartaruga, o tracajá, a carne suína e seus derivados e os peixes que não possuem escamas, conhecidos na região como *peixe liso*, classificam-se como alimentos reimosos. Outros peixes como o bodó, a piranha, o mapará, a matrinxã e o pacu classificam-se também como alimentos com muita “reima”, daí a preocupação ao ingeri-los. Alguns alimentos ultraprocessados também se classificam como alimentos reimosos: calabresa, salsicha, presunto, camarão e caranguejo. A palavra “reima” deriva do grego *rheuma*, designando um gênio ruim, daí vincular-se a um alimento que pode vir a prejudicar após uma cirurgia ou no período de resguardo do pós-parto. No sentido antropológico, o alimento bom e o alimento reimoso, constituem a ordem e a desordem no consumo alimentar. Mais informações sobre esse tipo de consumo alimentar podem ser encontradas em BASTOS (1987); MURRIETA (1998); WOORTMANN (2004); CANESQUI (2007); e MATOS (2015).

do *chibé*<sup>18</sup> na alimentação dos povos da Amazônia. Essa bebida é feita com propriedades revigorantes e pode ser remexida com os dedos enquanto se bebe, proporcionando a quem a consome, euforia e vivacidade para a realização de todas as tarefas.

Na contramão desse processo de análise da alimentação na Amazônia, ao realizar no Brasil um mapeamento amparado em suas características alimentares, Josué de Castro (1980) deixa clara a trágica situação da fome em todo país, que não poderia mais ser atribuída à ausência dos fenômenos naturais, mas sim, aos sistemas econômicos e sociais aos quais essas regiões eram submetidas, originando poucos recursos que sempre estiveram presentes no tipo de alimentação do homem da Amazônia. Para o autor, a alimentação amazônica sempre foi pouco trabalhada e atraente, apresentando a predominância da influência cultural indígena sobre aquela das outras culturas, a portuguesa e a negra, que também participaram do processo de formação étnica da Amazônia.

Já vimos que o alimento básico da dieta é a farinha de mandioca, produto da mandioca amarga (*Manihotutilissima*), preparada nesta zona por processos especiais que proporcionaram ao produto maior riqueza em polvilho e, portanto, maior valor calórico do que o da farinha produzida em outras áreas mais para o Sul. Tal tipo de farinha, regionalmente chamado de farinha d'água, constitui um complemento obrigatório de quase tudo que se come na região [...] O seu uso mais abundante se fazia sob a forma de farofa, mingaus, beijus e bebidas fermentadas (como o caium). [...] Se bem que a farinha de mandioca constitua o alimento básico do regime, ela não é consumida pura, num exclusivismo que seria funesto e que tornaria o regime local, por sua deficiência, idêntico ao de certas áreas de fome da China e da Indochina, onde a alimentação consiste quase que exclusivamente de arroz, sem misturas nem variações- terrível monotonia alimentar que rebaixa em extremo o índice de nutrição dessas populações do Oriente. Na Amazônia mistura-se a farinha a outros produtos: sejam de incipiente agricultura regional, sejam produtos silvestres, frutos ou sementes da floresta equatorial, sejam elementos da fauna regional, principalmente da fauna aquática, visto como a terrestre é muito limitada em animais que possam servir como recursos alimentares (CASTRO, 1980, p. 64-66).

A farinha ainda hoje, é o alimento mais consumido à mesa dos moradores da Amazônia, acompanhando o cardápio trivial realizado com o consumo de peixe, como também com vinho de frutas regionais como o açaí, a bacaba, o buruti, o cupuaçu, e outros frutos como o tucumã, uxi-liso, uxi-coroa e a castanha da Amazônia. Esses alimentos

---

<sup>18</sup> Alimento tradicional feito na cuia, com farinha de mandioca e água, que deve ser consumido quando vira um pirão ralo. Em alguns lugares do Amazonas, essa alimentação é também conhecida como jucuba e pode ser consumida adocicada ou salgada. Segundo Fraxe (2004), quando essa mistura é levada ao fogo para cozinhar com alho e sal, virando uma espécie de mingau ralo e aromatizado, recebe o nome de caribe. Na região norte, os moradores da zona rural que realizam o consumo desse alimento ficaram conhecidos como “papa-chibé”, tendo em vista que muitos moradores usam esse alimento para substituir uma das suas refeições, que pode ser no café da manhã ou no jantar. (MURRIETA, 1988; FRAXE, 2004;).

configuram valores culinários que tradicionalmente proporcionaram à mesa amazônica um complexo alimentar de cores e sabores próprios, traduzindo os preparos de alimentos de origem predominantemente indígena. Entretanto, o uso da farinha como principal alimento no prato dos amazônidas sempre foi “um fator preocupante”, em virtude de ser considerado pobre nutricionalmente, com carência de vitaminas e com baixa quantidade de fibras. Sobre isto, Leandro Tocantins (2000) afirma que:

[...] é notório o uso pouco difundido de saladas verdes na mesa regional, inclusive nas capitais [...] a alimentação popular não é adequada ao clima, deixando de alcançar os índices propostos para uma alimentação balanceada. Embora de modo superficial, impressione a vista, ao olfato, à pituitária, na realidade ressentem-se, na maneira como é utilizada [...] O leite é um grande ausente na alimentação regional. A culinária amazônica, é só constatar a primeira vista, salpica-se neste ou naquele prato – mesmo os que vieram de fora – de temperos e gostos indígenas [...] Aliás, se desaparecessem essas tradições, não só ficaria empobrecida a mesa regional, mas a brasileira, que por sua vez se enriqueceu desses valores, numa espécie de sincretismo culinário (TOCANTINS, 2000, p. 134-141).

Na primeira edição de obra escrita na década de 1970, Djalma Batista (2007) alerta para a necessidade de se avaliar a qualidade alimentar dos povos que vivem na Amazônia, embora os relatos dos naturalistas que visitaram a região na época da conquista fossem unânimes em afirmar a fartura e a facilidade de alimentação consumida pelos moradores. O autor afirma que o baixo consumo de leite, carne, ovos e seus derivados prejudicavam, principalmente as crianças em fase de crescimento, por não disporem de leite para sua alimentação, afirmando que a base da alimentação regional se desenvolvia concentrada no consumo de peixe, na mandioca e nos frutos coletados nas florestas. A preocupação se centralizava no fato dos moradores precisarem se deslocar para realizar a coleta de frutos na floresta, pois, no período da ausência dos mesmos em determinadas épocas do ano, a população era obrigada a consumir enlatados, agravando ainda mais a pobreza de nutrientes no cardápio doméstico. Em virtude disso, o autor defendia a ideia de misturar a farinha de soja à tradicional farinha de mandioca para enriquecer o valor protéico do alimento mais consumido na região, realizando, assim, uma complementação alimentar.

As crianças não tem leite, exatamente porque o gado é muito pouco, mal distribuído e destinado ao corte e o leite industrializado inacessível por motivos econômicos: passam diretamente do seio materno para a dieta do adulto sobrevivendo à diarreias e distúrbios nutritivos graças apenas a seleção natural. No interior, vi crianças de 6 meses sendo alimentadas com peixe cozido e pirão de farinha (BATISTA, 2007, p. 80).

A alimentação amazônica deficitária em nutrientes também é abordada por Araújo Lima, que vê na “parcimônia alimentar dos nossos caboclos” as bases favoráveis para uma anorexia habitual, comprometendo a sua atividade de trabalho, trazendo desânimo e diminuindo o seu potencial energético:

Um *chibé*, que tem por base a farinha-d’água – produto da mandioca muito pobre de vitaminas – constitui muitas vezes o alimento exclusivo dum homem nas vinte e quatro horas. [...] rendimento instável do trabalhador, descontinuidade do mecanismo de sua ação – são sintomas de uma deficiência orgânica, fisiológica, constitucional, em função da carência alimentar, habitual e quase sistemática, que gera uma avitaminose consuetudinária [...] há nele um *déficit* nutritivo, orgânico e também psicológico, cujo o substrato fisiopatológico é a miséria alimentar (LIMA, 1974, p. 57-58).

Nunes Pereira (1974) afirma que não seria a pobreza natural da região, e sim, a questão cultural indígena, muito forte nos hábitos alimentares regionais amazônicos, contribuindo para que a mandioca fosse eleita como a base principal da alimentação amazônica, dentre a variedade de frutos, bulbos, sementes, raízes e tubérculos. Mediante essa escolha, as pessoas passaram a tratar cautelosamente a maniva para retirar dela todo o seu suco tóxico, aproveitando toda a sua massa, com a qual é produzida a farinha d’água, a tapioca e inúmeras variedades de beijus – tipos de alimentos que se apresentam normalmente de forma circular, de aparência muitas vezes grosseiras e que são consumidos diariamente como se fossem pães.

Dependendo do seu preparo, aos quais podem ser incorporados à receita original, castanha de caju ralada, pimenta, banana, leite ou banha de tataruga, os sabores dos beijus vão se tornando variados e diversificados, recebendo, assim, classificações diferentes: beiju curucaua, beiju açu, beiju poqueca, beiju curuba, beiju cica, beiju membeca, beiju tinim, beiju carimã, beiju teica, beijucaba, beiju marapatá, beiju enrodilhado, beiju cambraia. Os beijus compõem a variedade de produtos de ordem alimentar tradicionalmente repassada de geração a geração e são feitos com o uso da mandioca, justificando, assim, segundo Nunes Pereira (1974), os meios pelos quais esses tubérculos ficaram sendo conhecidos como “pão da terra” entre os povos indígenas da Amazônia justamente por darem origem a derivados de alimentos que podem ser observados na Figura 5.



**Figura 5:** O uso da mandioca e seus derivados na mesa dos assentados – PA Paquequer e PDS Costa do Caldeirão.

**Fonte:** Cinthya Martins, Pesquisa de Campo, 2015.

Adams (2006) questiona a invisibilidade da mandioca quanto à valorização de sua importância como fonte de alimentação na Amazônia, afirmando que a variedade de alimentos dela originados saciam a fome e proporcionando a característica de “pão da terra”. Do sumo da mandioca aproveita-se o tucupi, líquido de cor amarela, que necessita ser fervido por horas para retirar as toxinas. Desse líquido é separado o amido, comumente chamado na região de goma, com a qual se pode fazer a *tapiquinha* e *infinidades de beijus* utilizados na culinária amazônica. Com a junção do tucupi com o mingau feito com a goma, acrescentam-se o jambu, o molho de pimenta, o camarão seco e salgado ou lascas de pirarucu, produzindo a iguaria típica regional conhecida como tacacá: alimento tradicionalmente indígena feito com os derivados da mandioca (Figura 6).

Para o preparo do tacacá é necessário temperar o tucupi com sal, alho e cebola verde deixando ferver por cerca de uma hora, para então colocar as folhas de jambu. Em outra panela, leva-se ao fogo um litro de água com sal e alho. Após a fervura, com o uso de uma colher de pau, derrama-se a tapioca diluída em água fria. O choque térmico resultante desse processo origina a goma que deverá ser vigorosamente mexida para não encaroçar.

O alimento deve ser servido quente em cuias e fica com a característica de uma espécie de sopa, a qual pode ser observada na imagem a seguir, podendo ser facilmente

encontrada nos finais de tarde nas ruas das cidades amazônicas. O tom amarelado do caldo do tucupi, entremeado ao cinza da goma, e o verde do jambu em uma cuia de tacacá produzem um aroma inebriante, capaz de encher os olhos e a boca de salvação para aqueles que apreciam a culinária amazônica.



**Figura 6:** Tacacá servido na cuia, com a goma e o tucupi temperado, cebolinha e camarão.

**Fonte:** Arquivo Pessoal Cinthya Martins, 2015.

O uso do tucupi é muito presente à mesa amazônica, sendo usado como molho de pimenta para acompanhar o pescado, carne de porco ou o tradicional pato no tucupi, que se tornou o referencial da culinária paraense, principalmente no dia dos festejos de Nossa Senhora de Nazaré, padroeira do Pará. O uso do tucupi na alimentação dos amazônidas retoma ao processo de colonização, conforme já apontavam os escritos do Padre João Daniel quando afirma:

[...] a mesma aguadilha que lança na prensa, a que chamam tucupi, veneno refinado comido cru, como também a mesma raiz comida sem ser espremida, cozida é um excelente tempero nos guisados, aos quais dá uma especial galantaria: e por isso a carne e peixe cozidos em tucupi tem muita graça; e os índios e ainda os brancos de ordinário não o perdem, só pela muita quantidade quando fazem fábrica de farinhas [...] (DANIEL, 2014, p. 419).

Mediante esse resgate histórico, foi verificado que o cardápio tradicional dos amazonenses se construiu amparado no consumo de alimentos naturais, em que se destacavam o uso de frutas, raízes, carnes de caça e os pescados de água doce. Desse cardápio despojado podem ser feitos inúmeros pratos que diversificam ainda mais a tradicional culinária amazônica. Do consumo do pirarucu fresco ou de postas salgadas são feitos pratos

típicos como o pirarucu de casaca, pirarucu desfiado e o pirarucu ao leite da castanha. Outros peixes como o tambaqui e o tucunaré também se tornaram mundialmente conhecidos pelo sabor característico de sua carne, quer seja em caldeiradas, fritos, assados ou no escabeche.

O tambaqui, após ser tratado e aberto pela barriga para retirar suas vísceras, é mantido inteiro ou em bandas e recebe uma mistura de água de limão com sal para acentuar o seu sabor; em seguida pode ser levado inteiro e com as escamas para ser assado em brasa. Algumas receitas sugerem encher a barriga do peixe com pirão de farinha, alho e cheiro verde. O uso desse peixe na caldeirada exige a limpeza de suas escamas e o corte do peixe em tamanhos menores. Nesse caso, o pescado deve ser previamente temperado com alho, limão e sal. Em uma panela, faz-se o refogado com cheiro verde, alho, cebola e óleo e acrescenta-se o peixe e a água fervente que dará origem ao caldo, complemento principal da caldeirada. Alguns preferem acrescentar ao caldo a batata portuguesa e ovos cozidos. O prato é servido com arroz branco e pirão, previamente preparado em uma tigela com o uso do caldo do peixe molhando a farinha seca.

Segundo Nunes Pereira (1974), outros peixes de maior tamanho como a pirarara, a piraíba, o surubim e, principalmente, o peixe-boi, eram arpoados e armazenados em grande quantidade, aproveitando a própria gordura (banha) retirada do pescado para conseguir armazená-los na forma de conserva; esta técnica ficou conhecida na região como mixira.<sup>19</sup> Porém, é importante ressaltar que no estado do Amazonas, o consumo de peixe liso, isto é, de pescados com ausência de escamas, é limitado ou evitado por muitas famílias por causa da reima. Nesse sentido, prioriza-se o consumo de peixes menores como pacu, jaraqui, sardinha, tamuatá, cará, acari-bodó, tucunaré, pescada e outros, que diariamente são consumidos nos pratos dos moradores da Amazônia. Esses pescados podem ser consumidos cozidos, assados, fritos ou, ainda, defumados, para fazer o piracuí, espécie de farinha de peixe, que após ser muqueada (seca e esfarelada), é misturada à ova do peixe, tornando-se um alimento saboroso para fazer farofas ou a tradicional mugica, espécie de sopa de peixe servida com pimenta e muito cheiro verde. O piracuí mais procurado e considerado com melhor sabor no Amazonas, é o piracuí de bodó.

Além do preparo imediato da comida, o *moquém* serve também para conservar os alimentos, lembrando o fumeiro que é feito pelo europeu. Na

---

<sup>19</sup>A mixira é “preparada por um processo especial, através do fogo brando. A carne permanece na infusão do óleo em que foi preparada, adquirindo para a sua conservação a crosta branca da própria banha que ficou imersa e que vai a se solidificar depois de fria” (ORICO, 1972, p.46). Essa técnica de conservação de alimentos permitia que as carnes fossem consumidas por mais de doze meses, assim, elas ficavam guardadas em latões tampados, sendo retiradas diretamente para serem fritas e consumidas pelos moradores.

verdade, o *moquém* desidrata, conservando e ativando o sabor. Certeamente o grande diferencial da cozinha indígena está na descoberta e no emprego do fogo, um elemento de forte conteúdo mítico, que integra histórias e heróis fundadores; deuses que trouxeram algo capaz de transformar a vida. Essa transformação muda o gosto do peixe, da tartaruga, da capivara, da raiz da mandioca, entre muitas outras opções gastronômicas (FRAXE, 2004, p. 184).

O preparo dos alimentos nos assentamentos rurais amazônicos normalmente é realizado na cozinha – área da casa onde se concretiza o sistema de transformação alimentar e o momento do encontro das famílias. A cozinha localiza-se sempre nos fundos da casa ou também pode ser construída ao lado da moradia, como se fosse um prolongamento da casa, um puxadinho construído com madeira, coberto de palha e de chão batido, amplo e arejado, por isso suas paredes laterais não são fechadas.

Na cozinha dos assentamentos encontra-se a pia ou jirau. Junto à pia também há sempre uma vasilha ou balde com água com uma cuia para lavar as mãos, as louças ou os alimentos que serão consumidos nas refeições. A cozinha é parte da casa sempre bem cuidada, refletindo as preocupações com o preparo da alimentação. Um pote de barro com água coada ou fervida fica próximo à mesa. Na parede encontram-se as prateleiras, onde ficam guardadas as panelas, os pratos e outros utensílios de uso doméstico. Uma mesa rústica onde repousam a garrafa térmica com café, copos e a vasilha com farinha e embaixo da mesa se encontram os bancos de madeira, onde a família senta para fazer sua refeição. Próximo à pia encontra-se o fogão de barro para o preparo dos assados ou cozidos, que são feitos em panelas grandes com o uso da brasa advinda do carvão (vide Figura 7).



**Figura 7:** Aspectos da cozinha nas moradias dos assentados.  
**Fonte:** Cinthya Martins, Pesquisa de Campo, 2015-2017.

Com o advento do Programa Nacional Luz para Todos (Decreto 4.873 de 11/11/2003), principalmente no PA Paquequer, haja vista que no PDS Costa do Caldeirão o uso da energia elétrica foi anterior a esse projeto, nas casas dos assentados, a geladeira e o fogão a gás passaram a integrar o cenário decorativo das suas cozinhas. Abriu-se a possibilidade do uso de outros aparelhos eletroeletrônicos como fornos microondas e liquidificador. O uso do fogão a gás dentro da casatornou-se uma alternativa para o preparo da alimentação nos dias de chuva ou durante a enchente dos rios amazônicos.

Segundo Murrieta (1998), estudos antropológicos que abordam questões relacionadas à comida e à nutrição das sociedades primitivas sempre foram considerados pedras angulares por permitirem a associação destes com o subdesenvolvimento, revelando os vínculos de dependência de seus moradores com os seus lugares. É importante perceber o quanto a escolha dos alimentos consumidos no cotidiano de um grupo social está recheada de significados, valores culturais e econômicos. Tais escolhas influenciam diretamente na concretização do ato de consumir ou de comer determinado alimento. Nesse sentido, gradativamente, novos valores alimentares foram sendo incorporados ao modo de alimentar-se no mundo amazônico, e o uso do açúcar, do sal, do leite, do arroz, do macarrão e, principalmente, a carne de gado, foi substituindo a carne de caça e tornando-se referencial para revelar o poder social e econômico de um determinado grupo.

Como a carne, o arroz também estabelece significados e oposições. O arroz está representado como um alimento urbano, geralmente conectado à classe média, enquanto, a farinha como uma comida do "sítio" e incorporada ao "ser caboclo". A combinação dos dois ou sua exclusão, mesmo quando pressionada por fatores econômicos, traz consigo importantes metáforas de identidade, classe e ascensão social (MURRIETA, 1998 , p. 101).

Fraxe afirma que o preparo da comida exige conhecimento para a garantia da sobrevivência nos lugares. O uso do sal e de novos condimentos trazidos do continente europeu garantiu a sobrevivência e a adaptabilidade dos europeus à culinária amazônica, pois

A culinária portuguesa anterior aos descobrimentos era um conjunto de cozinhas cujas as receitas se baseavam na carne e na proteína animal [...] Os povos indígenas da Amazônia não legaram apenas a rede que nos embala o sono, e alguns animais amansados pelas suas mãos, pois nos deram também uma cozinha que se registra para sempre como uma das originalidades da alma brasileira. É o banquete das cozinhas geradas no coração dos mitos, temperadas pelas mãos das Amazonas guerreiras, saboreadas por guerreiros incansáveis, legadas generosamente a nós por essas culturas que se desvanecem (FRAXE, 2004, p. 181-182).

O uso constante do frango congelado na alimentação diária dos moradores da zona rural amazônica pode exemplificar o quanto esta forma de se alimentar está associada à representatividade do capital simbólico trabalhado por Bourdieu (2012). Os processos sociais estão ligados às escolhas alimentares e revelam a estreita conexão do alimento que é consumido por aqueles que apresentam uma condição econômica mais estável. O ato de realizar as escolhas alimentares ou de ofertar os alimentos em determinados momentos de encontros sociais festivos como nos arraiais dos santos padroeiros, nas festas comemorativas de casamento ou de aniversário ou nas comemorações para encerramento do puxirum também revela o significado da apropriação simbólica do prestígio e do desejo de ascensão social diante dos demais moradores das zonas rurais amazônicas, exemplificando a dialética da interação entre a estrutura social a que pertencem, o seu sistema de disposições que configuram os seus *habitus* como produtos da sua historicidade e das condições materiais encontradas em suas práticas cotidianas que podem ser confrontadas diariamente com as novas experiências vivenciadas.

Nesse sentido, no Capítulo 2 serão abordadas as vivências dos moradores quanto ao processo que é instalado pelas políticas públicas direcionadas para “resolver” a questão agrária no Brasil e especificamente na Amazônia, contextualizando os questionamentos sobre a existência de campesinato no Amazonas junto às peculiaridades encontradas no cotidiano dos moradores que vivem nas áreas dos assentamentos rurais pesquisados, em momentos que essas políticas públicas idealizam e plantam nos solos do Amazonas a esperança de cidadania inserida no processo da conquista da terra que não excluiria, mas que seria capaz de possibilitar ações que respeitassem o modo de vida dos assentados que vivem nessas áreas rurais.

## CAPÍTULO 2 – A REFORMA AGRÁRIA E OS ASSENTAMENTOS RURAIS NA AMAZÔNIA: AS TERRITORIALIDADES LOCAIS

*“A terra provê suficiente para satisfazer as necessidades de todos os homens, mas não sua ganância”.*  
(Mahatma Gandhi)

Neste capítulo se encontram apresentadas discussões sobre as propostas de assentamentos rurais implantados na Amazônia e, especificamente, no Amazonas. As abordagens desenvolvem-se direcionadas para as políticas agrárias pensadas para essa parte do Brasil, levando-se em conta que tais propostas precisam se estabelecer sincronizadas com as peculiaridades naturais, econômicas e culturais vivenciadas por moradores que residem nas territorialidades planejadas e organizadas pelo INCRA, na forma de modelos de assentamentos rurais, capazes de proporcionar “viabilidade econômica, sustentabilidade ambiental e desenvolvimento territorial”.<sup>20</sup>

As definições utilizadas sobre Amazônia neste capítulo não pretendem relatar apenas seus aspectos naturais marcados pela diversidade florestal e pela abundância de água doce que entrecorta a região, modificando, periodicamente a paisagem amazônica com as enchentes e vazantes de seus rios, paranás e igarapés. Mas é importante ressaltar as peculiaridades encontradas no modo de vida amazônico, advindas do fluxo das águas na região quando envolvem os ecossistemas de várzea e de terra firme, demonstrando as diferenças, complexidades e intercomplementaridade encontradas na diversidade natural da floresta, que deixa de ser percebida quando se olha apenas a aparência da paisagem e se esquece de analisar a essência das relações sociais vivenciadas nesses dois ambientes regionais, os quais, ao mesmo tempo em que totalizam o mundo amazônico, complementam-se em seus aspectos físicos, sociais e econômicos.

Quando o Estado cria intervenções regionais na forma de políticas públicas universalizadas para a Amazônia, é importante que se entenda que as mesmas deveriam ser pensadas para uma região que é muito mais que um extenso bioma natural a ultrapassar as fronteiras nacionais. As políticas públicas pensadas para a Amazônia deveriam se tornar ações capazes de proporcionar para as singularidades locais o desafio de se efetivar e concretizar no

---

<sup>20</sup>Segundo o INCRA, os instrumentos de ação direcionados para organização da Reforma Agrária em todo o Brasil são organizados adequadamente para “cada público e a cada região”, pois os mesmos dispõem de adequação institucional e normativas para a intervenção rápida e eficiente dos instrumentos agrários de acordo com as diretrizes estabelecidas no II Programa Nacional de Reforma Agrária, implantado em 2003. Nesse sentido, esse órgão busca promover “promoção da igualdade de gênero, além do direito à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas” colaborando com o Estado na criação de instrumentos legais para gerenciar a questão agrária de norte a sul do país. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/reformaagraria>>. Acesso em: 18 mai. 2017.

cotidiano realidades diferenciadas, que, por se apresentarem em meio às suas singularidades naturais e econômicas, requerem dessas políticas multiplicidades de visões capazes de abarcar a totalidade amazônica (BECKER, 2010).

Os aspectos naturais encontrados na Amazônia não são iguais, assim como não são iguais os sujeitos sociais que habitam essa região. A parte da Amazônia classificada como Amazônia Legal possui extensão total de aproximadamente 5.020.000 km<sup>2</sup>, de acordo com o Censo 2010. Esses dados demonstram que residem nesta parte do país aproximadamente 20,3 milhões de pessoas, distribuídas em 775 municípios pertencentes aos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, oeste do Maranhão e norte de Goiás, representando pouco mais de 12,32 % da população brasileira (IBGE, 2011).

A população na região amazônica traz consigo a diversidade cultural marcada pela presença de quilombolas, indígenas, seringueiros, ribeirinhos, garimpeiros, grileiros, posseiros, mineradores, grandes agricultores, pecuaristas e madeireiros. Os dados censitários do IBGE 2010 analisados pelo PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – revelaram que o IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal na Amazônia Legal – classificado entre 0,6 e 0,7 – é um dos piores do Brasil, evidenciando claramente que o saneamento básico na região (rede de abastecimento de água, coleta de esgoto, fossa séptica e coleta de lixo) não consegue alcançar os índices nacionais que já são relativamente baixos.

Atenção especial deve ser dada para o significado daquilo que é classificado como urbano no Amazonas, pois, para entender a representatividade do urbano encontrado nas cidades amazônicas, é necessário entender que as cidades no Amazonas possuem especificidades regionais que compreendem a dinâmica geográfica dos lugares amazônicos, atreladas ao seu processo econômico e social, configurando espaços que produziram e reproduziram os interesses capitalistas que foram implantados na região em diferentes periodizações históricas (OLIVEIRA, 2004; SCHOR & OLIVEIRA, 2011). Neste sentido, o que se apresenta em seguida é a discussão de como as ações do Estado são implementadas em lugares específicos da Amazônia e se há diferenças que ocorram em diferentes ambientes como a várzea e a terra-firme.

## **2.1 Dimensões do espaço vivido nas especificidades urbanas e rurais amazônicas**

Os assentamentos rurais objetos da presente pesquisa localizam-se na maior unidade federativa do Brasil, denominada Estado do Amazonas, que apresenta área de 1.559.149,074

km<sup>2</sup> e está situado na parte Norte do país, com 62 municípios. A estimativa populacional do Amazonas para 2016 foi de 4.001.677 habitantes. Os dados censitários de 2010 apontam a existência de 3.483.985 habitantes, dos quais 2.755.490 residem na área urbana, enquanto 728.495 residem em área rural, apresentando densidade demográfica de 2,23 habitantes.<sup>21</sup>

Segundo Schor & Oliveira (2011), em estudos realizados pelo NEPECAB – Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades na Amazônia, apontam a necessidade de analisar o conjunto de Arranjos Institucionais para classificar as cidades amazônicas a partir de suas semelhanças e diferenças, originando uma tipologia que permita a compreensão da dinâmica espacial dos lugares amazônicos. Com base na coleta de dados resultantes da dinâmica populacional, das variáveis históricas dos lugares, das relações intra e interurbanas dos serviços e comércios, da arrecadação de impostos, dos insumos com especificidades que devem ser levadas em conta como, por exemplo, o estabelecimento de cesta básica regionalizada, índice da construção civil e dos produtos extrativistas, assim como considerar a infraestrutura urbana e o fluxo de transporte a partir de outros parâmetros que não aqueles postos para análise do urbano em outras regiões do país. Para os autores:

Esses arranjos institucionais foram definidos, pois entendeu-se que a análise deles permitiria identificar os fixos e alguns fluxos entre as cidades. Da análise dos aspectos fixos pode se compreender o perfil urbano de cada uma das cidades, e das medidas de fluxos entender, a sua interação na rede urbana, que se estabelece ao longo da calha do Rio Solimões-Amazonas, o que por sua vez permite propor uma tipologia para as cidades lá localizadas (SCHOR & OLIVEIRA, 2011, p. 18).

Essas reflexões preliminares amparadas nos arranjos institucionais encontrados nas cidades amazônicas auxiliam no estabelecimento de tipologias urbanas essenciais para a compreensão do urbano no Amazonas e, principalmente, para o entendimento sobre os fixos e alguns fluxos vivenciados entre as cidades amazonenses, localizadas no Rio Solimões e Rio Amazonas. É importante observar que a posição geográfica das cidades amazônicas, em sua maioria, resulta da formação histórico-espacial originada mediante o processo de conquista e povoamento ocorrido à margem dos rios amazônicos. Nesse sentido, não é a terra que oferece a memória sentimental para o coração dos amazônidas, mas é o rio que oferece aos seus moradores o sentimento de pertencimento ao lugar, como se pode observar:

---

<sup>21</sup> Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo Demográfico 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?lang=&sigla=am>>. Acesso em: 03 abr. 2017.

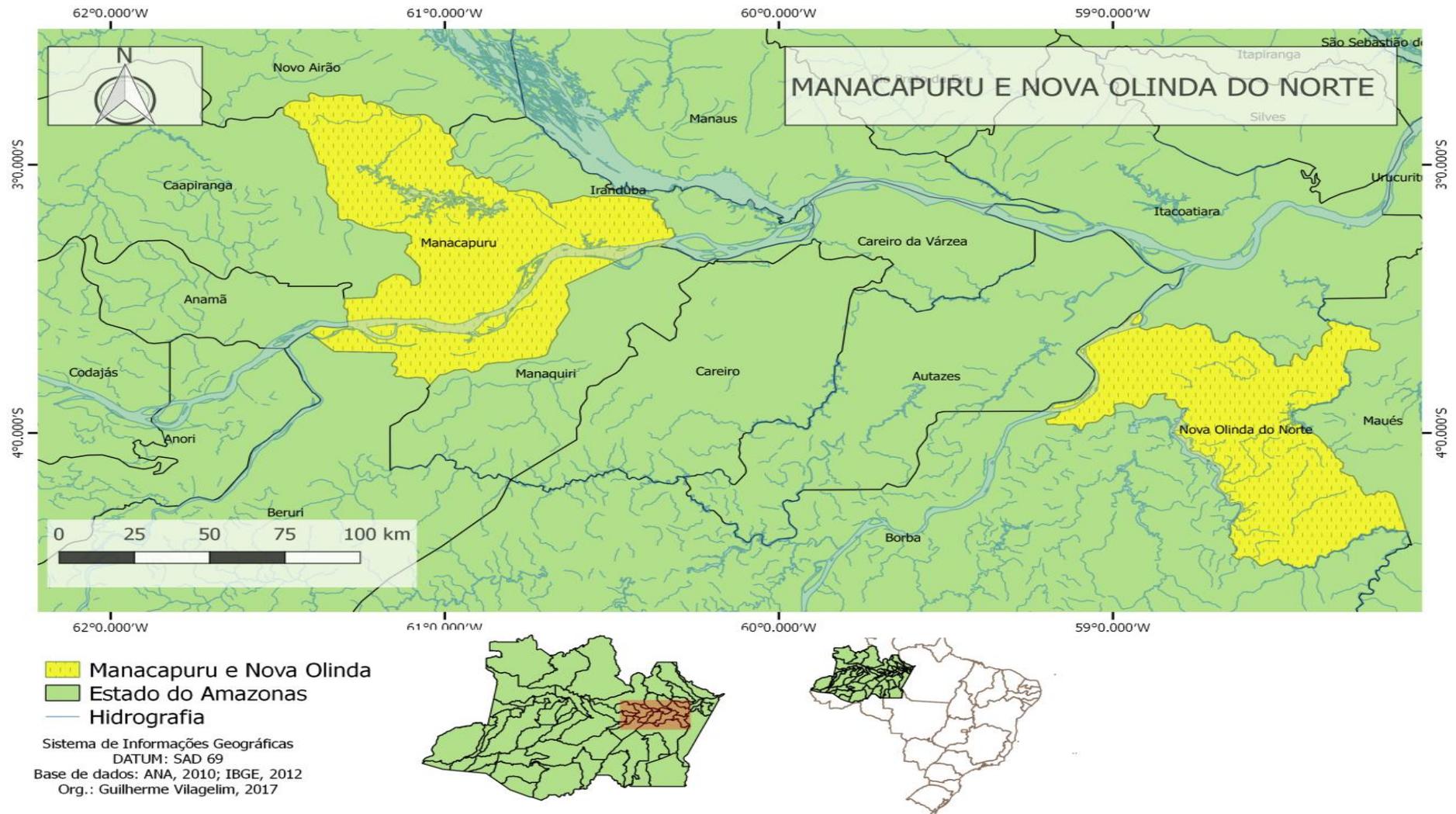
A conquista, povoamento, fronteira, economia, alimentação e vida na Amazônia giram, sempre em função do rio, das águas e dos transportes – a geografia nômade e o veículo móvel. A pátria do homem não é a terra, mas o rio. Quase não se vê ninguém dizer ‘sou filho de Porto Velho, de Lábrea ou Santa Izabel’. A terra não tem expressão humana, porque o homem vive em função dos rios, lagos, furos e paranás. Ele diz, portanto: ‘sou filho do Madeira’, ‘nasci no Purus’, ‘vim do Rio Negro’, ‘fui criado no Rio Autaz’, ‘meu pai viveu no Tapajós’, ‘casei-me no Rio Andirá’, ‘vou pescar no lago do Rei porque lá o rio é rico de peixe’. Os jornais anunciavam nas suas crônicas: ‘neste ano já houve quinze assassinatos no Rio Abunã’, ‘o Palhinha é um rio de sangue’, ‘viajou ontem para o Rio Purus, o coronel...’, ‘chegou hoje do Rio Acre o seringalista...’, faleceu no Rio Solimões o fazendeiro...’, ‘sou do Baixo Amazonas’, ‘vim do Alto Purus’. São todas formas de dizer e expressões do cotidiano da linguagem do caboclo e do ribeirinho. O rio tem, portanto, expressão econômica e eco-sociológica na psicologia da vida amazônica (BENCHIMOL, 1996, p. 161).

Em função dessa geografia fluvial tão presente e tão marcante no cotidiano e no modo de vida dos moradores do Amazonas, dinamizada pelas enchentes e vazantes dos rios na região, é importante apresentar a localização geográfica dos assentamentos pesquisados no Estado do Amazonas (Mapa 1). O assentamento de várzea, Projeto de Desenvolvimento Sustentável Costa do Caldeirão, estende-se em terras dos municípios de Manacapuru e Iranduba, sendo que a área da pesquisa está somente no município de Manacapuru, localizado à margem esquerda do rio Solimões. O assentamento de terra firme, Projeto de Assentamento Paquequer, localiza-se no município de Nova Olinda do Norte, na área sul do Estado, no vale do Rio Madeira.

As sedes dos municípios de Manacapuru e Nova Olinda do Norte caracterizam-se como cidades amazônicas localizadas à beira do rio e carregam em sua essência as peculiaridades dos processos de sua formação histórica, revelando seus momentos de crescimento, expansão ou estagnação urbana, associadas a ciclos econômicos que revelam seu apogeu e o reconhecimento nacional em períodos históricos diferenciados.<sup>22</sup> Apesar de se localizarem em calhas de rios amazônicos diferentes, existe uma característica comum que as padroniza, a urbanização de cada uma delas é resultante da aplicação de políticas

---

<sup>22</sup> É fundamental entender as especificidades encontradas nos padrões urbanos localizados na Amazônia, pois o modo de vida de vida e a organização espacial dessas cidades, normalmente localizadas às margens dos rios amazônicos, desenvolveram-se ligadas ao rio e à floresta, daí se classificarem como cidades ribeirinhas. Segundo Oliveira, “[a]s pequenas cidades amazônicas não são apenas produtos do nosso tempo, mas de tempos pretéritos cristalizados na paisagem. Por seu turno, a paisagem urbana não se resume ao conjunto de objetos, pois contém modos de vida os quais, como os primeiros, são resultantes das relações de produção continuamente produzidas, reproduzidas, criadas e recriadas, contendo as dimensões da sociedade de cada tempo. Essa paisagem urbana também comporta as coisas da natureza. As cidades de hoje são lugares bem diversos das cidades pretéritas, não só porque o conjunto arquitetônico e a infra-estrutura foram profundamente modificados. Foram mudados também a terra, a floresta e os rios, mas, sobretudo, e de modo considerável, a cultura, quer pela dinamicidade, quer pela estagnação” (OLIVEIRA, 2006, p. 29).



**Mapa 1:** Localização da área de estudo no Estado do Amazonas.

**Fonte:** IBGE, 2012.

**Org:** Guilherme Vilagelim, 2017.

desenvolvimentistas pensadas para o Amazonas, configurando as emancipações urbanas resultantes da ação do capital na Amazônia.

No que se refere à tipologia urbana trabalhada por Schor & Oliveira (2011), a cidade de Manacapuru, pertencente à RMM – Rede Metropolitana de Manaus,<sup>23</sup> ligada à capital do Amazonas pela rodovia Manuel Urbano (AM-070) e pelas funções na rede urbana do Solimões, pode ser classificada como uma Cidade Média com Função Intermediária e constituiu-se polo de oferecimento de serviços públicos e de comércio.

Estudos realizados por Sousa (2013) apontam que o contexto histórico de Manacapuru pode ser dividido em dois momentos: antes e depois da construção da Ponte Rio Negro (2007-2011), haja vista que essa construção possibilitou a inserção do município na RMM, permitindo a ampliação da mancha urbana no sentido sudoeste da capital do Amazonas, envolvendo esse município no processo intenso de metropolização urbano-regional, estimulado pela incidência de tríade de transformações realizadas por fortes investimentos capitalistas direcionados para o mercado imobiliário, para os sistemas de transportes e para a maior dinamicidade nas atividades de comércios e serviços. As transformações oriundas no espaço geográfico de Manacapuru, resultante do impacto causado pela atuação do capital após a sua inserção na RMM, sem dúvida, evidenciaram aquilo que Santos (1997) conceituou como “metamorfose do espaço habitado”, quando considera que

Todos os lugares foram atingidos, de maneira direta ou indireta, pelas necessidades do processo produtivo, criam-se, paralelamente, seletividades e hierarquias de utilização com a concorrência ativa ou passiva entre os diversos agentes. Onde uma reorganização das funções entre as diferentes frações de território. Cada ponto do espaço torna-se então importante, efetivamente ou potencialmente. Sua importância decorre de suas próprias virtualidades, naturais ou sociais, preexistentes ou adquiridas segundo intervenções seletivas (SANTOS, 1997, p. 28).

À medida que os interesses financeiros foram promovendo mudanças no município de Manacapuru, novas atividades econômicas foram sendo criadas e permitiram

---

<sup>23</sup>A RMM – Região Metropolitana de Manaus foi criada em 30 de maio de 2007 pela Lei Complementar nº 52/2007 e foi modificada no dia 27 de janeiro de 2008 pela Lei Complementar nº 59. Constituem essa região além de Manaus, capital do Amazonas, mais sete municípios assim classificados: Careiro da Várzea, Iranduba, Itacoatiara, Manacapuru, Novo Airão, Presidente Figueiredo e Rio Preto da Eva. Posteriormente, a Lei Promulgada Nº 64/2009 modificou o artigo 1º de Lei Complementar Nº 52/2007 e incluiu os municípios do Careiro, Autazes, Silves, Itapiranga e Manaquiri na composição da RMM totalizando 13 municípios. Alguns municípios não fazem limite com a Capital, entre os quais Manacapuru, que é ligado à capital do Estado pela Ponte Rio Negro. Até 2011, a travessia do Rio Negro era realizada com balsas fluviais que transportavam pessoas, automóveis e mercadorias no trecho Manaus-Iranduba-Manaus. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/pdf/analise\\_estimativas\\_2014.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/pdf/analise_estimativas_2014.pdf)>. Acesso em: 24 abr. 2017 (Com acréscimos da autora).

transformações que passaram a ser observadas não apenas na forma da cidade, sobretudo, no modo de vida das pessoas que ali residem por provocarem alterações nas suas relações sociais e nas suas relações de produção (SOUZA, 2013; SILVA, 2016).

Análises comparativas do PIB – Produto Interno Bruto do município em 2010, três anos após a sua inserção na RMM, demonstram valores de R\$ 644.416,30. Em 2014 esse valor passou para R\$ 14.054.42, classificado no 4º município com maior PIB do Estado, depois de Manaus, Coari e Itacoatiara e o 1º no *ranking* do Setor Agropecuário de todo o Amazonas, com o PIB de R\$ 621.820,21 em 2013.<sup>24</sup> Esses dados reforçam que a inserção do município na RMM, e a construção da Ponte Rio Negro intensificou os fluxos de capital para o município de Manacapuru, potencializando o crescimento demográfico, promovendo a dinamicidade socioespacial marcada pelos contrastes urbanos que se encontram refletidos em sua realidade espacial, demonstrando que

A reestruturação do espaço dá-se com o encontro e a convivência de diferentes espacialidades e temporalidades. Nessa relação, emergem discursos e práticas distorcidas sobre o desenvolvimento e o progresso – o ambiente rural é visto como um lugar atrasado, e as melhorias na condição de vida passam pelos processos de urbanização e industrialização (SOUZA, 2013, p. 198).

Manacapuru pertence à Mesorregião Centro Amazonense, distando de Manaus 84 km em linha reta e 102 km por via fluvial, com área territorial de 7.330,074 Km<sup>2</sup>. A densidade demográfica de Manacapuru é de 11,62 hab./km<sup>2</sup>, com estimativa populacional em 2016 de 95.330 habitantes. Segundo o Censo de 2010, dos 85.141 habitantes, 24.967 residem na zona rural, enquanto 60.174 residem na zona urbana.<sup>25</sup> A coordenada geográfica de Manacapuru está situada a 3º 18' 33" de latitude sul e a 60º 33' 21" de longitude a oeste de Greenwich, limitando-se com Manaquiri e Iranduba a leste, Beruri ao sul, Anamá e Caapiranga ao oeste e Novo Airão ao norte e noroeste (IBGE, 2010).

Com relação ao município de Nova Olinda do Norte, embora não pertença à rede urbana do Solimões e do Amazonas trabalhadas por Schor & Oliveira (2011), por se encontrar no Rio Madeira, a cidade poderia ser classificada na Tipologia Urbana trabalhada por esses autores como uma Cidade Especial, haja vista sua localização como a última cidade da

---

<sup>24</sup> SEPLAN – Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Governo do Estado do Amazonas. Gestão da Informação – Departamento de Estatística e Informações Georreferenciadas. Disponível em: <<http://www.seplancti.am.gov.br/gestao-da-informacao>>. Acesso em 24 abr. 2017.

<sup>25</sup> Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo Demográfico 2010. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/am/manacapuru/panorama>> . Acesso em: 22 abr. 2017.

hidrovia do Madeira, corredor por onde circulam as balsas que transportam soja até a cidade de Itacoatiara.

Segundo a empresa Amaggi Exportação e Importação Ltda, a hidrovia do Madeira é conhecida como o Corredor Noroeste de Exportação e, desde 2000, é por onde são escoados os grãos de soja do Mato Grosso e de Rondônia vindos pela BR-364. Essa produção é transportada por carretas até ser embarcada em comboios de balsas fluviais em dois terminais graneleiros, localizados em Porto Velho-RO, pertencentes a Amaggi e a Cargill.<sup>26</sup> As balsas são monitoradas durante todo o seu percurso pelo Rio Madeira até chegar no Terminal Graneleiro de Cargas da Hermasa – Hermasa Navegação da Amazônia S.A., construído em 1997 às margens do Rio Amazonas, no porto graneleiro de Itacoatiara-AM, pertencente ao Grupo André Maggi. Após ser desembarcada, a soja é depositada em navios do tipo Panamax, seguindo para os mercados consumidores da Europa e da Ásia.

Outro fator importante que envolve a organização espacial de Nova Olinda do Norte deve-se à forma como o município foi criado na década de 1950, no contexto histórico que envolveu interesses locais, nacionais e internacionais atrelados ao momento em que a PETROBRAS – Petróleo Brasileiro S.A. passou a exercer com exclusividade o monopólio do petróleo em nome da União, como resultado da campanha “O petróleo é nosso”.

Relatos de Rodrigues (1980) afirmam que foi em abril de 1953 que o pequeno povoado, até então conhecido como Localidade Nazaré, foi invadido por embarcações que nada tinham a ver com os tapiris, canoas, regatões e barcos de pequeno porte comuns à sua realidade. A chegada inesperada dessas embarcações modificou o cotidiano dos moradores da localidade, pois eles trouxeram consigo alojamentos flutuantes da Petrobras. À medida em que os funcionários das empresas iam se instalando nas proximidades da localidade, iniciava-se o processo de exploração na busca de petróleo na Amazônia, com detonações realizadas em vários lugares para perfurar os primeiros poços de petróleo na região.

Apesar do susto inicial, o medo vivenciado pelos moradores foi rapidamente substituído pela esperança de enriquecimento local, na medida em que os moradores do povoado tomaram ciência de que as mudanças vivenciadas em seu cotidiano estavam sendo provocadas por uma empresa estatal, que tinha como principal objetivo a exploração de petróleo na região. As ações visando à exploração petrolífera atraíram para o local novos moradores, que vieram de todo o lugar do Brasil, interessados em trabalhar na construção da infraestrutura projetada pela Petrobras para o interior do Amazonas. Assim, em menos de um

---

<sup>26</sup> Fonte: AMAGGI Navegação. Disponível em: <<http://amaggi.com.br/divisao-navegacao/apresentacao/>>. Acesso em: 24 abr. 2017.

mês, a localidade viu a materialização de uma estrutura urbana delineada por grandes prédios de alvenaria, que à noite ficavam totalmente iluminados, contrastando com a simplicidade dos lampiões utilizados nas casas de madeira cobertas de palha, que antes constituíam a paisagem do lugar.

No período de 1955 a 1957 jorrou petróleo nos poços NO-1-AM, NO-2-AM e NO-3-AM. Este acontecimento contribuiu para que Nova Olinda do Norte fosse visitada por dois presidentes da República, Café Filho (1955) e Juscelino Kubistchek (1956), os quais fizeram questão de levar em suas roupas a marca do petróleo de Nova Olinda do Norte. Garcia (2008) afirma que o primeiro jorro de petróleo ocorreu dia 13 de fevereiro de 1955. No entanto, o mundo só ficou sabendo da notícia no dia 13 de março de 1955. Entre 1953 e 1967 foram perfurados 53 poços estratigráficos e 58 poços pioneiros na Amazônia (RODRIGUES, 1980; VINHOTE, 1998).

Dos poços perfurados na Amazônia, indicações de gás foram obtidas em poços nas regiões de Buiúçu, Cuminá, Faro, Andirá, Fordlândia, Sampaio e nos Rios Abacaxis e Cupari. As indicações de óleo foram reportadas nas proximidades de Autaz Mirim, Andirá e Maués (Agência Nacional do Petróleo – ANP, 2015). Contudo, apesar das descobertas antieconômicas constatadas em Nova Olinda do Norte pelo Relatório Link,<sup>27</sup> que colocou ponto final no sonho de Nova Olinda do Norte em se tornar mundialmente conhecida como a “cidade do petróleo”, esta fase exploratória foi fundamental para o conhecimento geológico e para dar continuidade a pesquisas de óleo e gás natural na Bacia Amazônica (BENCHIMOL, 1979).

A classificação de Nova Olinda do Norte como Cidade Especial deve-se à ausência de dinamicidade na economia, educação, saúde e da prestação de serviços nela encontrados, permitindo que a mesma atenda apenas à demanda dos moradores de seu próprio entorno, fazendo com que parte da população do município ainda dependa de bens e serviços encontrados nas Cidades Médias como Itacoatiara ou, ainda, ao depender da gravidade, necessite deslocamento até a capital do Estado. Essas informações podem ser confirmadas com o PIB *per capita* do município no valor de R\$ 5.356.01 em 2014, conferindo ao mesmo

---

<sup>27</sup> Esse relatório foi organizado por Walter Link, geólogo norte-americano nomeado pelo superintendente do Departamento de Exploração da Petrobras com a finalidade de realizar, juntamente a sua equipe, o levantamento de dados geofísicos capazes de indicar as condições propícias para exploração de petróleo na Amazônia. As informações contidas nos pareceres desse relatório foram cruciais e influenciaram amplamente para a suspensão das prospecções petrolíferas no município de Nova Olinda do Norte. Segundo Moraes, o relatório foi redigido entre 1960 a 1961 e continha quatro cartas com considerações críticas sobre as condições geológicas do Brasil, defendendo com severas convicções o fato de “não se encontrar grandes acumulações de petróleo nas seções terrestres das bacias sedimentares do Brasil e sugerindo a realização da exploração na plataforma marítima brasileira e em outros países com condições mais favoráveis” (MORAES, 2014, p. 68).

um dos menores índices do Estado no *ranking* de 60º lugar, se comparado aos 62 municípios do Amazonas, com 96,9% provenientes de fontes externas em 2015.<sup>28</sup>

Nova Olinda do Norte possui área de 5.586,253 km<sup>2</sup>, com densidade demográfica de 5,47 habitantes com a estimativa populacional em 2016, de 35.800 habitantes. O Censo de 2010 afirma que a população totalizava 30.696 habitantes, sendo 17.070 residentes na zona rural e 13.626 pertencentes à zona urbana.<sup>29</sup> As coordenadas geográficas de Nova Olinda do Norte são de 3°45'23" de latitude sul e 59°3'23" de longitude a oeste de Greenwich, tendo como limites: a leste, o município de Maués; ao sul e oeste, o município de Borba; ao norte, o município de Autazes e a sudeste, o município de Itacoatiara (IBGE, 2010).

O resgate histórico dos municípios onde foram realizados os trabalhos de pesquisa da tese permite perceber o quanto as ações do capital se tornam responsáveis por modificar os espaços geográficos urbanos na Amazônia, projetando nessas cidades os interesses exógenos daqueles que trouxeram consigo a necessidade do enriquecimento, advindo da exploração dos recursos naturais encontrados na região. Essas formas espaciais urbanas foram projetadas no Amazonas com a finalidade de unificar o ambiente amazônico, pois foram construídas desarticuladas das singularidades locais, promovendo as contradições que se encontram presentes nessas espacialidades, fazendo com que,

Essas pequenas cidades da Amazônia são cada vez mais iguais e as suas formas escapam à história e à cultura do lugar, tornando homens e mulheres reféns da lógica, de um mundo distante, das possibilidades ilimitadas como se fosse possível reinventar formas iguais em qualquer lugar. Busca-se projetar formas espaciais para unificar o ambiente simbólico visando atender aos interesses de determinados segmentos da sociedade, conseqüentemente substituindo a especificidade histórica de cada lugar (OLIVEIRA, 2004, p. 6).

Na segunda metade do século XX, a Amazônia tornou-se alvo de políticas públicas implantadas durante a ditadura militar, evidenciando a preocupação de ocupar os “vazios demográficos” a partir de movimentos migratórios direcionados para região, principalmente ao longo das rodovias. Esse momento foi concretizado na Amazônia com a construção das rodovias que permitiram a integração nacional e o surgimento de aglomerados urbanos localizados ao longo das estradas, caracterizando novos processos de ocupação das terras que

---

<sup>28</sup> Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Cidades: Brasil em Síntese. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/am/novaolindadonorte/panorama>. Acesso em: 24 abr. 2017.

<sup>29</sup> Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo Demográfico 2010. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php> Acesso em: 22 abr. 2017.

trouxeram para Amazônia, segundo Ianni (1979), uma espécie de “reforma agrária espontânea”, abordada no item a seguir.

## **2.2 Projetos de Reforma Agrária no Amazonas: os projetos de colonização fundiária e o acesso à terra**

A colonização fundiária implantada na Amazônia no século XX apresenta a existência de inúmeros projetos agrários amparados na aplicabilidade de políticas públicas de desenvolvimento rural, direcionados para solucionar a questão do povoamento na região, pois a “disponibilidade” de terras na Amazônia, aliada à dispersão da população local, influenciou para que a exploração e o expansionismo capitalista submetessem os lugares amazônicos ao processo de intensas transformações espaciais, com a justificativa de realizar a sua integração nacional com o restante do Brasil, embasado no *slogan* “terra sem homens para homens sem terra” (IANNI, 1979).

Este fato originou na década de 1960 a migração “espontânea” realizada por trabalhadores do campo, que chegaram na Amazônia oriundos de muitos lugares do Brasil, passando a ocupar o sul do Pará, o norte de Goiás (atual estado do Tocantins), o Acre, Rondônia, norte do Mato Grosso e Maranhão (OLIVEIRA, 1990). No entanto, a colonização dirigida não abriu grandes perspectivas de acesso à terra, apenas possibilitou, na ótica capitalista, a liberação de fração de trabalhadores que passaram a perpetuar o processo centenário da “marcha para o oeste”, funcionando como estratégia para atingir dois objetivos visados pela política de integração nacional, dentre outros, reduzir a pressão exercida pelos expropriados de regiões com acentuada concentração fundiária e estimular a concentração de mais mão de obra nas regiões a serem ocupadas pelos grandes projetos direcionados para a Amazônia, com a finalidade de garantir a soberania nacional brasileira sobre essa região.

No primeiro momento, em meados de 1970, o que a ditadura deixa transmitir para a opinião pública é a ideia de que a preocupação do Governo do General Médici com os problemas sociais do Nordeste levava esse governo a encaminhar os excedentes populacionais dessa região para alguns lugares da Amazônia. Tratava-se de iniciar alguns projetos de colonização, em ‘terras virgens’ da Amazônia, a fim de aliviar as ‘tensões sociais’ no Nordeste. Com isso e propiciava a instrução das estruturas agrárias vigentes nessa região e abriam-se novas possibilidades de expansão capitalista na Amazônia [...] É verdade que sempre houve na ideologia dos governantes, a ideia do ‘vazio demográfico’, ‘vazio econômico’ ou região a ser efetivamente ocupada pelo ‘poder nacional’. Sob o aspecto da geopolítica que fundamenta a doutrina de segurança e desenvolvimento, os indígenas, sitiantes, seringueiros e posseiros dispersos na Amazônia poderiam ser tentados por ‘inimigos da pátria’ (IANNI, 1979, p. 47-48).

A colonização dirigida, padronizada e oficializada pelo INCRA na Amazônia teve maior ênfase na área de construção da estrada Transamazônica em 1970, realizada com a finalidade de garantir o acesso à terra, a segurança nacional e a integração da Amazônia à economia nacional com a criação pelo Decreto Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970, do I PIN – Programa de Integração Nacional. Assim, a construção dessa rodovia, além de abrir frentes de trabalho na região, permitiu que em suas margens se instalasse a expansão extensiva do capitalismo na Amazônia representado na exploração fundiária, modificando e refazendo as relações sociais e econômicas com a terra e demonstrando claramente que a construção da rodovia representou o momento histórico, em que “o poder estatal procurou bloquear, orientar, integrar, disciplinar ou subordinar a reforma agrária espontânea à colonização dirigida” (IANNI, 1979, p.57).

Em 1966, o Governo Federal criou a SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia como agência de desenvolvimento e o BASA – Banco da Amazônia S/A, que sucedia ao Banco da Borracha, como agente financeiro. Otávio Ianni afirma que a criação desses órgãos permitiu que o governo concedesse benefícios à minoria da população formada por “latifundiários e fazendeiros, estímulos e favores fiscais e creditícios, políticos e econômicos, para a formação e o crescimento de latifúndios, fazendas, ou empresas agropecuárias, de extrativismo e mineração” (IANNI, 1979, p.12), pois, dependendo das condições encontradas nos lugares amazônicos e da origem dos migrantes que se direcionaram para região, ia se constituindo na Amazônia um tipo de “morada habitual e cultura efetiva, capaz de garantir fisicamente a posse e o uso da terra” (IBID, 1979, p. 15).

Quanto às políticas de integração nacional pensadas para Amazônia, os benefícios advindos dos financiamentos gerados pela SUDAM na implantação dos projetos agropecuários “estimulou grandes empresas capitalistas do Sudeste (multinacionais, em grande número) a abrir enormes áreas de pastagens, de capim-colonião principalmente, num vasto arco da periferia meridional da Amazônia” (VALVERDE, 1985, p. 216).

O processo que culminou com a colonização agrária na Amazônia e as políticas de desenvolvimento implantadas nesta parte da região foram sucessivamente desenvolvidas nos setores agrícolas e industrial, estimulando um novo modelo de desenvolvimento que determinou a mudança do eixo de circulação na região, favorecendo a concentração de novos núcleos urbanos localizados à beira da estrada, ao mesmo tempo em que tornou a Amazônia uma região alternativa, amparada por um novo contrato social capaz de amenizar os problemas agrários de outras regiões do país, pois esse processo de colonização regional agrária foi responsável por afirmar o mito de que a Amazônia seria “a terra onde cada um tem

sua chance, é terra onde o pequeno pode desafiar o grande, o ‘coronel’ não encontra mais aí o seu lugar” (HAMELLIN, 1991, p. 165).

A construção da Transamazônica no coração da floresta é vista como a estratégia mais viável para a expansão da fronteira na Amazônia. A criação dessa rede rodoviária permitiu a conquista e a efetivação do projeto de ocupação territorial para Amazônia até 1970, pois

É a primeira vez na história da Amazônia, desde o começo da colonização portuguesa, que a conquista se baseia num novo contrato social. A Amazônia é oferta ao homem livre, ao camponês sem terra, ao cidadão marginal, em toda propriedade. Pela primeira vez, o homem não é mais o componente secundário que vai rentabilizar o capital, é o capital que é colocado à disposição do homem. O objetivo é criar uma classe média de camponeses; a utopia de construir uma sociedade igualitária na periferia de um Brasil que, em pleno milagre econômico, fomenta sem perceber uma sociedade cada vez mais desigual (HAMELLIN, 1991, p.165).

Sobre essas afirmativas, Ianni (1979) garante que o Governo Federal passou a se empenhar na consolidação de projetos de colonização gerenciados pelo INCRA, responsável por regularizar o acesso à terra em toda a Amazônia, recebendo e selecionando agricultores que viessem para região.

Conforme o relatório do INCRA, em 1975 era uma questão presente regularizar no mais curto espaço de tempo as terras das áreas de colonização; daí a importância e a urgência da demarcação de terras. A regularização da situação fundiária era um requisito básico para a titulação – carta de anuência, autorização de ocupação ou título definitivo – sem o que o colono não pode por exemplo, obter crédito bancário. (IANNI, 1979, p. 75).

Isso demonstra como a política de colonização agrária direcionada para Amazônia sempre foi pensada com a finalidade de favorecer o processo produtivo, dando ênfase para realizar a integração entre os setores públicos e privados, submetendo os direitos dos que aqui viviam aos direitos exercidos pelo poder do capital, pois

Durante mais de vinte anos esses problemas acumularam-se sem solução, a não ser em casos pontuais e após conflito seguido de morte. Nesse período, a terra pública transformou-se, por meios legais, fraude ou grilagem, em terra privada. Nos anos de 1990, devido às políticas neoliberais implantadas no país e à conseqüente contenção dos orçamentos dos órgãos fundiários, as ações discriminatórias de terra tornaram-se raras na Amazônia. A terra pública continuou confundindo-se, por meios lícitos ou não, com a terra privada, aumentando o caos fundiário das décadas anteriores e tornando cada vez mais difícil reconhecer e separar a terra pública da privada (LOUREIRO, 2005, p. 80).

Os interesses daqueles que defenderam a integração econômica da Amazônia ao cenário nacional legitimaram as ações de apropriação de extensas áreas concentradas nas mãos de uma minoria no momento em que foi viabilizada a implantação de grandes projetos agrários na Amazônia. Segundo Valverde, esses projetos estimularam a exploração agrária financiada pela SUDAM e a chegada de empresas multinacionais oriundas da região Sudeste, iniciando no meio da floresta a abertura de ramais com a plantação de pastagens para criação bovina, possibilitando o surgimento do “vasto arco de periferia meridional da Amazônia, envolvendo desde o noroeste do Maranhão (aí sobretudo com capim-jaraguá); nordeste e norte de Mato Grosso, e hoje se prolonga em todo o Acre, à beira da Transamazônica” (VALVERDE, 1985, p. 216).

A aceleração do processo de colonização agrária realizada ao sul da Amazônia, além de provocar graves problemas ambientais na região, também não foi “capaz de fixar o homem ao solo, gerou níveis de vida extremamente baixos, enquanto os posseiros têm sido utilizados apenas como desbravadores gratuitos” (IBID, 1985, p. 247). Estas afirmativas demonstram que, com a construção da rodovia Transamazônica na década de 1970, acelerou-se a criação de projetos de colonização sob a responsabilidade do INCRA ao longo dessa rodovia, provocando profundas alterações e atingindo áreas localizadas ao sul do Amazonas, delimitando o loteamento de terras, a expulsão de posseiros e indígenas de suas terras, agravando os conflitos agrários nessas áreas, o nomadismo, o aumento do preço dos alimentos nos centros urbanos e a miséria da população rural sem terra nessa parte do Estado.

No sul do Amazonas essa ação impôs um processo com profundas mudanças estruturais resultante da criação das rodovias na região, estimulando o processo migratório, ampliando a devastação da floresta e intensificando os conflitos sócio-territoriais (BECKER, 2006). A construção da Transamazônica – BR 230, rodovia BR 319 e os projetos de assentamentos agrários implantados ao longo dessas rodovias, trouxeram consigo a mudança de eixo de circulação, alterando substancialmente a rede urbana de circulação dendríticas das cidades pertencentes a Microrregião do Madeira, impondo novos reordenamentos territoriais ao sul do Amazonas, visíveis principalmente nos municípios de Humaitá, Lábrea, Manicoré e Apuí (CORRÊA, 1987). Esses municípios passaram a conviver com o intenso movimento migratório, que gerou o crescimento populacional e as novas funcionalidades econômicas vivenciadas nessas cidades, provocando

Alterações demográficas e as novas funcionalidades foram proporcionadas pelo acesso direto à rede rodoviária nacional: a BR 319 (construída no sentido longitudinal, entre Manaus-AM e Porto Velho-RO) interligando o

Amazonas ao Centro-Oeste; e a rodovia Transamazônica (BR 230), no sentido latitudinal, possibilitou a ligação imediata com o sul do Estado do Pará, municípios de Jacareacanga e Itaituba, principalmente. Desde então, o sul amazonense foi inserido ao processo de expansão de fronteira econômica. Especialmente o Município de Manicoré sofreu um corte que o separou em duas partes, uma ao Norte, o que pode ser considerado como ‘município ribeirinho’ e outra, ao sul, o ‘município rodoviário’. Nessa sua face Sul, ao se integrar ao sistema rodoviário do país, foi produzida uma ocupação que a diferenciou marcadamente da sua feição ribeirinha, ao Norte, no que se refere à dinâmica territorial, à urbanização e no tocante à sua Geografia agrária (SOARES, 2016, p. 2).

Com base na retomada do processo de colonização dirigida para a Amazônia, discutem-se as peculiaridades encontradas nos assentamentos atuais, especialmente os pesquisados nesta tese, exemplificados em dois modelos de projetos de assentamentos rurais implantados pelo INCRA no final da década de 1990. Os assentamentos pesquisados não foram organizados territorialmente pelo INCRA, atrelados às reivindicações realizadas nas lutas de classe traçadas pelo MST – Movimento dos Sem Terra, como acontece em outros lugares do Brasil. No Amazonas, a organização espacial dos assentamentos resultaram do conjunto de ações governamentais pensadas para a Amazônia em momentos distintos, iniciados e vivenciados desde a política dos militares, que se estende até o Governo de Figueiredo (1979-1985), Governo Sarney (1985-1990), Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), até chegar ao Governo Lula (2003-2011). Estas ações representam na história da reforma agrária brasileira o conjunto de medidas governamentais capazes de promover no país um processo que pode ser considerado como “não reforma agrária”, conforme citação seguinte:

É praticamente impossível hoje calcular se o número total de assentados da reforma Agrária, pois no governo FHC, os adeptos da ‘matemagia’ do ‘Cadastro do INCRA’ alteraram a base cadastral dos dados do SIPRA. Isto quer dizer o seguinte: somente um novo censo nacional dos assentamentos de colonização, reforma agrária e regularização fundiária permitiria restaurar a base estatística dos dados do INCRA. Repito mais uma vez, no INCRA o Cadastro é, em minha modesta opinião, a ‘caixa preta’ de muitas ‘operações escusas’. Por exemplo, ninguém lá, exceto o ‘homem do cadastro’ sabe das coisas. Aliás, já é hora dos movimentos sociais começar a cobrar a transparência, visibilidade nas operações do INCRA. O INCRA é parte do Estado brasileiro e não propriedade de governo ou de ‘alguns funcionários’. Até arriscaria dizer que o MDA/INCRA está ‘enganando até o Presidente da República’ com esses números e acha que poderiam enganar também os movimentos sociais e a sociedade civil inteira (OLIVEIRA, 2006, p. 197).

Segundo o INCRA, a criação de assentamentos rurais em todo o Brasil segue basicamente três momentos: primeiramente se realizam os atos legais para a **criação** do

assentamento com a publicação de portarias em que constam dados do imóvel rural, localização, capacidade de atendimento das famílias que serão assentadas, nome do projeto de assentamento e a sua modalidade. No segundo momento, concretiza-se a efetivação da **implantação** do assentamento com o cadastramento, seleção, legitimação e homologação de famílias assentadas, divisão e sorteio dos lotes e distribuição das primeiras linhas de crédito para os assentados. A partir daí, dar-se-á início à última etapa, ou ao terceiro momento, da criação de um assentamento, classificada como a parte de sua **estruturação**, a qual constitui a construção das casas, aberturas das vicinais, criação de PDA – Planos de Desenvolvimento do Assentamento<sup>30</sup> e a formação de parcerias com equipes capacitadas para proporcionar o serviço de assistência técnica aos assentados. Esta fase pode ser assim definida

O assentamento deve em seguida evoluir para a fase de *consolidação* (que deve durar 42 meses, isto é, três anos e meio). Os assentados recebem os créditos de produção – PROCERA - Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária – de R\$ 13 mil, com taxas de juros de 1,15% ao ano, 10 anos para pagamento, três anos de carência e rebate de 40%. Os assentados continuam sem terra, porque não recebem o título da propriedade, mas, quando muito, uma precária *concessão de uso*. Aliás, mesmo que recebessem o título, a lei prevê que não podem alienar o imóvel antes de 10 anos. Não obstante, a transmissão de concessão de uso a outro interessado, e mesmo a ‘venda’ do lote – pratica inteiramente irregulares, segundo a legislação agrária vigente – frequentemente ocorrem. Quando o INCRA julga que o assentamento está em condições de levar vida própria, ele o *emancipa*, cessando conseqüentemente o fornecimento de verbas e equipamentos. O assentamento torna-se emancipado (BARRETO, 2004, p. 37).

---

<sup>30</sup> Nestes planos se encontram as ações e as metas institucionais a serem realizadas pelo Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Projetos de Assentamentos do INCRA. Os planos são elaborados para cada novo assentamento criado com a finalidade de potencializar as ações direcionadas para coordenar a gestão dos assentamentos, planejar, organizar, acompanhar, controlar e avaliar os projetos direcionados para o programa agrário colocados em prática em cada assentamento. No Plano de Desenvolvimento Sustentável encontram-se as informações gerais sobre o município onde se localiza o assentamento, seus aspectos físicos, estrutura fundiária, produtividade, potencialidades de mercado, diagnóstico do município, soluções identificadas, localização e acesso do assentamento, perfil do solo com apresentação dos resultados das amostras analisadas em laboratório, estrutura familiar dos beneficiários, projetos de sistemas produtivos a serem realizados no assentamento, comercialização e abastecimento, serviços de apoio e produção com as parcerias realizadas com o ATER – Serviço de Assistência Técnica representado pelo IDAM – Instituto de Desenvolvimento Agrário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas na implantação de projetos de assistência técnica. Além disso, há a proposta para efetivação de parcerias com as Prefeituras Municipais de cada assentamento, objetivando a contratação de técnicos capazes de realizar a assistência técnica nos assentamentos. Consta também em cada Plano de Desenvolvimento Sustentável, as linhas de créditos bancários fornecidos ao pequeno produtor relativos ao auxílio de fomentos, habitacional e nutricional com a finalidade de dar suporte às metas propostas em cada plano delineadas e distribuídas em projetos direcionados para proporcionar dentro do assentamento o acesso à educação, capacitação rural, saúde, saneamento básico com a construção de poços artesianos e fossas absorventes, coleta de lixo domiciliar, cultura, lazer e esporte. Vide: Plano de Desenvolvimento Sustentável P. A. Paquequer, 2000, p. 63-84; Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA-Prestação de Contas Ordinárias Anual Relatório de Gestão do Exercício de 2011. Disponível em: <[www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/servicos/.../sr\\_15\\_-\\_am\\_rg\\_2011.pdf](http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/servicos/.../sr_15_-_am_rg_2011.pdf)>. Acesso em: 27 nov. 2017.

No entanto, para que o INCRA execute as políticas de emancipação de assentamentos rurais no Brasil criadas em 2000 pelo Governo Federal, é necessário o estabelecimento de parcerias firmadas com o BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento para a criação do PAC – Programa de Consolidação e Emancipação (Auto-Suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária. Segundo o INCRA, em 2006, esse programa atendia 70 assentamentos distribuídos em oito estados: Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Sergipe. O contrato de empréstimo realizado com o BID foi encerrado em 2008, porém, as políticas públicas direcionadas para a emancipação de assentamentos rurais continuam a ser realizadas pelo INCRA, embora até 2016 esses assentamentos ainda se encontrassem em processos que deveriam levar à consolidação de sua emancipação.<sup>31</sup> Avaliações sobre o programa de emancipação de assentamentos rurais no Brasil foram realizadas por Oliveira, ao afirma que:

A consolidação de um assentamento significaria o término do seu vínculo com a ação de intervenção fundiária e a inserção deste em outro contexto econômico e social, onde as famílias passariam a fazer parte do conjunto da agricultura familiar, se beneficiando das políticas agrícolas direcionadas para este segmento (em especial o crédito agrícola do Pronaf). De outro lado, uma vez que a consolidação de assentamentos não tem sido priorizada pelos governos, a agenda gerencial e operacional do Incra tem crescido substancialmente, o que de certa forma compromete a viabilidade da execução da reforma agrária como um todo. Os projetos não consolidados necessitam de acompanhamento, envolvendo atualização de cadastros, reassentamentos de famílias, liberação de créditos, etc. Sendo assim, tendo em vista o descompasso existente entre o assentamento de novas famílias e o volume de recursos disponibilizados para a reforma agrária (sejam eles financeiros ou em termos de recursos humanos e técnicos), a princípio, a única maneira de manter a estrutura operacional funcionando num patamar estável e razoável, sem que constate os compromissos e as agendas cresçam, passaria pela consolidação de projetos, na mesma proporção que novas áreas (e famílias) vão sendo incorporadas. [...] O que potencialmente seria mais adequado, dada tal situação, seria buscar meios de se reduzir o ‘tempo de chegada’ dos assentamentos a uma situação considerada ‘adequada’ (independente da consolidação do assentamento), efetivando-se todos os compromissos relacionados ao Incra no menor tempo possível, o que permitirá a entrada de novas famílias no processo de reforma agrária (em tempo relativamente mais curto), sem comprometer a capacidade operacional do Incra (OLIVEIRA, 2010, p. 73).

---

<sup>31</sup> Segundo o INCRA, a finalidade desse programa direciona-se para a aceleração de políticas públicas capazes de tornar os assentamentos independentes e integrados ao segmento da agricultura familiar, proporcionando investimentos em infraestrutura socioeconômica, assessoria técnica e treinamento com a finalidade de promover a sustentabilidade econômica, social e ambiental, bem como a estabilidade social e a conquista da cidadania, atendendo atualmente dentro do programa mais de 12 mil famílias assentadas. Disponível em: <[http://www.incra.gov.br/pac\\_consolida](http://www.incra.gov.br/pac_consolida)>. Acesso em: 27 nov. 2017.

Embora a criação de assentamentos no Brasil se estabeleça envolvida com problemas relacionados à infraestrutura, à formação de parcerias, a conflitos com latifundiários e ao gerenciamento de verbas direcionadas para a concretização da reforma agrária no país, o quantitativo de famílias assentadas e as políticas para criação de novos assentamentos continuam sendo realizadas fundamentadas pelo discurso oficial de serem estes os passos para consolidar a sonhada reforma agrária (MARTINS, 1984; OLIVEIRA, 1990; STEDILE, 2005).

Dados coletados junto ao INCRA (2016) informam a existência de 9.256 assentamentos em todo o país distribuídos em 88.314.855 hectares. Até a década de 1990, segundo o SIPRA – Sistema de Informações de Projetos da Reforma Agrária, existiam projetos de assentamentos que passaram a ser considerados fora da vigência para dar suporte à reforma agrária realizada no Brasil. Tais projetos se classificavam nas seguintes modalidades: PC – Projetos de Colonização Oficial, criados pela União com a finalidade de ocupar as áreas consideradas nas décadas de 1970 e 1980 consideradas como "vazios demográficos" fortalecendo o expansionismo da fronteira agrícola em todo território nacional e, especialmente, na Amazônia Legal. Os PIC – Projetos Integrados de Colonização, implantados em grandes extensões de terras pertencentes à União ou em terras desapropriadas, contando com o apoio das três instâncias governamentais para assentar um número elevado de famílias. Os PAR – Projetos de Assentamento Rápido, criados para proporcionar a regularização das glebas rurais, demarcando e titulando seus moradores sem a preocupação de proporcionar aos mesmos infraestrutura básica o acesso a transporte, saúde e educação, dentro desses assentamentos. Os PAP – Projetos de Colonização Particular, realizado com base em parcerias firmadas com empresas particulares cadastradas no INCRA. Os PAD – Projetos de Assentamento Dirigido, criados na década de 1970 em concordância com as determinações encontradas no Estatuto da Terra, para regulamentar oficialmente propriedade familiar de pequenos e médios agricultores. E os PAC – Projetos de Assentamento Conjunto, criados em parceria com grandes empresas rurais ou cooperativas.

De acordo com as Normas de Execução DT nº 69/2008, novas modalidades de assentamentos foram criadas e reconhecidas pelo PNRA – Programa Nacional de Reforma Agrária e encontram-se sob a jurisdição e a atuação das superintendências regionais do INCRA, amparadas na concessão de crédito rural realizados pelo PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

Essas modalidades são divididas em dois grandes grupos: no primeiro encontram-se os projetos de assentamentos criados pelo INCRA por meio de obtenção de terras, na forma

convencional, que são os projetos classificados na Modalidade PA – Projetos de Assentamentos – Instrução Normativa nº 15, de 30 de março de 2004, art.3º, organizado territorialmente como modelo de assentamento conhecido como “espinha de peixe”, com a abertura de vicinais margeadas por lotes ou glebas a serem ocupadas por assentados migrantes, advindos de vários lugares do país, selecionados como beneficiários do projeto.

A modalidade PA diferencia-se ambientalmente dos PAE – Projetos de Assentamento Agroextrativista – Portaria/INCRA/P/Nº 268 de 23 de outubro de 1996; dos PDS – Projeto de Desenvolvimento Sustentável – Portaria/INCRA/P Nº 477, de 04 de novembro de 1999; e dos PAF – Projetos de Assentamento Florestal – Portaria/INCRA/P/ Nº 1.141 de 19 de dezembro de 2003 e Portaria /INCRA/P/Nº 215, de 6 de junho de 2006.

O segundo grupo de assentamentos adota um caráter fundamentalmente ambientalista e ecológico, tendo como meta regularizar a situação fundiária de moradores que há tempos residem em áreas de conservação ambiental ou em áreas extrativistas, com a realização de atividades ambientalmente diversificadas. Esses assentamentos se classificam na modalidade de PCA – Projeto de Assentamento Casulo, modalidade revogada pela Portaria INCRA nº 414, de 11 de julho de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 12 de julho de 2017; PDAS – Projeto Descentralizado de Assentamento Sustentável, Portaria nº 414/2017, como modalidade de assentamento ecologicamente sustentável direcionado para estimular a agricultura familiar, realizada por trabalhadores rurais sem-terra que vivem nas proximidades dos centros urbanos. Nesse grupo, o INCRA também reconhece modalidades de assentamentos criados por Estados, Municípios e empresas de colonização particular, realizando parcerias para viabilizar o acesso dos beneficiários aos direitos básicos, para participarem do programa de reforma agrária. Classificam-se nessa modalidade PE– Projeto de Assentamento Estadual, Norma de Execução INCRA Nº 37, de 30 de março de 2004; PAM – Projeto de Assentamento Municipal – Norma de Execução INCRA Nº 37, DE 30 de março de 2004; e o PCT – Programa Nacional de Crédito Fundiário (antigo Programa Cédula da Terra), realizado com a participação dos CEDRS – Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável (nessa modalidade o acesso aos lotes é realizado pela compra e venda de terras).

Das parcerias firmadas entre o INCRA e o IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, é reconhecida como modalidade de projetos beneficiários do PNRA, com base na Lei nº 9985/200 e Decreto nº 4340/2002, reconhecidos pela Portaria Interministerial nº 13, de 19 de setembro de 2002, que autorizou a criação das

RESEX – Reservas Extrativistas, das FLONA – Floresta Nacional; das RDS – Reservas de Desenvolvimento Sustentável; dos PAQ – Assentamentos Quilombolas e das áreas de FLOE – Floresta Estadual. Os assentamentos reconhecidos pelo INCRA nessas áreas permitem o acesso dos moradores às políticas públicas, concedendo aos mesmos a emissão do DAP – Declaração de Aptidão, expedido para cada unidade familiar. O DAP é considerado o principal documento de identificação do agricultor familiar, permitindo que o beneficiário passe a ter acesso às políticas públicas de crédito rural realizadas pelo PRONAF.

A unidade jurisdicionada do INCRA no estado do Amazonas é representada pela Superintendência Regional (SR-15), com sede em Manaus. De acordo com as informações gerais apresentadas pela DE – Diretoria de Gestão Estratégica e pela DEA – Coordenação Geral de Monitoramento e Avaliação da Gestão, o Amazonas possui atualmente 145 assentamentos com 57.238 famílias assentadas, ocupando uma área territorial que corresponde a 27.290.997,70 ha.<sup>32</sup>

Segundo o Relatório de Gestão do Exercício de 2011 organizado pela Superintendência Regional do Amazonas (SR-15) – MDA/INCRA, as ações de desenvolvimento para implantação de projetos de assentamentos rurais no Amazonas requerem prévia análise no sentido de entender as peculiaridades encontradas no Estado:

[...] o estado do Amazonas, por sua extensão e peculiaridade regional, gera dificuldades em atender as demandas apresentadas pelos beneficiários da reforma agrária em virtude das grandes distâncias a serem percorridas pelos servidores para acesso aos projetos de assentamento, que, na maioria dos casos, é realizada somente por meio aéreo e fluvial, o que onera em muito o deslocamento para execução das ações, no que se refere a custo com passagens aéreas e de embarcações; combustível e diárias dos servidores, principalmente em razão do período de deslocamento para a prestação dos serviços. No que tange este último item, o decreto 7446/2011, que estabelece limite orçamentário do quantitativo de diárias por servidor/ano, veio para impor maiores entraves a esta Divisão no que diz respeito ao cumprimento das metas estabelecidas (INCRA – SR 15 – Relatório de Contas Anual de 2011, 2012, p. 26).

Cabe ao MDA/INCRA realizar o estabelecimento de parcerias com o Governo do Estado do Amazonas, com as Prefeituras Municipais, com o ITEAM – Instituto de Terras do

---

<sup>32</sup> A tabela em que se encontram os dados gerais sobre os assentamentos é organizada pela Superintendência Regional do Amazonas (SR – 15) em concordância com o Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA). Segundo o INCRA, essa tabela é atualizada quinzenalmente e disponibiliza informações sobre o código do projeto de assentamento, o nome do assentamento, código de registro do assentamento no IBGE, o nome do seu município de localização, sua capacidade, área de extensão, número de famílias assentadas, data de criação e a modalidade de assentamento. As informações apresentadas neste trabalho foram atualizadas no dia 01 de novembro de 2017. Disponível em: <<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>> Acesso em: 10 nov. 2017.

Amazonas e com o IDAM, para assinatura do termo de cooperação mútua, no sentido de receber desses órgãos a disponibilidade de técnicos para agilizar a emissão do DAP para os assentados, com a finalidade de atender as metas traçadas e objetivadas pelo MDA/INCRA, para o cumprimento de suas ações de políticas agrárias nos municípios, como se pode observar:

Estas ações são voltadas ao desenvolvimento dos Projetos de Assentamento objetivando a promoção do seu desenvolvimento social, econômico e ambiental, relevando-se o viés da sustentabilidade econômica, social e ambiental do campo e dos clientes da reforma agrária - agricultores e agricultoras que aí vivem e de onde tiram o seu sustento e de suas famílias, levando-os por consequência a permanecerem no campo. As ações de Desenvolvimento são executadas de forma direta, por meio de licitações públicas, convênios e acordos de cooperação técnica celebrados com outras instituições governamentais das esferas federal, estadual e municipal, e ainda com instituições privadas sem fins lucrativos. Em 2016, além da insuficiência de recursos financeiros, da extensão do estado do Amazonas e sua realidade, das grandes distâncias até os assentamentos (utilização de até três meios de transporte para se chegar a um mesmo destino/assentamento), que continuam como condicionantes principais do não atendimento satisfatório às demandas apresentadas pelos beneficiários da reforma agrária no AM, nos deparamos com as limitações oriundas do Acórdão TCU nº 775/2016, que atingiu mais de 50% desses beneficiários, impactando negativamente no cumprimento das metas previstas em todas as Ações de Desenvolvimento de Assentamentos. (INCRA – SR 15 – Relatório de Gestão Exercício 2016, p. 40).

As informações contidas nos Relatórios de Gestão do MDS/INCRA-SR 15 demonstram que a consolidação e o êxito dos projetos de assentamentos no Amazonas, precisam ser desenvolvidos atrelados à disponibilidade de assistência técnica de extensão rural na região, no sentido de sistematizar e aglutinar as ações para o pleno desenvolvimento de acesso ao crédito, habitação e da supervisão das parcelas para a consolidação dos projetos de assentamento. Ao criar essas novas territorialidades rurais, o INCRA passa a estabelecer conexão com os poderes federal, estadual e municipal, no sentido de dar continuidade às políticas agrárias pensadas para o Amazonas, realizando um processo contínuo de recriação dessas territorialidades que refletem os interesses do Estado, representado por ações contraditórias, que muitas vezes não respeitam as especificidades dos lugares amazônicos e os reais interesses dos moradores que vivem na terra, na água e na floresta do Amazonas, embora,

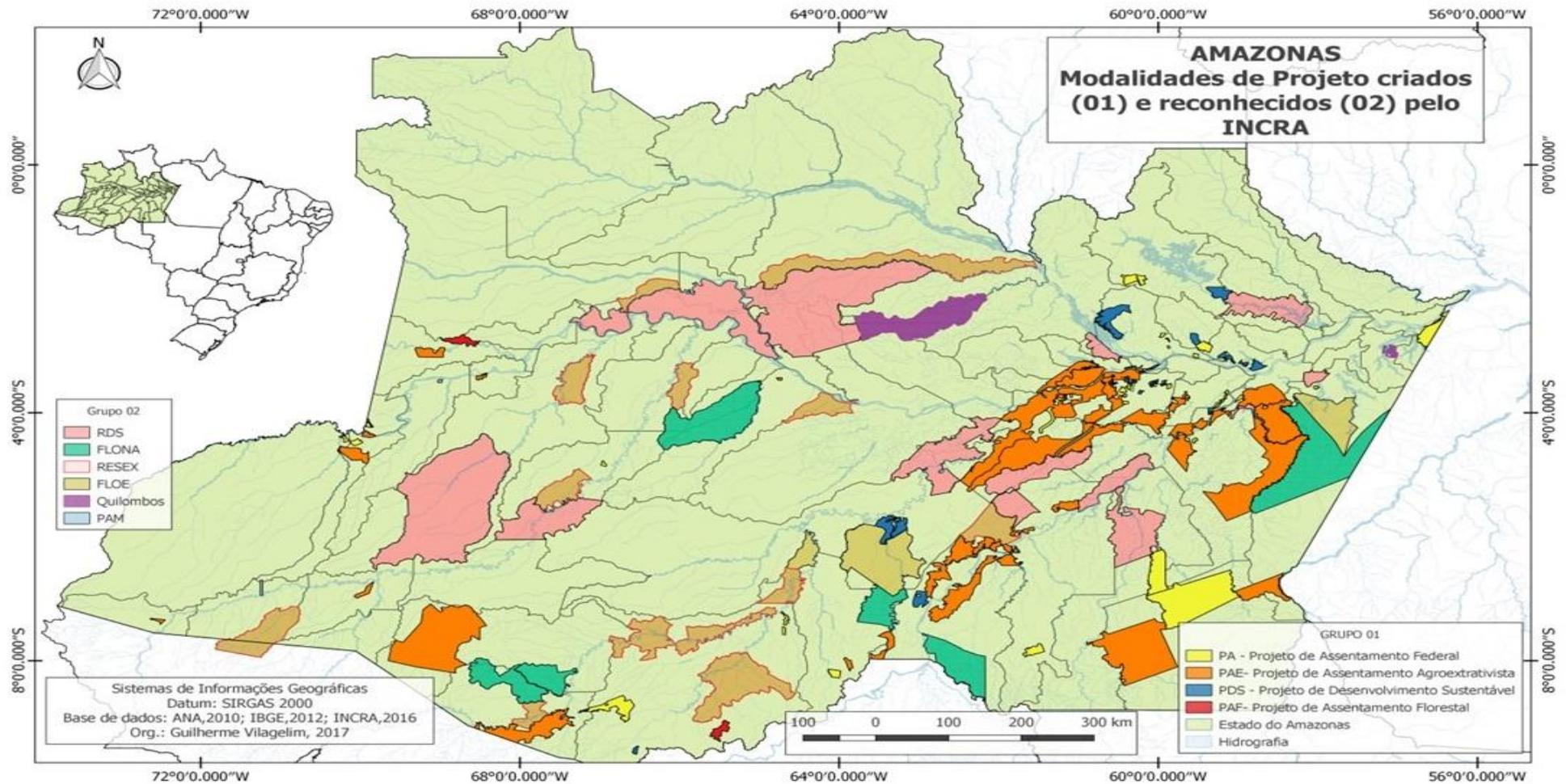
A proposta de criação dos assentamentos estaduais atende ao II PRNA, preconizando que os projetos de reforma agrária devem levar em consideração a variável da sustentabilidade, verificando as especificidades regionais, respeitando as diferenças entre os lugares onde serão implantados,

daí a solicitação da pesquisa para saber quem são os agricultores que estão nos municípios, quais suas atividades, qual é o ambiente que os cerca e quais os conflitos existentes que culminaram na abertura do processo solicitando ações de reforma agrária ou de regularização fundiária. A criação de assentamentos diferenciados configura-se como uma alternativa inovadora no Amazonas, pois nas tentativas anteriores acompanhavam a política agrária nacional, caracterizada por um formato padrão de tratar os territórios e os sujeitos-alvo da política. Há uma abertura aos governos estaduais para elaborar seus próprios mecanismos de ação fundiária, o que não deixa de pressupor conflitos e disputas dentro da própria esfera burocrática (ONETI, 2010, p. 66-67).

Assim sendo, o processo de colonização fundiária pensada para o Amazonas pode ser observado no Mapa 2, demonstrando como se apresentam as modalidades de assentamentos rurais organizados atualmente, na tentativa de se adequar às concepções de preservação ambientalistas defendidas na região. As modalidades dos assentamentos aqui pesquisados exemplificam duas das classificações de assentamentos rurais localizados em ecossistemas amazônicos. Na área de terra firme, a modalidade PA Paquequer e na área de várzea, a modalidade PDS Costa do Caldeirão. Essas duas modalidades aqui analisadas representam os reflexos da política agrária realizada pelo Governo Federal nas últimas décadas para o Amazonas, com o propósito de realizar a ocupação das terras devolutas do Estado,<sup>33</sup> ao mesmo tempo em que visa regularizar a situação fundiária dos moradores de assentamentos rurais, concedendo-lhes o acesso a políticas públicas de reforma agrária.

---

<sup>33</sup> Segundo o diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Incra, Rogério Arantes, o combate à grilagem e às fraudes em registros imobiliários identificadas na região Norte do país podem ser realizados à medida que se concretizem ações de autarquia para a demarcação de terras devolutas da União, com amparo legal na Lei N° 6.383, de 7 de dezembro de 1976. Para Rogério Arantes, essas ações se tornam “um importante meio de inclusão social, pois as famílias de trabalhadores rurais que moram no local, como neste caso, são inseridos no programa de regularização fundiária ou de reforma agrária [...] Desde 2010 foram incorporadas ao Patrimônio imobiliário da União, através da arrecadação, 42 áreas totalizando mais de dois milhões de hectares. Para 2017 está prevista o incremento desta ação com a arrecadação de mais 1,8 milhão de hectares somente no Amazonas”. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/noticias/incra-incorpora-uniao-700-mil-hectares-de-terras-devolutas-no-amazonas>>. Acesso em: 04 dez. 2017.



**Mapa 2:** Modalidades de Projetos de Assentamentos criados pelo INCRA no Amazonas.

**Fonte:** IBGE, 2012.

**Org:** Guilherme Vilagelim, 2017.

Essas políticas de reforma agrária se desenvolvem amparadas na concessão de moradias, no acesso a cartas de crédito, na implementos agrícolas e nos financiamentos realizados a pequenos produtores, principalmente àqueles que residem em áreas de várzea amazônica, que, ao serem integrados aos modelos de assentamentos classificados como PDS, RDS e PAE, passam a receber o CCDRU – Contrato de Concessão de Direito Real de Uso ou o CCU – Contrato de Concessão de Uso como garantia de segurança jurídica capaz de garantir o direito de posse da terra para assentados da reforma agrária, que possuam lotes em assentamentos extrativistas localizados em comunidades rurais ribeirinhas de áreas de várzea.<sup>34</sup>

Estudos comparativos, descritivos e analíticos podem revelar aspectos agrários, sociais e econômicos nessas novas modalidades criadas pelo INCRA, principalmente porque nesses assentamentos podemse encontrar novas territorialidades que definem “a tentativa por indivíduo ou grupo, de afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, ao delimitar e assegurar seu controle sobre certa área geográfica” (SACK, 2011, p. 76), configurada como territorialidade. É importante explicitar que territorialidade é aqui definida como a mediação simbólica, cognitiva e prática que a materialidade dos lugares exercita sobre o agir social, sabendo-se que o agir social pode ser local ou territorial e, assim, traduzir o significado da territorialidade, pois, a mesma dará identidade aos lugares com base em suas especificidades (BECKER, 2010).

Por isso, é necessário pensar em políticas públicas de desenvolvimento regional com base em um estudo prévio dessas territorialidades, pois é na territorialidade que espaço e sociedade estabelecem suas relações históricas.

A cada mudança de estado, técnica e, por conseqüência, a cada mudança de territorialidade, a produção territorial é alterada e os problemas a serem enfrentados com relação ao ambiente são mais diversos. A histórica ecológica das relações homem-meio, das quais Marsh deu um exemplo no

---

<sup>34</sup> Segundo o INCRA, essa iniciativa é fundamental para beneficiar os trabalhadores rurais de áreas de várzea amazônica, proporcionando aos assentados o acesso ao crédito rural (alimento e fomento) e o crédito habitação, com a promessa da construção de mais de três mil casas em áreas de assentamentos rurais de várzea. Segundo Socorro Feitosa, Superintendente do INCRA no Amazonas, o “desenvolvimento sustentável das populações tradicionais, como os varzeiros, ajudam a preservar a natureza e a Amazônia, por isso é fundamental que eles possam ser abraçados pelas políticas da reforma agrária, promovendo não apenas a melhoria de vida a esses brasileiros, como inclusão social e cidadania, assim com a documentação de posse outros benefícios deverão chegar até eles a partir de agora, como o crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Bolsa Verde, entre tantos”. Assim sendo, o CCU (Carta de Concessão de Uso) e o CCDRU (Contrato de Concessão de Direito Real de Uso), após serem registrados devidamente em cartório, passaram a tornar-se, para os moradores de várzea amazônica, os documentos legais que comprovam a posse da terra, permitindo que esses assentados passem a ter acesso a crédito bancário, possam participar de projetos agrícolas e venham a receber benefícios como aposentadoria e auxílio maternidade, desde que respeitem as regras estabelecidas pelo INCRA (INCRA, 2011). Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/incra-entrega-5-mil-documentos-de-posse-da-terra-em-oito-municipios-amazonenses>>. Acesso em: 02 out. 2017.

seu livro, poderia demonstrar que é a territorialidade do homem a responsável pela crise do ambiente. Cada estágio de mudanças gerou a sua crise através da produção do território. Para amenizá-la, o homem deveria aprender a gerir o uso que faz das coisas. Por isso, deve-se inverter o raciocínio. Não é a “natureza” que precisa ser gerida, mas o uso que dela se faz (RAFFESTIN, 2008, p. 26).

Pelo exposto, percebe-se que a produção e a reprodução das territorialidades onde se localizam os assentamentos pesquisados configuram processos complexos, que motivam a entender as multidimensionalidades do espaço vivido e modificado por meio do planejamento territorial macro das estruturas de poder, que tentam aperfeiçoá-los para passarem a constituir espaços de trabalho nas várzeas e nas terras firmes amazônicas, visto que, recorrendo novamente a Raffestin, para se compreender que os “territórios transformam-se de acordo com o ritmo das novas técnicas e isso ocorre tanto na cidade como no campo. A agricultura tornou-se uma atividade como outras, sujeita a modificações velozes, cujo efeito na paisagem é considerável” (RAFFESTIN, 2008, p. 24).

A análise sobre as áreas onde se encontram os assentamentos permitiu observar as especificidades dos lugares amazônicos, que, ao mesmo tempo em que se diferenciam, também se intercomplementam, marcados pela ação das águas na região amazônica, promovendo a existência de duas paisagens diferenciadas naturalmente pela fertilidade do solo e socioculturalmente pelo modo de vida de seus moradores. No quadro abaixo observam-se as informações gerais do INCRA sobre os assentamentos pesquisados e seus respectivos ambientes.

**Tabela 1:** Informações Gerais sobre os Assentamentos Pesquisados

SR	CÓDIGO	NOME	CÓDIGO IBGE	MUNICÍPIO	CAP.	Nº DE FAMÍLIA	ÁREA PA	criação	AMBIENTE
SR 15-AM	AM 0125000	PDS Costa do Caldeirão	1301852	Irاندuba/Manacapuru	680	676*	3652,7469	30/12/2008	Várzea
SR 15 - AM	AM 0034000	PA Paquequer	1303106	Nova Olinda do Norte	380	339**	5343,9979	27/11/1998	Terra Firme

**Fonte:** Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA . Coordenação Geral de Monitoramento e Gestão – DEA. Superintendência Regional do Amazonas – SR 15. Disponível em: <<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

\*O número de famílias apresenta a contagem de todas as famílias assentadas, haja vista que esse assentamento começa em Irاندuba e não apenas o quantitativo de moradores da Comunidade São Francisco.

\*\*O número de famílias representa a somatória das famílias que ocupam as duas vicinais do assentamento: Vicinal Paquequer onde foi realizada a pesquisa e Vicinal Madeira.

**Org:** Cinthya Martins, com adaptações, 2017.

Abordagens relacionadas aos processos sociais agrários amazônicos apresentam-se associadas às discussões e debates sobre a existência de campesinato na Amazônia. Definir um posicionamento favorável quanto ao uso do termo “campesinato amazônico” neste trabalho se fundamenta na necessidade de se entender como a agricultura familiar dos assentados se relaciona com o capital, gerando a inserção dos mesmos na economia de mercado para transformar as relações sociais, na medida em que o acesso aos lotes de terra em assentamentos rurais “vendem” a ideia de aumento de produtividade, garantia de uso da terra e a promessa do bem estar familiar.

O conceito de campesinato retoma ao estudo dos clássicos trabalhados na Rússia do século XIX por teóricos como Lênin (1982), Kaustsky (1980), Shanin (1980), Marx (2011) e Chayanov (1974), com olhares diferenciados sobre a inserção do capital nas relações do trabalho familiar camponês e o uso da terra. O objetivo foi analisar as relações campesinas a partir da lógica da contradição vivenciada no modo de vida camponês que, ao mesmo tempo se subordina às relações de mercado capitalista sem se deixar ser por ele organizado, quando também realiza relações de produção consideradas não capitalistas. Nesse sentido, a utilização do termo campesinato nos estudos realizados sobre questões agrárias amazônicas justifica-se por respaldar as atividades de agricultura familiar encontradas nos assentamentos pesquisados, que materializam as formas de uso da terra e permitem a identificação das relações campesinas encontradas em realidades específicas dessas territorialidades.

Conhecer as peculiaridades amazônicas é o primeiro passo para compreender a condição camponesa desses assentados, que, na maioria das vezes, estabelecem relações com o mercado desassociadas da lógica do lucro (produção agrícola direcionada para sua subsistência<sup>35</sup>) e da acumulação de bens materiais. Essas atividades traduzem as relações econômicas com o mercado distintas das relações de reprodução capitalista inseridas na sua própria condição social. Essa condição foi analisada por Chayanov quando afirma que

Atualmente, a unidade econômica camponesa em quase toda parte está ligada ao mercado de mercadorias capitalista; em muitos países, é influenciada pelo capital financeiro, que fez empréstimos e coexiste com a indústria organizada de uma maneira capitalista e, em alguns lugares, também com a agricultura capitalista. As empresas camponesas têm inter-relações sociais muito complexas com todos esses elementos na economia

---

<sup>35</sup>Entende-se como subsistência a produção socialmente necessária para prover a alimentação dos assentados. No entanto, segundo Garcia Jr (1983), o sentido desse termo não deve pressupor a negação de relações mercantis realizadas pelos assentados, apenas reforça a ideia de que as relações monetárias e a circulação da produção ocorrem de forma menos impactante no modo de vida do campesinato da floresta. Assim, a produção de subsistência socialmente necessária pode ser definida quando “os produtos do roçado tem que ser suficiente para por e repor os instrumentos e objetos de trabalho e propiciar o necessário ao consumo doméstico” (GARCIA JR., 1983, p. 136).

atual. Após o trabalho do professor Lyashenko sobre a evolução da economia camponesa russa e Lenin na American, podemos ver claramente que não devemos necessariamente esperar que o desenvolvimento das relações capitalistas e a concentração na agricultura desemboquem em criação e desenvolvimento de latifúndios. O mais provável seria de se esperar que o capitalismo comercial e financeiro estabelecessem uma ditadura econômica sobre setores consideráveis da agricultura, que permaneceria como antes em termos de produção, composto pela agricultura familiar em pequena escala, sujeitas em sua organização interna às leis do equilíbrio entre trabalho e consumo (CHAYANOV, 1974, p. 42 – “tradução nossa”).<sup>36</sup>

A unidade camponesa analisada por Chayanov confirma que a atuação camponesa é distinta da lógica de produção capitalista pela sua condição social. Quando os assentados se inserem no mercado de produção capitalista, mediante a sua condição de agricultor familiar, passam a incorporar técnicas agrícolas de produção e uso da terra em seus lotes. No entanto, isto não os torna capitalistas, pois, em suas práticas agrárias se evidencia a lógica interna de produção traduzida e amparada no trabalho familiar.

Para compreender-se a questão na Amazônia, recorre-se aos estudos pioneiros de Cruz (2007), quando afirma que o processo de instalação do campesinato na Amazônia foi sendo consolidado pela dinamização econômica vivenciada em diferentes momentos históricos regionais, reflexo das atividades econômicas realizadas pelo trabalho familiar, que se estruturou na exploração dos recursos naturais encontrados na floresta. O período da extração da borracha é apontado pelo autor como o fator econômico viabilizador a instalar na região um tipo de campesinato pautado no “intercâmbio cultural” entre europeus, sociedades indígenas e migrantes de outras regiões do Brasil.

Assim, realizar um trabalho sobre as relações campesinas dos assentados e o uso da terra em seus lotes evidencia que há campesinato na Amazônia e que este é tão heterogêneo quanto são as formas que os sujeitos sociais amazônicos encontram para estabelecer suas relações de uso dos recursos naturais encontrados na região. Por isso, será evidenciado neste trabalho, pelas especificidades dos projetos analisados, a existência de dois tipos de

---

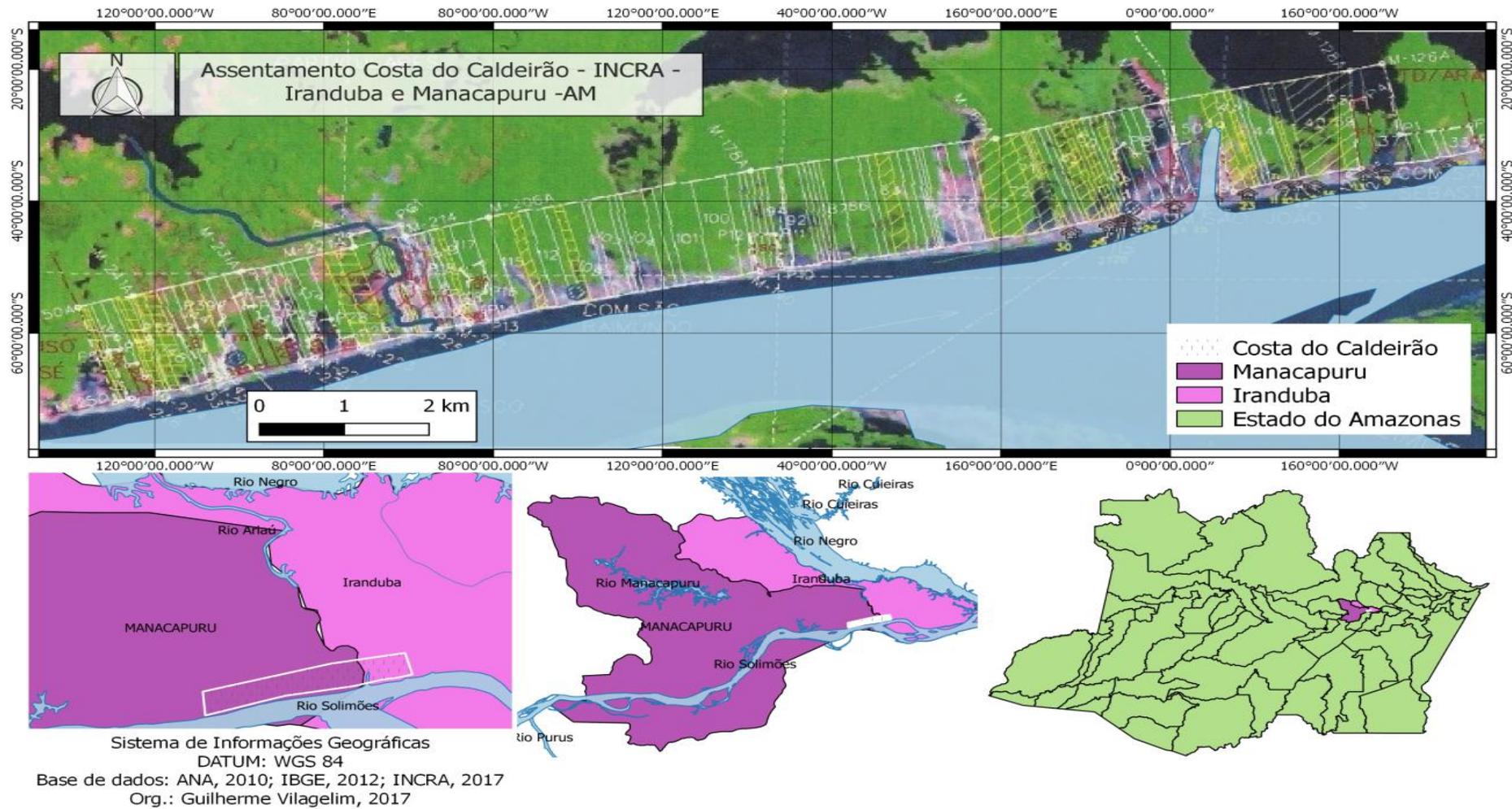
<sup>36</sup> Texto original: “En la actualidad, la unidad económica campesina en casi todas partes está ligada al mercado capitalista de mercancías; en muchos países sufre la influencia del capital financiero, que la ha hecho empréstitos, y coexiste con la industria organizada al modo capitalista y, en algunos lugares, también con la agricultura capitalista. Las empresas campesinas tienen interrelaciones sociales demasiado complejas con todos estos elementos en la economía actual. Después de los trabajos del profesor Lyashenko sobre la evolución de la economía campesina rusa y los de Lenin sobre la americana, podemos ver con toda claridad que no hay que esperar necesariamente que el desarrollo de la influencia capitalista y la concentración en la agricultura desemboquen en la creación y el desarrollo de latifundios. Con mayor probabilidad habría que esperar que el capitalismo comercial y financiero establezca una dictadura económica sobre considerables sectores de la agricultura, la cual permanecería como antes en lo relativo a producción, compuesta de empresas familiares de explotación agrícola en pequeña escala, sujetas en su organización interna a las leyes del balance entre trabajo y consumo” (CHAYANOV, 1974, p. 42).

campesinato encontrados na Amazônia: o campesinato das águas e o campesinato da terra, e transversal aos dois, o da floresta, visto que a terra, a água e a floresta nos dois assentamentos são meios de trabalho, uns mais outros menos, mas, de grande importância para os modos de vida.

### **2.3 O PDS Costa do Caldeirão: campesinato das águas no Amazonas**

A vida campesina aquática descrita nesta parte do trabalho será apresentada mediante as observações realizadas durante os trabalhos de campo realizados no ambiente de várzea amazônica, Comunidade São Francisco – Arapapá I, Assentamento PDS Costa do Caldeirão, na parte localizada no município de Manacapuru – Amazonas. É neste assentamento que se encontra a comunidade São Francisco (3°17'55''S e 60°25'38''W), que se estende ao longo do ramal do Arapapá, margeando o Rio Solimões até o Igarapé do Lago Preto. A divisão das áreas do assentamento podem ser observadas no Mapa 3.

As residências dos assentados da parte do Igarapé do Lago Preto encontram-se distribuídas ao longo das duas margens. Uma ponte de madeira foi construída pelos próprios moradores para facilitar o deslocamento dos mesmos de uma margem a outra durante o período da vazante, possibilitando o acesso de meios de transporte maiores como o ônibus e os caminhões que abastecem o assentamento com produtos industrializados e levam os produtos agrícolas dos assentados, os quais são repassados para os atravessadores, encaminhando-os até a cidade Manaus.

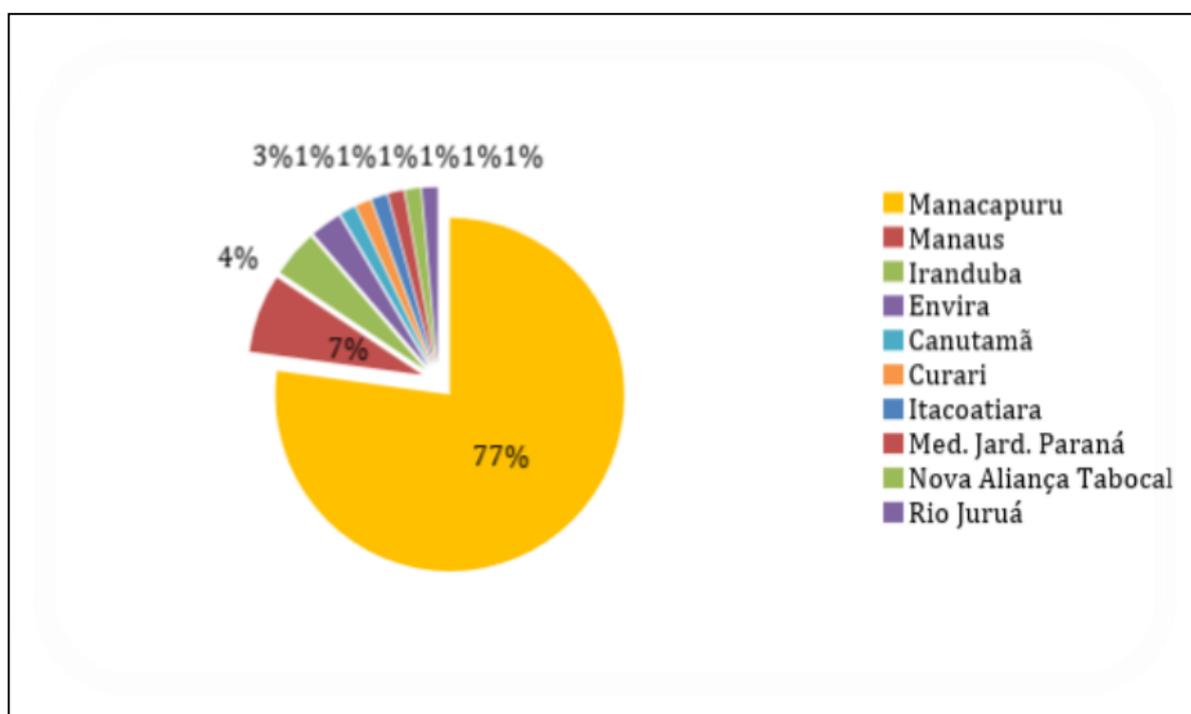


**Mapa 3:** Localização da área de estudo na Várzea.

**Fonte:** Sistema de Informação Geográfica. Datum:WGS 84, ANA, 2010; IBGE, 2012; INCRA, 2017.

**Org:** Guilherme Vilagelim, 2017.

Apesar desse assentamento apresentar formação territorial mais recente, tendo sido criado em 2008, os moradores que nele se encontram estabelecidos já residiam no local muito antes da criação legal dessa territorialidade (Figura 8), haja vista que esse modelo de assentamento foi idealizado com a finalidade de regularizar a segurança jurídica das áreas de várzea junto ao INCRA, permitindo que essas famílias passassem a ter acesso às políticas públicas agrárias. Nessa modalidade, os lotes não são identificados por números, e sim, pelo sobrenome de cada grupo de famílias; por isso, é comum encontrar residindo no mesmo lote mais de três unidades familiares. Entre os assentados que não nasceram na comunidade e que estão ocupando esses lotes, normalmente o fazem por terem se casado com filhos ou netos dos primeiros moradores. A figura abaixo confirma as informações ao demonstrar o percentual de participantes da pesquisa que nasceram em Manacapuru.

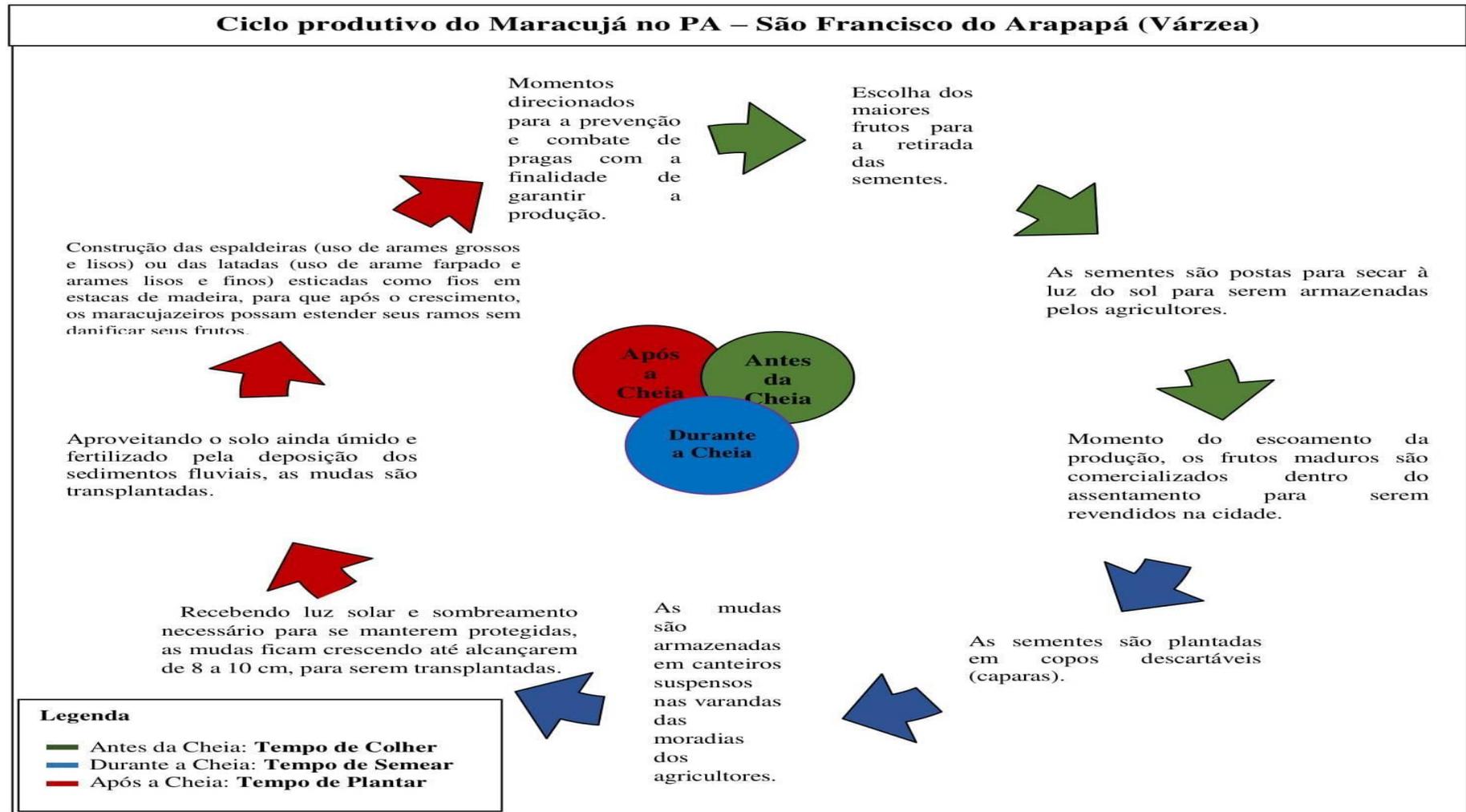


**Figura 8:** Origem dos participantes da pesquisa – PDS Costa do Caldeirão.

**Fonte:** Pesquisa de Campo, 2015.

**Org:** Geyza Oliveira, 2018.

No lugar onde o “mundo das águas” é pulsante, o regime fluvial de enchente e vazante dos rios intensifica as transformações na paisagem e estabelece dinamicidade no modo de vida dos assentados, o sistema agrícola de produção, ciclicamente realizado em etapas de trabalho desenvolvidas antes, durante e depois da cheia dos rios (Figura 9).



**Figura 9:** Ciclo das atividades agrícolas do cultivo de maracujá realizado pelos moradores do Assentamento PDS Costa do Caldeirão como uma forma de aproveitar o tempo para colher, semear e plantar.

**Fonte:** Adaptado de Geiciane Vicente, 2014.

**Org:** Nágila Situba, 2018.

Nas áreas de várzea, além de encontrar a biodiversidade do ecossistema fluvial de água doce, também se encontram as terras mais férteis da Amazônia, historicamente responsáveis por concentrar, na época pré-colonial, o maior número de povos indígenas na região.<sup>37</sup> As áreas que correspondem às várzeas amazônicas equivalem a 1,5% da planície amazônica e classificam-se como planícies aluvionais formadas por terras baixas sujeitas às inundações anuais.

Segundo Meggers (1987), apesar de se apresentarem como áreas relativamente pequenas, considerando a extensão da Amazônia, as áreas de várzea podem ser classificadas como ambiente complexo e heterogêneo de grande importância. Antonio Porro (1990) afirma que a pequena dimensão da várzea, que se opõe à extensa faixa territorial caracterizada como terra firme, representa expressão inversamente proporcional a grande importância que a várzea exerceu e exerce na história da Amazônia, na concentração populacional, na alimentação e nas atividades econômicas nela desenvolvidas.

A principal característica das áreas de várzea reside na maior concentração de fertilidade do solo amazônico, determinado pela fatura do material depositado na ação dos rios que inundam essas áreas durante o período das cheias, propiciando o surgimento de biótipos com elevada produção primária, que formam uma cadeia alimentar iniciada no âmbito aquático com rica produção de fitoplânctons, “por todas estas condições, os corpos d’água da várzea são os biótipos com maior produção primária de toda a hidrografia amazônica” (SIOLI, 1985, p. 56), possibilitando o surgimento de ecossistemas extremamente ricos em fauna aquática com variedade de peixes, quelônios, répteis e aves. Para Carvalho (2012), as várzeas amazônicas são consideradas elementos marcantes na paisagem hidrográfica amazônica pela expressiva planície fluvial Holocênica que se forma ao longo da margem direita do rio Amazonas, resultante da dinâmica e do regime fluvial desse rio.

A ação de subida e descida das águas na região é a grande responsável pela renovação anual dos fertilizantes depositados pelos rios, colaborando diretamente para o aumento da fertilidade do solo e para a renovação anual do ambiente, com implicações no modo de vida, influenciando os aspectos sociais e econômicos com reflexos nos processos produtivos, marcados pelas relações de constante recomeço. São nos depósitos de sedimentos recentes abandonados pelas águas dos rios, após os momentos de vazante, que se encontram as áreas

---

<sup>37</sup> Esta afirmativa pode ser facilmente encontrada nos relatos realizados pelos cronistas europeus quando descrevem suas primeiras viagens pelas várzeas amazônicas nos séculos XVI e XVII e podem ser analisadas europeus nas produções bibliográficas encontradas em obras de Meggers (1987); Adélia Engrácia de Oliveira (1988); Anna Roosevelt (1991); Antonio Porro (1990) e Denevan (1992), ao realizarem estudos sobre a ocupação humana na Amazônia antes da chegada dos europeus.

férteis de várzea aproveitadas para a agricultura familiar no plantio de culturas de ciclo curto. Para os assentados que realizam seus trabalhos agrícolas nas terras alagadas de várzea, o cotidiano pode ser definido por atividades que “estão sempre iniciando o seu viver e o seu morar, assim como estão sempre iniciando suas plantações e suas criações. Logo, para eles é um eterno recomeço de tudo; até a próxima cheia ou a próxima grande vazante” (SOUZA & ALMEIDA, 2010, p. 8). Sobre as formas de adaptabilidade nas várzeas amazônicas, Lima & Alencar afirmam que

A adaptação dos grupos humanos à várzea é regulada pela variação sazonal no nível da água e implica um calendário de atividades econômicas específicas: plantio na vazante, pesca na seca, colheita agrícola na enchente e extração de madeira na cheia, para citar as mais importantes. Como a alteração no nível da água é variável tanto na sua periodicidade quanto nos níveis da água atingidos na cheia e na seca, o calendário exato das atividades econômicas não pode ser previsto. Uma cheia maior ou uma seca mais longa muitas vezes impedem a realização de atividades econômicas normalmente realizadas no período (LIMA & ALENCAR, 2000, p. 133).

A alteração no nível da água na região também influencia no deslocamento dos moradores do assentamento até a cidade de Manacapuru. A chegada até o Assentamento PDS Costa do Caldeirão pode ser realizada via fluvial e via terrestre. Quando a viagem é realizada pelo Rio Solimões, normalmente no período de enchente, pode-se observar ao longo do percurso, quantidade considerável de embarcações com redes de pesca, demonstrando que essa atividade econômica, embora realizada mais intensamente nas épocas de vazante do rio, também se faz presente nos períodos de enchente como uma alternativa econômica e de alimentação dos moradores do lugar, o que mostra ser a pesca atividade econômica relevante pela possibilidade de ser realizada durante quase todo o ano.

A tradição pesqueira nesta parte do Rio Solimões remete à época da colonização da Amazônia no século XVII. Segundo José Veríssimo (1970), a Costa do Caldeirão foi demarcada como área pertencente ao Pesqueiro Real para retirar o sustento da tropa que atuava no Rio Negro, atendendo aos interesses da Coroa Portuguesa. Portanto, os pesqueiros reais foram criados em lugares estratégicos de rios amazônicos, considerados abundantes em variedades de peixes, tartarugas e peixe-boi. Todavia, o Pesqueiro Real da Costa do Caldeirão, também conhecido como Pesqueiro Real de Manacapuru foi, “particularmente destinado a apanhar pirarucus, porque esse peixe, muitas vezes de 50 a 60 libras de peso, é o que mais se presta para a salga e seca” (SPIX & MARTIUS, 1968, p.160).

Como opção de deslocamento terrestre ligando o assentamento até a cidade de Manacapuru, durante a realização dos trabalhos de campo, existia um ônibus que realizava

diariamente as viagens, saindo às 5:00 horas do assentamento e retornando com seus passageiros às 11:30. Na primeira viagem a campo, realizada em julho de 2015, o trajeto até o assentamento foi realizado via terrestre, partindo de Manacapuru nas primeiras horas da manhã e utilizando as linhas regulares de ônibus que saem do Terminal Rodoviário José Pacheco Teles e dirigem-se à Manaus.

Nesse trajeto, embora haja a disponibilidade de oferta do transporte de trinta em trinta minutos, a principal desvantagem é que na chegada ao Km 55 da Rodovia Manuel Urbano (AM-070), entrada do Ramal da Bela Vista, é preciso descer e pegar outro meio de transporte, normalmente realizado por moto-táxistas, com deslocamento por cerca de 8 km até a Comunidade São Francisco.

No ramal da Bela Vista localiza-se a Comunidade Bela Vista. Essa comunidade é uma vila originária do PIC – Projeto Integrado de Colonização da década de 1940, assentamento do INCRA da época do governo de Getúlio Vargas. De acordo com o relato dos moradores mais antigos, Bela Vista foi fundada por volta 1945, tendo sido também colônia japonesa. Os prédios antigos que se encontram na comunidade são heranças históricas desses momentos. Os moradores do assentamento mantêm um vínculo muito forte com essa comunidade, nela buscando suporte para atendimento de educação e de saúde. Da entrada do ramal da Bela Vista até o ramal do Arapapá, a estrada é asfaltada e possui energia elétrica. Porém, nos últimos dois quilômetros, pertencentes ao ramal do Arapapá, a estrada é de barro e piçarra, deixando todo o trajeto bastante empoeirado na seca e bastante lamacento no período das chuvas. No ramal do Arapapá encontra-se localizada a CalNorte – Indústria e Comércio de Calcário ME,<sup>38</sup> implantada em 2014 com a promessa de gerar empregos e melhorias de vida aos moradores de Manacapuru.

Em virtude do primeiro trabalho de campo ter sido realizado no período da enchente, o desembarque da moto-táxi foi realizado no porto da Peruana (Lote Carmo), onde se encontram as primeiras moradias do INCRA que foram “concedidas” aos assentados. Deste ponto em diante, a viagem foi realizada com uma moradora do assentamento que ofereceu

---

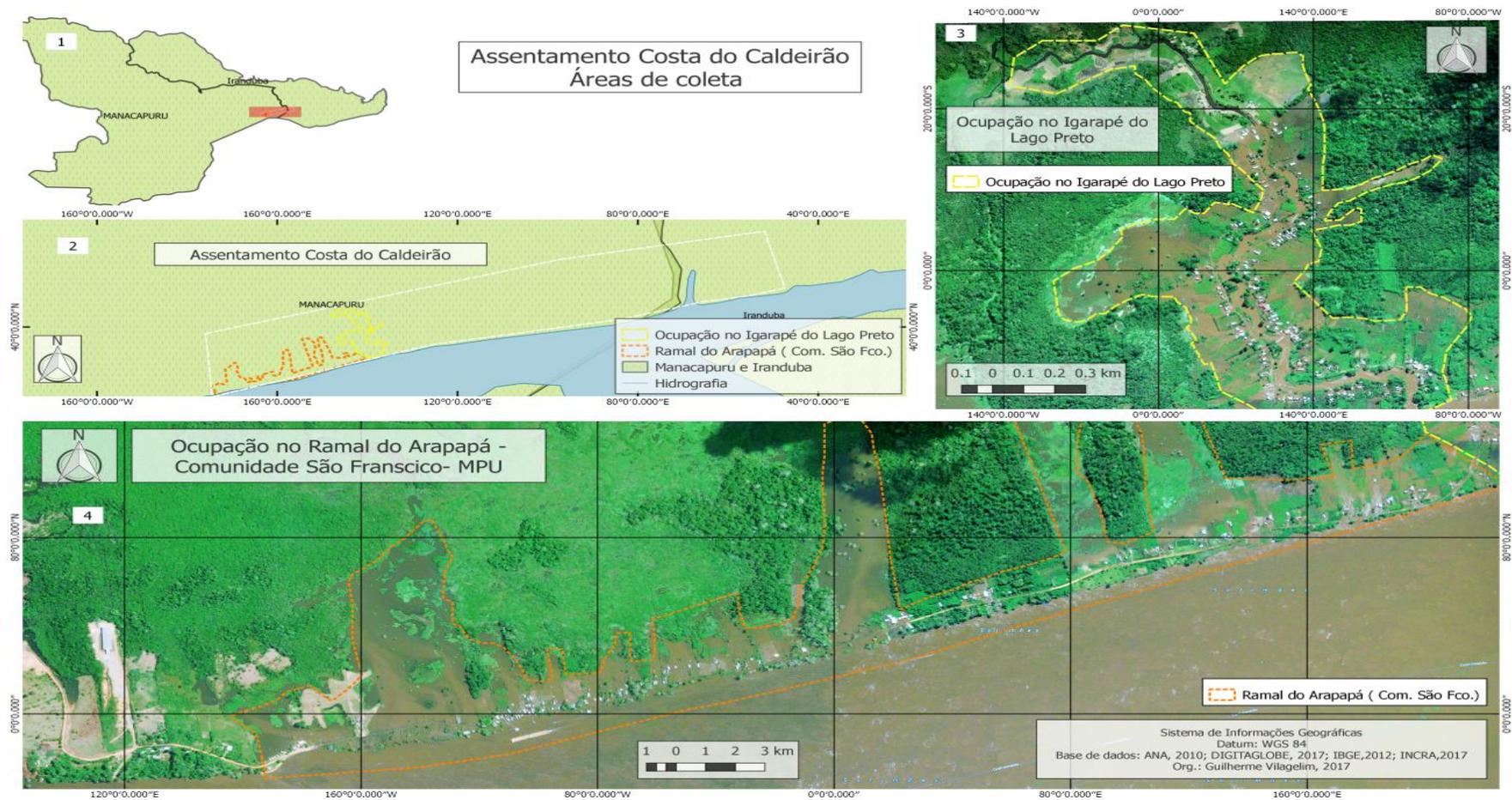
<sup>38</sup> Em 2017, várias denúncias de irregularidades fiscais e ambientais comprometeram as atividades de exploração de calcário no ramal do Arapapá, sendo determinada liminarmente a suspensão das licenças que permitiram que a empresa continuasse a explorar calcário em Manacapuru. De acordo com o procurador Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, a situação é preocupante pois “é o caso de aprofundar a apuração da conformidade de atuação do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM) na região de Iranduba/Manacapuru, tanto no tocante à gestão de concessão de licenças ambientais ao setor mineral quanto no sentido de fiscalização mínima sobre a observância das licenças pelos licenciados” (MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS. Atendendo a pedido do MPC, presidente do TCE suspende licenças de operação de empresa após denúncias de danos ambientais de 20.04.2017. Disponível em: <<http://mpc.am.gov.br/?p=12308>>. Acesso em: 12 set. 2017.

acolhida e informações mais precisas sobre os lotes dos assentados que iriam participar deste trabalho de pesquisa. A viagem pelo Rio Solimões foi feita em canoa de madeira, com motor HP4 acoplado em sua popa, conhecido na região como “motor rabeta”, até a chegada na área do assentamento conhecida como Igarapé do Lago Preto.

No Mapa 4, o assentamento de várzea é representado dividido em duas áreas planejadas pela Secretaria Municipal de Saúde de Manacapuru para mapeamento dos atendimentos domiciliares. As áreas são classificadas pelos ACS (Agentes Comunitários de Saúde) como Área III, micro 7, localizada às margens do Rio Solimões, onde residem 84 famílias, com 325 moradores; e a Área II, micro 9, conhecida como área do Igarapé do Lago Preto, onde residem 153 famílias, totalizando 477 moradores.

A paisagem submersa dá ao primeiro olhar a impressão de que as moradias flutuam sobre as águas do Rio Solimões, entrecortadas por árvores frutíferas totalmente alagadas, por galhos sem folhas e por tons amarelados e marrons que configuraram a vegetação ressecada das cercas, que antes da cheia sustentaram os plantios de maracujá antes do avanço das águas, não deixando amadurecer para colheita. Na Figura 9, a vegetação seca se confunde com a vegetação esverdeada em nuances de tons verdes, marrons e amarelados que se misturam e trazem à essa paisagem, ao longo de todo o trajeto, a confirmação do pensamento de Leandro Tocantins (2000), quando afirma que por esses lugares, realmente “o rio comanda a vida”.

Tocantins escreveu na década de 1950, quando predominava a interpretação determinista na/da Amazônia, portanto, sua expressão aqui referida é relevante. No entanto, nesta tese é a vida que comanda a vida, embora seja importante considerar numa região como a Amazônia a natureza, o mais importante é o que lhes crescem os homens, pois “é a sociedade, isto é, o homem que anima as formas espaciais, atribuindo-lhes um conteúdo, uma vida. Só a vida é passível desse processo infinito que vai do passado ao futuro, só ela tem o poder de tudo transformar amplamente” (SANTOS, 2006, p. 70).



**Mapa 4:** Divisão do PDS Costa do Caldeirão no município de Manacapuru/AM.

**Fonte:** ANA, 2010; IBGE, 2012; INCRA, 2017.

**Org:** Guilherme Vilagelim, 2017.

Ao adentrar o igarapé, a vegetação vai se tornando mais fechada, o caminho pelo rio mais estreito, com correnteza menos forte. Somam-se a essa paisagem touceiras de capinaranas que flutuam entre as residências dos assentados. Os jiraus que guardam móveis suspensos, animais, plantas dos jardins e raízes de maniva e banana fazem parte dessa paisagem, assim como as pessoas do lugar, com os olhares curiosos observando pela janela a chegada de estranhos.



**Figura 10:** Paisagem alagada de várzea e as cercas das plantações de maracujá na Comunidade São Francisco/AM.

**Fonte:** Cinthya Martins, Pesquisa de Campo, 2015.

A Comunidade São Francisco não possui documento que relate o seu processo de criação. Segundo entrevista, o que atraiu os primeiros moradores para o local foram os seringais e cacauais que se encontravam na área do assentamento, conforme a falado morador a seguir:

*Com o Ciclo da Borracha começou a se concentrar a população por aqui, lá pelos anos 1910 a 1920, a coisa foi só crescendo com muito extrativismo mesmo. Só a partir dos anos 50 é que começou a produção de juta e malva na região. Mas aqui o peso maior era o do pescado, da borracha e do cacau. Essas terras pertenciam ao pai da Dona Sinhá, chamado Sr. Arthur Antonio dos Santos, paraibano e com ele vieram outras famílias, tudo descendente de nordestinos. A maioria dessas famílias explorava aqui mas morava dentro do Lago do Bujaru, mas é o mesmo Igarapé do Lago Preto. A partir de 1930 cresceu muito a população na beira do Rio Solimões. Em 1942 nós passamos a ser reconhecidos como comunidade. Por causa de uma epidemia de varíola que deu em toda a comunidade, a família do Sr. Raimundo Couto fez uma promessa com São Francisco para que a comunidade se libertasse desse mal, por isso temos a igreja com esse nome e a Festa de São Francisco que virou uma tradição muito bonita e deu o nome*

*para a comunidade, que antes era chamada Costa de Bela Vista do Igarapé pra cima e pra lá, Costa do Arapapá (A.S.S., 44 anos. Entrevista realizada em maio de 2017, morador do Igarapé do Lago Preto).*

A fala do morador demonstra como os vínculos com a religiosidade nos lugares amazônicos sempre foram muito marcantes para a escolha dos nomes das comunidades rurais, que normalmente passam a se denominar de acordo com o santo padroeiro. Para os assentados, o ápice desse momento ocorre anualmente nos festejos religiosos, que acontecem na semana de arraial, de 26 de setembro a 04 de outubro, na Igreja de São Francisco, marcando o momento do encontro, da festa, da fartura e da receptividade aos visitantes que vêm de Manaus, Manacapuru, Iranduba e Manaquiri, principalmente no dia 04 de outubro, considerado o dia mais importante para as atividades de leilões realizadas no encerramento dos festejos.

Embora em 1942, as CEBs – Comunidades Eclesiais de Base ainda não tivessem sido oficialmente reconhecidas pela ação da Igreja Católica no interior do Amazonas, Cruz (2007) afirma que, no primeiro momento, essa unidade territorial se classificou como “vila”, pois, a denominação de *comunidade* passou a ser usada apenas na década de 1960. Assim, enquanto CEBs, a Comunidade São Francisco –Arapapá I só foi oficialmente criada em 1982, no contexto do modelo de organização social, religiosa e política, pois foi definido como modo de “viver padronizado” em que,

Os ribeirinhos deveriam, em espaço comum, caracterizado pela proximidade física e social, orientar-se pela construção e usufruto de equipamentos institucionais como clubes de futebol e de mães, escola de ensino fundamental, capela e associação comunitária. Padronizando esse modo de viver, a modalidade de intervenção adotada pelos agentes locais, vinculados à Igreja Católica, também configurou as demandas encaminhadas aos serviços públicos municipais e os esforços comunitários, contrapartida assegurada pelo trabalho gratuito [...] para que se agregassem e se unissem, de modo a se tornarem beneficiários, de recursos de destinação comum, especialmente da escola (NEVES & GARCIA, 2012, p. 318).

Essas relações sociais e religiosas foram marcantes no processo de organização comunitária das CEBs, todavia, é importante lembrar que a consolidação de relações sociais amparadas nos princípios de colaboração e solidariedade antecede essas organizações, principalmente quando está em jogo a questão educacional. Nas entrevistas os assentados informaram que o trabalho comunitário sempre foi muito marcante em seu cotidiano pela organização de pressões sociais que trouxeram benefícios para a comunidade na década de 1980, tais como a abertura da estrada, a luz elétrica e a construção de quatro escolas de ensino

multisseriado. Também foi fruto do trabalho comunitário a construção da ponte que liga as duas margens do Igarapé. Este trabalho, considerado por eles como árduo e sofrido, foi fundamental para estreitar os laços entre moradores.

Em 1992, os assentados se uniram para construir uma escola de 1º e 2º graus no Igarapé do Lago Preto, para agregar os alunos das quatro escolas já existentes. Foi observado nos trabalhos de campo que a escola funciona a contento e se chama Escola Municipal São Francisco, atendendo os filhos dos assentados com ensino fundamental I e II, ofertando também o ensino médio mediado por tecnologia (conhecido na região como ensino tecnológico) como anexo da Escola Estadual Nossa Senhora de Nazaré, que fica na Comunidade Bela Vista. Investimentos em educação são vistos pelos assentados como a possibilidade de mudança no cotidiano local, pois

*Uma coisa é a realidade. No papel é tudo perfeito, no papel é diferente da prática, daí me vem as imagens daqui, isso aqui é a realidade rural. Você imagina como é fazer estudo sobre educação rural que é muito diferente daquilo que você tem na cidade. A gente fala sobre ensino multisseriado no Amazonas. Eu vejo que isso não vai mudar tão cedo, pela distância, pela geografia. É um país dentro do outro o nosso Amazonas e daí não dá para unificar várias escolhinhas, pois tem lugares muito distantes. Eu não tenho como trazer todos os dias esses alunos pra cá, primeiro que o acesso aqui é só fluvial. É diferente dos lugares como São Paulo que a gente sai de um município e entra noutro atravessando ruas. Aqui é outra realidade, só tendo essa visita no local para conhecer. E olha que a gente aqui ainda tem cerca de um metro e meio pra chegar ao limite da cheia de 2012. Em 2015 ficou só dois centímetros abaixo. Estamos esperando que esse ano suba ao menos mais trinta centímetros. Mas isso afeta significativamente a vida na escola. O Fundamental já parou, só está funcionando o tecnológico. Tudo isso já passa para o calendário especial, tem alteração de horário, já temos que fazer mil e uma formas para vencer o ano letivo e evitar prejuízos para as crianças. Mas essas coisas de enchente nem é bom a gente falar, pois gera uma apreensão grande para aqueles que estudam e principalmente para quem planta (A. S. S., 44 anos. Entrevista realizada em maio de 2017, morador do Igarapé do Lago Preto).*

A dinâmica do rio implica na adaptabilidade dos assentados somada ao conhecimento empírico vivenciado no lugar, mediante a observação lenta e gradual do avanço e recuo das águas definindo o momento exato para o plantio e para colheita e o momento de mudar suas atividades econômicas, quando a pesca passa a ter papel preponderante. Nesse sentido, Fraxe (2000) afirma que o ciclo hidrológico encontrado nas áreas de várzea irá proporcionar a conotação do entendimento dessas atividades que envolvem a prática de ajuda mútua realizada pelas famílias camponesas, quando não há a imposição de um trabalho formal

ou regulamentado dessas ações com base em compromissos verbalmente firmados e acordados pelas relações familiares ou de compadrio, pois

Na unidade produtiva camponesa, a força de trabalho é utilizada segundo seu valor de uso. É como atividade orientada de transformação de objetos que a capacidade de trabalho de cada membro possui significado para a família. Não se realiza a separação do trabalho da pessoa do trabalhador, nem a consequente conversão da força de trabalho em mercadoria. Cada pessoa da família camponesa desempenha um trabalho útil, segundo o momento e a necessidade. Estrutura-se, no interior da família, uma divisão técnica do trabalho, articulada pelo processo de cooperação, resultando numa jornada de trabalho combinada de vários membros da família. Então, a família camponesa transforma-se em um trabalhador coletivo (FRAXE, 2000, p. 87).

A enchente dos rios exerce influência direta no plantio e na coleta das atividades realizadas pelos assentados. Nos roçados localizados próximos às residências (Figura 10) encontra-se o cultivo de maracujá como o principal produto agrícola, por apresentar um ciclo de produção mais rápido, seguido do pepino, pimenta de cheiro, banana, feijão de corda e berinjela. Antes das grandes enchentes, o mamão era o principal produto agrícola do assentamento, porém, a fragilidade de suas raízes diante do avanço da água fez com que os agricultores desistissem desse cultivo. O recuo das águas define o momento em que o plantio deverá ser realizado, motivado pela preocupação e pelo medo de não haver o comprometimento da colheita, que, conseqüentemente, poderá vir a gerar o seu endividamento quanto ao crédito rural.

Os assentados organizam-se, realizando nas áreas contínuas às casas, por eles denominadas de quintais, as plantações chamadas de “cultivos consorciados”, isto é, no mesmo terreno cultivam-se as culturas que demoram em torno de oito meses para produzir, como é o caso do maracujá consorciado na mesma área ao plantio de culturas de curto prazo; o caso da pimenta de cheiro; e da berinjela. Dessa forma, enquanto se aguarda a colheita dos produtos de ciclo longo, cultivam-se outros produtos para garantir a renda familiar, aproveitando a extensão de seus quintais antes do avanço das águas. A escolha de realizar o cultivo da terra a partir do sistema consorciado não é regra geral. Algumas famílias fazem a opção de continuarem realizando o cultivo de um único produto.



**Figura 11:** À direita, plantio de maracujá consorciado com feijão de corda e a esquerda, a opção de realizar o plantio de unico produto agrícola, Comunidade São Francisco/AM.

**Fonte:** Cinthya Martins, Pesquisa de Campo, 2017.

A definição de “produção realizada em quintais” dá-se, justamente porque, para os participantes da pesquisa, o seu terreno não é visto como um lote de assentamento. Cabe reforçar que nessa modalidade de assentamento os lotes são considerados coletivos e pertencem aos antigos moradores ligados pelos mesmos laços familiares; por isso, no mesmo lote encontra-se filhos, netos e cunhados, que compõem de três a cinco famílias, realizando no mesmo lote as atividades de agricultura familiar.

Muitos desses assentados foram envolvidos no processo burocrático para a legalização de suas terras sem saber realmente do que se tratava, movidos pelo anseio de receberem benefícios de moradia e de créditos rurais, que permitiram a aquisição de pulverizadores, caixas d’água, terçados, motor-bomba, roçadeiras e implementos para realização de trabalhos agrícolas, como se pode observar na entrevista a seguir:

*Sobre a criação do PDS, olha a coisa chegou até nós e forma inversa, através do município de Iranduba, esse assentamento não veio por Manacapuru ou pela comunidade, ele é inteiro, ele está dentro de dois municípios e quando a coisa começou a gente nem tinha conhecimento. Quando soubemos foi que estava vindo um programa novo do governo trazendo programa de várzea para redistribuir e organizar as terras que nós já vivemos aqui. Alguns moradores ganharam as casas outros ainda estão esperando até hoje. Foi mais ou menos isso que o INCRA fez com a gente para garantir a nossa permanência na zona rural e dividindo a terra entre os membros de uma família que já morava aqui para que todo mundo da mesma que mora no mesmo terreno consiga sua carta de uso consensual para que possa fazer empréstimo porque antes disso era muito difícil*

*conseguir empréstimo para agricultor de várzea. Isso foi favorável para algumas famílias, mas por outro lado, também tem desvantagem. Eu por exemplo não perdi muito porque não tenho muita coisa plantada, mas tem caboco aqui que perdeu muito por causa da enchente, conheço gente que investiu cinqüenta mil na plantação de maracujá e agora não vai dar pra tirar nem pra pagar o arame que está indo pro fundo junto com a plantação de maracujá (L. S. S., 56 anos. Entrevista realizada em julho de. 2015, morador do Igarapé do Lago Preto).*

Movidos pela tentativa de minimizar os custos da produção na comunidade, para bem garantir a legalização do lote, em 2001 foi criada a Associação dos Produtores Rurais do São Francisco, que tem como atual presidente o senhor Ronaldo Pereira, com mandato de quatro anos. Por esse motivo, identificam-se conflitos por parte dos assentados para reconhecer as lideranças no assentamento, pois existe a liderança da comunidade eclesiástica, representada por Geiciane Duarte e a liderança da Associação. Alguns assentados não reconhecem a ambos como lideranças comunitárias. Entre os assentados que participaram da pesquisa, 28 informaram que pertenciam à Colônia de Pescadores de Manacapuru; 15, à Associação dos Pescadores de Iranduba; 01, à Associação dos Pescadores do Manaquiri; e 14, à Associação dos Produtores Rurais do São Francisco. Os demais participantes alegaram que não participavam de nenhuma associação e que preferiam entregar sua produção direto para os atravessadores, por acharem mais cômodo não ter que se deslocar até a cidade para vendê-la.

Para Witkoski (2017), o campesinato encontrado nas áreas de várzea representa as atividades agrárias realizadas pela agricultura familiar em sítios, que durante os períodos de enchentes e vazante dos rios reproduzem a vida na lógica constante do recomeço, amparada no trabalho familiar ou no trabalho acessório, modificado de acordo com o nível dos flúvios que permitem a realização de atividades agrárias, configurando o lugar como “águas de trabalho” ou “terras de trabalho” para dela retirar a sua vivência. Em cada lote, o espaço ocupado se apresenta dividido em três ambientes: aquele que recebe visitantes, localizado em frente à moradia, marcado pelo colorido do jardim; o terreiro na lateral da casa, onde se encontram os arames para estender as roupas, algumas árvores frutíferas de pequeno porte para fornecer sombra ao ambiente e o balcão com cheiro verde e hortaliças; e nos fundos, encontram-se os quintais, onde são realizadas as plantações e cultivos agrícolas.

Quanto à moradia, a partir de 2007 quando o assentamento ainda se encontrava em processo de implantação, houve sorteio entre os moradores para serem beneficiados com a construção das casas de madeira, no formato de palafitas “concedidas” pelo INCRA (Figura11). Essas casas foram construídas com encaixe de peças de madeira sem o uso de

pregos ou parafusos. Com as sucessivas enchentes há o desgaste da madeira com afastamento das peças embutidas, colocando em risco a segurança dos moradores. Na comunidade foi relatado que uma das moradias construídas se desmontou durante o avanço das águas, por isso, a principal preocupação na vazante é a realização do reforço das paredes para suportar a próxima enchente.



**Figura 12:** Moradia no Igarapé do Lago Preto – Comunidade São Francisco – Assentamento PDS Costa do Caldeirão, Manacapuru/AM.

**Fonte:** Ingrid S. de Freitas, 2017.

Ainda com relação às moradias dos assentados, atenção especial deve ser dada quanto ao uso da parte de baixo do assoalho ou “sualho” representado na Figura 13. Essa parte da moradia, nos momentos da baixada das águas, dependendo do seu tamanho e altura, é aproveitada pelos moradores para colocar nos esteios os ganchos para se atar as redes de dormir, e, no piso de chão batido, as mesas e os bancos para os familiares conversarem e alimentarem-se. O assoalho torna-se também o “local de encontro” onde, entre risadas e brincadeiras, contam-se histórias de encantados ou da vida privada, trocam-se receitas ou relembram as histórias do passado vivenciadas com pessoas queridas da família que marcaram a infância. Essas atividades se realizam principalmente depois do almoço ou nos fins de tarde e, em algumas moradias, o assoalho é também utilizado como depósito para guardar as redes de pesca, a canoa, o motor rabeta, o pulverizador, os produtos, as mudas para

o plantio e, ainda, os engradados para proteger os animais. Essas funcionalidades se encontram evidenciadas na imagem abaixo.



**Figura 13:** Uso do assolho na moradia dos assentados do Igarapé do Lago Preto na Comunidade São Francisco – Assentamento PDS Costa do Caldeirão, Manacapuru – Amazonas.

**Fonte:** Cinthya Martins, Pesquisa de Campo, 2016-2017.

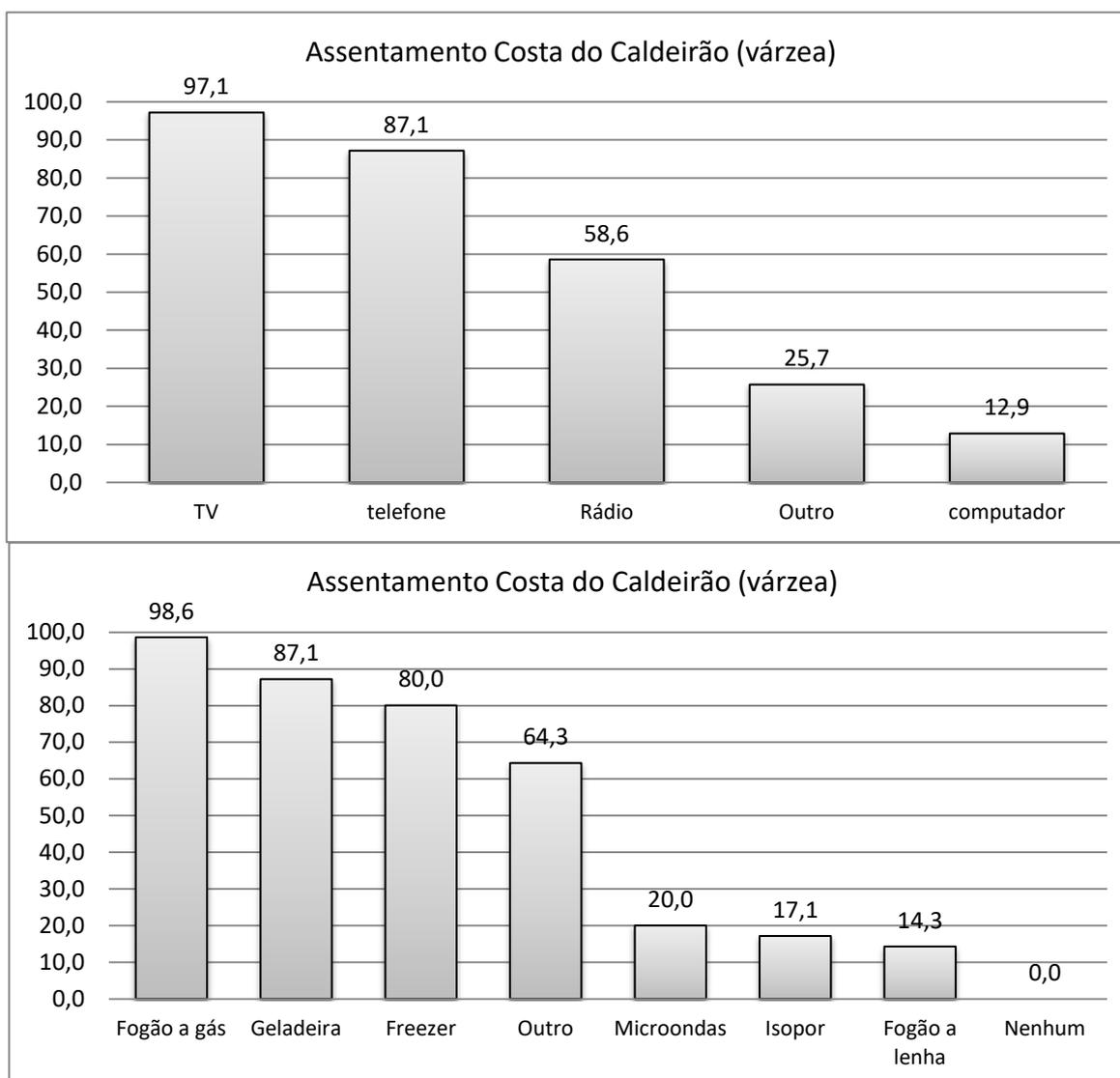
Os trabalhos de campo realizados no período da vazante revelaram a intensidade das atividades agrícolas realizadas no assentamento e o quanto é significativo o trabalho familiar nesses momentos. A princípio, era notória a preocupação por parte dos assentados em buscar novas técnicas para acelerar o ciclo de produção agrícola e o constante uso de produtos no combate às pragas, com o intuito de evitar o comprometimento da produção. O uso de agrotóxicos é intensamente realizado pelos assentados, tornando-se prática rotineira em suas atividades de produção agrícola familiar. Foi observado que durante o manuseio os agricultores não utilizavam luvas, macacões ou máscaras para evitar sua contaminação com o veneno usado durante o ato de pulverizar as suas plantações.

Tal comportamento leva a refletir sobre o quanto as relações capitalistas de produção estão se fazendo presentes na vida desses assentados, que, mesmo residindo em áreas amazônicas consideradas férteis, abrem mão das práticas tradicionais de produção agrícolas orgânicas, passando a absorver em seu cotidiano novas tecnologias que se aproximam das

utilizadas pelo agronegócio regional, com o intuito de aumentar a produção e atender às exigências do mercado consumidor, para onde é escoada a produção, na cidade de Manaus. Conforme constatado por Alves,

Na Costa do Arapapá, os camponeses-ribeirinhos quase sempre necessitam de adiantamento do atravessador, que no caso constitui-se apenas em um que monopoliza o intermédio entre o produtor e o consumidor, para a compra de utensílios e de inseticidas para que não comprometa na época de safra. Esse atravessador interliga os moradores da várzea amazônica do baixo Solimões aos supermercados da cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas, e a Manacapuru, cidade pequena que fica situada nas proximidades da comunidade, direcionando a produção para as feiras e mercados dessa cidade. Na época de enchente, quando o rio apresenta o maior volume de água, o transporte desses produtos torna-se dificultoso, pois em alguns trechos da comunidade o acesso torna-se inviável, dificultando o acesso e onerando o preço do transporte (ALVES *et. al.*, 2009, p. 11).

As relações de comércio e o acesso aos programas públicos de complementação de renda refletem-se no padrão de vida dos moradores. Entre os entrevistados, todos possuíam casa própria, de madeira e cobertas com telhas de amianto. Atualmente, o uso da energia é feito pelo ingresso no Programa Luz para Todos; o abastecimento de água, pelo poço na época da vazante e com a água dos rios ou da chuva durante a enchente. Todos os entrevistados confirmaram o uso do hipoclorito para o tratamento da água consumida pelos familiares, informando que o produto é distribuído mensalmente pelos agentes comunitários de saúde. O uso da parabólica e de telefonia celular é utilizado por todos os entrevistados, embora o sinal de telefonia seja bem melhor nas residências localizadas na área do Rio Solimões, pelo sinal recebido do município de Manaquiri, que fica do outro lado do rio. Nas moradias do Igarapé do Lago Preto, utiliza-se telefonia fixa rural. Os equipamentos utilizados nas moradias encontram-se demonstrados na Figura 14.



**Figura 14:** Equipamentos da cozinha e eletroeletrônicos encontrados nas moradias dos assentados de várzea.

**Fonte:** Pesquisa de Campo, 2017.

**Org:** Geyza Oliveira, 2018.

Na Figura 15, podem ser observados os equipamentos encontrados e utilizados no cotidiano do assentados da várzea, refletindo o conjunto de transformações que a sociedade contemporânea nas áreas rurais do Amazonas vivenciam, pois, quanto maiores forem as suas relações com o capital, maiores serão suas relações de produção e consumo.<sup>39</sup> Carlos (2004) afirma que os lugares refletem as práticas cotidianas no espaço da contradição, pois estes, ao reproduzirem-se, refletem a concretização dos interesses do capital e do poder do Estado, além do processo de reprodução de vida quanto ao conjunto de necessidades da sociedade, que passam a ser construídas a partir da mundialização do urbano. Nesse contexto, os lugares rurais amazônicos vão transcendendo o cotidiano local, permitindo a constituição da vida na

<sup>39</sup> Vide comparativo com os equipamentos encontrados nas moradias do PA Paquequer, que se encontra no item 2.4 deste capítulo.

trama dos lugares, modificando comportamentos e revelando a *indissociabilidade local-global* e a perspectiva do *continuum* nas relações existentes no urbano e no rural (LEFEBVRE, 1999; CARLOS, 2004; MONTE-MÓR, 2006).



**Figura 15:** Aspectos do interior das salas encontradas nas moradias e os aparelhos eletrônicos do PDS Costa Caldeirão-AM.

**Fonte:** Cinthya Martins, Pesquisa de Campo, 2017.

A questão do transporte para escoamento da produção é um dos problemas cruciais apontados pelos assentados, principalmente para aqueles que residem na área do Igarapé do Lago Preto, pois dependem da estrada do ramal do Arapapá que margeia o Rio Solimões. Nos trabalhos de campo realizados, a estrada estava bastante esburacada e enlameada pela ação das chuvas e pelo avanço anual das águas do Rio Solimões. Assim que começa a vazante, com o solo ainda muito úmido, o ramal passa a ser bastante utilizado pelos moradores, que se deslocam até a cidade de Manacapuru de ônibus ou motocicletas. Além disso, começam a se deslocar diariamente até o igarapé, onde se encontram os caminhões-baú que buscam a compra dos produtos agrícolas. O peso desses transportes associados à falta de compactação do ramal compromete o acesso para entrada e para saída no assentamento, principalmente nos meses de janeiro a março, marcado pela presença das chuvas na região. Em 2011, o ramal do

Arapapá foi beneficiado com uma cobertura asfáltica, considerada pelos moradores como o cumprimento das promessas políticas eleitorais. No entanto, a qualidade do serviço foi considerada pelos assentados como inadequada, pois, com a “alagação” de 2012, toda a cobertura asfáltica foi levada pela ação das águas do rio, deixando os assentados insatisfeitos, como se verifica na fala do entrevistado:

*Hoje a “Metropolitana”, responsável pelos serviços terceirizados da Prefeitura Municipal, está aqui arrumando o ramal. A gente sabe que este trabalho gera custo para o governo e o governo não gosta de investir para arrumar estradas em áreas de várzea. Eles gostam de investir em estradas que durem pelo menos quatro anos e isso não acontece nas áreas de várzea porque é praticamente impossível. Não ter uma estrada boa faz com que a gente queira entregar nossos produtos para os atravessadores na porta de casa, para minimizar os custos e diminuir o desgaste físico de ter que sair com o nosso produto se aventurando por essa estrada cheia de lama, sem saber se vamos conseguir vender ou não o nosso produto na cidade (L. S. S., 56 anos. Entrevista realizada em março de 2014, morador da Comunidade São Raimundo).*

O fato de não possuírem transporte próprio e da não existência de transporte regular deixa os assentados na dependência de ações governamentais capazes de proporcionar o escoamento de sua produção. A principal estratégia encontrada pelos assentados para minimizar os custos desse processo ainda é recorrer aos intermediários, chamados na região de atravessadores. A geografia encontrada no lugar exige que sejam feitos investimentos na infraestrutura dos ramais com a criação de programas que atendam às necessidades de produção agrícola familiar nas áreas de várzea e à conscientização por parte dos assentados na organização dessas associações e cooperativas, tornando-se iniciativas que podem ser vistas como eficazes no sentido de reverter o quadro encontrado na Comunidade São Francisco do Arapapá. No segundo semestre de 2017, após a realização dos trabalhos de campo, o Governo do Estado realizou o recapeamento do ramal do Arapapá, que recebeu uma cobertura concretada, atendendo, assim, às reivindicações dos moradores e facilitando o escoamento da produção. Após o recapeamento, as linhas de ônibus para os moradores passaram a ser realizadas de manhã e a tarde, permitindo maior acesso até a cidade de Manacapuru.<sup>40</sup>

Isto posto, a interpretação do campesinato das águas e as relações sociais travadas com a economia de mercado, comparada ao modo de vida encontrado no assentamento de terra firme discutido no item a seguir, remete à diferenciação vertical ou integração vertical

---

<sup>40</sup> Essas informações foram obtidas e confirmadas via telefonia celular para moradores do assentamento. Também foram coletadas informações em sites de ações governamentais do Estado, disponíveis em: <https://www.portalmarcossantos.com.br/2017/06/19/governo-retoma-obras-de-recuperacao-de-ramais-em-municipios-para-atender-producao-rural/>. Acesso em: 06 mai 2017.

realizada por Chayanov (1974), com relação à penetração das relações capitalistas no campo, dinamizando a economia e o modo de vida camponês. No caso do campesinato Amazônico, esse processo vai se formando na sequência evolutiva de posse da terra e fortalecendo a interdependência entre o rural e o urbano.

#### **2.4 O PA Paquequer: campesinato da floresta no Amazonas**

Nova Olinda do Norte localiza-se distante 135 km da capital do Estado. O deslocamento até a sede do município é realizado via fluvial e, dependendo da potência do motor, pode levar de seis a doze horas para chegar ao município.<sup>41</sup> O transporte aéreo até o município é realizado apenas em voos fretados. Outra opção de deslocamento pode ser feita de modo misto, pelo porto da CEASA em Manaus, atravessando o Rio Negro até chegar ao Careiro da Várzea, seguindo pela BR-319 até a AM-254, rodovia que permite a ligação terrestre com Autazes e Nova Olinda do Norte. No fim dessa rodovia estadual é preciso embarcar em lanchas que atravessam o Rio Autazes até chegar ao município de Autazes. Os taxistas transportam as pessoas até o porto do Rosarinho, às margens do Rio Madeira, para embarcar em outra lancha que permita a chegada na cidade de Nova Olinda do Norte.

Em 2013, ações do Governo do Estado permitiram a operação de transportes de passageiros, cargas e veículos por meio de balsa *ferryboat*, operando na travessia do Rio Madeira com plataformas de embarque e desembarque no porto de Nova Olinda do Norte e na Comunidade do Rosarinho para beneficiar, também, o município de Borba, encurtando a distância desses municípios até Manaus. Atualmente, a balsa que realiza esse transporte, pertence a um empresário do município e suas viagens são realizadas três vezes por semana.

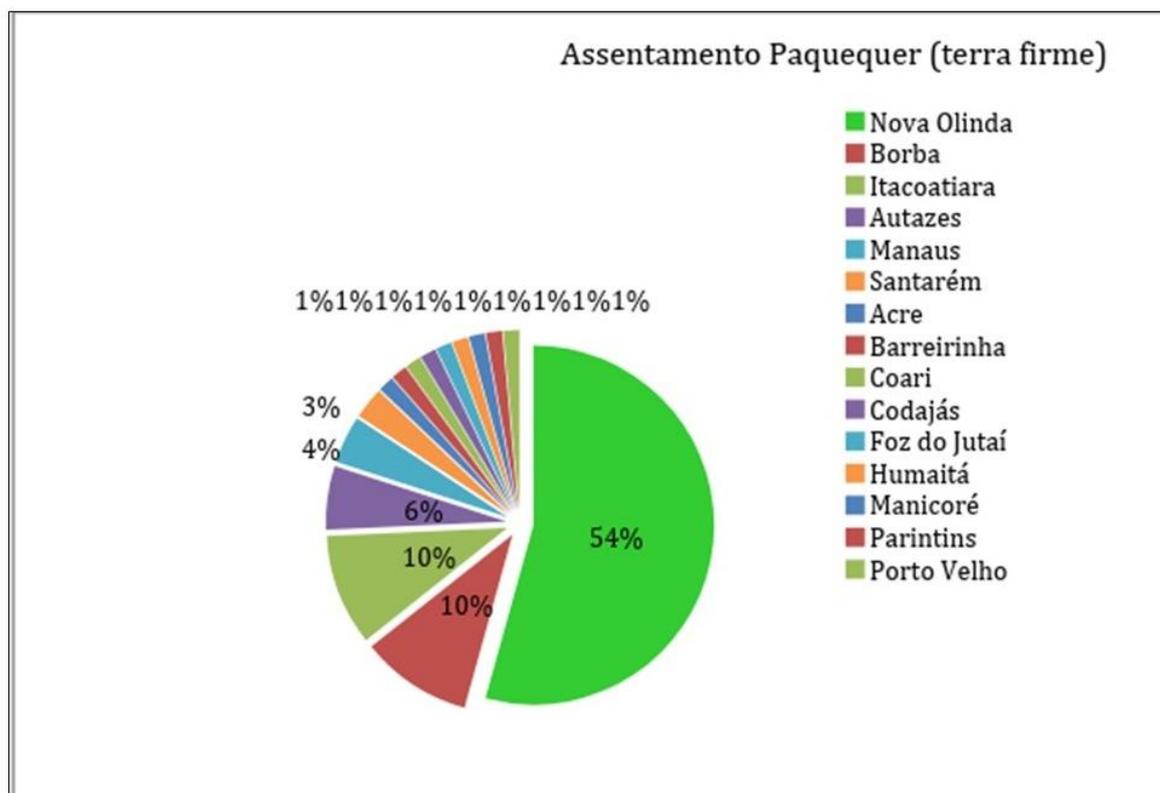
O primeiro trabalho de campo realizado em Nova Olinda do Norte deu-se em julho de 2015, quando foram feitos os contatos com órgãos públicos do município. Inicialmente a visita foi realizada na Secretaria de Meio ambiente, Desenvolvimento e Turismo, coletando informações sobre a situação fundiária e sobre as ações do INCRA no município, pois o Posto do INCRA no vale do Rio Madeira localiza-se no município de Borba. Foi informado que no município existem quatro áreas de atuação do INCRA, assim classificadas: PAE – Projeto

---

<sup>41</sup>As viagens para as cidades do interior do Amazonas, realizadas via fluvial, ao partirem do porto da cidade de Manaus, permitem a observação do intenso movimento de chegada e saída das embarcações, principalmente nos fins de semana. Por essas embarcações chegam até Manaus as produções agrícolas e hortifrutigranjeiras e saem de Manaus os alimentos ultraprocessados como iogurtes, queijos e principalmente o frango congelado. Entre as idas e vindas, observamos o intenso fluxo de pessoas e mercadorias circulando na proximidade de lanchas, rabetas e barcos de pequeno e de grande porte que transportam semanalmente pessoas e mercadorias pelos lugares amazônicos. Mais informações sobre isso são relatadas em Benchimol (1996); Schor (2016); Nogueira (1999); Matos (2015).

Agro Extrativista Abacaxis; PAE – Projeto Agro Extrativista Abacaxis II; PAE – Projeto Agro Extrativista Curupira e o PA – Projeto de Assentamento Paquequer. As ações realizadas pelo INCRA no município de Nova Olinda do Norte estão sob a jurisdição do projeto fundiário do Médio Madeira e parte do Médio Amazonas.

As abordagens sobre o modo de vida camponesa na terra firme serão realizadas no Projeto de Assentamento Paquequer. O assentamento foi iniciado a partir da seleção realizada pelo INCRA em 1998, quando foram escolhidos os primeiros candidatos a beneficiários dos lotes. Estas famílias foram assentadas em lotes previamente definidos ao longo de duas vicinais conhecidas como Vicinal Paquequer e Vicinal Madeira, com previsão de atendimento para 374 unidades familiares. O processo de formação territorial do PA Paquequer, apesar de ser mais antigo que o assentamento de várzea, exemplifica o processo de ocupação mais recente ocorrido na Amazônia, sendo realizado por migrantes de outros lugares da região, compreendendo os aspectos de campesinato novo ou neo-campesinato. Entender quem são esses assentados e de onde se originaram é importante para refletir sobre o padrão das mudanças alimentares, principalmente se a origem dos participantes for de outro Estado; pois nesse caso, os resultados obtidos na pesquisa podem demonstrar que eles trazem consigo seus hábitos alimentares e o modo de vida de seu lugar de origem. No entanto, observando os resultados apresentados na Figura 16, a origem dos assentados é, na maioria, de outras cidades amazônicas. Apenas três assentados participantes da pesquisa informaram que vieram de outros Estados da Região Norte.

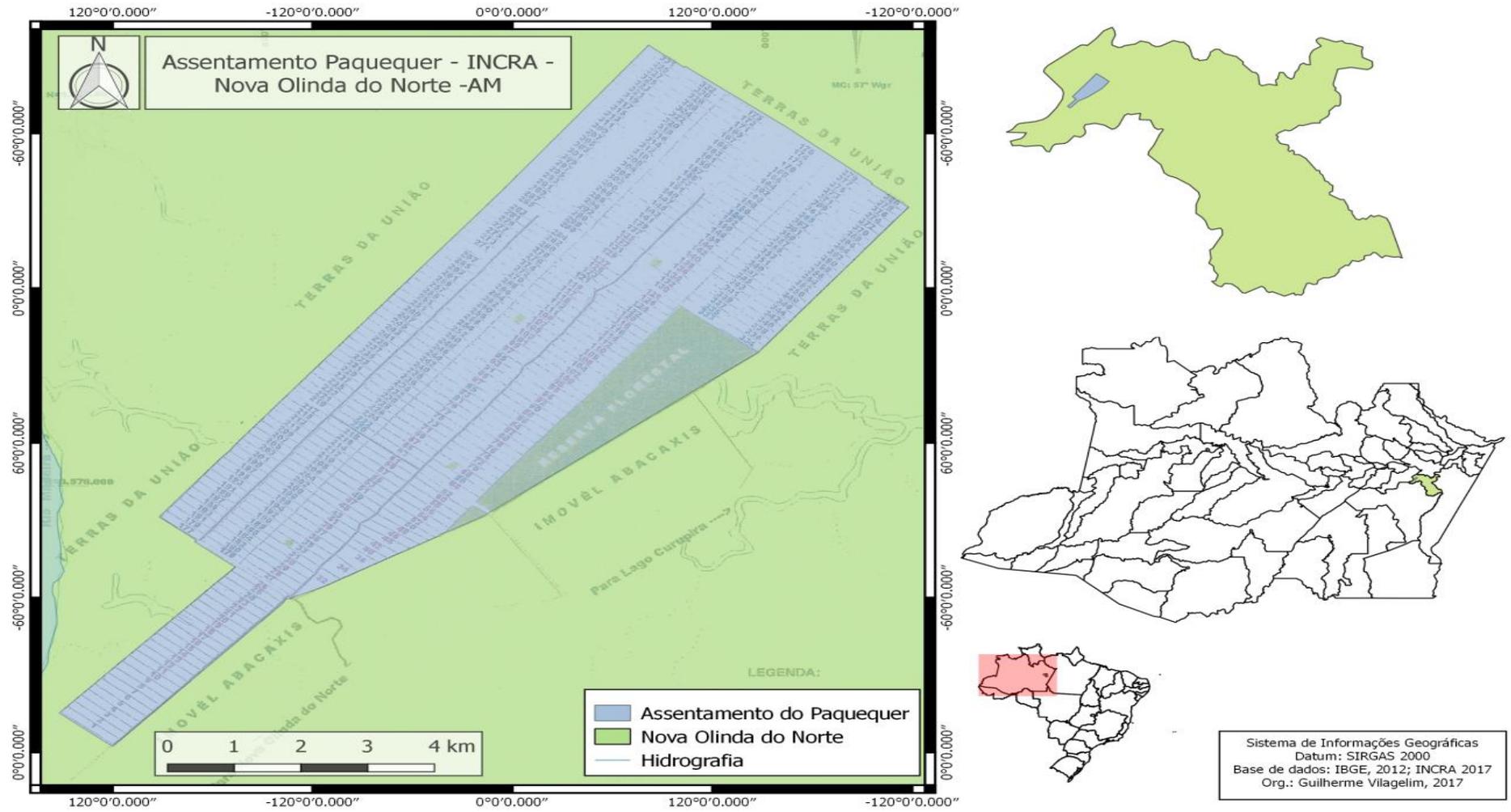


**Figura 16:** Origem dos participantes da pesquisa – PA Paquequer.

**Fonte:** Pesquisa de Campo, 2015.

**Org:** Geyza Oliveira, 2018.

No Mapa 5 observa-se que o assentamento possui duas entradas. A primeira pelo quilômetro 8 que dá acesso aos primeiros lotes da vicinal Paquequer classificados como São José (Lotes 001 – 025). A outra entrada é realizada pelo quilômetro 13, em frente à Escola Municipal Maria Eva, que dá acesso ao “cruzo”, assim chamado pelos assentados, por marcar como se fosse um X, o cruzamento do ramal que liga a Vicinal Madeira e a sequência da Vicinal Paquequer (Lotes 026 – 175). As entrevistas foram realizadas com cinco famílias da Vicinal Madeira (Lotes 179, 180, 182, 183 e 187) e setenta famílias da Vicinal Paquequer. Atualmente existem 175 lotes, efetivamente ocupados na Vicinal Paquequer; no entanto, apenas 135 famílias se encontram efetivamente residindo nos mesmos.



**Mapa 5:** Localização da área de estudo na Terra firme.

**Fonte:** ANA, 2010; IBGE, 2012; INCRA, 2017.

**Org:** Guilherme Vilagelim, 2017.

A área onde hoje se localiza a Vicinal Paquequer já existia desde a época da exploração petrolífera realizada pela Petrobras no município. O ramal da vicinal foi aberto com a intenção de ligar o município até o Rio Amazonas, para permitir o transporte do combustível, porque a bacia hidrográfica do Madeira torna-se muito rasa no período da vazante, dificultando o acesso de navios ao porto da cidade; todavia, a estrada nunca foi concluída. Muito antes da Petrobras iniciar a abertura da estrada, toda a área onde hoje se localiza o assentamento já era utilizada para caçadas de animais silvestres, encontrados em grande quantidade nessa parte da floresta. Por isso, o lugar era chamado pelos povos indígenas de Paquequer, que significa “caminhos de paca”. Sobre o processo para a criação do assentamento em Nova Olinda do Norte, foi relatado.

*O INCRA reabriu a antiga estrada deixada pela Petrobras para a instalação do assentamento depois que foram retirados muitos tubos e ferros deixados pela empresa dentro da mata. Primeiro nós fizemos o levantamento da área e encaminhamos a documentação para o setor técnico em Manaus para fazer a estruturação do perímetro, a locação topográfica e para depois fazer a demarcação dos lotes. Como o escritório local do INCRA está em Borba, nós fomos para Nova Olinda para fazer as fichas de inscrição para os assentados que tivessem perfil: não podia ser comerciante, não podia ser funcionário público e tinha que obedecer os requisitos exigidos pelo Programa Nacional da Reforma Agrária (PNRA) e os beneficiados tinham que desenvolver atividades voltada para a agricultura (Carlos Alberto Menezes, Técnico do INCRA em Borba. Entrevista realizada em 06 de junho de 2017).*

Para chegar ao assentamento, utiliza-se diariamente o transporte coletivo. O ônibus sai do centro da cidade às cinco horas e às doze horas retorna para o assentamento. Percorre as duas vicinais, pegando ou deixando os assentados, que precisam ir para cidade fazer suas compras, receber seus benefícios, buscar atendimento médico, levar seus produtos ou visitar seus familiares. O mesmo percurso é realizado com a chegada no assentamento às 12:30h, percorrendo todos os lotes para então retornar à cidade. Na Figura 17 pode ser observado que o asfaltamento da estrada é encontrado apenas na Vicinal Curupira (AM-254). Assim que o ônibus adentra os ramais do assentamento, o solo passa a ser sedimentado por latossolos ferruginosos, próprios da composição dos solos de terra firme, que no verão caracterizam o barro vermelho e empoeirado e nos dias de chuva se tornam escorregadios e lamacentos, comprometendo a entrada ou a saída dos assentados.



**Figura 17:** Entrada do Assentamento Paquequer-AM, km 13, Vicinal Curupira.  
**Fonte:**Cinthyia Martins, Pesquisa de Campo, 2016.

Durante a primeira visita acampou-se no Lote 142, conhecido como Pai e Filho, pertencente a um casal maranhense. Ele com 76 anos e ela com 71. O casal chegou ao Amazonas em 1990, residindo em Manaus e, ao tomarem conhecimento da distribuição dos lotes, vieram definitivamente para o assentamento em 27 de julho de 2004; primeiro ele e depois a esposa. Atualmente eles moram com um neto de 13 anos e cultivam a esperança de brevemente receber o título definitivo de suas terras, por terem sido um dos primeiros moradores a instalarem-se no local. Na época de sua chegada, não havia moradores nas proximidades de seu lote. Nesse lote é produzido cupuaçu, açaí e mandioca.. Além disso, há criação de aves domésticas para o consumo familiar. As polpas de cupuaçu são enviadas para Manaus e, segundo o proprietário, *“a gente não faz questão nenhuma de pertencer a cooperativa aqui”*. As maiores queixas do casal são relativas aos valores cobrados para retirar seu produto do assentamento, que pioram pelos problemas de transporte na estrada na época da chuva e pela pobreza do solo para realização do cultivo de outras culturas.

A Figura 18 mostra a moradia do casal feita de madeira como as demais moradias encontradas no assentamento. O proprietário construiu em frente à sua casa uma varanda, onde são realizadas as refeições matinais. Também foi realizado um “puxadinho” nos fundos da casa, onde ficam guardados seus materiais agrícolas. Ao lado da casa encontra-se outro “puxadinho”, utilizado como casa de farinha com um forno de barro. Na cozinha da casa

encontra-se um freezer, abastecido com polpas de cupuaçu cortadas e ensacoladas pelo próprio casal. Não há sinal de telefonia celular para os moradores do assentamento, porém, o casal comunica-se por telefonia rural com o uso de aparelho LG, que se encontra no cantinho da sala, bem ao lado de uma agenda telefônica escrita em uma folha de papel cartolina colada à parede. Eles possuem um rádio, mas, no lote deles não conseguem pegar as ondas que permitem ter acesso à Rádio FM de Nova Olinda do Norte. Ao cair da noite, após o jantar, eles se recolhem para o quarto, para assistir as notícias do jornal e as novelas ou filmes que lhes são interessantes, pelos trinta e cinco canais ofertados na assinatura digital pela parabólica. O casal não é beneficiário do PBF, contudo, realiza suas compras na cidade de 15 em 15 dias, nos dias em que levam as polpas para serem enviadas para Manaus.

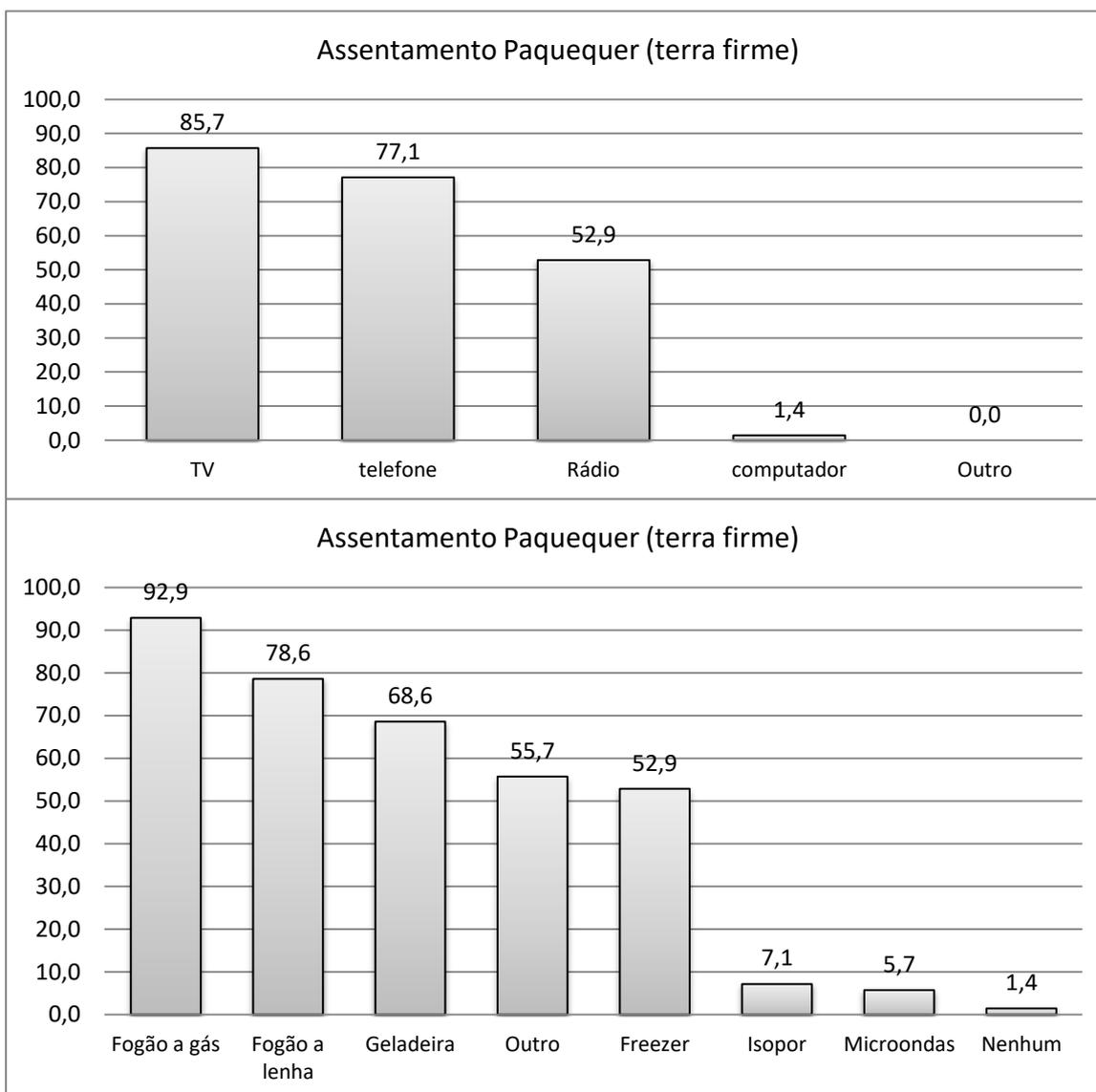


**Figura 18:** Lote Pai e Filho.

**Fonte:** Cinthya Martins, Pesquisa de Campo, 2017.

Ao longo da Vicinal Paquequer foram encontradas quatro moradias de alvenaria e uma ainda em construção. As demais moradias são feitas de madeira, seguindo o modelo padrão do INCRA, com uma sala, cozinha, dois quartos e banheiro externo. Entre os participantes da entrevista, 55 utilizam o sistema de telefonia rural para manter contato com a família na cidade. O uso do fogão à lenha também aparece de forma bem significativa no

cotidiano dos entrevistados. Os equipamentos encontrados na moradia dos entrevistados podem ser analisados na figura abaixo.



**Figura 19:** Equipamentos da cozinha e eletroeletrônicos encontrados nas moradias dos assentados de terra firme.

**Fonte:** Pesquisa de Campo, 2017.

**Org:** Geyza Oliveira, 2018.

Em relação às condições de moradia encontradas no campesinato da floresta, percebe-se como os proprietários dos lotes se envolvem com o acesso aos objetos de consumo, com os meios de produção e os meios de comunicação, que são associados ao fato de ter ou não condições econômicas (Figura 20). Nesta ótica, não se trata apenas da necessidade de possuí-los, mas, de demonstrar possuir poder aquisitivo para a compra de bens eletroeletrônicos, o que aponta para o entendimento de que, mesmo no meio rural e de populações aparentemente não inseridas nas relações capitalistas, a existência “da percepção

de que há diferentes modos de vida em jogo, que só se manifestam na confrontação imposta pelo seu dia a dia” (GARCIA JR., 1983, p. 90). A partir dessas percepções podem ser entendidas as práticas sociais e econômicas vivenciadas entre os dois assentamentos, que materializam as suas oposições sociais.



**Figura 20:** Aspectos das condições de moradia encontradas no PA Paquequer-AM.  
**Fonte:** Cinthya Martins, Pesquisa de Campo 2015-2017.

Com relação à produção agrícola familiar, enquanto no assentamento de várzea o plantio se organiza de acordo com o tempo das águas (enchente e a vazante dos rios), as atividades de produção agrícola no campesinato da floresta são realizadas de acordo com o período da estiagem, que ocorre nos verões amazônicos, estendendo-se de agosto a setembro, e nos períodos chuvosos distribuídos nos demais meses, embora “as quantidades de chuva não se apresentem repartidas uniformemente em toda a Amazônia, nem no espaço, nem no tempo, isto é, no decurso de um ano” (SIOLI, 1985, p. 17).

As áreas de terra firme amazônicas, como já referido, constituem cerca de 98% do total das terras da região, que normalmente não são inundadas por apresentarem altitudes, que variam entre 10 a 100 metros acima do nível do mar (PORRO, 1990). A sua principal característica natural é a beleza e a grandiosidade da floresta tropical densa, úmida e latifoliada. Embora os solos de terra firme apresentem baixa fertilidade, não é o solo que mantém o equilíbrio da floresta, e sim, o sistema de retroalimentação e de reciclagem dos nutrientes facilitados pela cobertura vegetal fechada. As árvores de grande porte com copas sobrepostas apresentam-se distribuídas ao longo de todo vale do Rio Amazonas, realizando o

sombreamento contínuo, que facilita a retroalimentação do ecossistema mais diversificado e complexo do planeta, pois

Uma conclusão que impõe é que a floresta cresce, de fato, apenas sobre o solo, e não do solo, utilizando deste apenas para sua fixação mecânica e não como fonte de nutrientes; em vez disso ela vive numa circulação fechada de nutrientes. A floresta se protege das perdas dos nutrientes por meio de verdadeiras estratégias, que possibilitam ao seu ecossistema, extremamente diversificado em espécies e, por isso, multiestratificado, uma utilização ótima e máxima das quantidades de nutrientes em circulação através da cadeia de organismos que compõem esse sistema florestal. Estas quantidades de nutrientes não tem possibilidade de ser renovadas ou complementadas por eventuais reservas do solo (SIOLI, 1985, p. 60).

Em virtude disso, multiplicam-se os interesses acadêmicos e as graves preocupações ecológicas voltados para os problemas ambientais na Amazônia. O elevado índice de desmatamentos e queimadas que nos últimos anos destroem a cobertura vegetal dos solos de terra firme, possibilitam a lixiviação do solo em consequência das intensas chuvas que caem na região e intensificam o fenômeno de laterização dos solos de terra firme, comprometendo conseqüentemente o equilíbrio ecológico da floresta.

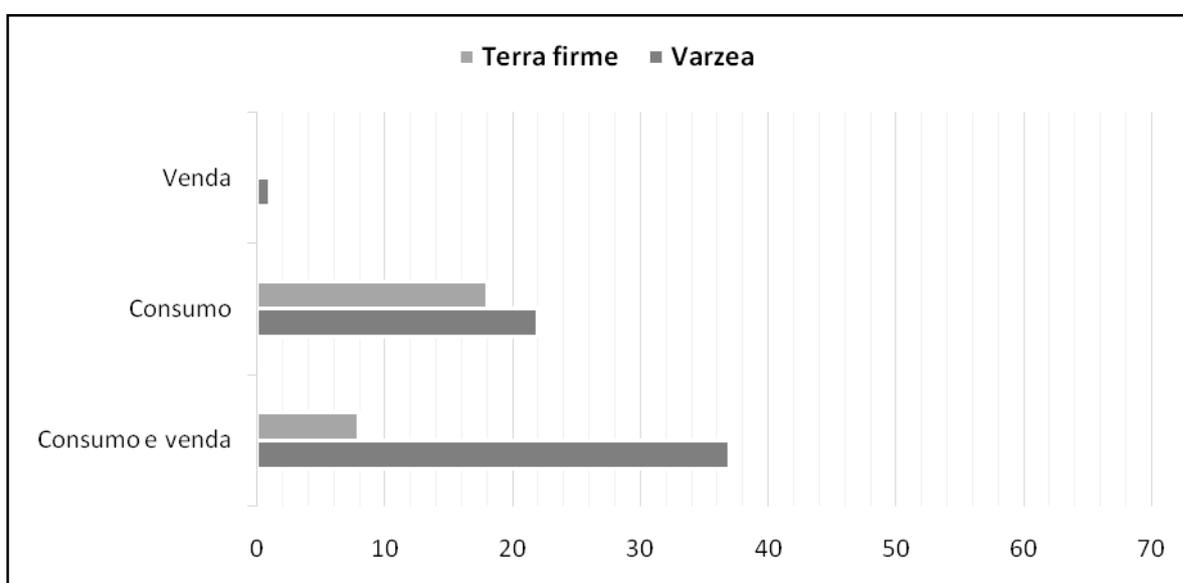
A baixa fertilidade encontrada nas áreas de terra firme suscitou a Betty Meggers (1987) alegar na década de 40 a incapacidade dessas áreas promoverem a sustentação e a concentração de um número populacional elevado de indígenas. No entanto, Anna Roosevelt (1991) refutou as ideias de Meggers sobre o determinismo ecológico amazônico, quando realizou amplos estudos sobre a adaptação ecológica do homem na Amazônia, alegando que se faz necessária reavaliar e revisar essa teoria por parte das ciências sociais, visto que a mesma foi idealizada para atender aos interesses políticos que surgiram em determinado momento histórico na busca de informações específicas sobre o meio ambiente amazônico.

A baixa fertilidade do solo é controlada pelos camponeses da floresta de terra firme com a utilização do uso do fogo para limpar os roçados utilizando técnicas tradicionalmente indígenas. As técnicas que potencializam o uso do solo foram analisadas por Matos:

A presença do fogo não se dá apenas nas áreas de roçados para o plantio de mandioca. Conforme avança a estiagem, segue consigo a vazante do rio. Em suas margens como é comum na região, os capins aquáticos – perimembeca, sineouaua, muri, entre outros vegetais – espalham-se naturalmente e são propícios a criação de boi. Avançam e encobrem os arbustos de pequeno e médio porte, formando o que nós denominamos de casola. A vegetação seca é altamente inflamável e conforme manda o costume, nesse período, em nome da segurança, muitos indivíduos ateiam fogo no capim nas beiradas para se proteger por causa das feras, cabas (vespas e marimbondos),

surucucu, onça em áreas menos povoadas. O fogo vai jogando com os bichos que se entocam (MATOS, 2015, p. 191).

Nos assentamentos, o uso do fogo ainda é realizado para a limpeza das áreas do roçado. Entretanto, os assentados não utilizam fertilizantes em seus lotes. A Figura 21 demonstra que no assentamento de terra firme a produção é voltada basicamente para a subsistência familiar, pois as relações de mercado no campesinato da floresta apresentam-se menos significativas quando comparadas às relações de mercado vivenciadas no campesinato das águas.

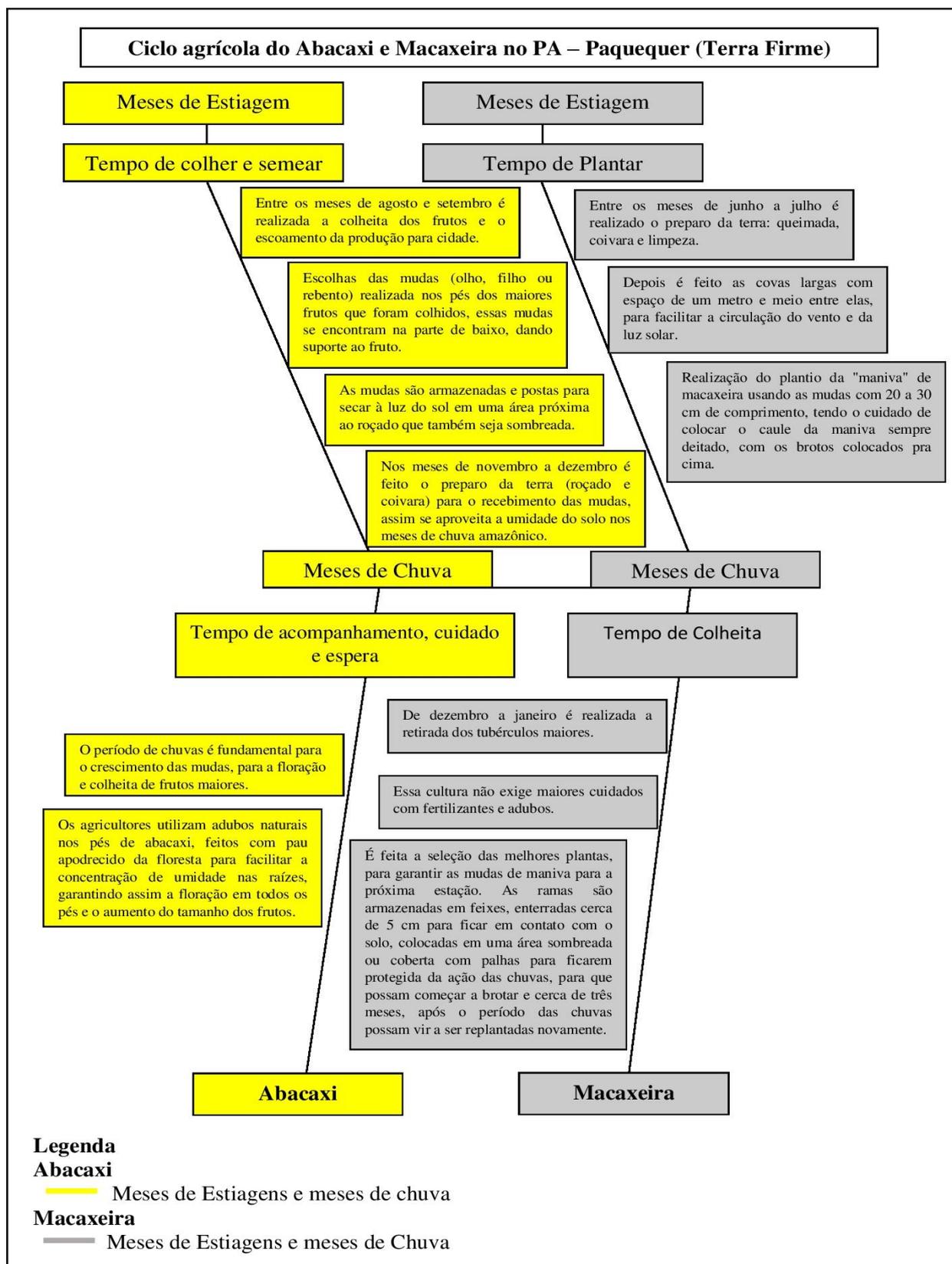


**Figura 21:** Comparativo do consumo e venda da produção de alimentos entre os dois assentamentos.

**Fonte:** Pesquisa de Campo, 2016-2017.

**Org:** Geiza Oliveira, 2018.

Na Figura 22 pode ser observado o ciclo de produção e de colheita realizado no plantio de abacaxi e de macaxeira. Ambas produções dependem do acompanhamento dos assentados, mediante o período da época chuvosa e da estiagem vivenciada na região.



**Figura 22:** Ciclo das atividades agrícolas do cultivo do Abacaxi e da Macaxeira realizadas pelos moradores do Assentamento PA Paquequer-AM.

**Org:** Nágila Situba, 2018.

As sociedades camponesas não se estabelecem ligadas somente à agricultura. Faz parte das necessidades cotidianas camponesa a alimentação, o vestuário, a construção da casa e o acesso aos bens de serviço, retratando a divisão de trabalho na sociedade onde estes se encontram estabelecidos. Gasché utiliza-se do termo “sociedade bosquesina” para definir o universo sociocultural dos moradores da floresta amazônica, que apresenta uma identidade própria do lugar, diferenciando-se das sociedades urbanas. O autor defende a importância de serem conhecidas essas particularidades no campo da pesquisa antropológica, para que possam surgir contribuições capazes de dialogar com as políticas públicas idealizadas sob a ótica desenvolvimentista de “superção da pobreza” ou de “promoção do progresso” para os camponeses da floresta (GASCHE, 2007, p. 82).

No campesinato da floresta vivenciado no PA Paquequer, os assentados, mesmo ainda sem possuir o título definitivo de seu lote, consideram-se proprietários do lugar pela materialização do trabalho realizado na agricultura, que produz alimentos de baixo custo e vendável na cidade. Quando os entrevistados foram consultados sobre a sua atividade econômica, todos foram unânimes em informar que eram agricultores rurais. Isto demonstra a intrínseca relação que os mesmos possuem com a terra na perspectiva de sustentabilidade familiar, que não irá lhe auferir o lucro, mas que lhe garantirá a apropriação da terra sem as mediações impostas pelo mercado, estabelecendo o que ele deve plantar em seus lotes. Nesse sentido, a terra passa a ser vista com a possibilidade de trabalho e de direito à vida, e não terra de negócio (ZOA & PERIPOLLI, 2017).

A enchente e a vazante são também fatores importantes na vida dos assentados da terra firme, principalmente no que tange a locomoção dentro do assentamento (vide Figura 23). Em momentos da vazante, o acesso à escola e a ida até a cidade torna-se mais facilitada. Em tempos de cheia e das chuvas, a maior parte do percurso precisa ser realizado a pé ou de canoa, pois a Vicinal do Paquequer é entrecortada por três igarapés. No momento da implantação do assentamento, as áreas próximas aos igarapés foram aterradas e instalados bueiros para dar vazão para água; o primeiro, nas proximidades dos lotes 94 a 96; o segundo, próximo aos lotes 102 a 103; e o terceiro, nas proximidades da escola e da igreja do assentamento. Mesmo assim, embora tenha sido realizado o aterramento da vicinal em 2015, o fluxo de pessoas até a cidade fica comprometido, principalmente nos dias chuvosos.



**Figura 23:** Momentos da enchente de 2015 na vicinal PA Paquequer - AM e a mesma paisagem no período da vazante em 2016.

**Fonte:** Cinthya Martins, Pesquisa de Campo, 2015 e 2016.

O sonho dos assentados é conseguir o asfaltamento dessa vicinal, promessa sempre feitos nos momentos de campanha eleitoral. No entanto, a falta de representatividade e os conflitos de interesses entre os assentados compromete as ações pela busca de melhorias nesse sentido. Fazendo articulação histórica com as abordagens realizadas por Lênin (1982), a questão agrária suscita reflexões e debates sobre as lutas de classe e como isso ocorre de modo específico nos assentamentos rurais, pautados na questão das pressões políticas exercidas sobre os assentados, nas lutas dos movimentos sociais e na organização de associações ou sindicatos dentro dos assentamentos.

Embora no Plano de Desenvolvimento Sustentável do P. A. Paquequer (2000) se evidencie a importância da integração com diversos setores produtivos e com o mercado para o sucesso do empreendimento, apenas no início do projeto os assentados se dispuseram a se organizar. Nesse momento, conseguiram bens de uso coletivo: um caminhão utilitário e um ônibus para atender às necessidades de seu deslocamento e o transporte de materiais, insumos e produtos da sede do município até o assentamento ou vice-versa. Até 2009, os assentados dispunham de uma organização associativa, legalmente constituída de acordo com os registros encontrados no Livro de Atas da Associação: APRAP – Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Paquequer, criada em janeiro de 1999 e inscrita no CNPJ sob o número 02.939.956/0001-99. Esta associação foi reformulada e regulamentada em 20 de abril de 2010, passando-se a se chamar AFPAP– Associação dos Agricultores, Agricultoras e Familiares do Projeto de Assentamento Paquequer, atuando com o CNPJ nº 02.939.956/0001-

89. A administração do assentamento continua subordinada às decisões da maioria dos assentados, no que se refere às questões de interesse comum da comunidade.

A criação de uma nova associação deveu-se aos problemas gerenciais vivenciados pela primeira diretoria da associação e pela má administração das verbas do Governo Federal.<sup>42</sup> Embora o problema tivesse sido analisado pelos órgãos gerenciadores do projeto, a AFPAP ficou ao longo de dez anos temporariamente irregular, até que os fatos tivessem sido legalmente apurados. Na tentativa de dar continuidade aos interesses dos associados, foi instalada em seu lugar uma Comissão Provisória, composta por um presidente, vice-presidente e membros, aos quais coube a responsabilidade de administrar corretamente os interesses dos associados. Entre os participantes da pesquisa, quando consultados sobre a participação em associação de classe, 32 responderam pertencer a AFPAP; 01, à Colônia de Pescadores de Nova Olinda do Norte; 01, à COMAGAFANON – Cooperativa Mista Agropecuária de Agricultura Familiar de Nova Olinda do Norte; e 01, à Associação do Arari. Os demais responderam não reconhecer nenhuma liderança associativa no assentamento, demonstrando desinteresse em participar, por não confiarem nas pessoas que se candidataram a esse cargo.

Em entrevista realizada em 2015 com o responsável do IDAM, escritório local de Nova Olinda do Norte, Sr. Vicente Marques da Silva, foi acrescentado que o grande problema encontrado junto às famílias assentadas assistidas pelo órgão reside no fato de as lideranças do assentamento não serem reconhecidas pela maioria dos assentados. Este fato gera conflitos de interesses internos quanto à venda de seus produtos para a Secretaria de Produção, que exige que os assentados tenham o DAP fornecido pelo IDAM. Até 2017 esse órgão prestava assistência para 60 famílias assentadas na Vicinal Paquequer. Foi informado pelo técnico agrônomo responsável pela assistência rural aos assentados que a maior dificuldade em concluir o trabalho de acompanhamento das famílias se deve à elevada rotatividade existente na ocupação do assentamento, em virtude da compra e venda ilegal dos lotes. Guanziroli *et al.* (2001) afirma que as desistências e o abandono identificados nos projetos de assentamentos rurais, principalmente na Amazônia, deve-se às condições de infraestrutura encontradas nesses assentamentos, associadas à falta de escolas, atendimento básico de saúde, ausência de transportes, energia elétrica e acessibilidade às linhas de crédito rural.

---

<sup>42</sup> Informações coletadas mediante entrevista realizada com o Sr. Alaumir Dias Gomes, conhecido como “BOTINHO”. Ele foi a primeira liderança da Comissão de Assentados do PA Paquequer e participou ativamente nos mutirões que construíram as primeiras casas ainda no processo de implantação do assentamento em 2000 (Entrevista realizada em julho de 2015).

Em 2015, a COMAGAFANON, de responsabilidade do senhor Aldemar da Silva Machado, assentado no lote 94, realizava compra e venda de polpas para repassar para a Secretaria de Produção Municipal. Também comprava dos assentados abacaxi, banana, mamão, maracujá, couve, abobrinha, alface, coentro, macaxeira, maxixe, cebolinha e melancia para serem repassados para a merenda escolar do município, de acordo com os critérios exigidos pelo PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar e pelo PAA – Programa de Aquisição de Alimentos. No último campo realizado em maio de 2017, em virtude das mudanças no cenário político municipal, com a posse da nova gestão administrativa, as compras dos produtos agrícolas do assentamento encontravam-se suspensas até que se definissem as novas parcerias.

As abordagens relacionadas ao modo de vida dos assentados abriram caminhos para estabelecer o diálogo sobre as particularidades reveladas pela essência daquilo que aparentemente se camufla no cotidiano, permitindo avanços para além da aparência daquilo que é vivido e sentido pelos assentados, quando diariamente atuam em seus campos de lutas, produzindo e reproduzindo as especificidades das relações de poder por eles vivenciadas. Sobre isso, Bourdieu afirma que:

Em primeiro lugar é um espaço pré-construído: a composição social do grupo está antecipadamente determinada. Para compreender o que pode ser dito e sobretudo *o que não pode ser dito* no palco, é preciso conhecer as leis de formação dos grupos dos interlocutores – é preciso saber quem é excluído e quem se exclui [...] os agentes em sua luta para imporem o veredito imparcial e fazerem reconhecer a sua visão como objetiva, dispõem de forças que dependem da sua pertença a campos objetivamente hierarquizados e da sua posição nos campos respectivos (BOURDIEU, 2012, p. 55).

O modo de vida é específico porque é influenciado por particularidades inerentes ao lugar, mas não é único porque recebe influências do entorno próximo e distantes. As especificidades estão relacionadas às dificuldades de viver num assentamento rural no meio da floresta, com precárias condições de mobilidade e acesso limitado a bens e serviços públicos. Porém, tais condições também decorrem das inadequações das políticas públicas e como elas se afastam daqueles que, no discurso, são os seus destinatários – no caso em análise, os assentados. No Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento Paquequer (2000) encontram-se estabelecidos projetos de instalação de armazém comunitário e projetos sociais básicos na área de saúde, saneamento básico e educação. No campo educacional previa-se a construção de duas escolas rurais no assentamento, no período de

quatro anos. No campo da saúde previa-se a construção de um Posto Médico, juntamente à construção de poços artesianos nos lotes para o consumo de água potável nas moradias dos assentados, construção de fossas absorventes e a coleta de lixo domiciliar. No entanto, nos últimos trabalhos de campo realizados em 2017 e nos resultados das entrevistas, quanto às condições de moradia, não se observou a construção desses equipamentos. Há no assentamento 01 posto de saúde da Fundação de Vigilância Sanitária, aberto quinzenalmente, e 01 Unidade Básica de Saúde. Quanto à água potável, o acesso são nos cursos d'água corrente, nos igarapés ou nas cacimbas localizadas próximas às residências dos assentados.

A Secretaria de Educação Municipal de Nova Olinda do Norte construiu em 2010, na entrada do Assentamento, a Escola Municipal Maria Eva com estrutura de madeira, que abriga cinco salas de aulas e mais um anexo. No interior do assentamento, a Secretaria Municipal de Educação responsabiliza-se pela merenda escolar, fornece os professores da rede municipal de ensino e o transporte escolar para os alunos realizado na época da ausência de chuvas na região. O não fornecimento do transporte escolar no período da enchente ocasiona a ausência de alunos na sala de aula. Outro agravante é que, dependendo do lote de origem, com a ausência do transporte escolar, esses alunos precisam caminhar até duas horas para chegar à escola, que continua funcionando em caráter precário, contando apenas com a boa disponibilidade dos educadores que ali atuam. A responsabilidade pela manutenção e reforma da Escola Municipal Paquequer ainda é considerada conflituosa, pois a gestão municipal alega ser esta função responsabilidade do INCRA e do Governo Federal, por se encontrar localizada em área de assentamento rural. Na Figura 24 pode ser observada a estrutura das escolas referidas neste capítulo. À esquerda, Escola Maria Eva e a quadra coberta na lateral, ainda em processo de construção. À direita, a Escola Municipal Paquequer construída pelos assentados nos momentos iniciais da implantação do assentamento.



**Figura 24:** Escolas que atendem os alunos do PA Paquequer-AM.

**Fonte:** Cinthya Martins, Pesquisa de Campo, 2015.

Ao serem analisadas as situações de conflitos vivenciadas no campo da produção e no campo educacional do cotidiano dos assentados, é possível entender que “os sujeitos das contendas relativas à questão agrária não são obviamente pessoas determinadas com nome e endereço, mas sim personificações dos dilemas e possibilidades de cada momento e da situação social da pessoa” (MARTINS, 1999, p. 101).

A ocupação da área pelos assentados deu-se à medida que os mesmos foram recebendo os créditos de beneficiamento para alimentação e fomentos, com a finalidade de suprir suas necessidades emergenciais. Os primeiros serviços exploratórios no lote consistiam em desmatar e realizar a limpeza da área para receber a construção da moradia. Para isso era necessário dispor de instrumentos ou ferramentas (machado, cavador, enxada, terçado, martelo, botas e etc.), que possibilitassem a realização das tarefas individuais de cada família assentada.

Consultando o Plano de Desenvolvimento Sustentável do PA Paquequer (2000), é informado que, além desses materiais, cada família assentada recebeu auxílio para a construção de sua moradia (telhas, madeira, material sanitário, etc.) e crédito rural bancário, dividido em três parcelas que foram estipuladas no valor de R\$ 410,00 a R\$ 133,00. As parcelas foram expedidas pelo Governo Federal e a liberação das mesmas foram viabilizadas a partir do momento em que o assentado demonstrasse interesse para dar continuidade aos

trabalhos na área loteada. Também foram distribuídas motosserras para cada cinco unidades familiares possuidoras de lotes próximos um do outro, para que assim o implemento agrícola pudesse ser compartilhado sem maiores problemas.

As primeiras moradias construídas no assentamento foram frutos da existência de mutirões realizados pelos moradores da área assentada. Nesses momentos, não era raro encontrar pessoas que, mesmo morando longe cerca de 5 ou 8 Km, disponibilizavam-se cedendo sua mão de obra para ajudar na construção das casas, no desmatamento dos lotes e na retirada de madeira para a construção da primeira escola que iria atender os filhos dos assentados, conforme relato de uma das primeiras moradoras do assentamento:

*Eu consegui um lote porque eu queria um pedaço de terra para fazer um sítio. Daí eu vim ajudar a fazer a comida para os trabalhadores que estavam abrindo a estrada e limpando a beira da estrada. Os homens começaram a abrir a estrada lá na entrada do cruzo. Quem estava trabalhando para limpar a frente dos lotes escolheu logo onde ia ficar depois que houve o sorteio para os outros lá na cidade. Mas foi uma luta eu ficar aqui porque na época meu marido era vivo e ele era funcionário. Tentaram muito me tirar daqui, mas desses que brigaram para ficar aqui já foram tudo embora e nem moram mais aqui, eu ainda continuo mesmo depois da morte do meu velho, e a gente produz, hoje a gente vende côco, meu filho leva pra vender em Manaus e a gente tem viveiro de criação de tambaqui e pirarucu (T.I.C. – 047 – B - TF, 62 anos. Entrevista realizada em junho de 2017, moradora do PA Paquequer).*

Com relação aos espaços de lazer existentes no assentamento, foi possível observar que normalmente aos domingos acontecem os banhos de igarapé nos bueiros e, nos finais de tarde, jogos nos campos de futebol improvisados pelas crianças ao lado das moradias ou, ainda, jogos de vôlei que acontecem no lote 124, localizado em frente à Escola Municipal Paquequer, reunindo grupos de adolescentes que se organizam e intercalam para participar desse esporte.

Em 2007 foi fundada a Comunidade Nossa Senhora das Dores (Ata de Fundação de 30 de setembro de 2007) pela Igreja Católica de Nova Olinda do Norte, após reuniões realizadas pelo pároco Frei Bosco TOR junto às lideranças do assentamento e demais moradores. Em dezembro do mesmo ano foi realizada a implantação da cruz, consolidando Nossa Senhora das Dores como a padroeira do lugar. A imagem que se encontra na igreja foi doada pela família Fontenelle, antigos proprietários da usina de beneficiamento de pau rosa na década de 1970 nas proximidades do Rio Canumã. Com a venda do terreno e a ida dessa família para Manaus, a igreja que ali havia foi fechada, e a imagem doada para a Igreja Matriz da cidade, que a repassou para a igreja do assentamento. As festividades religiosas católicas

no assentamento acontecem no período de 11 a 15 de setembro. A igreja católica está localizada ao lado da escola municipal e foi construída com madeira, após seus fiéis ajudarem com promoções, rifas e bingos realizados nos arraiais da Paróquia de São José e Nossa Senhora de Nazaré, pertencentes à Igreja Matriz de Nova Olinda do Norte.

Quanto à religiosidade no assentamento, há igrejas evangélicas representadas pela Assembléia de Deus: A Casa de Oração do Templo Central da IEADAM, construída com alvenaria ao lado do Lote 97, onde se encontra a casa dos pastores que realizam a evangelização. Na 3ª Casa de Oração da Assembléia de Deus, o prédio é menor, com o piso e a metade da parede construída em alvenaria enquanto a outra metade é feita com madeira, localizada ao lado do Lote 65. As representações sociais encontradas nessas manifestações religiosas exemplificam as modalidades de pensamentos e comportamentos heterogêneos envolvidos entre o sagrado e o profano no interior da floresta. Entender essas simbologias sociais e culturais auxilia é necessário, pois:

Tentar apreender as regras do jogo da divulgação e da distinção segundo as classes sociais exprimem as diferenças de situação e de posição que as separam, não significa reduzir todas as diferenças, e muito menos a totalidade destas diferenças, a começar pelo aspecto econômico, a distinções simbólicas, e muito menos, reduzir as relações de forças a puras relações de sentido (BOURDIEU, 1999, p. 25).

As concepções de Bourdieu impulsionam o olhar para vários aspectos vivenciados pelos sujeitos sociais nas diversas situações cotidianas. Nesta tese, o enfoque dessas concepções se direcionam para o consumo alimentar realizado nos assentamentos acima descritos, oportunizando discussões sobre segurança alimentar nas áreas rurais do Amazonas. É importante refletir que o processo de produção realizado pelos agricultores familiares entrevistados desenvolvem-se no contexto do antes, durante e depois da produção do alimento. Esse contexto envolve padrões alimentares, renda, cultura, economia, condições de acesso, localização e as políticas públicas agrárias e de assistência social. Abarcar todo esse processo e criar mecanismos para que a sociedade brasileira tenha acesso à quantidade e qualidade de alimentos saudáveis exige a integração de diferentes setores da sociedade civil e governamental, com base nas políticas intersetoriais de segurança alimentar que serão tratadas no capítulo a seguir.

### **CAPÍTULO 3 – AS POLÍTICAS PÚBLICAS NACIONAIS: PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SAN)**

*"Quem tem fome, tem pressa".*  
(Herbert José de Souza, "Betinho")

Um país com dimensões continentais como o Brasil sempre apresentou ao longo de sua formação histórica um perfil marcado por desigualdades sociais e econômicas. Mas infelizmente, nas últimas décadas do século XX, muitas famílias brasileiras ainda se encontravam sobrevivendo abaixo da linha da pobreza e sem as mínimas condições de atender às necessidades básicas de alimentação, que foram garantidas pela Declaração dos Direitos Universais da Pessoa Humana em 1948,<sup>43</sup> da qual o Brasil é signatário.

Neste capítulo será dado ênfase aos processos que envolveram a consolidação das políticas públicas brasileiras direcionadas para a implementação legal de SAN – Segurança Alimentar e Nutricional.<sup>44</sup> Tais políticas públicas se constituíram direcionadas para minimizar a questão da fome, junto a muitas famílias brasileiras em condição de vulnerabilidade social, exigindo o planejamento de políticas públicas e ações governamentais planejadas estrategicamente com a finalidade de minimizar os problemas da fome em todo o país. Lucchese (2004) afirma que se pode definir como políticas públicas todas as ações governamentais capazes de produzir melhorias de bens de serviço realizados pelo Estado para população. Entretanto, é imprescindível que se entenda que tais ações influenciam e se deixam influenciar pelo momento econômico, governamental, ambiental e social que se

---

<sup>43</sup> Segundo essa Declaração, é dever do Estado garantir a todos os cidadãos o acesso a uma alimentação adequada com a prestação de assistência a longo prazo para as famílias que apresentem alto grau de vulnerabilidade, criando políticas públicas para que as mesmas consigam ser capazes de garantir o acesso à alimentação por seus próprios meios, em quantidade e qualidade adequada, garantindo, assim, a saúde e o bem estar dos indivíduos. No entanto, desde a década de 1970, com a criação do INAN – Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição e, mais tarde, com a criação do Instituto da Cidadania em 1991, seguido da publicação do Mapa da Fome apresentado pelo IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas em 1993, a execução de políticas públicas para o enfrentamento do problema da desnutrição e da fome no Brasil não impediu que chegássemos às últimas décadas do século XX, com estimativas apontadas pelo IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2002) e pelo Instituto da Cidadania (2001), afirmando a existência de milhões de brasileiros, residentes principalmente na região Norte e Nordeste, sobrevivendo abaixo da linha da pobreza, demonstrando claramente a impossibilidade de essas famílias terem acesso a uma alimentação básica e de qualidade. O Relatório de Desenvolvimento Humano (IDH 2002) afirmava que o número de pessoas que sobreviviam com menos de US\$ 1 por dia (cerca de R\$ 2,90) no Brasil passou de 9%, em 1999, para 11,6% da população, em 2000, demonstrando claramente o crescimento da pobreza no país. O conjunto dessas informações evidenciava o problema da fome no Brasil como agenda política prioritária a ser discutida em todo país.

<sup>44</sup> O entendimento de um conceito sobre Segurança Alimentar e Nutricional precisa estar envolvido com as quatro dimensões internacionais do sistema de monitoramento de SAN, as quais se apresentam associadas à disponibilidade de quantidade e qualidade para toda a população, com o acesso, a utilização e a estabilidade do alimento dentro de um contexto social e político (LOSAN, 2006).

encontra sendo vivenciado no país, pois a relevância dessas ações políticas e sociais não deve permitir que se aumentem as diferenças socioeconômicas sem melhorar as condições de vida do público alvo a quem se destinam.

Tendo como ponto de partida que as políticas públicas setoriais não deveriam ser pensadas dissociadas do contexto mais geral, o capítulo busca, com base em documentos oficiais, fazer a análise sobre o combate à fome e sobre a segurança alimentar no Brasil. Ele se apresenta desenvolvido em três subitens articulados e complementares com a finalidade de proporcionar o entendimento de como nos últimos anos foram se estruturando as políticas públicas destinadas a fazer o enfrentamento da fome no país. Em primeiro lugar, as ações sociais específicas direcionadas ao combate à fome no Brasil e as políticas nacionais que deram origem ao SAN; em seguida, como esta política federal chega ao lugar específico, o Amazonas, com as suas especificidades e singularidades; e, finalmente, discute-se um dos maiores desafios da implementação dessas políticas públicas, direcionado para conseguir qualidade na alimentação de modo sustentável.

### **3.1 Ações sociais direcionadas ao combate à fome no Brasil e as políticas nacionais de SAN**

A implementação de políticas públicas torna eminentemente a ação articulada entre aqueles que se encontram excluídos desse processo, mas exercem pressões junto aos grupos que tomam as decisões governamentais. Estes, por sua vez, influenciam as decisões e as medidas do governo, mas também sofrem as pressões políticas internacionais. Em 1986, com a I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição, foi apresentada a primeira proposta de criação do CONSEA e aprovou-se a alimentação como direito de cidadania, inserindo o Brasil progressivamente na aprovação da alimentação como direito humano de todos e dever do Estado (BURLANDY, 2009).

Os conflitos surgidos pelas alarmantes desigualdades de direitos sociais no Brasil passaram a ser discutidos na Constituição Federal de 1988, promovendo o processo de democratização que pluralizou os direitos humanos nas áreas de educação, saúde, cultura e meio ambiente, promovendo os valores étnicos, trabalhistas e a abertura de caminhos para que os benefícios previdenciários direcionados para as zonas urbanas e rurais fossem fixados de acordo com a renda familiar de seus moradores.

A partir de então foram implantadas políticas públicas articuladas com a intenção de realizar um enfrentamento à pobreza e à miséria em algumas regiões brasileiras que

apresentavam casos alarmantes de analfabetismo, desnutrição e subnutrição. A participação popular viabilizada pelas ações dos movimentos sociais permitiu que se estruturasse no país a formação de espaços públicos diferenciados,<sup>45</sup> que desagregou a homogeneidade do Estado e legitimou a ação popular dos excluídos, os quais até então lutavam nesse espaço em condições desiguais de sobrevivência.

Tornou-se evidente a necessidade de se trabalhar na criação de políticas públicas que generalizassem os direitos sociais para todos os brasileiros, justamente porque a maioria não vivia em iguais condições de moradia, alimentação, saúde, educação e bem estar. A conquista desse processo de cidadania diferenciada foi a forma de minimizar as condições históricas vividas pelos excluídos no quadro discriminatório e preconceituoso que antes não admitia maior inclusão social no Brasil, reconhecendo constitucionalmente a sua pluralidade étnico-cultural e a necessidade de estabelecer debates para minimizar as diferenças sociais no país. Desta feita, é importante realizar uma abordagem histórica dos processos constitucionais que direcionaram as políticas de SAN no Brasil.

Em 1992, as ações sociais realizadas pelo sociólogo Herbert José de Souza, o “Betinho”, permitiram que o mesmo liderasse a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, mobilizando e chamando a atenção da sociedade brasileira sobre os 32 milhões de pessoas (um quinto da população), que não tinham acesso às três refeições diárias suficientes para repor suas energias. Alianças formadas entre os movimentos sociais, lideranças religiosas e acadêmicas permitiram que em 1993 fosse instituído o primeiro CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Decreto nº 807/1993), juntamente à elaboração do Mapa da Fome no Brasil e os primeiros subsídios para se discutir as formulações da política de segurança alimentar a ser trabalhada no Brasil (PELIANO, 1993).

Em 1994, foi realizada em Brasília, no período de 27 a 30 de julho, a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar, promovendo debates e discussões sobre o tema “Fome: uma questão nacional”, com o objetivo de discutir o conceito de segurança alimentar como parte fundamental de um projeto nacional para criação das diretrizes, proposições e intervenções de políticas públicas direcionadas para transformar a realidade da fome, miséria e exclusão social vivenciada no Brasil, envolvendo o Estado e a sociedade em uma única ação

---

<sup>45</sup> Compreendemos aqui como espaços diferenciados às conquistas adquiridas pela ação de políticas públicas compensatórias, resultantes da pressão realizadas pela sociedade civil em momentos de lutas dos movimentos sociais junto ao poder público, as quais possibilitaram nas últimas décadas o amparo legal aos idosos, aos indígenas, às mulheres, aos doentes mentais, às crianças, aos sem-terra, aos afrodescendentes, às empregadas domésticas e às camadas mais pobres da população a inclusão social. Para Mendes *et al* (2010, p. 32) foram as ações da sociedade civil que fortaleceram e impactaram positivamente as políticas públicas nacionais, promovendo, assim, a inclusão social com pretensões de sustentabilidade.

social (MANIGLIA, 2009). A partir dessa conferência, o Governo Federal lançou o Projeto de Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria e Pela Vida e, conseqüentemente, houve a extinção do CONSEA em 1995, quando o Presidente Fernando Henrique Cardoso implementou no Brasil o Programa Comunidade Solidária, instituído pelo Decreto nº 1.366, de 12 de janeiro de 1995, para realizar o enfrentamento da fome e da miséria no país, como parte integrante da rede de assistência e proteção social realizada até 2002. De acordo com Maluf *et al* (1996), o período de 1995 a 2002 traduz que a política pública de SAN no Brasil se concentrava diretamente no combate à pobreza como prioridade nacional e marcada com a criação do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional – FBSAN em 1998.

Com a aprovação da PNAN – Política Nacional de Alimentação e Nutrição em 1999, o país passou a adotar políticas públicas direcionadas à articulação e à cooperação como ações promotoras do acesso aos direitos humanos, à saúde e à alimentação. Em 2011, a nova edição da PNAN foi reorganizada e passou a atender os requisitos exigidos para a organização da atenção nutricional com base em oito diretrizes: Organização da Atenção Nutricional; Promoção da Alimentação Adequada e Saudável; Vigilância Alimentar e Nutricional; Gestão das Ações de Alimentação e Nutrição; Participação e Controle Social; Qualificação da Força de Trabalho; Controle e Regulação dos Alimentos; Pesquisa, Inovação e Conhecimento em Alimentação e Nutrição e a Cooperação e articulação para a Segurança Alimentar e Nutricional. O aprimoramento dessas diretrizes permitiu a consolidação do PNAN em parceria com o SUS – Sistema Único de Saúde (BRASIL, 2012) e tornou-se o primeiro modelo de política intersetorial, realizada no âmbito da SAN para toda população brasileira (CONSEA, 2010).

A pressão realizada pelos movimentos sociais na luta pelo combate à fome se tornou prioridade no Brasil (BURLANDY & MAGALHÃES, 2004). Como resultado, houve a reinstalação do CONSEA (Decreto nº 4.582/2003), como conselho consultivo vinculado diretamente à Presidência da República e ao MESA/MDSA – Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, fomentando previamente o Programa Fome Zero, lançado em 2004, no mandato presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva, dando continuidade aos programas de transferência de renda e passando a unificar os Programas Bolsa Escola, Cartão Alimentação, Auxílio-Gás e Bolsa Alimentação, criados no período 2001 a 2002. Somaram-se a esses programas a criação do PAA (Lei 10.696/2003) e a criação do Plano Safra pelo PRONAF. Foi colocada em prática a proposta da PEC 047/2003, que altera o artigo 6º da Constituição Federal, responsável por introduzir a alimentação como um direito social. Essas medidas disponibilizaram recursos financeiros e transferência de renda para as famílias

de baixa renda, assim como, favoreceram programas de apoio para pequenos agricultores familiares e assentados da reforma agrária com o intuito de incentivar a agricultura familiar (MANIGLIA, 2009; BURLANDY & MAGALHÃES, 2004).

A criação do MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em 2004, abriu caminhos para o reconhecimento por parte da sociedade civil organizada sobre a necessidade de se discutir políticas públicas sobre o DHAA – Direito Humano à Alimentação Adequada.<sup>46</sup> A II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada de 17 a 20 de março de 2004, em Olinda, com o tema “A construção da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional”, deliberou sobre a criação de leis brasileiras direcionadas ao campo da segurança alimentar.

O Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana criou em 2006 a Comissão Especial de Monitoramento de Violações ao Direito Humano à Alimentação Adequada, acompanhando as situações de insegurança alimentar vivenciadas por comunidades rurais e urbanas, povos indígenas e quilombolas (CAISAN, 2011). Essas avaliações foram importantes para que se realizasse a aprovação e o sancionamento da Lei 11.326/2006 em 24 de junho, para “estabelecer os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais”, legalizando e amparando a utilização de alimentos advindos da agricultura familiar e o sancionamento da LOSAN – Lei de Segurança Alimentar e Nutricional, nº 11.346, de 15 de Setembro de 2006, que criou o SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, com o objetivo de proporcionar

---

<sup>46</sup> Segundo a ONU (1999), o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) realiza-se “[...] quando cada homem, mulher e criança, sozinho ou em companhia de outros, tem acesso físico e econômico, ininterruptamente, à alimentação adequada ou aos meios para sua obtenção”. Nesse sentido, caberia aos Estados o cumprimento do dever de criar ações necessárias capazes de combater a fome em seus respectivos territórios. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 permitiu que se instalasse abertura democrática, direcionando caminhos para a promoção e a proteção dos direitos humanos nos campos da educação, da saúde, do trabalho, da moradia, do lazer, da segurança, da previdência social, da proteção à maternidade e à infância e da assistência aos desamparados. No entanto, somente após as discussões sobre segurança alimentar, para minimizar o mapa da fome no país, é que esses direitos passaram a ser ampliados para garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), como direito social constitucionalmente efetivado pela aprovação da Emenda Constitucional nº 64/2010, introduzido no art. 6º CR/88 (Lei nº 11.346/2006 regulamentada pelo Decreto 7.272/2010), representando um marco fundamental na luta contra a fome no Brasil. A inclusão da alimentação como um direito social obrigou o Estado a assegurar aos cidadãos brasileiros garantias para obtenção ininterrupta de uma alimentação adequada, saudável e de qualidade. Segundo o CONSEA, para que o DHAA se concretize no Brasil, é fundamental o cumprimento do respeito, proteção e promoção dos direitos humanos pelos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, a fim de que se garantam execução do orçamento público destinado aos investimentos em “políticas públicas universais que incluam progressivamente (e prioritariamente) a população vulnerável à fome e à pobreza” com base na captação de recursos realizados por programas integrados a diferentes setores governamentais junto a sociedade civil (Relatório do CONSEA, Resolução nº 001/2010, p. 212).

A consecução do direito humano à alimentação adequada e da segurança alimentar e nutricional da população far-se-á por meio do SISAN, integrado por um conjunto de órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e pelas instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, afetas à segurança alimentar e nutricional e que manifestem interesse em integrar o Sistema, respeitada a legislação aplicável (BRASIL, Artigo 7º. Capítulo II do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional da LOSAN/2006).

O SISAN promoveu a retomada de políticas públicas comprometidas com o garantido acesso ao DHAA por parte da população brasileira, todavia, somente em 2010, em virtude das fortes pressões populares, esse direito foi oficialmente garantido na Constituição Federal Brasileira, permitindo legalmente a intersectorialidade da questão alimentar nos campos da saúde, da educação e da produção de alimentos, assim como, o controle de qualidade, comercialização e consumo dos alimentos por parte das famílias residentes nas zonas rurais e urbanas. Essas ações garantiram aos consumidores o direito de cobrar do Estado ações sociais capazes de minimizar a insegurança alimentar vivenciada por famílias brasileiras com elevado grau de vulnerabilidade social (BURLANDY, 2004; MANIGLIA, 2009; BURITY *et al.*, 2010; CAISAN, 2011).

A unificação de todos esses programas com a finalidade de combater a pobreza, a miséria e a fome em todo país garantiriam a instalação de políticas públicas intersectoriais direcionadas à segurança alimentar da população brasileira nas esferas federal, distrital, estadual e municipal. Foi de fundamental importância que a base desses programas garantisse o direito a alimentos básicos para as populações carentes. Essas iniciativas financeiras ficaram conhecidas como Programa Bolsa Família<sup>47</sup>, criado pela Medida Provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003, amparada pela Lei 10.836 de 09 de janeiro de 2004, e regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004.

Segundo Silva (2013), o PBF – Programa Bolsa Família pode ser qualificado como um programa intersectorial dentro do Programa Fome Zero, com a finalidade de unificar os programas de transferência de renda. O programa ocorreu de forma descentralizada e implementada pelos municípios com o processo de assinatura do Termo de Adesão, firmando o compromisso entre a União, Estado, município e a sociedade civil para o cumprimento das Metas do Milênio<sup>48</sup> estabelecidas pela ONU – Organização das Nações Unidas para o Brasil,

---

<sup>47</sup> Por ser considerado como uma política de enfrentamento à pobreza, o MDS afirma que o principal objetivo do Programa Bolsa Família constrói-se amparado na importância de “assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a conquista da cidadania pela população mais vulnerável à fome”. Disponível no site: <[www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)>. Acesso em 09 Jan. 2018.

<sup>48</sup> Este documento consolidou várias metas que foram estabelecidas em conferências mundiais realizadas nos anos de 1990 junto à ONU. Foram oito as Metas do Milênio que se apresentaram com objetivos firmados

com previsão de reduzir 50% das desigualdades sociais no período de 2000 a 2015 (PNAD, 2004; IPEA, 2005; BIRD, 2006).

Com o PBF, as famílias passaram a ser identificadas pelas Secretarias de Ação Social em cada município brasileiro e inscritas no CadÚnico – Cadastro Único para Programas Sociais – Decreto nº 6.135/2007 e Portaria nº 376/2008. Cada família cadastrada passou a receber o NIS – Número de Identificação Social, possibilitando a obtenção dos benefícios que iriam contribuir para melhorar suas condições econômicas, permitir a sua inclusão social e promover o impacto significativo na economia local, tendo em vista que os benefícios recebidos por essas famílias passariam a dinamizar o sistema de redes de comércio em todas as cidades brasileiras.

Segundo Castro (2010), a construção do PBF permitiu que houvesse o recebimento de benefício alternativo pelo Cartão Bolsa Família como forma de realizar o enfrentamento da pobreza para a parcela da população brasileira mais carente, tendo como critérios de inclusão as condições de renda familiar e como condicionalidades para o recebimento do benefício o acompanhamento dessas famílias em dois critérios: saúde e educação dos menores pertencentes às famílias beneficiadas.

O Bolsa Família é estruturado em três eixos: transferência de renda, condicionalidades e programas complementares. O primeiro objetiva promover o alívio imediato da pobreza. As condicionalidades são consideradas compromissos assumidos pela família e pelo poder público para que os beneficiários sejam atendidos por serviços de educação, saúde e assistência social, ou seja, representa o reforço ao acesso a direitos sociais básicos, enquanto os programas complementares visam o desenvolvimento das famílias para superação da situação de vulnerabilidade (SILVA, 2013, p. 39 *op.cit.* texto de apresentação do Bolsa Família divulgado no <[www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)>. Acesso em 12 jul. 2016).

Para assegurar o padrão mínimo de transferência de renda para as famílias carentes, é fundamental que essas famílias mantivessem as crianças na escola e em acompanhamento junto às unidades de saúde municipais. Essas condicionalidades garantem aos filhos dos beneficiários o acesso à alimentação para a conquista do crescimento físico e intelectual dessas crianças. O Relatório de Condicionalidades do Programa Bolsa Família (2010) afirma que o número de crianças e adolescentes na faixa etária de 6 a 15 anos que integram o PBF e que tiveram a sua frequência escolar monitorada cresceu de 15,2 milhões, em julho de 2009, para 15,9 milhões no terceiro período (jun/jul) de 2010.

---

internacionalmente para reduzir pobreza, fome, mortes de mães e crianças, doenças, moradia inadequada, desigualdade entre os sexos e degradação ambiental até 2015. Disponível em: <<http://www.un.org/millenniumgoals/news.shtml>> . Acesso em 12 jun. 2017.

O PBF proporcionou às famílias beneficiadas a flexibilidade e a liberdade na aplicação do dinheiro recebido, enquanto as mesmas se encontrassem atendendo aos critérios de condicionalidades das crianças que recebem o benefício. A atualização cadastral no programa é realizada de dois em dois anos para revalidação ou não da permanência das famílias cadastradas no programa. Entretanto, o MDS, MEC – Ministério da Educação e Cultura e MS – Ministério da Saúde definem anualmente um calendário operacional, apresentando os meses de coleta e de registro dessas informações por todos os municípios brasileiros, permitindo o acompanhamento das condicionalidades junto aos sistemas da saúde e da educação.<sup>49</sup> Silva (2013) afirma que esses critérios de condicionalidades se estabelecem amparados desde que se cumpram

[...] as condicionalidades de matrícula de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos na escola; a frequência regular mínima de 85% das aulas para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos e de 75% para os jovens de 16 a 17 anos; frequência de crianças de 0 a 7 anos de idade aos postos de saúde para vacinação, pesar, medir e fazer exames de proteção básica à saúde. A frequência de mulheres gestantes é considerada, também, no campo da saúde (SILVA, 2013, p. 40).

As ações do PBF expressam-se na transferência monetária destinada à minimização da fome no país, ao proporcionarem possibilidades de melhorias nas condições básicas da vida das famílias beneficiadas, quando englobam outras dimensões da vulnerabilidade social ligadas ao saneamento básico, saúde, esperança de vida e acessibilidade aos serviços públicos. Magalhães *et. al.* (2005) afirma que é com base no conjunto dessas vulnerabilidades sociais que serão estabelecidos os critérios de inclusão ou exclusão das famílias beneficiadas com a capacitação dos recursos destinados a esse programa.

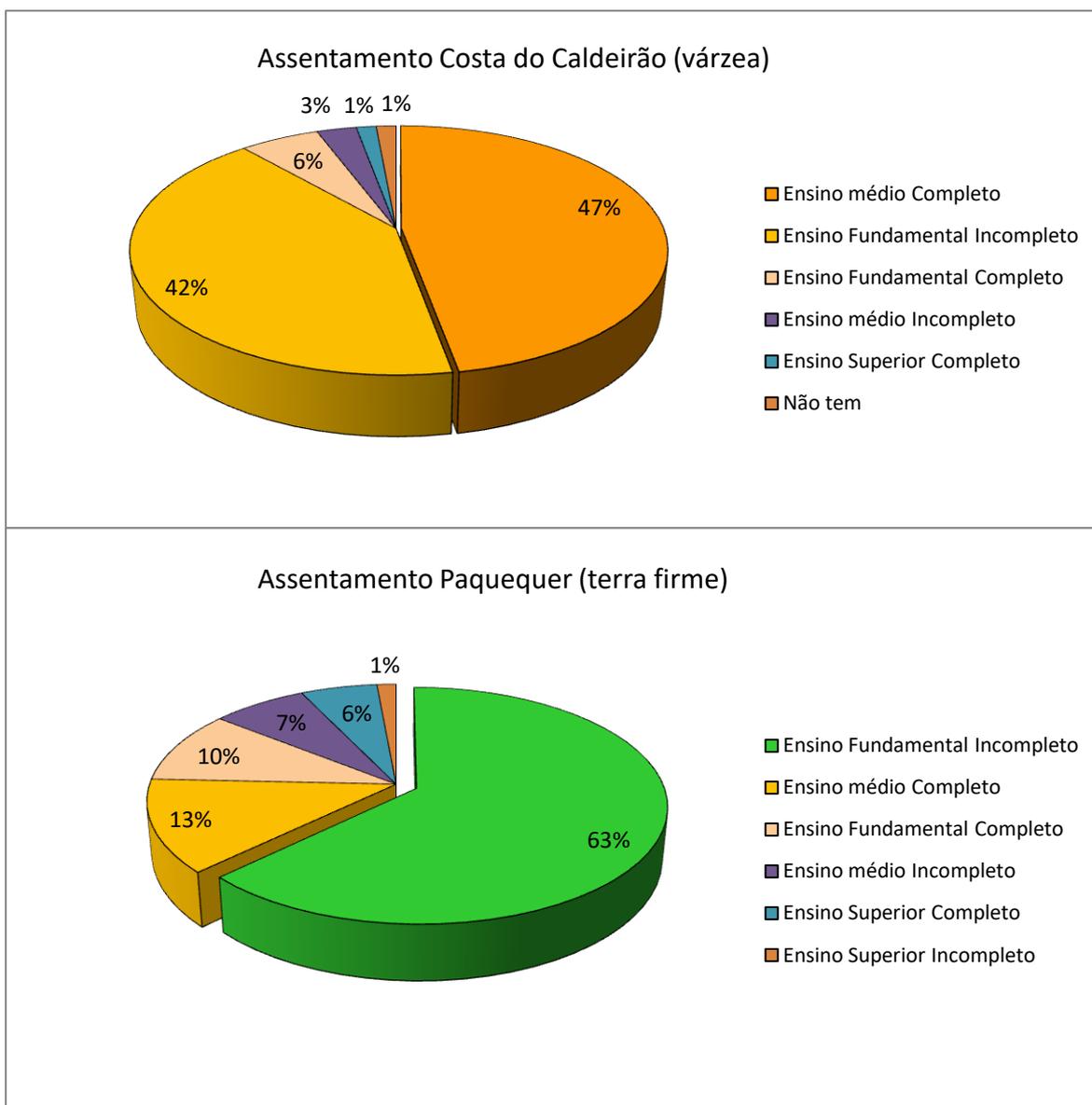
A participação das famílias no programa tornou-se, também, a garantia de acesso aos bens de consumo como forma de inclusão social, conquistando a capacidade de fazer novas escolhas no mercado consumidor, quer seja no consumo de eletrodomésticos ou setor alimentício (DUPAS, 1999). Na Figura 27 deste trabalho se encontram os resultados dos questionamentos realizados junto às famílias beneficiadas pelo PBF quanto à utilização da renda desse programa, destinada para a aquisição de alimentos processados ou ultraprocessados adquiridos na cidade, com a finalidade de verificar se, ao “experimentar o gosto de ser consumidor e poder escolher” (ÁVILA, 2013, p. 120), essas famílias poderiam

---

<sup>49</sup> De acordo com informações encontradas no site do MDS sobre os períodos de acompanhamento das condicionalidades nos sistemas de saúde e educação. Disponível em <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/gestao-do-programa/condicionalidades>>. Acesso em 09 Jan. 2018.

estar realizando determinadas escolhas junto à sua dieta alimentar capazes de colocá-las em situações de insegurança alimentar.

Estudos realizados na PNAD 2004 demonstraram que os usuários do PBF apresentavam os índices mais elevados de insegurança alimentar grave (14,9%), considerada acima do dobro da média nacional. As situações mais críticas foram encontradas junto às famílias de mães solteiras, com filhos abaixo de sete anos ou adolescentes, com baixa escolaridade, rendimento inferior a um quarto do salário mínimo e, normalmente, sobrevivendo com precárias condições de saneamento básico e de moradia (SEGALL-CORRÊA *et al*, 2008). Para Sperandio & Priore (2015), a escolaridade é considerada determinante para se avaliarem situações de insegurança alimentar junto às famílias brasileiras, embora residir em áreas rurais brasileiras representem fator de proteção para a insegurança alimentar moderada e grave em 2013. Segundo a PNAD (2004), nas residências brasileiras onde o entrevistado alega não possuir estudo, a prevalência de insegurança alimentar se apresenta moderada ou grave, com 29,2%, enquanto nos domicílios onde a pessoa de referência possuía de 11 a 14 anos de estudo a diminuição desse percentual baixa para 7,1%, podendo ser considerada leve. Neste sentido, torna-se importante comparar na Figura 25, o grau de escolaridade encontrado entre os participantes da pesquisa.



**Figura 25:** Escolaridade dos participantes da pesquisa nas áreas de várzea e terra firme.

**Fonte:** Cinthya Martins, Pesquisa de Campo, 2015.

**Org:** Geyza Fernanda, 2018.

De acordo com as informações declaradas, é na área de terra firme que se encontram os índices mais baixos de escolaridade. No entanto, de acordo com os resultados apresentados no Capítulo 4, é na área de várzea que se apresentam as situações mais significativas de insegurança alimentar, em virtude das relações de mercado intensamente vivenciada nessas áreas, confirmando que nesse caso nem sempre esses resultados se encontram associados ao grau de escolaridade dos entrevistados.

Amparado na divulgação dos índices do PNAD, em 2006, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional com base na Lei 11.346/2006, definiu segurança alimentar e nutricional como:

Realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (LOSAN, Art. 3º, 2006).

A partir de então, se tornou o maior desafio da SAN, a criação de mecanismos favoráveis para que a população brasileira passasse a adotar hábitos alimentares mais saudáveis e adequados. Na III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional realizada de 03 a 06 de julho de 2007 em Fortaleza, defendeu-se o tema “Por um Desenvolvimento Sustentável com Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional”, buscando alicerçar a criação das diretrizes que deveriam reger o SISAN (CAISAN, 2011). O Relatório Final da III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2007) afirma que as discussões e debates envolveram a participação de diversos segmentos da sociedade civil organizada e os representantes de órgãos públicos nas três esferas do governo, totalizando mais de 2.100 participantes, que colaboraram na construção do documento contextualizado em três eixos temáticos sobre Segurança Alimentar e Nutricional nas Estratégias de Desenvolvimento; Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN, 2011). Com essa conferência, ficou definida a adoção do sistema de cotas como ação inovadora a ser realizada pelas delegações visando

[...] garantir a participação de segmentos da sociedade que se encontram maior situação de insegurança alimentar e nutricional no país. Com base em dados estatísticos e informações dos órgãos responsáveis, foram definidos quantitativos de cotas para delegados dos povos indígenas, comunidades quilombolas, comunidades de terreiro e para a população negra. Participaram da III Conferência, como delegados estaduais, 49 representantes indígenas, 63 representantes quilombolas, 40 representantes de comunidades de terreiro e 103 representantes da população negra. Cabe destacar que, atendendo a orientação da Comissão Organizadora, participaram como delegados estaduais ou convidados representantes de outros povos e comunidades tradicionais, bem como de portadores de necessidades alimentares especiais e pessoas com deficiência (CONSEA, 2007, p. 4).

As discussões realizadas pelo CONSEA permitiram que se estabelecesse no país o cenário político mais participativo, revitalizado e legitimado por vários setores da sociedade civil organizada, abrindo caminhos para a liberdade de expressão de movimentos sindicais urbanos e rurais. Debates sobre os dilemas envolvidos com o ato de se alimentar como direito universal inalienável a todo ser humano foram realizados por representantes étnicos, religiosos e movimentos sociais de gênero, na busca de minimizar a fome no país associada às

garantias de saúde, redução das diferenças e dos preconceitos de ordem moral e política. Este momento histórico de participação dos movimentos sociais no Brasil refletiu o perfil democrático, participativo e dinâmico da sociedade civil com ações legitimadas pelo Estado, como se pode observar:

Ao serem legitimados em instituições de Estado, como na criação de novos ministérios, secretarias e conselhos de políticas públicas, os problemas de lutas classificatórias têm diante de si um novo cenário para aparecerem. Confortáveis na classificação de comunidades tradicionais, grupos 'extrativistas' ou com identidades construídas em torno de atividades produtivas, como os seringueiros ou as quebradeiras de coco babaçu, passam a conviver em conselhos de políticas públicas com povos indígenas que exigem que a nomeação de "povos" se adicione à de 'comunidades', demonstrando que a ligação que têm com a terra e o território é relacionada de maneira indissolúvel à sua identidade de povos originários e à sua cosmologia. De maneira análoga, os 'povos de terreiro' passam a ter uma importância crescente nas novas instituições de promoção da igualdade racial. A entrada de representantes de povos indígenas, de povos de terreiros e de outras novas 'comunidades tradicionais' num conselho de importância histórica como o de segurança alimentar (CONSEA) e o uso que passam a fazer dele para suas reivindicações, também são fenômenos significativos do crescimento desses novos 'movimentos' (LOPES & HEREDIA, 2014, p. 23).

A intersetorialidade e a participação social são os dois princípios integradores das políticas de SAN no Brasil. As articulações realizadas pelo CONSEA, com representação de 1/3 governamental e 2/3 da sociedade civil possibilitaram a abertura da participação das camadas populares nos debates e discussões sobre a questão da fome no Brasil, as quais foram fundamentais para motivar a criação da intersetorialidade na esfera federal, estadual e municipal, envolvendo programas educacionais, de saúde e de assistência social para as famílias de baixa renda (GARAJAU, 2014). Segundo Aranha (2000), o CONSEA foi o responsável pela implantação de vários programas com forte impacto na sociedade. Entre eles destacam-se o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, o P1MC - Programa Um Milhão de Cisternas, as propostas de aperfeiçoamento do Programa Bolsa Família, o aumento de verbas destinadas ao Programa Nacional de Alimentação Escolar e a elaboração de Leis, como a LOSAN e a Lei da Alimentação Escolar. Essas ações representaram a somatória de parcerias direcionadas para vencer o desafio de desenvolver políticas públicas efetivadas com a participação social, identificando e acompanhando a situação nutricional da população brasileira, amparada no diálogo intersetorial entre a sociedade brasileira e os representantes governamentais nas esferas federal, distrital, estaduais e municipais, buscando resultados integrados para garantir os direitos sociais dos cidadãos

(INOJOSA, 2001; JUNQUEIRA, 1999; SILVEIRA, 2010), concretizando em todo país os princípios do SISAN.

O SISAN é composto pelo CONSEA e pela CAISAN. O CONSEA é o órgão com assessoria imediata junto à Presidência da República. Esse Conselho deve ser organizado a nível federal, estadual e municipal e foi regulamentado pelo Decreto nº 6.272/2007. A CAISAN – Câmara Interministerial de Segurança alimentar e Nutricional é composta por 20 ministérios do governo e possui conselheiros anível nacional. As Câmaras Intersetoriais, representadas pelos Estados e Municípios são regulamentadas pelo Decreto nº 6.273/2007. A intersectorialidade é trabalhada pela CAISAN à medida que se concretiza a interligação do Conselho com outros setores ligados ao SISVAN - Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional, Cooperativas, Associações, Sistema Único de Saúde, SUAS - Sistema Único de Assistência Social, Secretarias de Educação, UNICEF- Fundo das Nações Unidas para a Infância, CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Universidades, Prefeituras Municipais e Ministério da Saúde. Além disso, ainda podem fazer parte do SISAN, instituições privadas com ou sem fins lucrativos, que manifestem interesse de se integrar aos princípios e diretrizes norteados pelo sistema (MDS, 2007; KEPPLÉ, 2014).

O CONSEA e a CAISAN regulamentaram a criação dos PCTs - Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, instituída pelo Decreto 6.040/2007 com a finalidade de fortalecer os direitos sociais, territoriais e ambientais e promover a valorização de ciganos, indígenas, quilombolas, povos de terreiro, pescadores, pantaneiros, quebradeiras de côco, extrativistas e demais minorias. Foram os debates realizados na III Conferência Nacional de Segurança Alimentar que abriram caminhos para que fossem assinados os Decretos nº 6.272 e nº 6.273, ambos de 23 de novembro de 2007. Esses decretos fundamentaram a construção da PNSAN - Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, como um conjunto de ações planejadas para garantir a produção, a oferta e o acesso de alimentação saudável e nutritiva aos brasileiros associada ao PLANSAN - Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Nesse sentido, “a conjuntura no Brasil é de progressiva construção e fortalecimento do SISAN nos estados e municípios por meio de esforço conjunto da CAISAN e do CONSEA” (KEPPLÉ, 2014, p. 34).

Em 2010, o CONSEA organizou dois marcos legais importantes para a construção das políticas de SAN no Brasil: a Emenda Constitucional (EC 064/2010) incluída no Artigo 6º da Constituição Federal, tornando o DHAA como direito social obrigatório e o Decreto 7.272/2010 que instituiu a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Essas ações contribuíram para que em 2011, fosse lançado o primeiro Plano Nacional de SAN

2012/2015 (PLANSAN)<sup>50</sup>, como principal instrumento da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. A elaboração do plano foi realizada pela CAISAN em consulta com os representantes da sociedade civil do CONSEA, reunindo iniciativas do Governo Federal relacionadas à SAN, ao mesmo tempo em que passa a consolidar e monitorar a criação de políticas públicas capazes de gerar ações progressivas direcionadas para o estabelecimento do DHAA (CAISAN, 2011).

A IV Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional com o tema “Alimentação Adequada e Saudável: Direito de Todos”, foi realizada em novembro de 2011 em Salvador – BA, quando foram traçadas as ações do CONSEA para a construção e consolidação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Em 2011, o CONSEA já contava com a adesão de 23 estados brasileiros que se reuniram para discutir questões relacionadas com a insegurança alimentar, a soberania alimentar e o direito humano à alimentação adequada, a ser implantado em todo o país com a finalidade de mobilizar os demais estados e municípios para a adesão ao SISAN, unindo-se na construção do pacto de gestão pelo direito humano à alimentação adequada e saudável.

Entre as 31 moções de apoio aprovadas nesta conferência destacou-se a Moção de Apoio ao Plano Nacional da Reforma Agrária, a Moção de apoio aos Agricultores Familiares, a Moção pela revisão dos critérios de enquadramento de agricultores(as) familiares no Brasil, a Moção em defesa da Amazônia defendendo o não uso dos agrotóxicos e simao modelo de desenvolvimento com justiça ambiental e a Moção de apoio aos(as) agricultores(as) familiares da região amazônica, no sentido de garantir por parte dos agricultores o acesso aos programas de desenvolvimento sustentável e agroecológico e as melhorias de assistência técnica somadas às melhorias de infraestrutura, para possibilitar o escoamento da produção em virtude “da alta prevalência de insegurança alimentar e nutricional entre os(as) próprios(as) agricultores(as) familiares e população em geral e a especificidade dessa região” (RELATÓRIO FINAL DA 4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2010, p. 100-103).

---

<sup>50</sup> As ações e programas realizadas pelo PLANSAN 2012/2015 foram de responsabilidade dos vinte Ministérios da CAISAN, envolvendo o conceito de SAN e estabelecendo vínculos operacionais entre este conselho e os programas de ações governamentais, considerando as suas múltiplas interfaces. Os programas trabalhados nesse plano direcionaram-se para “distribuição de renda, proteção social, abastecimento alimentar, o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção da alimentação saudável e adequada” viabilizado no Plano Brasil Sem Miséria de 2011, mantendo estreita ligação com o PLANSAN para reforçar o compromisso de erradicação da fome e da extrema pobreza no Brasil (CAISAN, 2014). O PNSAN tornou-se o principal instrumento de planejamento, gestão e execução da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) com a finalidade de promover a SAN, assegurando o DHAA em todo o território nacional (Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010).

A saída do Brasil do Mapa da Fome divulgado pela FAO- Organização da Nações Unidas para Agricultura e Alimentação em 2014 representou a conquista da sociedade civil e do governo brasileiro, adquirida mediante as ações políticas de SAN em todo o país.<sup>51</sup> Esse fato evidenciou o quanto era necessário tornar os CONSEAS estaduais mais estruturados e articulados entre si, para o engajamento de estados e municípios com relação ao financiamento do SISAN, mediante a adesão do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Lei nº 13.019/2014), alterada pela Lei 13.204/2015 quando

Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999 (BRASIL, 2015).

Embora a redução da fome no país tenha representado uma conquista, alguns segmentos populacionais específicos como negros, indígenas, comunidades urbanas encontradas em cortiços e favelas, comunidades rurais representadas por povos extrativistas, pescadores, cipozeiros, ribeirinhos e povos tradicionais de matriz africana ainda se encontravam em situação de vulnerabilidades social e eram classificados em situações de insegurança alimentar (CAISAN, 2014). Também foram identificadas mudanças nos padrões alimentares da população brasileira, principalmente pela diminuição do consumo de alimento *in natura*, produzido localmente em virtude do aumento do consumo de produtos processados, principalmente pelas famílias de baixa renda (MALUF, 2013; MARTINS, 2013). Esses novos padrões alimentares provocaram o excesso de peso na população brasileira, oneraram o sistema de saúde com o aumento de casos de diabete e pressão alta e passaram a representar novos desafios a serem vencidos no campo nutricional brasileiro (MDS, 2013; BRASIL, 2014).

A necessidade de investir em ações sociais preventivas para o controle de doenças decorrentes das mudanças nos padrões alimentares da população brasileira direcionou os

---

<sup>51</sup> Infelizmente, estudos realizados pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP/FioCruz) informam que em 2018 o Brasil vive a ameaça de retornar ao mapa da fome em virtude dos corte realizados nos programas sociais que cancelaram o benefício de mais de 1,1 milhão de famílias, representando 4,3 milhões de pessoas, a maioria crianças que passaram a conviver com a ameaça de ingressar mais uma vez no mapa da fome em virtude da crise política e econômica que originou cortes no setores de assistência social e aumentou o desemprego em todo país. Disponível em: <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2018/03/retorno-do-brasil-ao-mapa-da-fome.html>>. Acesso em: 18 mai. 2018.

debates realizados na 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em Brasília, em novembro de 2015, que teve como lema “Comida de Verdade no campo e na cidade: por direito e soberania alimentar”. As amplas discussões vivenciadas nessa conferência ampliaram a participação de jovens e democratizaram os conceitos sobre soberania e segurança alimentar e nutricional, aproximando questionamentos sobre a produção de alimentos do campo destinada aos consumidores que vivem nas zonas urbanas.

Mas, afinal, o que é soberania alimentar? Segundo a FAO, esse conceito amplia os debates e os questionamentos sobre segurança alimentar, pois “o povo para ser livre precisa ser soberano e essa soberania passa pela escolha da alimentação” (FAO, 2009). Nesse sentido, o ato de comer torna-se um ato político, envolvendo a renda familiar, a origem dos alimentos consumidos, o banco de sementes de alimentos, o lugar da moradia das famílias e as condições de acesso a esses alimentos, haja vista o respeito ao direito constitucional que cada nação deve ter para manter, desenvolver e distribuir os seus alimentos, levando em conta a sua diversidade cultural e produtiva representada pelo direito de decidir o que deverá ser cultivado e consumido pela sua família, em caminhada inversa às escolhas impostas pelo agronegócio, que beneficiam nível comercial os grandes grupos empresariais ligados a OMC – Organização Mundial do Comércio. Segundo Bartra (2011), o conceito de soberania alimentar se apresenta envolvido nas lutas camponesas como proposta alternativa para produção e consumo realizados pelos pequenos agricultores familiares.

Na 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional foi assinado o decreto presidencial que criou o Pacto Nacional pela Alimentação Saudável “com a finalidade de ampliar as condições de oferta, disponibilidade e consumo de alimentos saudáveis e combater o sobrepeso, a obesidade e as doenças decorrentes da má alimentação da população brasileira” (BRASIL, Artigo 1º do Decreto nº 8.553/2015), permitindo a integração de parcerias entre os Estados, Distrito Federal, Municípios, sociedade civil organizada, organismos internacionais e os setores privados. Em 2015, as discussões do SISAN voltaram-se para organizar a pactuação da nova Agenda de Segurança Alimentar e Nutricional 2030, com a finalidade de cumprir os 17 objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as 37 metas que o Brasil se propôs a cumprir no Pacto Nacional para a Alimentação Saudável, marcando o início da Década de Ação sobre Nutrição no Brasil.<sup>52</sup>

---

<sup>52</sup> A Década de Ação sobre Nutrição (2016-2025) foi declarada em abril de 2016 em Nova York, na Assembleia Geral das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) juntamente à Organização Mundial da Saúde (OMS). As resoluções firmadas nessa assembleia reconhecem a necessidade de erradicar a fome e de evitar as formas de desnutrição em todo o mundo, com a finalidade de propor aos países a realização de ações sociais e políticas para os próximos 15 anos em áreas de importância crucial para a humanidade e para o

Essas parcerias foram firmadas no sentido de combater as doenças decorrentes da má alimentação e da obesidade. O Pacto Nacional pela Alimentação Saudável envolve programas de ações sociais no ambiente escolar, nas Secretarias de Assistência Social e junto às secretarias de saúde, com a finalidade de promover hábitos alimentares saudáveis para toda população brasileira. O programa incentivou o consumo de produtos alimentícios orgânicos oriundos da agricultura familiar mediante a criação da PNAPO – Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica para aplicabilidade dos modelos de produção agroecológicos e a redução do uso de agrotóxicos na alimentação com base no Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012. Estão contidas como ações desse programa campanhas que motivem a redução progressiva dos teores de açúcar, gorduras e cloreto de sódio na alimentação, ao mesmo tempo em que sejam intensificadas fiscalizações sobre a comercialização e abastecimento de alimentos e o uso de propagandas nos setores alimentícios direcionadas, principalmente, para o público infanto-juvenil, aumentando a vigilância nutricional e incentivando, junto aos municípios, a criação de projetos que favoreçam às práticas de atividades físicas (BRASIL, 2015).

A assinatura do Decreto de nº 8.852, de 3 de novembro de 2015, durante esse encontro regulamentou a NBCal – Norma Brasileira para Comercialização de Alimentos para Lactantes e Crianças de Primeira Infância, Bicos, Chupetas e Mamadeiras prevista na Lei nº 11.265, de 3 de janeiro de 2006, haja vista que “comida de verdade começa pela amamentação” (5ª CNSAN, RELATÓRIO FINAL, 2015, p. 81). Com a assinatura da Portaria Interministerial nº 1, de 21 de dezembro de 2015, foi criado o Programa Nacional de Sementes e Mudanças para a Agricultura Familiar, publicado no Diário Oficial da União em 22 de dezembro de 2015. Essas duas conquistas se destacaram como grandes avanços nas políticas de SAN no Brasil. Além disso, a conferência ampliou espaços para discussões sobre a importância da água como recurso produtivo, seu acesso como qualidade e direito humano e a necessidade de preservação dos mananciais mediante investimentos em saneamento básico e no combate ao uso de agrotóxicos na agricultura, na tentativa de reduzir a contaminação do solo e melhorar a qualidade da água, que deve passar a ser vista como um alimento essencial à vida e como um direito de todos (CONSEA, 2015).

As demandas discutidas na 5ª CNSAN e as propostas apresentadas para o fortalecimento do SISAN apresentam estratégias claras de proteção e valorização dos saberes tradicionais como patrimônio cultural alimentar para sustentabilidade dos povos,

evidenciando que os saberes repassados pelos ancestrais constituem a base do conhecimento popular, que precisa ser validado cientificamente, pois “os alimentos constituem bem comum e requerem a construção de pontes entre o campo e as cidades, entre consumidores(as) e produtores(as) para gerar alianças para a luta pela soberania alimentar e o DHAA” (5ª CNSAN, Relatório Final, 2015, p. 91).

Os princípios que pautaram as discussões realizadas na 5ª CNSAN nortearam a construção do II Plano Nacional de SAN – PLANSAN 2016-2019, elaborado pela CAISAN em conjunto com CONSEA. O PLANSAN 2016-2019 é voltado para se alcançar os avanços e fortalecimentos nos campos da SAN, “sendo composto por 09 desafios, 121 metas e 99 ações relacionadas” (CAISAN, 2014, p. 16). É apontado como macro desafio do PLANSAN, a Promoção de Sistemas Alimentares Saudáveis e Sustentáveis em todo o Brasil e o acesso universal à alimentação adequada e saudável, prioritária para famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. Como principais metas, o plano incentiva a redução em 25% da desnutrição de crianças indígenas e quilombolas; deter o crescimento da obesidade e criar políticas educacionais que estimulem o aumento do consumo de frutas e verduras de 36,5% para 43% e a redução do consumo de refrigerantes e sucos artificiais de 20,3% para 14% (PLANSAN 2016-2019, 2017, p. 20-21).

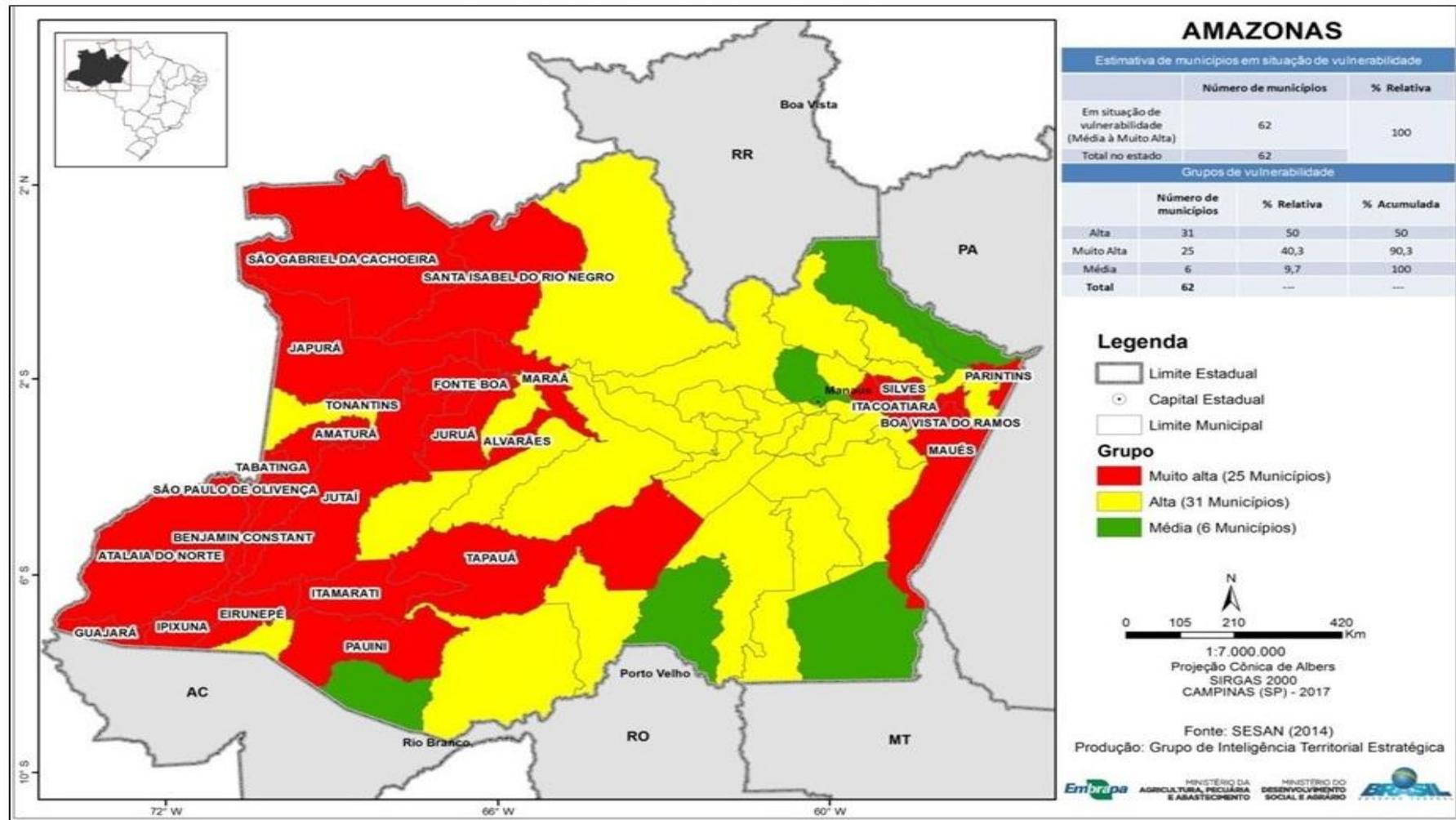
A ampliação dos debates sobre o consumo de alimentos saudáveis realizados pelo CONSEA nacional é viabilizada pela ação participativa dos conselhos e conselheiros, expressando as preocupações para com o cumprimento dos princípios estabelecidos na LOSAN. Essas articulações devem respeitar as diversidades encontradas no país e estabelecer os caminhos de atuação dos CONSEAS estaduais e municipais, efetivando os mecanismos de participação e controle social intersetorial no âmbito do SISAN, tornando mais eficiente o diálogo entre os CONSEA e CAISAN nos três níveis de governo. Entender como esses caminhos foram traçados ao longo da construção histórica para a adesão do Amazonas ao SISAN induz a análise das ações que permitiram a estruturação e a organização de ações participativas em cenários políticos que definiram e definem as lutas cotidianas para a conquista da soberania e da segurança alimentar e nutricional dos amazonenses.

Promover políticas públicas de segurança alimentar no Amazonas foi considerada pela presidenta nacional do CONSEA, Elisabetta Recini, no discurso de abertura da Oficina Regional do SISAN Manaus-AM (2017), como “*tarefa desafiadora em virtude das especificidades geográficas do lugar, marcado por grandes extensões territoriais entre os municípios, que na grande maioria só possuem acesso via fluvial ou área*”. No entanto, as ações de SAN no Estado podem viabilizar o encontro dos saberes, permitindo a oportunidade

de contribuir com o direito humano à educação alimentar de qualidade. Daí a importância do estabelecimento de diálogo entre a CAISAN nacional e as estaduais e municipais.

### **3.2 O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e as singularidades do Amazonas**

Analisando as informações contidas no Atlas da Extrema Pobreza no Norte e Nordeste do Brasil 2010 (IPC-IG/PNUD, 2015), são apontados como municípios do Amazonas com taxa de extrema pobreza: Itamarati, Santa Isabel do Rio Negro, Marã, Santo Antônio do Içá, Guajará, Barcelos, Amaturá, São Paulo de Olivença, Pauini e São Gabriel da Cachoeira, com famílias sobrevivendo com renda mensal *per capita* abaixo de cem reais em 2010, criando situações de vulnerabilidade social que podem ser observadas no Mapa 6. No entanto, quando são confrontadas essas informações com as pesquisas realizadas por Gasché (2012) na Amazônia, verifica-se que a situação de extrema pobreza poderá estar sendo vivenciada apenas nas áreas urbanas desses municípios. Segundo esse autor, as singularidades das relações sociais e econômicas encontradas nas zonas rurais da Amazônia não devem ser medidas apenas com base na quantidade de insumos monetários aplicados a essas áreas, pois, mesmo que o ingresso e a circulação de capital sejam mínimos, os seus moradores ainda possuem capacidade de produzir seus próprios alimentos, atendendo às suas necessidades básicas de alimentação.

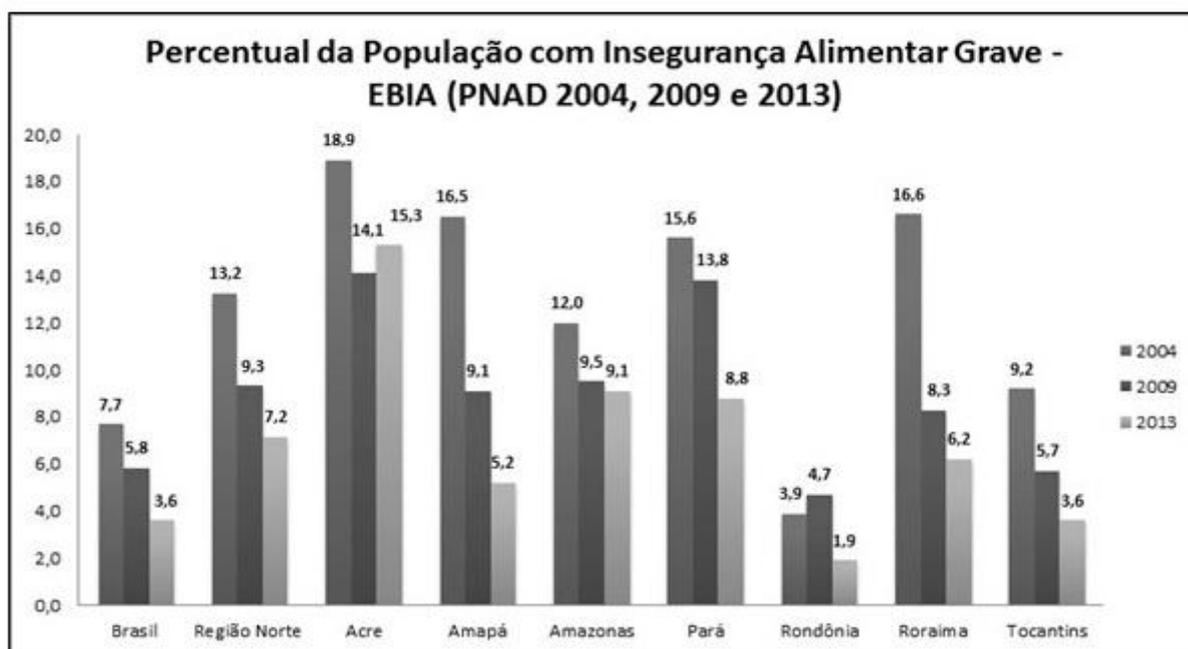


**Mapa 6:** Mapa da vulnerabilidade à desnutrição no Amazonas – AM/Região Norte.  
**Fonte:** Estudo técnico MapaInSAN, com base no CadÚnico, SISVAN e SESAN, 2014.

Dados apontados pelo PNAD 2010-2013 revelaram que ocorreu um decréscimo na atuação de segurança alimentar dos amazonenses de 11% para 10,8%, aumentando os riscos de insegurança alimentar entre as famílias mais carentes e beneficiadas pelo PBF no Estado, principalmente pela substituição crescente do consumo de alimentos industrializados na dieta alimentar pelo consumo de refrigerantes, biscoitos recheados, embutidos e comida processada (IBGE, 2010). Em 2015, a capital do Amazonas aparece ocupando a sexta posição entre as capitais com população masculina e feminina acima do peso, “a frequência de obesidade e de excesso de peso na população da cidade passou de 13,5% e 44,1%, em 2006, para 19,6% e 52%, respectivamente” (PES/AM 2016-2019, p. 124-125). A elevação desses índices se apresenta associada à falta de atividades físicas e ao limitado consumo de frutas e hortaliças consumidas pela população brasileira. Por isso, é importante realizar a comparação desses dados com o período em que antecedeu a saída do Brasil do Mapa da Fome em 2014 (FAO, 2014). Até 2013, segundo a PNAD, encontravam-se no Brasil 3,2% de domicílios em situação de INSAN– insegurança alimentar grave<sup>53</sup>, configurando 7,2 milhões de pessoas que passavam fome. Na Figura 26 pode ser comparado o percentual da população amazonense quanto a probabilidade de Insegurança Alimentar Grave, em relação ao restante do país.

---

<sup>53</sup> A partir de 2004, a EBIA –Escala Brasileira de Insegurança Alimentar foi incluída como suplemento avaliador da segurança alimentar da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, em convênio com o MDS, avaliando a percepção das familiares em relação ao acesso ao consumo de alimentos reveladores da situação de Insegurança Alimentar encontrada no Brasil (KEPPLE & SEGALL CORRÊA, 2011). Neste trabalho não foram apresentados dados informativos sobre o grau de insegurança alimentar vivenciado pelos assentados, pois não foi aplicada a escala da EBIA para os entrevistados. De acordo com essa escala, a insegurança alimentar pode se apresentar classificada como: a) IAL - Leve: receio ou medo de sofrer fome em futuro próximo, refletindo o componente psicológico da insegurança e problemas de qualidade de alimentação no domicílio; b) IAM - Moderada: apresenta restrições na quantidade de alimentos; c) IAG - Grave: identificação de fome entre adultos e crianças da família. Em 2013, a PNAD apresentou o mapa da prevalência de IA em domicílios de todo país, com destaque para 38,1% encontrado na Região Norte e 36,1%, na Região Nordeste, ressaltando que, quanto maior o número de moradores em cada domicílio, menor é a prevalência de segurança alimentar. Assim, mesmo com a percepção de aumento na quantidade e na variedade dos alimentos, a partir do recebimento do benefício do PBF, a situação de IA entre os beneficiados continuou se apresentando como alta. Embora o programa seja importante para melhorar as condições de vida dessas famílias, o mesmo “por si só, não garante índices satisfatórios de segurança alimentar” quando associado ao quadro de pobreza mais amplo. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/xml/suplemento\\_pnad.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/xml/suplemento_pnad.shtm)>. Acesso em: 23 fev. 2018.



**Figura 26:** Percentual da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA.  
**Fonte:** IBGE, PNAD 2004, 2009 e 2013.

Com a saída do país do Mapa da Fome, novos indicadores passaram a configurar as situações de insegurança alimentar encontradas no país, relacionadas à má qualidade e à quantidade da alimentação calórica ingerida, responsável por gerar o sobrepeso e a obesidade mórbida na população brasileira. Em 2011, o Ministério da Saúde elaborou as metas para o Plano de Enfrentamento das DCNTs– Doenças Crônicas Não Transmissíveis-2011-2022, com o objetivo de deter o avanço das doenças causadas pelo consumo alimentar inadequado, principalmente para o público infantil. O PLANSAN 2012/2015 confirmou a importância da implementação do plano em todo território nacional para fortalecer os instrumentos de regulação da publicidade de alimentos e suas rotulagens. Essas ações se encontram disponibilizadas no caderno organizado pela CAISAN/MDS com a Estratégia Intersetorial de Controle e Prevenção da Obesidade Recomendada para os Estados e Municípios Brasileiros, com as quais se pretende realizar o enfrentamento dos problemas crônicos da má alimentação (CAISAN, 2014).

A história do movimento popular na luta contra a fome e a favor da segurança alimentar no Amazonas iniciou-se em julho de 1994, com a Criação do Comitê de Ação de Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida, realizado pela Faculdade de Estudos Sociais da UA (atual UFAM – Universidade Federal do Amazonas). No período de 1994 a 2015, o Amazonas realizou cinco Conferências Estaduais de SAN e, a partir de então, participou de todas as Conferências Nacionais de SAN. Movido pela necessidade de reverter os índices de insegurança alimentar no Amazonas, em fevereiro 2004 foi organizada a II Conferência

Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, com o lema “A Construção da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional”, na UEA – Universidade do Estado do Amazonas. Essa conferência amparou a criação legal do CONSEA-AM pelo Decreto n. 24.142, de 07 de abril de 2004, composto por 2/3 de membros da sociedade civil e 1/3 membros do setor governamental. A interação do CONSEA demandou mobilização dos gestores estaduais e municipais juntamente à sociedade civil organizada.

A partir de 2005, as ações conjuntas envolveram parcerias entre a SEDUC – Secretaria do Estado de Educação do Amazonas e a ADS – Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas para concretizar o PREME – Programa de Regionalização da Merenda Escolar,<sup>54</sup> com objetivo de aumentar a oferta de alimentos regionais no cardápio oferecido nas escolas e contratar cooperativas, associações e agroindústrias regionais. Atualmente as parcerias firmadas para a concretização do PREME no Amazonas envolvem parcerias com a SEPROR – Secretaria de Estado da Produção Rural; o IDAM, a ADAF – Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas; Cooperativas Agrícolas; Associações Rurais e Agroindústrias, OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras/AM e FAEA – Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Amazonas e a FETAGRI – Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar.

O fornecimento dos produtos oriundos de associações ou de cooperativas organizadas nos padrões da agricultura familiar no Amazonas é direcionado para atender as chamadas públicas realizadas pela SEDUC, na compra de gêneros alimentícios agrícolas utilizados na merenda escolar da rede estadual de ensino, de acordo com as necessidades do PNAE.<sup>55</sup> Para que os agricultores possam participar das licitações que anualmente são realizadas com a abertura de editais públicos, é necessário que os mesmos sejam portadores da DAP, conforme a Lei da Agricultura Familiar nº 11.326 de 24 de julho de 2006.

---

<sup>54</sup> Os alimentos integrados ao cardápio da merenda escolar no Amazonas foram aceitos de forma satisfatória pelos alunos. Apenas o consumo de pescado, principalmente os “peixes lisos”, considerados reimosos, são recebidos com aceitação limitada por parte dos alunos e dos pais de alunos. Fazem parte dos produtos aceitos no programa aqueles oriundos da produção agrícola familiar regional: batata doce, macaxeira, mamão, pirarucu, açaí, banana, banana pacovã, farinha de tapioca, batata cará, abóbora. Em 2016, o programa atendeu: 227 escolas na capital, 359 nos 61 municípios, totalizando 515.000 estudantes. Dados da Secretaria Estadual de Educação – SEDUC/ADS, 2017.

<sup>55</sup> A Lei nº 11.947/2009, também conhecida como “Lei da Merenda Escolar”, dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica pelo PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola. O Artigo 14 afirma que “os recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, deverão no mínimo 30% (trinta por cento) ser utilizado na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas”. Esse repasse é realizado às Secretarias de Educação dos estados e municípios com base no Censo Escolar do ano letivo anterior ao do atendimento. O Programa deve ser acompanhado e fiscalizado diretamente pela sociedade, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), pelo FNDE, pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pelo Ministério Público. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/pnae>>. Acesso em 25 abr. 2018.

Em 2010, foi instituída no Amazonas a Lei nº 3.476 de 03 de fevereiro de 2010, que dispõe sobre a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, criando o Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – SESAN, garantindo o “direito humano fundamental à alimentação adequada, objetivo primordial da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, é direito absoluto, intransmissível, indisponível, irrenunciável, imprescritível e de natureza extrapatrimonial” (Capítulo 1, Art. 2º da Lei nº 3.476/2010). Com a finalidade de promover a integração entre os órgãos estaduais para efetivação das políticas públicas de SAN no Amazonas, em 2012 houve a criação da CAISAN-AM – Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional do Amazonas, pelo Decreto 32.588/2012, no âmbito da SISAN-AM, como instância governamental que assume o papel de coordenação intersetorial com o compromisso de executar o PESAN-AM – Plano Estadual de SAN e revisar a LOSAN/AM, promovendo a integração entre os órgãos e as entidades da Administração Pública do Amazonas vinculados à SEAS – Secretaria de Estado de Assistência Social na luta pela Segurança Alimentar e Nutricional no Amazonas. A CAISAN-AM encontra-se vinculada ao gabinete do Governador do Estado e até 2017 apresentava-se trabalhando em parceria com oito Secretarias Estaduais: SEAS, SUSAM, SEPROR, SEMA, SEFAZ, SEDUC, SEPLANCTI e SEJUSC.<sup>56</sup>

A partir de 2014, a CAISAN-AM ficou responsável por realizar a revisão da LOSAN-AM e, em 2017, iniciou a elaboração do Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (PESAN),<sup>57</sup> como instrumento estadual que deverá orientar a superação dos índices de insegurança alimentar identificados no Amazonas. As minutas do PESAN-AM estão sendo construídas pela Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional do Amazonas (CAISAN-AM) com a colaboração do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Amazonas (CONSEA-AM), pela EMBRAPA da Amazônia Ocidental e pela participação pública da sociedade civil.

Na elaboração do PESAN-AM encontram-se reunidos dados sobre SAN coletados em dezoito municípios mais populosos do Amazonas, com representatividade de 76% da população estadual, constituídos por municípios da região metropolitana e próximos de

---

<sup>56</sup> Informações coletadas em palestra ministrada pela Secretaria Executiva da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional –CAISAN, Elba Katiane Santos Borges, durante a participação na Oficina Regional SISAN Região Norte, realizada nos dias 26 e 27 de outubro de 2017 em Manaus. A programação do evento se encontra disponível em: <<http://mds.gov.br/caisan-mds/programacao-manaus>>. Acesso em: 25 nov. 2017.

<sup>57</sup> O princípio da intersetorialidade nas ações do SISAN surge principalmente ao proporcionar a oportunidade de integração da sociedade, ouvindo e construindo novas ações em processo contínuo de construção social. Durante a elaboração da tese, o PESAN-AM encontrava-se na versão da minuta 003 de 06 de fevereiro de 2018, disponível juntamente ao Formulário de Consulta Pública no período de 09 a 28 de fevereiro de 2018 no site: <[www.seas.am.gov.br](http://www.seas.am.gov.br)>. Acesso em 27 abr. 2018.

Manaus como Itacoatiara, Manacapuru, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva, Iranduba, Careiro, Novo Airão e Manaquiri; e, também, por municípios do Alto Rio Negro como Barcelos e São Gabriel da Cachoeira; municípios da calha do Rio Solimões como Tabatinga e Tefé; município da calha do Rio Madeira representado por Humaitá; Canutama, representando os municípios da calha do Rio Purus; Carauari, representando os municípios da calha do Rio Juruá; e Maués e Parintins, representando os municípios do médio e baixo Rio Amazonas. No PESAN-AM são apresentadas análises de dados coletados nos respectivos municípios referentes às dimensões sociais vivenciadas na produção e na disponibilidade de alimentos; renda e condições de vida; acesso à alimentação adequada e saudável, incluindo a água; questões relacionadas à saúde, à nutrição e ao acesso aos serviços de assistência social e educação (AMAZONAS, 2018, *em elaboração*).

É apontada como principal desafio de SAN no estado do Amazonas a implantação dos CONSEAs e CAISANs municipais. Em 2017, o Amazonas se apresentava com doze municípios com CONSEA instituídos legalmente e nove municípios com processo de adesão. A CAISAN se apresentava com um município instituído legalmente e Manaus em processo de adesão.<sup>58</sup> É fundamental que seja oportunizada a ampliação de diálogos entre o CONSEA-AM e a CAISAN-AM intersetorializado com as áreas de saúde, produção agrícola familiar e com as Secretarias de Educação das redes estaduais e municipais do Amazonas. Vale ressaltar que a adesão ao SISAN não é obrigatória, porém, é essencial para o êxito das políticas de SAN em todo Estado, oportunizando e fortalecendo as ações a serem gerenciadas pelo CONSEA e pela CAISAN para potencializar os programas e as ações em diversos setores sociais.

O MDS<sup>59</sup> (2018) oportuniza em sua página cursos em EAD – Educação a Distância com as Orientações para a elaboração de planos distrital, estaduais e municipais de Segurança Alimentar e Nutricional – Orienta PLANSAN e cursos sobre Segurança Alimentar, com a finalidade de levar essas informações à sociedade, estimulando a participação conjunta ao poder público nos processos de construção do SISAN.

O município de Manaus encontra-se em processo de adesão ao SISAN, amparado na legislação que permite

Criar os componentes do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), do município de Manaus, estado do Amazonas, e define os parâmetros para elaboração e implementação do Plano Municipal

---

<sup>58</sup> Disponível em < [www.mds.gov.br/.../Elba%20Apresentação%20CAISAN\\_Oficina%20Regional%2026..](http://www.mds.gov.br/.../Elba%20Apresentação%20CAISAN_Oficina%20Regional%2026..)>. Acesso em 27 abr. 2018.

<sup>59</sup> Disponível em <<http://www.mds.gov.br/ead/ava/enrol/index>>. Acesso em 27 abr. 2018.

de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências (AMAZONAS, Lei nº 2.275, de 14 de dezembro de 2017).

Com relação aos demais municípios engajados na construção do SISAN, possuem Conselhos Municipais no Amazonas os seguintes municípios: Novo Aripuanã (CONSEA – Decreto nº 119 de 17/10/2017; CAISAN – Decreto nº 120 de 17/10/2017; SISAN – Lei nº 009 de 10/10/2017); Envira (Lei nº 195, de 15/05/2008); Parintins (Lei nº 008 de 21/07/2006); Manicoré (Lei nº 039 de 21/03/2006); Anori (Lei nº 020 de 27/06/2011); Tefé (Lei nº 042 de 04/01/2008); Uarini (Lei nº 078 de 22/05/2007); Manaus (Decreto nº 8018 de 11/08/2005; SISAN – Lei nº 195/2017); Humaitá (Lei nº 027 de 24/09/2013); Apuí (Lei nº 112, de 20/12/2004 e Decreto 061/06/12/2010); Manacapuru (Decreto nº 328 de 10/12/2009) e Nhamundá (Lei nº 612 de 29/11/2016). Os municípios de Guajará Mirim, Atalaia do Norte, Coari, Tabatinga deram ciência da criação legal de seus conselhos, mas até 2017 não haviam enviado documentação para o CONSEA-AM. Os municípios de Silves, Presidente Figueiredo, Itapiranga, Autazes e Novo Airão iniciaram o processo de implantação de seus conselhos, mas os mesmos ainda não foram concluídos.<sup>60</sup>

O fortalecimento do movimento nacional em prol da soberania e da segurança alimentar nutricional, reafirmando os direitos e a participação nos processos de consolidação do SISAN em todo país, ampliaram os debates a serem realizados na 5ª Conferência Nacional de SAN em 2015. Foram consolidados no Amazonas, com a realização das Conferências Sub-regionais de Segurança Alimentar e Nutricional, realizadas em doze municípios sedes, a saber: Tabatinga, Borba, Manacapuru, Humaitá, Itacoatiara, Iranduba, Lábrea, Parintins, Barcelos, Tefé, Carauari, Manaus. Os debates realizados nessas conferências instrumentalizam o documento Base para a Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, com o Lema “Comida de verdade no campo e na cidade: por direitos e soberania alimentar”, de 05 a 07 de agosto, no Auditório da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas.

O desenvolvimento de políticas públicas nacionais e regionais, para se tornarem eficazes, precisam se constituir envolvendo diferentes instituições governamentais, organizações relacionadas à produção de alimentos nos lugares, partidos políticos, instituições cívicas, movimentos populares, sistemas educacional e de saúde, oportunizando diálogo e debate aberto, que precisam ser divulgados junto aos meios de comunicação. As lutas que

---

<sup>60</sup> Informações coletadas no Relatório do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA/AM, em que consta um breve relato sobre as principais conquistas e avanços desse Conselho no campo da segurança alimentar do Amazonas. O relatório foi elaborado por Neires Bader, Secretária Executiva do CONSEA/AM, Manaus, set. 2014.

envolvem a prevenção da fome coletiva “depende particularmente do distanciamento entre governantes e governados” (SEN, 2010, p. 222).

Um exemplo dos avanços nas políticas de SAN realizadas no Amazonas ocorreu em 2016, quando Manaus se tornou a cidade sede do processo de construção da Rede Global de Instituições de Ensino, Pesquisa e Extensão em NUTRISSAN – Nutrição, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, uma plataforma tecnológica de comunicação que permite a interação virtual de grupos de pesquisa sobre a temática de SAN. O encontro foi realizado no INPA e reuniu representantes dos MRE – Ministérios das Relações Exteriores, MCTIC - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do Brasil, incluindo representantes de instituições de ensino, pesquisa e extensão, governo, sociedade civil e organizações internacionais, com o objetivo de estabelecer parcerias engajadas na iniciativa de promover pesquisas na área de SAN e da inovação científica sobre o DHAA. Nesse encontro, foi assinada a carta para a criação da rede NUTRISSAN, estabelecendo que a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) deveria se tornar responsável pelo suporte tecnológico e operacional, fornecendo dados à plataforma da rede (MCTIC, 2016). Atualmente, a plataforma NUTRISSAN encontra-se incorporada às estratégias de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) no MCTIC como uma ferramenta de apoio na articulação e na integração entre pesquisadores, extensionistas, estudantes e sociedade civil.<sup>61</sup>

Na tentativa de observar como as políticas públicas de SAN estavam sendo trabalhadas nos municípios em que se localizam os assentamentos pesquisados, foram realizadas entrevistas junto a SEMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social nos dois municípios. Nos trabalhos de campo realizados em maio de 2017 em Manacapuru, foram visitados os programas sociais encontrados na cidade. As visitas tiveram o acompanhamento de uma técnica que atua na SEMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social, sendo responsável por realizar o abastecimento dos dados municipais no CADSUS – Sistema de Cadastramento de Usuários do SUS.

Manacapuru possui dois CRAS – Centros Referência de Assistência Social, que funcionam semanalmente durante oito horas por dia e que trabalham com projetos sociais inclusivos, como Arte no bairro, Balé, Música e Designer. O CRAS São José, localizado no Bairro da União, atende 122 famílias pelo serviço de atendimento do PAIF – Proteção e Atendimento Integral à Família. O atendimento é dedicado à população urbana e rural, e os equipamentos existentes no centro são quadra de esporte, biblioteca, telecentro e sala

---

<sup>61</sup> Informações disponíveis em: <https://nutrissan.rnp.br/>. Acesso em: 16 mai. 2017.

multiuso. Em sua área de atuação, possui o quantitativo de 32 famílias, que apresentam situação de vulnerabilidade social (pobreza, violência, gravidez na adolescência e drogas). No CRAS Manacá, o quantitativo de famílias atendidas pelo PAIF é de 120 famílias. Foram identificadas 26 famílias em situação de vulnerabilidade social, com elevados índices de pobreza, violência e drogas. Por estar localizado nas proximidades da estrada Manuel Urbano (AM-070), Bairro Novo Manacá, o atendimento prioritário desse centro é dedicado à população rural.

A visita estendeu-se até o Centro de Convivência da Família, que atende 135 famílias, e ao Centro de Convivência do Idoso Eliza Queiróz Maciel, com atendimento a 160 idosos. No CREAS – Centro de Referência Especializada de Assistência Social, localizado no centro da cidade, Bairro Figueirinha, são atendidas 150 crianças. O atendimento aos beneficiários do Programa Bolsa Família é realizado no prédio da SEMAS, em uma sala onde é feito o acompanhamento das condicionalidades para permanência no Programa Bolsa Família. Nesse local também são entregues os documentos organizados pelos ACS, os quais são transformados em dados para o monitoramento do estado nutricional e consumo dos beneficiários, posteriormente enviados ao SISVAN.

Em abril de 2018, 23.811 famílias encontravam-se cadastradas no CadÚnico de Manacapuru, todavia, apenas 17.618 famílias estavam sendo beneficiadas com o PBF (72,8% de famílias), correspondendo a um valor total de R\$ 3.963.992,00, que é repassado mensalmente ao município. Dados coletados no MapaINSAN de Manacapuru informaram que, em 2014, o município encontrava-se no grupo de municípios amazonenses com alta vulnerabilidade, com média de *déficit* de altura para idade de 16,9% e de *déficit* de peso para idade de 6,6%, estimando que 1.976 famílias se encontravam em situação de insegurança alimentar e nutricional, sendo 1.442 na área urbana e 534 na área rural, o que representa 5.924 pessoas (SAGI/MDS, 2018).<sup>62</sup>

A crise econômica e política vivenciada no Brasil a partir de 2016 refletiu-se na diminuição de verbas destinadas aos programas sociais, limitando as ações de SAN em todo

---

<sup>62</sup>Os dados coletados no Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional (Mapa SAN) foram realizados pela gestão do SISAN e da PSANP, coordenada pelo MDSA. As informações apresentadas foram fornecidas pelos gestores municipais e estaduais de SAN ao preencherem questionário digital, relativas aos anos de 2014 a 2015, no entanto, os dados populacionais e do PBF são atualizados anualmente. A participação na pesquisa é voluntária e as respostas fornecidas pelo município/estado são auto declaratórias. Daí a importância de conscientizar os funcionários municipais responsáveis sobre o quanto é significativo que esses dados municipais estejam anualmente atualizados para que não hajam discrepâncias no momento do cruzamento dessas informações com os outros setores da Secretaria de Saúde. Disponível em: <[https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/FerramentasSAGI/grupo.php?id\\_grupo=209](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/FerramentasSAGI/grupo.php?id_grupo=209)>. Acesso em 28 abr. 2018. No mesmo site, foi realizada a coleta de informações sobre o Relatório de SAN encontrado no município de Nova Olinda do Norte.

país. Em Manacapuru foram organizados movimentos de resistência pela SEMAS, no sentido de assegurar o apoio parlamentar ao SUAS no município, evidenciado no seguinte discurso apresentado a Câmara Municipal de Manacapuru

*O motivo que nós estamos aqui hoje, é para sensibilizar os senhores a somar conosco numa luta contra os desmonte do SUAS. A política da assistência social é uma política não contributiva e ela é direito do cidadão e dever do estado. Ocorre senhores que no mês de setembro, nós estivemos em Brasília, porque fazemos parte do colegiado nacional de gestores da assistência social, onde nós representamos a região norte. Nós fomos surpreendidos naquele conselho, pela secretaria nacional de assistência social que o orçamento de dois mil e dezoito caiu de três bilhões e cem milhões que era apenas o que estava para a manutenção dos programas na verdade para essa política é destinado cinquenta e nove bilhões ano, para setenta e oito milhões. Então isso significa que hoje nós temos um orçamento para dois mil e dezoito de menos de um por cento do que nós utilizamos em dois mil e dezessete. Então isso significa fechar CRAS, significa fechar CREAS, significa fechar a CENTRO POP, significa fechar abrigo, significa o desmonte de uma política que já havia sendo consolidada e destinada a população vulnerável do nosso país. Com isso nós vamos voltar à estaca zero, porque nós estamos aí com um governo neoliberal. Ele quer o estado mínimo quanto pior melhor. Então nós precisamos vestir essa camisa hoje estamos indo para Manaus, para fazer uma reunião com o conselho estadual de assistência, com o fórum de trabalhadores do SUAS e colegiado estadual de gestores da assistência social. Para nós fazermos uma mobilização onde o país vai parar todo o serviço da assistência no dia vinte e oito que é a próxima quinta-feira. Então gostaria de convidá-los a somar conosco, onde nós vamos estar nos mobilizando ali no final da Constantino Nery com a Pedro Teixeira. A gente precisa levar uma caravana daqui. Toda a região metropolitana em conjunto com a associação de prefeitos estamos nos deslocando para Manaus. Significa que haverá cortes drásticos no programa bolsa família como já vem acontecendo (Secretária de Assistência Social vai a Câmara pedir apoio ao SUAS em 26/09/2017. Disp. em: <http://www.ale.am.gov.br/manacapuru/2017/09/26/eldilene-alves-da-silva-secretaria-municipal-de-assistencia-e-promocao-social-semaps>. Acesso em 28 abr.2018).*

Em todo Brasil, o PBF contribui com a renda de famílias em vulnerabilidade social e amplia o acesso aos serviços de saúde, educação e assistência social. Em agosto de 2017, das 377.702 famílias amazonenses que estavam inscritas no programa, 10,9 % encontravam-se em situação de pobreza; e 89,1%, em extrema pobreza. Em março de 2018, no Amazonas, 599.611 famílias encontram-se inscritas no CadÚnico, mas apenas 391.693 famílias continuavam recebendo o benefício do PBF. Nas entrevistas realizadas em maio de 2017 com os assentados do PDS Costa do Caldeirão, do total de entrevistados, trinta e três encontravam-se com o benefício suspenso. Ao serem questionados pelo motivo que originou a suspensão, todos alegaram que foi em virtude do Seguro Defeso, porém, continuavam esperançosos pelo momento de voltar a receber o benefício, alegando, por exemplo:

*Eu soube no papel da lotérica que havia sido suspenso por causa do Seguro Defeso. Mas o presidente da Associação dos Pescadores de Iranduba garantiu que vai ser liberado a partir de julho desse ano. Nós nem fomos perguntados, mas se fosse pra escolher eu ia ficar só com o Bolsa Família mesmo (F.S.F, pescador, código 070-B-Rio Solimões. Entrevista realizada em 17 de maio de 2017).*

Ou ainda,

*Foi na colônia que foi avisado. Eu não achei certo, o Bolsa Família é pras crianças. O seguro pra comprar o material de pesca. Uma rede custa R\$2.000,00, o pano custa R\$ 600,00. A gente usa quatro panos pra fazer uma rede de 300 m. para poder pegar os peixes mais graúdos. Esse ano o dinheiro só deu pra comprar uma canoa (R\$1.200,00) e um motor rabeta (R\$2.000,00) por causa da prestação que os juros passavam de R\$1.000,00. Eu tenho três filhos com formação no ensino médio. Esse ano eu ia mandar eles pra fazer curso em Manacapuru. O curso custava R\$150,00, mas agora não dá mais, eu fiquei sem dinheiro porque me cortaram o Bolsa Família, então o jeito é eles ficarem também me ajudando na pesca (F.D.F. S., pescador, código 069-B-Rio.Solimões. Entrevista realizada em 17 de maio de 2017).*

Esses depoimentos refletem a relação intrínseca entre os assentados, a natureza encontrada no campesinato das águas e as políticas públicas a eles destinadas, tornando-os agentes integrantes e integradores desse processo social. A percepção dessas relações sociais e econômicas permite ao observador identificar detalhes sobre o mundo vivido no cotidiano dos entrevistados, quando os mesmos reproduzem a vida material e simbólica diante das surpresas, sonhos, descontentamentos e esperanças, ainda que estas se constituam na busca de condições básicas de trabalho para garantir a subsistência de sua família.

O MapaINSAN (2014) de Nova Olinda do Norte informa que a população se encontra em condições de Alta vulnerabilidade, apresentando 808 famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, sendo 412 na área urbana e 396 na área rural, totalizando um quantitativo de 2.421 pessoas, com média de *déficit* de altura para idade de 22,6% e de *déficit* de peso para idade de 10,7% (SAGI/MDS, 2018). O resultado das informações encontradas no referido site reforça que essas informações precisam ser revistas e comparadas com as informações encontradas junto a Secretaria Municipal de Saúde para serem analisadas e entendidas (vide explicação nota de rodapé 62).

Nova Olinda do Norte ainda não participa diretamente dos programas de ações sociais relacionadas ao campo de SAN, no entanto essas ações se encontram presentes no referido município pelo Programa Bolsa Família e pela distribuição da merenda escolar via as ações do PREME e PAA. Em entrevista realizada na SEMAS<sup>63</sup>, foi manifestado o interesse de

---

<sup>63</sup> Informações obtidas junto à Secretária de Assistência Social do Município, Mary Jane Frota.

inclusão do município no SISAN. A informante alegou que, por estarem, em 2017, iniciando uma nova gestão municipal, tais ações seriam revistas com o propósito de promover a integração do município nas políticas intersetoriais de SAN.

Nas visitas realizadas em junho de 2017 em Nova Olinda do Norte, a secretária responsável pela SEMAS, autorizou a coleta de informações no CREAS – Raimunda Batista Gama e no CRAS – Cereija Taquita, onde se encontra o Programa Bolsa Família. Os dados coletados junto à esses programas de assistência social foram importantes por permitirem a análise das esferas sociais que apresentam garantia de direitos sociais no município, no campo da proteção social promovendo os “direitos à educação, ao trabalho e a renda, à moradia e ao desenvolvimento agrário” (SANTOS, 2015, p. 140).

No CREAS implantado no município desde 01 julho de 2010 é realizado o Programa de Proteção Social Especial de Média Complexidade, com atendimento de 14 famílias da zona urbana e 01 família da zona rural. Essas famílias tiveram seus direitos violados, quer sejam por violência contra mulher, abuso sexual contra menores, abandono de idosos quer seja por exploração do trabalho infantil. Os casos acompanhados são feitos a partir de denúncias pelo Conselho Tutelar ou pelo Ministério Público. As famílias atendidas são acolhidas, recebem acompanhamento com psicólogo e passam a ser regularmente visitadas pela equipe do CREAS em seus respectivos domicílios, para evitar que a violação de seus direitos não continue, pois foram encontradas no município famílias que são beneficiadas com PBF e que estavam levando seus filhos para realizarem trabalhos no lixão. Assim, junto a essas famílias é realizada a mobilização para evitar o trabalho infantil nessas áreas. Quando questionada sobre o limitado atendimento à zona rural do município, a assistente social responsável pelo CREAS informou que *“é complicado. Nas comunidades rurais tudo é muito longe e para chegar lá é difícil, então eles fazem as suas próprias leis. Quando há denúncias e vira caso de polícia, aí a delegacia encaminha para nós”* (L.C., Assistente Social responsável pelo CREAS em Nova Olinda do Norte, entrevista realizada em 06 de junho de 2017).

O CRAS de Nova Olinda do Norte foi implantado em 01 de junho de 2006. O Programa de Proteção Social Básica nele realizado se direciona para prevenção das situações de risco de vulnerabilidade e pobreza na zona urbana, com atendimento de segunda à sexta com oito horas semanais. Nele são acompanhadas pelo PAIF, 775 famílias com diferentes graus de vulnerabilidade, sendo 643 crianças com idade entre 6 a 19 anos; 64 mães na Oficina de Corte e Costura; 68 idosos na Oficina de Dança e Corte e Costura. Essas famílias são identificadas, passam pela equipe psicossocial e são encaminhadas para o Serviço de

Convivência e Fortalecimento de Vínculo Familiar – SCVF, localizado na Estrada do Uruçacanga, onde são desenvolvidas outras oficinas de música, karatê, vôlei, futsal, futebol de campo, tênis de mesa, artesanato, arte em moldura, espanhol, bateria, violão, teclado e informática. Segundo a assistente social, essas oficinas “*por não serem realizadas só com adolescentes, mas com idosos, também, exigem a contratação de nutricionista para realizar os trabalhos junto à rede sócio-assistencial assistida*” (M.R., Assistente Social responsável pelo CRAS em Nova Olinda do Norte, entrevista realizada em 06 de junho de 2017).

É no CRAS que os moradores de Nova Olinda do Norte recebem informações sobre os benefícios assistenciais disponíveis e podem realizar sua inscrição no Cadastro Único para participar dos Programas Sociais do Governo Federal como o Bolsa Família. O funcionário da prefeitura responsável pelo PBF não se encontrava no município. Nesse sentido, as informações contidas sobre o PBF em Nova Olinda do Norte são informações gerais, que foram retiradas do Relatório Gerado pelo Ministério de Desenvolvimento Social do Bolsa Família e Cadastro Único no seu Município.<sup>64</sup>

No mês de abril de 2018, o município recebeu R\$ 996.481,00 para beneficiar as famílias do PBF. O benefício médio repassado foi de R\$ 243,58 por família. Segundo o IPEA, “a cada R\$ 1,00 transferido às famílias do programa, o Produto Interno Bruto (PIB) municipal tem um acréscimo de R\$ 1,78” (MDS, 2018). Nova Olinda do Norte possui 5.502 famílias cadastradas no CadÚnico, com 4.800 famílias com cadastro atualizado, representando 75,7% de famílias beneficiadas no município. Em março de 2018, o município recebeu R\$ 1.010.552,00 repassados para 4.166 famílias que receberam o benefício. Quando as famílias entram no programa, assumem junto ao poder público municipal o compromisso de garantir que suas crianças e adolescentes tenham acesso à saúde e à educação, cumprindo com as condicionalidades previstas no programa. Das 805 famílias convocadas no ano de 2017 para realizar a atualização de cadastro, ainda não haviam realizado a atualização 169 famílias, as quais correm o risco de perder o seu benefício até o segundo semestre de 2018.

Trabalhos comparativos com base nos dados emitidos pelo Boletim do MDS – Brasil Sem Miséria, realizados por Santos (2015) sobre os serviços de assistência social realizados em Nova Olinda do Norte em 2014, demonstraram que

O município apresenta uma cobertura cadastral no Cadastro Único, acima das estimativas oficiais. Observando o perfil de renda, o município tem um cobertura de R\$ 103,55% no Bolsa Família. Registra que 97,83% das crianças do Programa Bolsa Família tem acompanhamento, enquanto a

---

<sup>64</sup> Disponível em <<http://mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em 30 abr. 2018.

média nacional é de 92,03%. Na saúde o acompanhamento chega a 82,53% enquanto a média nacional é de 73,44% (SANTOS, 2015, p. 161).

Em 2018, 6.616 crianças e jovens de 6 a 17 anos do Bolsa Família, representando 94,79% com a informação de frequência escolar registrada, superaram a média nacional, que é de 91,07%. Com relação ao repasse de informações sobre a área de saúde, foram acompanhadas 3.335 famílias, que possuem crianças com até 07 anos e/ou com mulheres grávidas, correspondendo a 92,77% e, também, superando a média nacional de acompanhamento na saúde, que é de 72,76%. Segundo o Relatório do Bolsa Família e Cadastro Único (MDS, 2018), o município possui um acompanhamento da agenda de educação com relação à frequência escolar e agenda de saúde considerado muito bom por se apresentar acima da média nacional.

O acesso às informações do CadÚnico permite o reconhecimento das condições de vida dos brasileiros que se encontram em situação de pobreza e o diagnóstico socioeconômico das famílias cadastradas, no sentido de atender as três dimensões essenciais propostas para a superação da fome pelo Programa Bolsa Família: promoção do **alívio imediato da pobreza** por meio da transferência direta de renda às famílias; reforço ao **exercício de direitos sociais básicos** nas áreas de saúde, educação e assistência social, por meio do cumprimento das condicionalidades; e articulação de oportunidades para o **desenvolvimento das famílias**, por meio de ações que promovam a superação da situação de vulnerabilidade e pobreza pelos beneficiários do Programa Bolsa Família (BRASIL, 2010, p. 52, grifos meus).

É importante verificar o quanto esses índices se apresentam verdadeiramente associados aos direitos e melhorias no campo educacional e de saúde conquistados na zona rural e urbana de Nova Olinda do Norte ou em outros tantos municípios brasileiros. São nos municípios em que reside o coletivo social, que particulariza as singularidades sociais das famílias beneficiadas, para quem as políticas públicas foram direcionadas, com maior ou menor participação social, dependendo do momento político vivenciado no Brasil.

O reconhecimento de que o aumento da pobreza e da vulnerabilidade social não se dá apenas pela superação do fator econômico, e sim, pela superação da subordinação social, via processo de conscientização educacional, tornará as políticas públicas não mais como um meio de proteção social, mas como a ação propulsora de promoção social, pois, “é preciso, assim, romper com a tutela dos pobres, com a combinação perversa entre tutela e assistência social, cuja união caracteriza, justamente o assistencialismo ao se associar o benefício social com o controle das pessoas” (FALEIROS, 2003, p. 120).

### 3.3 A qualidade da alimentação e a sustentabilidade: os desafios da contemporaneidade

As preocupações globais que envolvem questionamentos sobre desenvolvimento sustentável, principalmente no que diz respeito à Amazônia, traduzem discursos que afirmam que nas últimas décadas o modelo econômico de desenvolvimento implantado na região tem se tornado insustentável ou inadequado para atender os interesses nacionais, globais e principalmente locais (BOFF, 2004; NODA et al, 2006; BENCHIMOL, 2009; CORRÊA DA SILVA, 2012).

Partindo deste princípio, a lógica para se resolver tal problemática estaria centralizada na necessidade de reconhecer perante os aparelhos Estatais que os recursos naturais são limitados e que o desenvolvimento deve trilhar um caminho de maior justiça social, tendo em vista que as definições de “desenvolvimento sustentável” deveriam introduzir a questão da sustentabilidade, voltada para as questões de ordem econômica, ambiental e, sobretudo, social.

É preciso questionar os reais interesses que escondem a questão da sustentabilidade incluída para a criação das novas territorialidades oficializadas pelo INCRA na Amazônia (OLIVEIRA, 1987; BECKER, 2010; PINHEIRO, 2012). É importante o entendimento dessas relações de poder estabelecidas nesses lugares e o entendimento das figurações sociais nele encontradas, posto que o poder e as relações de poder não se estabelecem alheias ao processo de desenvolvimento das sociedades humanas (ELIAS, 1980), principalmente quando “a elaboração de políticas públicas no novo momento histórico exige que se aprofunde o conhecimento sobre o processo de transformação territorial que ocorre na Amazônia” (BECKER, 2010, p. 18).

A “novidade” envolvida nas propostas sustentáveis defende a criação de modelos associativos e cooperativos capazes de proporcionar voz e vez aos moradores das áreas rurais sem, no entanto, destruir as riquezas naturais da floresta. Segundo o INCRA<sup>65</sup> o sucesso das propostas sustentáveis dependerá da franca receptividade dos moradores assentados, das parcerias firmadas com os órgãos das secretarias de produção e dos incentivos governamentais nas esferas federais, estaduais e municipais.

O significativo número de trabalhadores rurais que atuam no campo da agricultura familiar movimenta interesses econômicos nacionais e internacionais relativos à produção de alimentos consumidos pela população brasileira. Entre os programas federais destinados a

---

<sup>65</sup> INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA- INCRA disponível em: <http://www.incra.gov.br>. Acesso em maio de 2017.

promover a sustentabilidade nas áreas rurais do Brasil como estratégia democrática de distribuição dos recursos produtivos advindos da agricultura familiar, destaca-se o PRONAF, com fomentos destinados à produção e ao trabalho pelo Governo Federal a partir de 2004, no sentido de geração de emprego e renda, acesso ao crédito rural, diminuição do êxodo rural e como ferramenta de combate à fome em todo país (JESUS, 2000; ALTAFIN, 2003; DAMASCENO, 2011). Talvez por isso, o dilema do PRONAF ainda não tenha sido superado: “se o Pronaf é uma política de crédito ou mais uma política assistencialista/compensatória de combate ou alívio da pobreza” (COSTA, 2012, p. 3) .

A realidade vivida pelas famílias de agricultores rurais do Amazonas permite avaliar o paradigma do desenvolvimento rural no setor agrícola, ao propor o desenvolvimento econômico e social sustentável, quando

O discurso, o marketing anunciado pelo PRONAF esbarra na burocracia de tecnocratas encarregados de aprovar projetos e liberar recursos aos milhões de agricultores familiares em todo país, inviabilizando a produção, a construção e o melhoramento de estradas, a liberação das parcelas financiadas, o armazenamento, a comercialização e o preço justo. Infelizmente, o Brasil, por estar atrelado a um modelo agrícola imposto pelo capitalismo internacional, perdeu uma oportunidade histórica de promover e fortalecer os agricultores familiares, realizar a reforma agrária e modernizar o campo numa outra perspectiva, a familiar (JESUS, 2000, p. 28).

A participação no PRONAF é permitida desde que sejam atendidas as exigências do programa de crédito rural destinado aos produtores rurais. O Banco do Brasil (2016) informou que, em 2015, a inadimplência dos produtores rurais no Brasil era de 2,18%, enquanto no Amazonas alcançava cerca de 39,41%. Os índices de inadimplência contraídos em programas anteriores ao PRONAF impediram os agricultores rurais de Manacapuru e de Nova Olinda do Norte de terem acesso às linhas de crédito rural em 2015, pois os dois municípios aparecem na Superintendência do Programa de Risco com índices acima de 10% de inadimplência.<sup>66</sup>

O IDAM, em colaboração com a SEPROR, fiscaliza a distribuição da aplicabilidade das linhas de crédito junto ao Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco da

---

<sup>66</sup> Informações obtidas no II Encontro Temático de Segurança Alimentar e Nutricional de Povos, Comunidades Tradicionais e Movimento Negro do Amazonas, ETAPA PREPARATORIA DAS CONFERÊNCIAS DE SAN 2015: COMIDA DE VERDADE NO CAMPO E NA CIDADE, no dia 03 de junho de 2015, no Auditório João Bosco da Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas – Manaus – Amazonas. A palestra foi ministrada pelo Sr. Thomaz Meirelles, do Programa de Aquisição de Alimentos da CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento. O tema da palestra foi “Cestas, compras governamentais, agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional”. Os dados sobre a inadimplência dos dois municípios também se encontram disponíveis em: <<http://thomazrural.blogspot.com.br/2015/04/inadimplencia-do-pronaf-no-amazonas-e.html>>. Acesso em 01 mai. 2018.

Amazônia.<sup>67</sup> Nos municípios onde não há agências bancárias, as negociações são realizadas junto ao escritório do IDAM, responsável por organizar os projetos com linha de atuação e limite de crédito que variam de “R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) por operação, podendo esse limite ser elevado a R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), disponível aos agricultores que não estiverem inadimplentes, cuja renda bruta familiar anual for superior a R\$ 20.000,00” (BASA, 2014).

Em 2015, o Governo do Amazonas realizou uma campanha “PRONAF em Dia”, com o objetivo de regularizar as dívidas dos produtores rurais que possuem financiamento inadimplente junto ao BASA. A aceitação do acordo permitia que, com o pagamento de 10% da dívida, a linha de crédito fosse liberada e o parcelamento passasse a ser realizado em até 10 anos, com um ano de carência para início das prestações, sem acréscimo de multa.<sup>68</sup> Aquilo que para o governo é divulgado como a esperança de fortalecimento econômico mediante a quitação das dívidas e a liberação para novos empréstimos representa o real motivo de preocupações para muitos agricultores rurais do Amazonas, principalmente para quem reside nas áreas de várzea, em virtude das “alagações” cada vez mais frequentes. Segundo Abramovay (2008), questões ligadas às “microfinanças rurais” tornam-se preocupantes quando o público-alvo a quem se destinam é composto por famílias de baixa renda, as quais consideram o acesso ao crédito rural a perspectiva de melhorias de vida financeira. Passam a ser agregados ao cotidiano dessas famílias valores mercantis que se estabelecem desassociados dos valores culturais e da importância da relação familiar e coletiva na reprodução do trabalho vivenciado na zona rural.

Analisar a questão da sustentabilidade com base na realidade encontrada nos assentamentos pesquisados torna-se um desafio, quando o conceito de sustentabilidade é relacionado ao tipo de alimento consumido, com a disponibilidade de alimentos *in natura* encontrado nos lotes dos assentados, com o perfil da agricultura familiar, com a fonte de renda dos assentados e com as singularidades locais encontradas no modo de vida da área de várzea e de terra firme. Noda (2006) afirma que um indicador importante de sustentabilidade socioeconômica reside nas estratégias para incorporar-se na organização participativa e comunitária, com a predominância de consumo de produtos locais na composição alimentar.

---

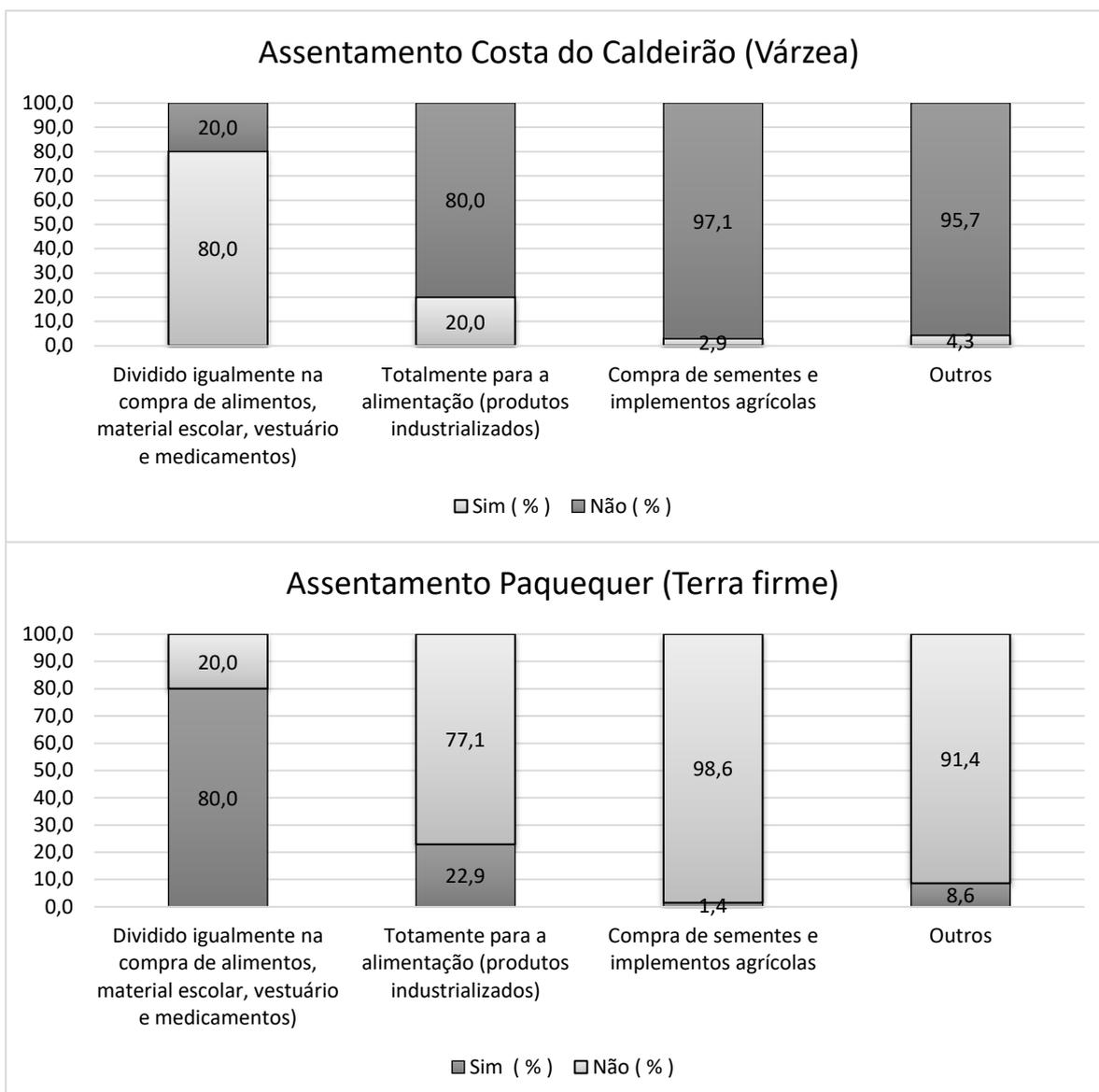
<sup>67</sup> No Amazonas, mais de 70% de seus municípios não possuem agências bancárias oficiais para liberação da linha de crédito do PRONAF. Essas agências estão presentes em apenas 19 municípios do interior do Amazonas, incluindo Manaus. (Reportagem realizada por Renata Magnet, *Interior sem crédito: onde é que fica a agência?*. *Jornal A Crítica* de 28 de Agosto de 2011).

<sup>68</sup> Reportagem disponível em: <http://www.amazonas.am.gov.br/2015/09/governo-do-estado-lanca-campanha-para-ajudar-produtores-rurais-a-negociar-dividas-junto-ao-programa-nacional-de-fortalecimento-de-agricultura-familiar/>. Acesso em: 01 mai 2018.

Segundo Telles & Braga (2004), a definição de sociedade sustentável poderia ser exemplificada como a sociedade que se desenvolve integrada ao ritmo da natureza, consolidada pelo acesso ao bem comum, entendendo que é direito universal não utilizar além do que pode ser renovado. Esse seria o exemplo do exercício da cidadania, pois, ao promover esse contrato natural, aprende-se conjuntamente a respeitar a biodiversidade e a multiculturalidade encontrada nas territorialidades dos assentamentos amazônicos. Segundo Becker (2010), são nessas territorialidades que se manifestam as relações pessoais e cotidianas identitárias da cultura dos lugares e dos processos de resistência surgidos com os conflitos impostos pelos poderes hegemônicos.

Entender como a sustentabilidade das políticas públicas se dá no cotidiano dos assentados induz a avaliar de que forma os entrevistados estabeleceram suas relações com os benefícios dos programas sociais públicos, com o mercado, com a compra e venda de seus produtos, modificando seus laços de solidariedade, ao mesmo tempo em que intensificam suas relações de dependência social e econômica com o urbano, adotando novos padrões alimentares no ambiente familiar.

Durante a realização das entrevistas que permitiram a abordagem qualitativa da pesquisa, os participantes foram questionados sobre a utilização da renda do PBF com ordem de prioridade no consumo mensal todas as vezes em que os mesmos se deslocavam até a cidade para receber o benefício. As informações apresentam-se contidas na Figura 27 abaixo:



**Figura 27:** Utilização da renda do PBF por ordem de prioridade.

**Fonte:** Pesquisa de Campo, 2017.

**Org:** Geyza Oliveira, 2017.

De acordo com as respostas, nos dois assentamentos, a prioridade da renda é dividida de forma igualitária entre a compra de alimentos, material escolar dos filhos e medicamentos para a família. Quando questionados sobre a compra de implementos agrícolas, eles reagiram com surpresa, pois consideraram que o benefício deve ser gasto com algum produto que venha ajudar seus filhos como roupas, produtos de higiene, material escolar, sapatos ou alimentos. Foram citados como outros produtos adquiridos com a renda PBF o pagamento de contas em comércios, compra de gás de cozinha, passagem para ir até a cidade e a ajuda no pagamento da conta de luz.

No item 4 do formulário de entrevista qualitativa, os participantes foram indagados se a perda do benefício causaria problemas na alimentação de sua família e foi solicitado que

justificassem a sua resposta. Entre os assentados do PDS Costa do Caldeirão, 58 alegaram que a ausência do benefício causaria problemas, colocando sua família em situação de risco. Entre as justificativas apresentadas destacaram-se:

*É muito importante sim, tem época do ano que a gente sobrevive só com o bolsa família. Agora não porque dá pra plantar, mas quando alaga a gente precisa do dinheiro para comprar o alimento (K.S.P., 003-B-IGLP. Entrevista realizada em 16 de janeiro de 2016).*

*Deus o livre! A gente já vive esperando por aquele dia pra ir comprar as coisas da nossa necessidade (F.C.A.S., 014-B-IGLP. Entrevista realizada em 18 de janeiro de 2017).*

*Porque sem essa ajuda diminui a chance de comprar alimento. Todo muito diz que é pouco, mas o pouco já me ajuda (R.S.C., 023-B-IGALP. Entrevista realizada em 18 de janeiro de 2017).*

*Porque esse dinheiro é bom para ajudar a comprar as coisas que faltam porque só as produções da nossa agricultura não dá nem para comprar rancho porque os atravessadores estão pagando muito barato. Antes o cacho de banana era R\$40,00, agora está só R\$15,00 e o maracujá está só R\$3,00 o quilo da polpa (M.A.P., 024-B-IGLP. Entrevista realizada em 18 de janeiro de 2017).*

*Demais e se tirarem vai fazer falta sim porque já é uma ajuda para a nossa pequena renda. Já é um dinheiro que é certo. Eu saio de lá glorificando ao Senhor e agradecendo porque é uma ajuda ótima. (M.L.D.S., 059-B-Rio Solimões. Entrevista realizada em 16 de janeiro de 2017).*

Entre os 11 participantes da área de várzea que responderam sobre o cancelamento do benefício e que este não causaria problemas no orçamento familiar, quatro justificaram que o benefício já não faz falta porque é muito pouco. Eles estão recebendo menos de R\$50,00 e não lhes foi explicado o motivo, logo, comprar a passagem para ir até a cidade para receber esse valor acaba se tornando dispendioso. Um participante alegou que não precisava porque já possuía outra renda. Dois justificaram que não contavam com o benefício para a alimentação da família. Os demais alegaram que não faria falta porque já realizam trabalho na agricultura.

*Não faria falta não porque a gente já trabalha na agricultura e pode voltar a vender os produtos. Eu trabalho com maracujá, abobrinha e pepino e vendo pro atravessador. A minha produção é pequena, então é mais barato entregar tudo para o atravessador do que levar para vender em Manaus (E.A.V., 038-B-IGLP. Entrevista realizada em 18 de janeiro de 2017).*

Para Silva (2007), os impactos do PBF na vida dos beneficiários não colabora diretamente com a redução da pobreza junto às famílias que apresentam vulnerabilidade social. No entanto, o recebimento do benefício cria situações imediatas na vida dessas

famílias, influenciando a redução da desigualdade social em todo país. No PA Paquequer, 49 participantes alegaram que a perda do benefício causaria problemas na alimentação de sua família.

*O custo de vida é muito alto e ele ajuda a pagar a luz. Aqui a gente não vai mais fazer farinha porque não tem aumento na produção. A gente sofre pra fazer a farinha, pra descascar, pra torrar e tá muito barato vender um saco de farinha por R\$50,00. Em Itacoatiara só o quilo tá R\$10,00. Daí é muito caro vender aqui porque não dá o dinheiro pra nada, não tem mercado para o agricultor, só tem sofrimento. Nós vendemos nossa farinha com tanto sofrimento pra comprar uma roçadeira que nem prestou. Daí voltamos na cidade e na loja o homem não quis devolver o dinheiro e nós tivemos que comprar uma batedeira de bolo e uma batedeira de bolo pra não ficar no prejuízo (M.A.P., 060-B – PA Paquequer. Entrevista realizada em 03 de janeiro de 2017).*

*Porque ia diminuir a compra do rancho. Mas mesmo antes do Bolsa Família a gente ia vender farinha lá na cidade e já comprava café, açúcar, arroz e feijão porque aqui é muito longe pra sair pra pescar (M.A.P., 060-B – PA Paquequer. Entrevista realizada em 03 de janeiro de 2017).*

*Ia fazer falta porque a gente não é assalariado, principalmente para tirar o nosso produto daqui de dentro. Eu estava com a minha farinha desde sábado e não podia levar pra cidade porque o ônibus não entrava aqui por causa da chuva. Se a gente vende na cidade a gente ganha mais. Eu vendo o saco a R\$130 (H.R.S., 006-B – PA Paquequer. Entrevista realizada em 03 de janeiro de 2017).*

*Sim, porque eu não tenho outro ganho. E eu só tenho dinheiro quando a roça está produzindo que dá pra vender na cidade e comprar alimento. Mas só pra ir lá é R\$8,00, ida e volta dá R\$16,00. Daí eu recebo e pago a luz, compro o rancho e o gás. Mas eu to com quatro meses sem usar o gás porque tá muito caro (M.L.S., 014-B – PA Paquequer. Entrevista realizada em 04 de janeiro de 2017).*

*Com o Bolsa Família a gente tem garantido um dinheiro pra comprar o alimento. Eu compro o rancho do mês e eu sou menos explorado porque eu posso dar um valor mais alto pra minha hora de trabalho. Sem o Bolsa Família a diária era muito barata por causa da nossa precisão. Meu pai passou por muita exploração, mas com o Bolsa Família eu me valorizo como trabalhador e exijo o valor a ser pago na minha hora de trabalho. Com ele eu posso só deixar o gasto para a alimentação e do meu trabalho eu tiro o investimento para a minha casa e já comprei um freezer, uma televisão e a minha motosserra (A.P.A., 018-B – PA Paquequer. Entrevista realizada em 04 de janeiro de 2017).*

Nas justificativas apresentadas pelos 21 participantes que alegaram que a perda do benefício não causaria problemas no consumo alimentar dos familiares, cinco alegaram que tinham outra fonte de renda e que o marido se encontrava empregado ou aposentado. Sete disseram que iam sentir só um pouco, mas não faria falta porque diminuiu muito o valor nos

últimos anos e quase não “dá pra nada”. Três disseram que não faria falta porque o dinheiro era “só pra ajudar no material escolar das crianças” e seis disseram que o trabalho na agricultura iria suprir as necessidades da família.

*Pra gente não ia fazer falta não agora pra quem recebe se torna mais fácil porque recebe e já vai logo fazer o rancho. Mas se cancelarem o meu, eu posso comer, beber, vestir e calçar pros meus filhos. Só se eu tivesse doente, mas seu eu podendo trabalhar ei não me enrasco, pois no interior a diversão da gente é o trabalho. O Bolsa família é só pra ajudar a comprar uma borracha, um lápis ou caderno (R.D.X., 017-B – PA Paquequer. Entrevista realizada em 04 de janeiro de 2017).*

O processo de interlocução com os entrevistados revelou as referências simbólicas que os assentados possuem com relação a sua inclusão como beneficiário do PBF, quando a renda obtida com o benefício vai além da obrigatoriedade da frequência escolar dos filhos e dos compromissos com o acompanhamento da saúde das crianças. Em nenhum momento a suspensão do benefício representou preocupação para os participantes quanto à perda de direitos de cidadania, capazes de garantir a inclusão e acompanhamento de sua família nos serviços básicos de saúde, educação e assistência social, mesmo sabendo que estas são as condicionalidades para permanecer no programa. A preocupação com a participação no programa geralmente se apresentou associada à possibilidade de aquisição de bens, principalmente de ordem alimentar.

É considerado como estratégia para promoção da sustentabilidade das famílias beneficiadas com os recursos do PBF o estabelecimento de políticas públicas articuladas aos programas de SAN pela ação intersetorial, que visa realizar o monitoramento das famílias no campo da educação e da saúde, promovendo, assim, o direito humano à alimentação saudável e a minimização da fome em escala nacional (CRAVEIRO & XIMENES, 2013; CAMPELLO & NERI, 2013).

A promoção da sustentabilidade aparece desenvolvida em várias dimensões, quer sejam sociais, políticas, culturais, econômicas quer sejam ambientais. Esse contexto permite reflexões sobre a garantia do direito humano à alimentação adequada e como esse direito se traduz no cotidiano das famílias beneficiadas na zona rural do Amazonas, com relação aos níveis de (in)segurança alimentar refletidos nas escolhas pessoais dos assentados quando precisam satisfazer suas necessidades básicas de alimentação, haja vista que a maioria dos participantes afirmou que destinam a renda do Bolsa Família a gastos com alimentação. Essas análises serão apresentadas no capítulo 4, permitindo a percepção das mudanças identificadas

nos padrões alimentares dos participantes e como essas mudanças se refletem na sua qualidade de vida.

## CAPÍTULO 4 – COMPORTAMENTOS ALIMENTARES ATUAIS NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DO AMAZONAS: EVIDÊNCIAS DO URBANO COM A HOMOGENEIZAÇÃO DA DIETA

*"Denunciei a fome como flagelo fabricado pelos homens,  
contra outros homens".*  
(Josué de Castro)

Os impactos sociais e econômicos ocorridos a partir da década de 1950 no Brasil, com o advento industrial, ocasionaram mudanças no modelo agrário exportador no país desde o período colonial, promovendo o distanciamento de uma época em que a população consumia alimentos *in natura* por ela produzidos, quando se classificava como população essencialmente rural. A realização de movimentos migratórios rumo às cidades, de maneira rápida em busca de melhores condições de vida, emprego, saúde, moradia e educação foram gradativamente provocando a concentração populacional nas cidades e estimularam o processo de urbanização.

É importante salientar que, embora esse processo tenha tornado as cidades brasileiras como *locus* da produção, ele não ocorreu ao mesmo tempo nem de forma igualitária em todo o país. No entanto, provocou mudanças e novos estilos de vida impostos pela industrialização, passando a produzir o “tecido” urbanizado que perpassa os limites territoriais das cidades, redefinindo novas formas de se relacionar no campo ao estimular o consumo de produtos industrializados em todos os setores, configurando o sentido da “*práxis urbana*” sugerida por Lefebvre (1999), pois, à medida que esse tecido urbano se expande sobre o território, ele leva consigo a essência de um “modo de viver”<sup>69</sup> encontrado nas cidades.

Nas últimas décadas, a pluralidade de opções de produtos industrializados tem sido imperativa no setor alimentício, trazendo consigo tendências de homogeneizar a forma de se alimentar na atualidade (POLLAN, 2007). As atividades agrícolas passaram a ser direcionadas para atender os interesses do mercado capitalista agroindustrial, contribuindo

---

<sup>69</sup> O uso do termo “modo de viver” encontrado nas cidades enfocará neste capítulo as mudanças comportamentais relacionadas aos padrões alimentares dos moradores dos assentamentos rurais amazônicos pesquisados, como consequência do processo de urbanização que se apresenta estabelecido na atualidade, para além das cidades de Manacapuru e Nova Olinda do Norte. Monte-Mór (2006) afirma que essa *práxis urbana* constitui o sentido da modernidade e pode ser classificada como uma *urbanização extensiva* capaz de criar articulações entre as metrópoles regionais, os centros industriais, as cidades médias e os médios e pequenos núcleos urbanos com as áreas produtoras primárias encontradas nas zonas rurais, impondo nesses espaços sociais modos contemporâneos de vivenciar a urbanidade e a cidadania, com base nas relações econômicas de produção que obedecem à lógica urbano-industrial dominante.

para o surgimento de perdas e ganhos, provocando mudanças nos padrões alimentares, por passarem a consumir mais intensamente produtos ultraprocessados.<sup>70</sup>

Os alimentos ultraprocessados, normalmente ricos em açúcares, gorduras saturadas e sódio, estão presentes em alimentos instantâneos, embutidos, enlatados e congelados configurando um modelo de consumo alimentar conhecido como a “era dos supermercados” (POPKIN 2006; NARDOTO *et al.*, 2006), também classificados como alimentos “prêt à porter” (pronto para utilizar). Esses alimentos estão sendo cada vez mais consumidos em detrimento do consumo de alimentos naturais, obtidos em feiras orgânicas, mercados municipais ou diretamente da produção agrícola familiar (BLEIL, 1998; GARCIA, 2003; LAMBERT *et al.*, 2005; CHEMIN, 2007).

Para avaliar as mudanças nos padrões alimentares dos moradores das áreas de assentamentos pesquisados, neste capítulo serão apresentados os resultados encontrados com a análise isotópica realizada nas unhas dos participantes e seus respectivos valores médios de  $\delta^{13}\text{C}$  e  $\delta^{15}\text{N}$ , associados às informações coletadas no R24h e no QFA, verificando se esses dados se apresentam similares ou não aos resultados que foram encontrados em unhas de moradores que residem em centros urbanos.

#### **4.1 O Programa Bolsa Família: acesso a alimentação de qualidade?**

Segundo pesquisas no campo nutricional, a adoção desse novo padrão alimentar vivenciado pelas populações carentes em todo Brasil está se tornando fator preocupante justamente por provocar o abandono das dietas naturais (frutas, legumes e verduras), minimizando o consumo dos alimentos tradicionais, considerados mais saudáveis. No Brasil, esse processo mostra-se ainda mais complexo, fortemente influenciado pelo nível socioeconômico dos indivíduos. Segundo Monteiro (2004), as camadas sociais que apresentam menor renda possuem maior acesso ao consumo de alimentos ultraprocessados e

---

<sup>70</sup> A Organização Mundial de Saúde/FAO (2003) afirma que são inúmeras as razões para se evitar o consumo de alimentos ultraprocessados. A principal delas reside no fato de apresentarem excessos de calorias distribuídas na forma de açúcares, gorduras saturadas, gorduras trans, carboidratos e sódio, tornando esses alimentos pobres em nutrientes, fibras, vitaminas e sais minerais. Pollan (2007) e Contreras (2011) afirmam a existência de uma complexidade para descobrirmos a origem dos alimentos industrializados, pois os mesmos ocasionam impactos sobre a cultura, vida social e ambiental ao “artificializarem” os sabores. Além disso, esses alimentos tornam a cadeia alimentar mais complexa quando perdem as referências ou identidades dos lugares onde foram originalmente produzidos. Somam-se ainda, segundo o Guia Alimentar para a População Brasileira (2014, p. 41), as preocupações que os consumidores precisam observar sobre os impactos gerados na produção, no armazenamento, na conservação e na distribuição desse tipo de alimento deve-se ao uso massivo de químicas, fertilizantes, corantes e pelas adulterações encontradas nesses alimentos, tornando-os menos saudáveis e mais inseguros. No Capítulo 1 desta Tese encontram-se maiores informações sobre o consumo de alimentos ultraprocessados e suas consequências para a saúde do consumidor.

pouco saudáveis, tendendo a apresentarem quadro de obesidade associada à deficiência de nutrientes, uma vez que tais produtos se encontram disponíveis nos supermercados a preços mais baratos.

Esse comportamento aumenta as possibilidades dessas famílias contraírem as DCNTs, classificadas como doenças do mundo ocidental, resultantes do intenso consumo de alimentos ultraprocessados em sua dieta ( BLEIL, 1998; POLLAN, 2008; NAHAS, 2011). É importante ressaltar que as limitadas opções das escolhas alimentares a favor de alimentos ultraprocessados encontradas à mesa de consumidores de baixa renda são realizadas não só pela facilidade do preparo do alimento, mas principalmente pelo limitado poder de compra dessa população, que considera mais significativo investir no baixo valor monetário destinado para a aquisição de alimentos ultraprocessados que nas qualidades nutricionais desse tipo de dieta alimentar (MALUF *et. al.*, 2000; MONTEIRO, 2014; BIELEMANN *et. al.*, 2015; GUBERT *et. al.*, 2017).

Os preços elevados dos alimentos *in natura*, orgânicos, frutas, verduras, leguminosas e carnes limitam o consumo por parte das famílias mais carentes. Muito embora o PBF tenha ampliado o poder de compra das famílias cadastradas, ele não demonstrou ser suficiente para proporcionar o acesso a uma alimentação de qualidade, principalmente junto às famílias residentes nas áreas rurais do Brasil (ALMEIDA, 2009; MONTEIRO *et al.*, 2014;). Quando essas famílias se deslocam mensalmente até a cidade para receber seus benefícios, os moradores das áreas rurais elevam o consumo de alimentos processados e ultraprocessados adquiridos nos supermercados, adotando com mais frequência dietas urbanas que passaram a lhes colocar em situação de vulnerabilidade pelos riscos de insegurança alimentar.<sup>71</sup> Estas informações confirmam que os avanços para solucionar os problemas da fome no país não deveriam se deter somente em investimentos nos programas de transferência de renda, tendo em vista que “a segurança alimentar vai além, portanto, do acesso à renda porque deve ser reconhecida como um recurso fundamental de inclusão social” (ALMEIDA *et al.*, 2009, p. 280).

As repercussões do Programa Bolsa Família com questões relacionadas à segurança alimentar e nutricional encontram-se apresentadas no documento síntese do IBASE 2008, afirmando que após o recebimento dos benefícios as famílias dos titulares que participaram

---

<sup>71</sup> Segundo IBGE (2010), após a implantação do PBF, o perfil epidemiológico das famílias assistidas mudou consideravelmente. A situação de desnutrição e subnutrição encontrada principalmente no Norte e Nordeste do país até a década de 1990 passou a ser substituída por um perfil endêmico classificado como DCNTs, relacionado ao consumo de dietas amparadas em alimentos industrializados. A identificação dessa nova realidade no país caracteriza um perfil de Insegurança Alimentar (IA) maior nos domicílios das áreas rurais do que nos domicílios urbanos (Guia Alimentar da População Brasileira, 2014).

das entrevistas, apresentaram mudanças significativas na dieta alimentar, elevando consumo de alimentos processados e ultraprocessados, como se pode observar na seguinte citação:

De acordo com titulares, após recebimento do benefício do PBF, aumentou consumo de: 1. Açúcares – 78%; 2. Arroz e cereais – 76%; 3. Leite – 68%; 4. Biscoitos – 63%; 5. Industrializados – 62%; 6. Carnes – 61%; 7. Feijões – 59%; 8. Óleos – 55%; 9. Frutas – 55%; 10. Ovos – 46%; 11. Raízes – 43%; 12. Vegetais – 40% (BRASIL/IBASE, 2008, p. 5).

A adesão a essa nova dieta foi a grande responsável por criar mudanças, as quais permitiram o surgimento de novos padrões alimentares nas regiões brasileiras, tais como:

Nordeste – aumento do consumo declarado de todos os grupos de alimentos, com menor proporção de leite e de seus derivados. Sudeste – aumento mais significativo para o consumo de leites e derivados. Centro-Oeste e Norte – foram as regiões onde, comparando-se ao restante do país, houve menos mudança no consumo dos grupos de alimentos. Sul – o consumo de verduras e legumes foi o que menos se modificou quando comparado aos demais grupos de alimentos (BRASIL/IBASE, 2008, p. 5).

Essas informações, quando comparadas aos dados coletados na pesquisa de campo nas áreas de assentamentos na Amazônia, demonstram que as transições nos padrões alimentares identificadas nos dois assentamentos estão acompanhando, embora tardiamente, a tendência nacional,<sup>72</sup> refletindo o processo de urbanização vivenciado na atualidade nas zonas rurais do Amazonas (MURRIETA & DUFOUR, 2004; NARDOTO *et. al.*, 2006; MORAES, 2014; COSTA, 2015; SCHOR & AVELINO, 2017).

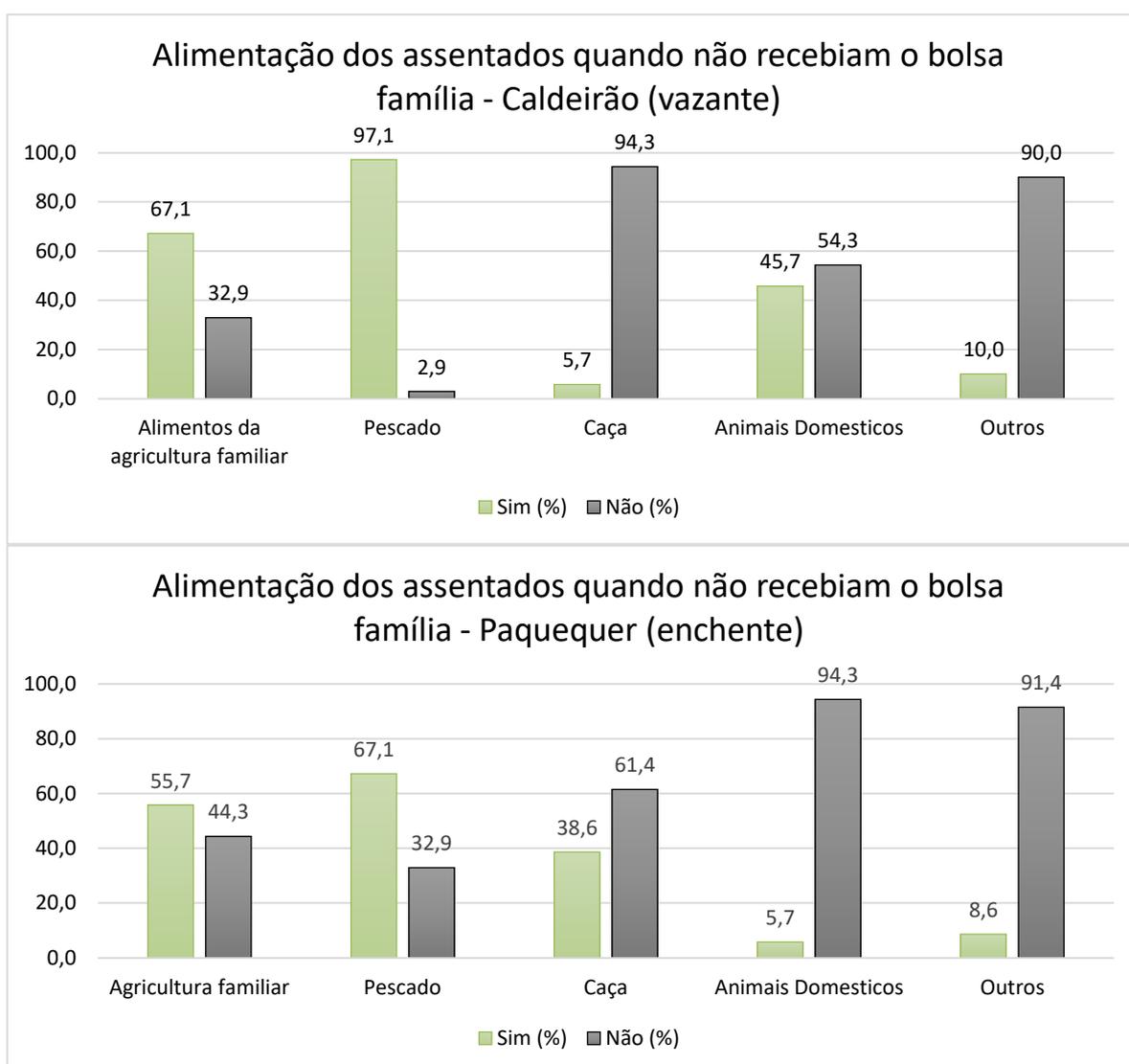
Segundo Nardoto (2011), as mudanças nas preferências alimentares dos moradores de áreas rurais amazônicas resultam da inserção das famílias no processo de urbanização associado ao aumento do poder orçamentário viabilizado pelos programas sociais de geração de renda, influenciando para que essas famílias comecem a estabelecer prioridades

---

<sup>72</sup>O sentido do termo “tardiamente” refere-se à inserção da Amazônia no processo de urbanização e aos impactos vivenciados pelos seus moradores com a sua inclusão na economia de mercado, refletindo mudanças culturais, sociais, econômicas, tecnológicas, comportamentais e alimentares na região, posto que o processo de transição alimentar conhecido como a “era dos supermercados”, vivenciado nos Estados Unidos logo após a II Guerra Mundial e nas regiões Sudeste e Sul do país na década de 1960, está sendo experienciado nas zonas rurais do Amazonas somente agora, nas primeiras décadas do século XXI. Corrêa (2006) afirma que a rede urbana é a principal responsável por realizar uma integração mundial ou nacional desigual e integrada. No caso amazônico e, especificamente no Amazonas, a rede urbana diferencia-se do restante do Brasil por apresentar funções, dinâmicas e descolamentos que caracterizam suas singularidades regionais marcadas pelo fluxo interurbano fluvial de pessoas e mercadorias de acordo com o regime de cheia e vazante dos rios. Nesse sentido, Moraes & Schor (2011) sustentam a importância de compreender-se o papel das cidades amazônicas, da sua rede urbana ao longo dos rios e das suas relações com o mercado para o abastecimento alimentar das cidades associados ao processo de mudanças identificado nos padrões alimentares.

na alimentação, substituindo o peixe e a farinha por alimentos como conserva, frango congelado e comida embutida.

De acordo com o IBGE, desde 2011, o consumo diário de vários itens que constituem uma dieta saudável a ser consumida pela população brasileira começou a diminuir na medida em que a renda *per capita* familiar aumentou. No caso do Amazonas, houve uma redução significativa do consumo de peixe fresco e de farinha em praticamente todo o Estado, enquanto o consumo de arroz, grãos, embutidos, enlatados, carne vermelha e, principalmente, um elevado consumo de frango congelado cresceu consideravelmente. Nos gráficos encontrados na Figura 28, é apresentado o perfil alimentar dos moradores entrevistados, antes de se tornarem beneficiários do PBF.



**Figura 28:** Informações sobre a alimentação dos assentados antes de se tornarem beneficiários do Programa Bolsa Família.

**Fonte:** Pesquisa de Campo, 2017.

**Org:** Geyza Oliveira, 2018.

As informações contidas na Figura 28 informam que o pescado e os itens oriundos da agricultura familiar nos dois assentamentos apresentaram consumo alimentar significativo, demonstrando dieta mais natural antes dos participantes se tornarem beneficiários do PBF. No item “Outros”, seis moradores do assentamento de terra firme alegaram consumir conservas e mantimentos comprados na cidade e sete moradores alegaram consumir alimentos enlatados. Dentre eles, um alegou que sua alimentação não se modificou porque nessa época já morava em Manaus.

A urbanização e a industrialização silenciosamente modificam estilos de vida. Segundo Poulain (2013), a indústria é a grande responsável por desvincular o consumo dos alimentos naturais e homogeneizar os hábitos alimentares ocidentais, criando novos comportamentos alimentares, que modificaram o consumo da tradicional “comida caseira”, estimulando o uso de alimentos ultraprocessados durante as refeições. Essas informações foram indentificadas nos dados comparativos encontrados entre a várzea e a terra firme dos assentamentos, permitindo avaliar o quanto o processo de modernização-urbanização se apresenta associado aos novos padrões alimentares encontrados no cotidiano dos assentados.

Por tratar-se de trabalho de pesquisa interdisciplinar, busca-se compreender as mudanças e as permanências nesses dois ambientes amazônicos. Para tanto, o trabalho envolveu dados qualitativos que permitiram a escuta e a aproximação com o universo dos participantes, viabilizado pelo uso de entrevistas semiestruturadas com perguntas abertas e fechadas, confrontadas com dados secundários para a construção das informações entre as variáveis e os dados numéricos (DUARTE, 2002; CRESWELL, 2010). Quanto às abordagens quantitativas, partiu-se do princípio de que tudo pode ser quantificável. Nesse sentido, as informações obtidas junto aos participantes permitiram a construção de dados estatísticos para análise comparativa entre os dois assentamentos, pois “com finalidade didática, é relevante traçar os perfis comparativos entre as características das metodologias quali e quanti aplicadas ao campo da saúde” (TURATO, 2005, p. 510).

As informações apresentadas neste capítulo correspondem aos resultados obtidos junto a 70 famílias do PDS de várzea e 70 famílias pertencentes ao PA de terra firme, totalizando 140 participantes que responderam aos formulários e colaboraram com a permissão do corte de unhas no período de enchente e vazante (2015 a 2017). O critério de inclusão das famílias na doação das unhas para análise isotópica amparou-se na obrigatoriedade dos mesmos serem beneficiados pelo Programa Bolsa Família, ao concordarem com o fornecimento de informações sobre sua dieta alimentar.

#### **4.2 Abordagens metodológicas utilizadas para avaliar o consumo alimentar dos assentados: correlações entre R24h, QFA e proporções isotópicas de Carbono e Nitrogênio**

O primeiro trabalho de campo realizado em julho de 2015 em Manacapuru e Nova Olinda do Norte permitiu a coleta de informações na zona rural e na cidade. Na cidade, foram realizadas visitas aos órgãos municipais e, na zona, rural o trabalho de campo permitiu o contato prévio com o *locus* da pesquisa e com os moradores que se dispuseram a participar desse trabalho. Foi realizado o mapeamento dos lotes e coletadas informações individuais sobre o tempo de moradia nos assentamentos, sua origem e sua produção agrícola familiar.

No segundo trabalho de campo foram coletadas informações para o preenchimento do formulário semiestruturado com perguntas abertas e fechadas, organizado pelo Laboratório de Ecologia Isotópica da ESALQ/CENA-USP, com as devidas adaptações para as áreas pesquisadas neste trabalho. A aplicação dos formulários, segundo Khan & Passos (2002), avalia as condições de vida e os hábitos alimentares, amparados nas dimensões econômicas, humanas e na qualidade de vida da população, pois exige informações gerais sobre as dimensões sociais, produção de alimentos, tipo de locomoção e condições de moradia. No item 6 do formulário, encontram-se as avaliações sobre o consumo alimentar dos entrevistados, norteadas pelo Recordatório 24 Horas (R24h) e seguido do Questionário de Frequência Alimentar (QFA) para a sondagem da alimentação dos entrevistados.

O R24h consiste na obtenção de informações dietéticas do alimento consumido pelos entrevistados nas últimas 24 horas (desjejum, lanche, almoço e jantar). No resultado dessas informações são também enumeradas as formas de preparo dos alimentos (frito, assado ou cozido), os tipos de bebidas ingeridas e se esses alimentos eram naturais ou artificiais, além de onde foram obtidos (no local ou na cidade). Quando esses inquéritos alimentares são realizados por nutricionistas, normalmente envolvem informações sobre peso e as porções em gramas, mililitros ou medidas caseiras. Por ser uma metodologia rápida e fácil de ser aplicada, é considerado muito vantajoso, por permitir com detalhes as observações dietéticas de grupos pesquisados (GIBSON, 2005; FISBERG, 2005 e 2008; BUENO *et al.*, 2010).

Quanto ao QFA, é uma abordagem metodológica direcionada para obter informação sobre a frequência alimentar dos entrevistados, de acordo com a listagem de alimentos nacionais e regionais, *in natura*, processados e ultraprocessados, adquiridos na zona rural ou nas cidades. Thompson (1994) afirma que é fundamental durante o uso dessa metodologia que o entrevistado comunique a frequência habitual do consumo de cada alimento listado, sendo 0 para nunca ou raramente, 2 para pouco frequente e 3 para frequente. Para Slater (2003), esse

procedimento é considerado bastante prático, pois metodologicamente permite envolver informações sobre a lista de alimentos e a frequência do consumo da dieta, colaborando para a avaliação da ingestão dietética relacionada a estudos epidemiológicos (dieta *x* doenças crônicas).

Após a aplicação dos formulários foi realizada a primeira coleta de unhas dos participantes. O material foi coletado pelo próprio doador com a ajuda de cortador de unhas de metal doado a cada participante. Cabia ao doador cortar a parte mais distal de suas unhas da mão para que as mesmas fossem acondicionadas em saco plástico, tipo ziplock de 05x07 cm, identificadas com o mesmo código do TCLE. Segundo O'Connell (2001), este é um método de amostragem não-invasivo, pois a queratina presente na unha é capaz de indicar a dieta dos últimos seis meses de cada doador, permitindo a comparação com os padrões alimentares identificados por meio das análises isotópicas realizadas nas unhas, para verificar possíveis implicações nutricionais e adaptativas. Essa parte da pesquisa se desenvolveu com o intercâmbio firmado junto a Universidade Estadual Paulista – USP, em parceria com o Projeto “Mapeamento isotópico da dieta no Brasil – dos núcleos mais isolados aos grandes centros urbanos” (Processo nº. 2011/50345-9, FAPESP) e com a Universidade de Brasília – UnB, Departamento de Ecologia, Laboratório de Relações Solo e Planta, coordenado pela Professora Doutora Gabriela Nardoto, do Laboratório de Ecologia Isotópica (CENA-USP).

No terceiro trabalho de campo realizado no segundo semestre de 2016, foram coletadas as informações qualitativas da pesquisa, utilizando perguntas abertas e fechadas sobre o tipo de alimentação realizada pelos participantes antes da sua inclusão no PBF; o entrevistado foi indagado sobre como era sua alimentação antes de receber o benefício; como se realizava a utilização do benefício por ordem de prioridade no consumo de produtos adquiridos na cidade; quais seriam os três alimentos industrializados mais consumidos com o recurso do Bolsa Família no momento das compras mensais por eles chamadas como “rancho”; que problemas poderiam surgir no ambiente familiar, caso houvesse a perda do benefício e, por fim, se na família já havia sido diagnosticado algum tipo de doença associada ao consumo alimentar.

O último trabalho de campo foi realizado no primeiro semestre de 2017, no período da enchente dos rios, com a aplicação dos formulários para 70 participantes em cada assentamento, preenchimento do R24h e QFA e a segunda coleta de unhas. Em julho do mesmo ano as unhas foram embaladas e enviadas para o Laboratório de Relações Solos e Plantas do Instituto de Biologia, Departamento de Ecologia da UnB, quando as amostras foram lavadas com água destilada numa mistura de metanol e clorofórmio com a finalidade de

retirar todas as impurezas contidas nas unhas, tais como resíduos sólidos, esmalte ou gorduras. Em seguida, as amostras foram pesadas (1-2 mg), identificadas e embaladas em cápsulas de estanho para serem encaminhadas para o Laboratório de Ecologia Isotópica, CENA – USP, Piracicaba – São Paulo. Essas cápsulas foram introduzidas em um analisador elementar (Carla Erba modelo 1110, Milão, Itália), que por combustão determinou a concentração de N e C total encontrados nas amostras. O gás proveniente da combustão foi purificado em uma coluna de cromatografia gasosa e foi introduzido diretamente num espectrômetro de massas – para razões isotópicas ThermoQuest-Finnigan Delta Plus (Finnigan-MAT, Califórnia, EUA).

Pesquisas isotópicas estáveis de Carbono e Nitrogênio utilizando amostras de unhas humanas de populações residentes em vários lugares do Brasil são realizadas desde 2002 pelo grupo de Pesquisa em Ecologia Isotópica do CENA/ESALQ/ USP (NARDOTO *et al*, 2006; COSTA, 2015; REINALDO, 2014; MARTINELLI *et al*, 2011; SILVA 2009). Os resultados encontrados a partir desse procedimento metodológico revelam os valores médios das razões isotópicas estáveis de Carbono ( $\delta^{13}\text{C}$ ) e de Nitrogênio ( $\delta^{15}\text{N}$ ), os quais apresentam variáveis de acordo com a dieta alimentar e a localização da moradia dos doadores, quer sejam em áreas urbanas ou rurais.

Segundo Nardoto *et al.* (2006), as análises isotópicas de unhas coletadas junto a grupos humanos residentes no Alto e Médio Solimões permitiram observações sobre quanto os seus doadores apresentaram contato com a economia de mercado e com o processo de urbanização, provocando o aumento dos valores de  $\delta^{13}\text{C}$ , identificados na queratina das unhas relacionados ao seu “grau de isolamento” vinculado, ou não, ao abandono das dietas tradicionais.<sup>73</sup>

As amostras de unhas coletadas nas duas áreas de assentamentos rurais do Amazonas foram correlacionadas com o R24h e o QFA e auxiliaram na confirmação da hipótese inicial da pesquisa sobre as mudanças nos padrões alimentares dos moradores dos assentamentos rurais pesquisados, as quais ocorrerem com menor ênfase no assentamento localizado na terra

---

<sup>73</sup> Para mais detalhes sobre o uso da metodologia isotópica analisando a complexidade da cadeia alimentar e a homogeneização das fontes alimentares amparada nos valores isotópicos da queratina encontrada nas unhas, recomendamos Nardoto *et al*(2006); Nardoto *et al* (2011); Martinelli *et al*(2011); Gragnani *et al* (2013). No Amazonas, os estudos de pesquisa realizados no Projeto do CNPQ – Edital MCT nº 014/2010-Universal, intitulado “Do peixe com farinha à macarronada com frango: uma análise das transformações na rede urbana no Médio e Alto Solimões pela perspectiva dos padrões alimentares”, coordenado pela Profa. Dra. Tatiana Schor, do departamento de Geografia da Universidade Federal do Amazonas, são realizados pelo Núcleo de Pesquisas das Cidades da Amazônia – NEPECAB. Esse projeto foi desenvolvido junto às cidades da calha do Rio Solimões: Benjamin Constant, Tabatinga, Alvarães, Uarini, Tefé; na calha do Rio Amazonas: Itacoatiara, Parintins e em Manaus, capital do Amazonas.

firme, em detrimento do assentamento localizado na várzea. Esses resultados ocorreram em virtude do maior grau de isolamento vivenciado pelos moradores da área de terra firme e pela significativa relação de mercado encontrada na área de várzea. A partir desta parte do trabalho, o PDS Costa do Caldeirão será identificado como área de várzea; e o PA Paquequer, como área de terra firme, de acordo com os momentos de enchente e vazante dos rios que podem ser observados no item a seguir.

#### **4.3 O consumo alimentar amparado nos resultados da análise isotópica de $\delta^{13}\text{C}$ e de $\delta^{15}\text{N}$ das unhas, R24h e QFA**

A composição isotópica de Carbono e Nitrogênio encontra-se codificada em todas as formas de vida. Os seres vivos incorporam o sinal isotópico que se encontra integrado aos seus tecidos (escamas, dentes, penas, pêlos e na queratina encontrada nos cabelos e unhas), provenientes de todos os alimentos por eles consumidos (MARTINELLI *et al.*, 2009). Neste trabalho, os valores de  $\delta^{13}\text{C}$  e de  $\delta^{15}\text{N}$  encontrados nas assinaturas isotópicas foram identificados na parte mais distal das unhas dos doadores, as quais apresentam queratina com registro isotópico de 5 a 6 meses anteriores à dieta declarada nos formulários do R24h e no QFA (O'CONNELL *et al.*, 2001).

As coletas de unhas foram realizadas em dezembro de 2015, na várzea, e em janeiro de 2016, na terra firme, correspondendo à dieta alimentar consumida na vazante, enquanto as coletas realizadas em maio, na várzea, e em junho de 2017, na terra firme, correspondem ao período do consumo alimentar realizado na enchente, posto que os resultados isotópicos encontrados nessas áreas e nesses períodos caracterizam as informações dietéticas relacionadas às fontes de alimentos e às práticas alimentares de cada doador nesses momentos (NARDOTO *et al.*, 2006).

Os valores de  $\delta^{13}\text{C}$  encontrados nessas dietas são gradientes indicadores do tipo de alimento que está sendo consumido. Quanto maior for o valor de  $\delta^{13}\text{C}$ , maiores serão as possibilidades de ingestão de alimentos de origem C4 (-13 a -11‰) encontrados nos tecidos dos doadores. Quanto mais baixos forem esses valores, evidencia-se o consumo de alimentos com fontes de C3 (com variações entre -34 e -24 ‰) no consumo da dieta alimentar desses doadores. Os alimentos de origem C4 normalmente são aqueles alimentos comprados em lojas ou supermercados e que não foram produzidos localmente (NARDOTO *et al.*, 2011; MARTINELLI *et al.*, 2011; REINALDO, *et al.*, 2015; SILVA *et al.*, 2015; AQUINO *et al.*, 2016; RODRIGUES *et al.*, 2016). Na tabela 2, encontram-se classificados os tipos de



enquanto os valores mais elevados de  $\delta^{15}\text{N}$  podem representar, para os moradores do assentamento de terra firme, a ingestão na dieta alimentar de alimento local, como a carne de caça ou o uso intensivo de fertilizantes químicos em plantações agrícolas realizadas nas áreas de várzea amazônicas (NARDOTO *et al.*, 2011; GRAGNANI *et al.*, 2013).

Os valores mais elevados de  $\delta^{15}\text{N}$  encontrados no assentamento de várzea chamam a atenção para a transformação na base de produção desses alimentos e para os problemas de saúde associados ao cultivo ou consumo desses produtos na agricultura familiar, em virtude da utilização frequente de fertilizantes ou pesticidas utilizados pelos assentados do assentamento de várzea. Segundo o Instituto Nacional do Câncer, as práticas de uso de agrotóxico em todo o Brasil permite que os consumidores continuem “comendo um veneno invisível que viola a soberania alimentar e os direitos sociais dos consumidores” (INCA, 2015), ressaltando o risco eminente à saúde associado à elevação dos índices de câncer junto aos pequenos produtores rurais em todo o país.<sup>74</sup>

A aplicação dos testes estatísticos comparou as duas populações a partir de dados com valores de  $\delta^{13}\text{C}$  e  $\delta^{15}\text{N}$  encontrados na várzea e na terra firme nos períodos da vazante e na enchente. Para isso, as variáveis foram submetidas a Teste-t quando os dados seguiram a normalidade e testada pelo teste de Shapiro-Wilk. No caso das amostras que apresentaram anormalidade, as mesmas foram submetidas pelo teste de Mann-Whitney, comparando os valores de  $\delta^{13}\text{C}$  e  $\delta^{15}\text{N}$  na vazante e na enchente para ambas as áreas. O teste estatístico para as duas populações de dados foi pareado, visto que a comparação foi realizada para os mesmos doadores em estações diferentes de enchente e vazante dos rios. Esses testes estatísticos assumiram variâncias iguais dos dados, adotando uma significância de  $p \leq 0,05$ . As análises estatísticas foram feitas usando o programa estatístico R.

---

<sup>74</sup> No referido documento encontra-se o POSICIONAMENTO DO INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA ACERCA DOS AGROTÓXICOS. O INCA é um órgão ligado ao Ministério da Saúde e que tem como missão desenvolver ações integradas para prevenção e controle do câncer. Entre elas, estão incluídas pesquisas sobre os potenciais efeitos mutagênicos e carcinogênicos de substâncias e produtos utilizados pela população em consequência do uso de agrotóxicos na produção e consumo de alimentos. O documento demarca o posicionamento do INCA contra o uso dos agrotóxicos e defende o uso de alternativas agroecológicas junto à agricultura familiar, afirmando que os agrotóxicos não são somente produtos químicos sintéticos usados para matar insetos ou plantas no ambiente rural e urbano. Disponível em: [http://www1.inca.gov.br/inca/Arquivos/comunicacao/posicionamento\\_do\\_inca\\_sobre\\_os\\_agrotoxicos\\_06\\_abr\\_15.pdf](http://www1.inca.gov.br/inca/Arquivos/comunicacao/posicionamento_do_inca_sobre_os_agrotoxicos_06_abr_15.pdf). Acesso em 02 mai de 2018.

**Tabela 3:** Estatística descritiva dos valores das amostras das unhas: Valores das Médias e Desvio Padrão (DP) de  $\delta^{13}\text{C}$  e  $\delta^{15}\text{N}$  das unhas dos voluntários tanto na várzea quanto na terra firme nos períodos da vazante e da enchente no Amazonas.

		$\delta^{13}\text{C}$ (‰)		$\delta^{15}\text{N}$ (‰)	
		Média	DP	Média	DP
Terra Firme	Enchente	-21,10	1,39	11,11	0,81
	Vazante	-20,71	1,36	11,13	0,49
Várzea	Enchente	-20,67	1,25	10,95	0,88
	Vazante	-20,20	1,28	10,89	0,57

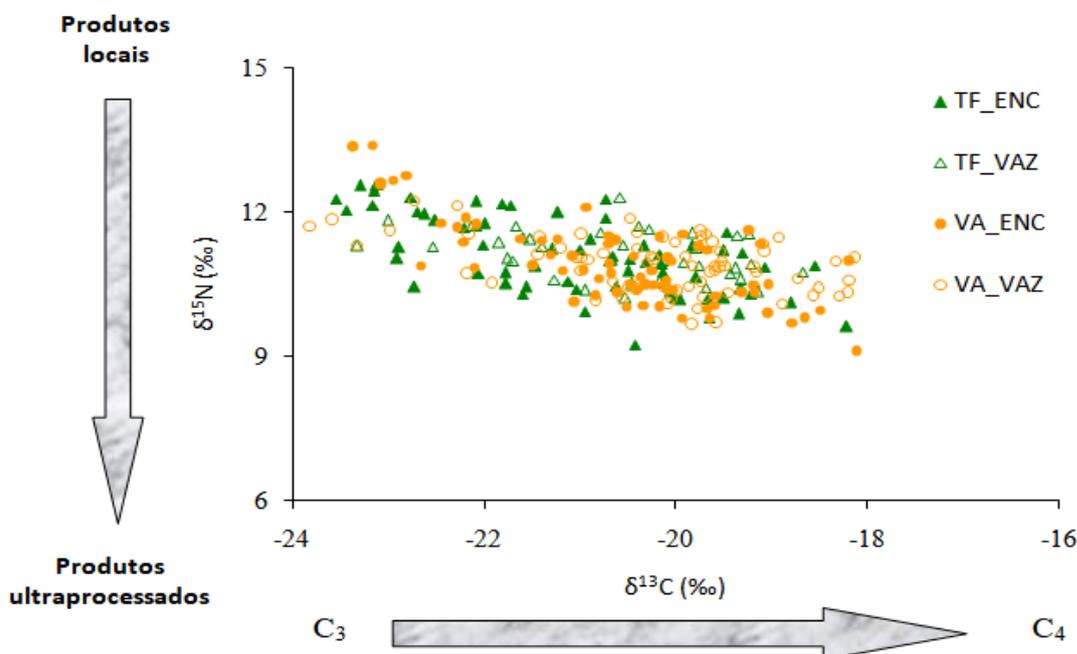
**Fonte:** Pesquisa de campo 2016/2017.

**Org:** Tiago Kisaka, 2018.

Na Tabela 3, pode-se observar que não houve diferenças entre as variáveis analisadas, pois os valores de  $\delta^{13}\text{C}$  das amostras das unhas nas duas áreas pesquisadas não diferiram entre si ( $p > 0,05$ ). O valor mais significativo de carbono foi verificado no período da enchente na terra firme, com a média de  $-21,1$  ‰ e com desvio padrão de 1,4, e o menor na vazante da área de várzea, com média de  $-20,2$  ‰ e desvio padrão de 1,3. Embora o valor mais significativo de nitrogênio tenha sido identificado na terra firme com 11,1‰ na vazante, os valores correspondentes ao mesmo período das amostras coletadas na área de várzea apresentaram elevação muito próximas aos valores encontrados nos centros urbanos, indicando que a alimentação dos doadores de várzea se apresenta simplificada do ponto de vista da variabilidade do consumo em sua cadeia alimentar (NARDOTO *et al.*, 2011).

Para visualizar melhor essas informações é importante observar o agrupamento dos valores de  $\delta^{13}\text{C}$  e  $\delta^{15}\text{N}$  apresentado na Figura 29, nas duas áreas e nos dois momentos de coleta das amostras, demonstrando de forma mais clara como se apresentam essas concentrações. A imagem representativa das amostras demonstra que não há um padrão claro definido, diferenciando a dieta alimentar dos assentados de terra firme e de várzea. Observa-se que, quanto mais a imagem se encontra posicionada para o lado direito do gráfico, menor será o consumo de alimentos com fontes de origem C3. No período da enchente, embora haja uma tendência menor, observa-se o aumento do consumo de fontes de origem C3, principalmente no assentamento de terra firme, enquanto na vazante os dois assentamentos apresentam uma tendência bem mais concentrada de consumo de alimentos advindo de fontes

C4. Provavelmente, a ausência de diferença estatística no período da vazante dos rios esteja associada a maior acessibilidade até a cidade, possibilitando que os assentados consumam mais a dieta alimentar classificada como “dieta de supermercado”.



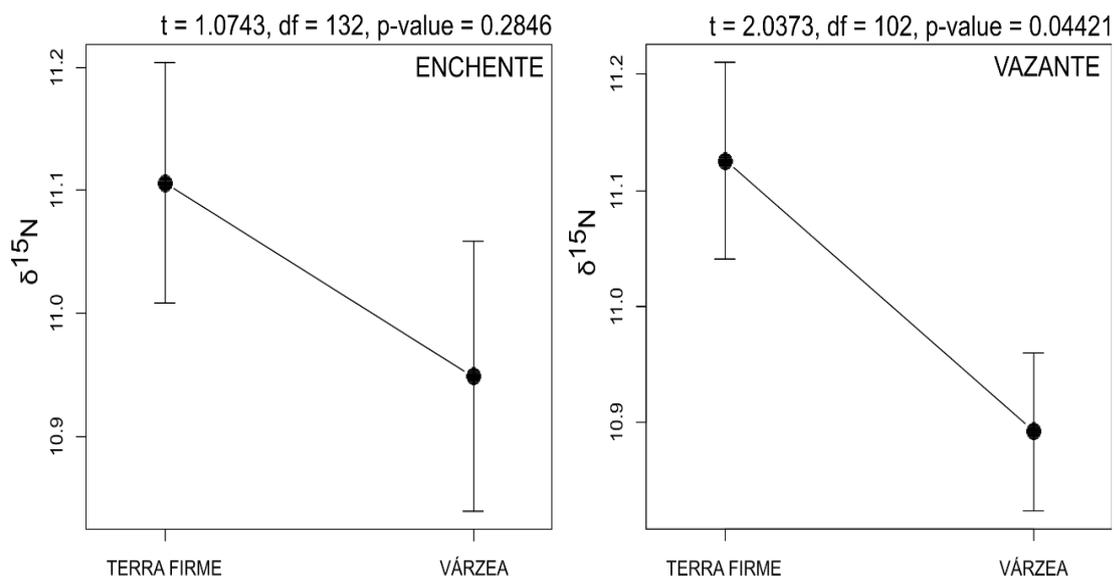
**Figura 29:** Distribuição total dos valores de proporções isotópicas estáveis encontradas nas amostras de unhas dos assentados ( $\delta^{13}\text{C}$  e  $\delta^{15}\text{N}$ ).

**Fonte:** Pesquisa de Campo, 2016-2017.

**Org:** Juliana Fernandes, 2018.

Tanto na vazante quanto na enchente, os valores de  $\delta^{15}\text{N}$  são bem menores na várzea. Embora os maiores valores de nitrogênio sejam comumente encontrados nos solos de terra firme da Amazônia (NARDOTO *et. al.*, 2006), que são bem menos férteis que os solos de várzea, a intensidade das relações de comércio vivenciadas nesse assentamento, principalmente com a exportação de maracujá, motiva o uso de fertilizantes como forma de estimular o crescimento das mudas e proteger a produção. Provavelmente na vazante essa diferença se torne ainda mais significativa na área de várzea, por configurar o momento da venda da produção e, conseqüentemente, a melhoria no poder de compra na aquisição de alimentos industrializados.

Na Figura 30, as diferenças nos valores de  $\delta^{15}\text{N}$  identificados na terra firme podem estar associadas ao maior consumo de alimento protéico pelo consumo de carne de caça, principalmente na época da enchente, pois dietas associadas ao consumo de animais terrestres de regiões tropicais tendem a elevar os valores de  $\delta^{15}\text{N}$  (MARTINELLI *et. al.*, 2009; NARDOTO *et. al.*, 2011).



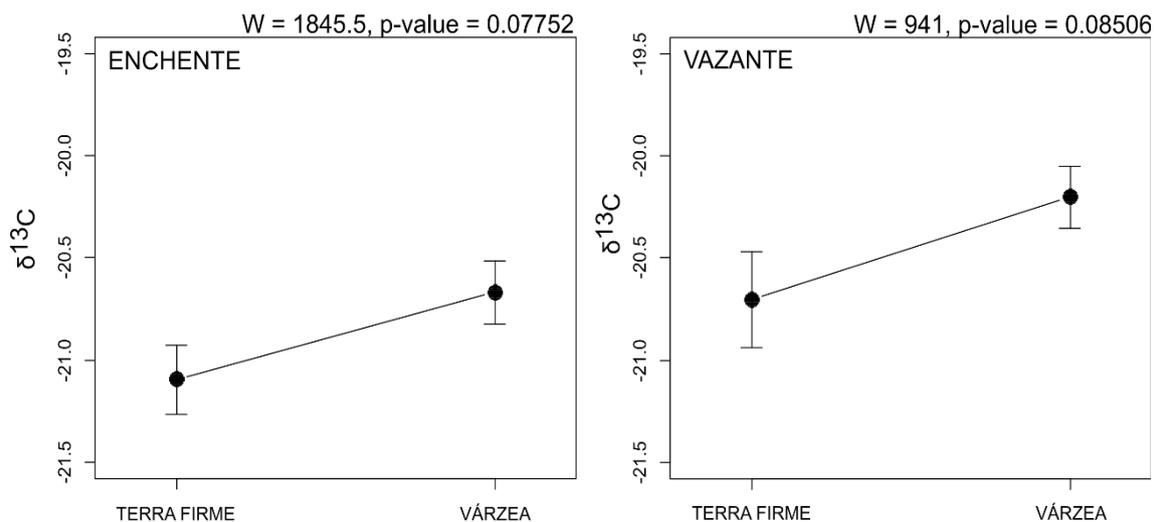
**Figura 30:** Comparação dos valores de  $\delta^{15}\text{N}$  nas unhas dos voluntários entre terra firme e várzea na enchente e na vazante.

**Fonte:** Pesquisa de campo 2016/2017.

**Org:** Tiago Kisaka, 2018.

Com relação à variação encontrada de  $\delta^{13}\text{C}$  representada na Figura 31, com variação entre -24 e -18‰, essa variável é praticamente a mesma, encontrada em pesquisas isotópicas realizadas nas regiões Nordeste, Centro Oeste e Sudeste do Brasil (vide RODRIGUES, 2016; AQUINO *et al*, 2016; REINALDO, 2015; NARDOTO *et al*, 2011). Esses estudos demonstram que há padronização do consumo alimentar dos beneficiários do PBF, principalmente no que se refere ao consumo de açúcar e arroz na alimentação diária, embora esses alimentos não sejam produzidos no Estado do Amazonas.

Ao comparar os dados da enchente e da vazante, é observado que não se apresentam diferenças significativas para  $\delta^{13}\text{C}$  entre terra firme e várzea. No entanto, possivelmente as relações de mercado, haja vista que é desse assentamento que são enviadas as culturas de maracujá e mamão para abastecer a cidade de Manaus, associado à maior proximidade com os centros urbanos, influenciaram para que se apresentassem diferenças nos resultados, indicando maior consumo de alimentos de fonte de origem C4.

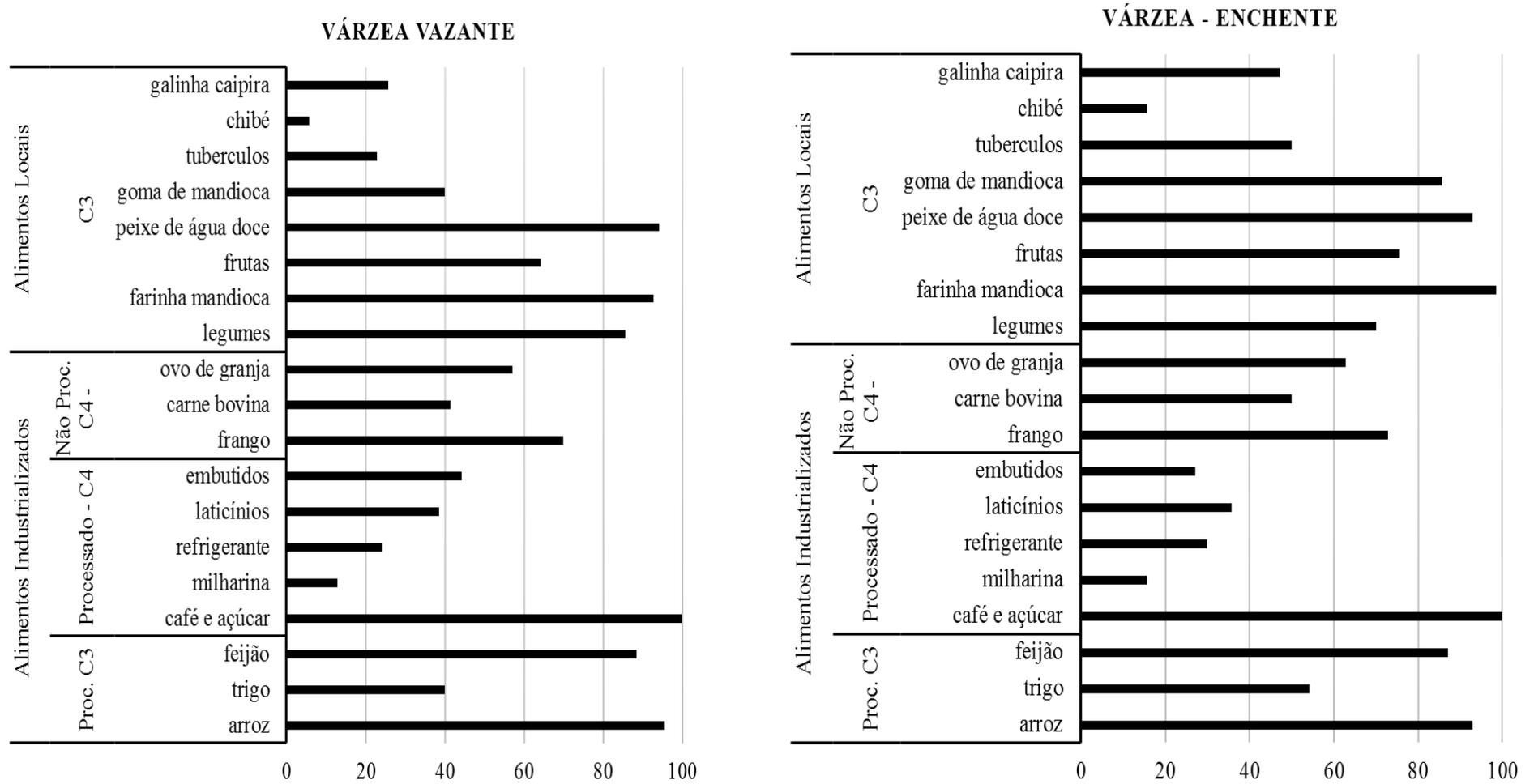


**Figura 31:** Comparação dos valores de  $\delta^{13}\text{C}$  das unhas dos voluntários entre terra firme e várzea na enchente e na vazante.

**Fonte:** Pesquisa de campo 2016/2017.

**Org:** Tiago Kisaka, 2018.

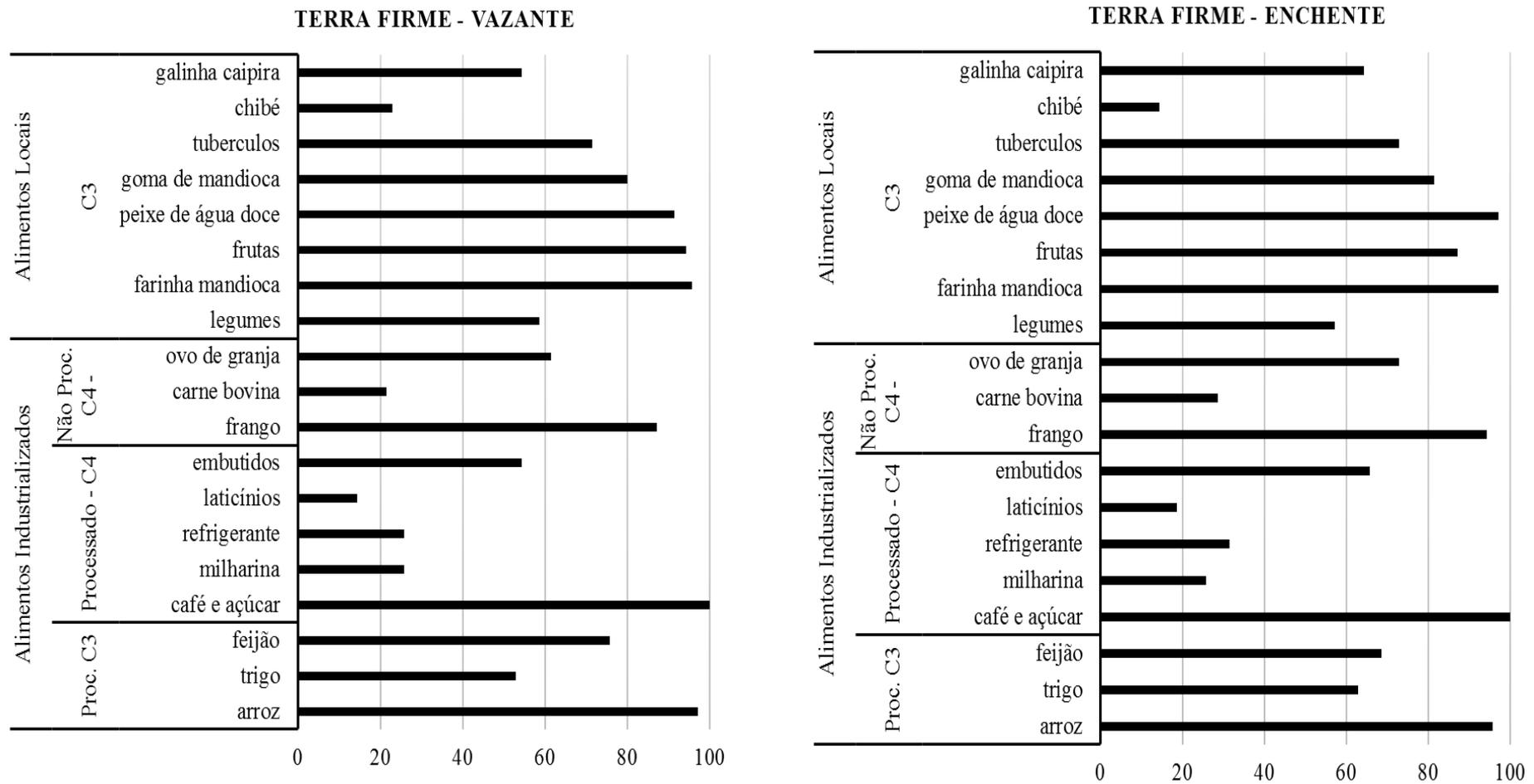
A comparação dos valores de  $\delta^{13}\text{C}$  entre os dois ambientes amazônicos evidencia a existência de valores mais significativos de  $\delta^{13}\text{C}$  na área de várzea, podendo estar associado ao consumo de alimentos com fontes C4. Para que se possa entender os fatores que influenciaram nas proporções isotópicas mais elevadas na várzea foram associados esses resultados isotópicos com as repostas dos entrevistados no preenchimento do QFA (Figuras 32 e 33). Esses dados mostram a classificação dos alimentos consumidos nas dietas dos participantes no momento da enchente e da vazante dos rios, destacando a frequência alimentar dos moradores, mediante o consumo de alimentos de origem local com fontes de origem C3 e de alimentos industrializados, que normalmente são produzidos em outras regiões e se classificam como processados com fonte de origem C3, processados C4 e não processados C4.



**Figura 32:** Proporção de alimentos consumidos e registrados no QFA dos moradores do assentamento de várzea.

**Fonte:** Pesquisa de campo 2016/2017.

**Org:** Tiago Kisaka, 2018.



**Figura 33:** Proporção de alimentos consumidos e registrados no QFA dos moradores do assentamento de terra firme.

**Fonte:** Pesquisa de campo 2016/2017.

**Org:** Tiago Kisaka, 2018.

Com as respostas obtidas no QFA (Figura 32, 33 e 36), demonstra-se que os alimentos classificados como industrializados se fazem cada vez mais presentes no cotidiano e na frequência alimentar dos assentados, influenciando a perda da culinária regional, principalmente quando as respostas foram associadas a resultados encontrados no R24h (Figuras 37 a 41). Esses resultados evidenciam que também nas áreas dos assentamentos está havendo a substituição gradativa da tradicional farinha com peixe pelo peixe com arroz. A substituição da farinha pelo arroz, considerado como um alimento urbano e bastante consumido, demonstra “a combinação dos dois ou sua exclusão, mesmo quando pressionada por fatores econômicos, traz consigo importantes metáforas de identidade, classe e ascensão social” (MURRIETA, 2011, p.60).

Atenção maior deve ser dada a esse fato por existirem nos alimentos processados e ultraprocessados elevadas concentrações energéticas de açúcares, lipídios e gorduras, que não são encontradas nos alimentos locais consumidos *in natura* (Guia Alimentar para a população Brasileira, 2014). Nas entrevistas, ficou evidenciado o baixo consumo de frutas, legumes, tubérculos e de folhas verdes, que são alimentos naturais capazes de prevenir várias doenças relacionadas à dieta alimentar (Figura 39).

Outra análise interessante nesse processo são as relações de comércio que demarcam o avanço do urbano nos lugares no interior do Amazonas, porquanto, o alimento industrializado consumido nos dois assentamentos foi produzido em grandes centros urbanos e encontra-se totalmente deslocado do seu enraizamento geográfico (POULAIN, 2013). Alimentos como o frango congelado, iogurte, queijos, catchup, maionese, refrigerantes circulam amplamente nas zonas rurais do interior do Amazonas, muitas vezes sem receber as devidas adaptações de temperatura e conservação a que foram submetidos no momento de sua produção (SCHOR & COSTA, 2013; SCHOR & AVELINO, 2017).

Embora os resultados tenham apresentado que esses alimentos são adquiridos na cidade, por serem mais baratos; no interior dos dois assentamentos encontram-se pequenas tabernas, organizadas na parte da frente da casa dos assentados, disponibilizando a compra dessas mercadorias (vide Figura 34). No primeiro trabalho de campo realizado na área de várzea, foram identificadas 02 tabernas na área do Rio Solimões e, no Igarapé do Lago Preto, foram identificadas 04 tabernas e uma residência com serviço de panificação caseira. Em 2017, a taberna localizada no Porto da Peruana encontrava-se fechada. A dona do lote alegou que a venda das mercadorias no “fiado” a prejudicou economicamente e originou “má querência” com a vizinhança. Na parte do Igarapé do Lago Preto, as tabernas são bem maiores. Nelas são vendidos gás de cozinha, combustíveis e alimentos congelados.



**Figura 34:** Lotes onde se encontram venda de produtos industrializados na várzea.

**Fonte:** Cinthya Martins, Pesquisa de Campo, 2015-2017.

No assentamento de terra firme foi identificada uma taberna na área dos lotes São José e duas na Vicinal Paquequer (Figura 35). A taberna que está localizada em frente à Escola Municipal Paquequer é bem mais estruturada do que as demais; é construída em alvenaria e fica no lote onde os adolescentes se reúnem no fim de tarde para realizar seus momentos de lazer durante os jogos de vôlei, comentado no capítulo 2. Segundo a proprietária, nos dias letivos, os alunos da escola direcionam-se ao estabelecimento para lanchar, consumindo principalmente salgadinhos, biscoitos recheados e refrigerantes. O alimento processado mais vendido pela proprietária se enquadra na ordem dos embutidos como salsicha e linguiça calabresa. Não foi identificada venda de gás de cozinha e de combustível nesse assentamento.

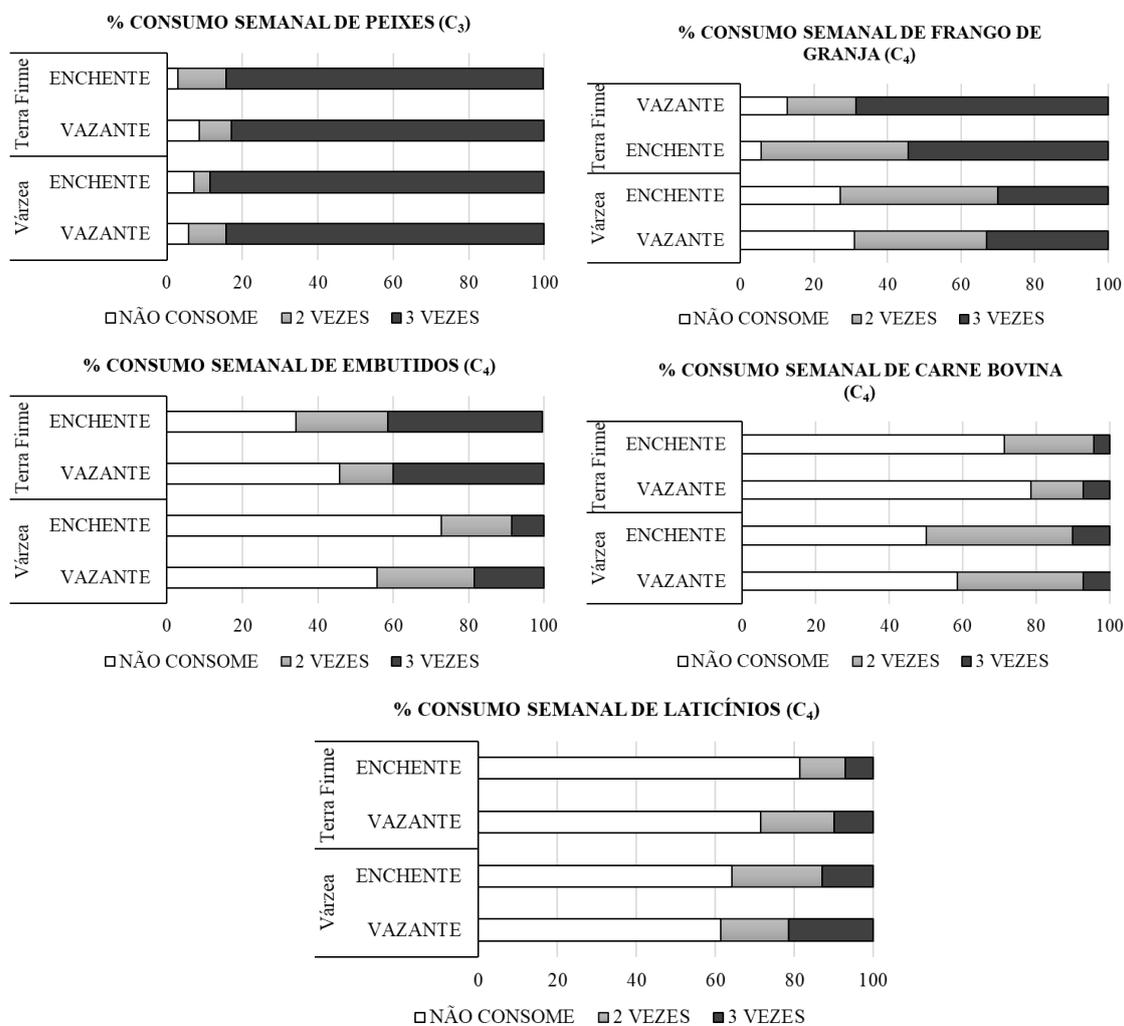


**Figura 35:** Produtos industrializados encontrados nas tabernas do assentamento de terra firme.  
**Fonte:** Cinthya Martins, Pesquisa de Campo, 2015-2017.

O consumo de alimentos industrializados que atualmente constitui a base da "dieta ocidental" se encontra espalhado pelo mundo e está muito presente no cotidiano dos assentados. Carlos (2004) afirma que o processo de produção do espaço revela a aproximação da realidade social dos lugares e de sua relação com o mundo, configurando os “espaços-tempo” da vida. Adams *et. al.* (2006), por sua vez, aborda as particularidades locais e históricas nas zonas rurais amazônicas, demonstrando que estas não se encontram mais limitadas somente aos fatores naturais de consumo, apresentando-se marcadas pela capacidade de daptarem-se às demandas do capital, ora se expandindo, ora se contraindo, entre a economia de mercado e a economia de subsistência, de acordo com a condição econômica familiar de cada morador.

Ao comparar-se o QFA (Figura 36) dos assentados, listando a frequência do consumo somente de proteínas, percebeu-se que o consumo de frango congelado e de peixes apresenta-se com valores próximos para ambos. A proximidade encontrada nesses dados dificultou identificar que tipo de proteína pode ser considerada responsável pelo aumento do  $\delta^{13}\text{C}$  na várzea. No entanto, quando associados esses valores ao consumo de laticínios,

embutidos e de carne bovina (dieta com fonte C4) mais consumida na várzea, comparada com as fontes de origem C3, consumidas pelos moradores de terra firme, principalmente quando estes incluem em sua dieta a galinha caipira e a carne de caça, pode-se inferir que esses tipos de alimentos colaboram para essas diferenças.



**Figura 36:** Comparativos do consumo de proteínas identificadas no QFA dos assentados de várzea e de terra firme na enchente e na vazante.

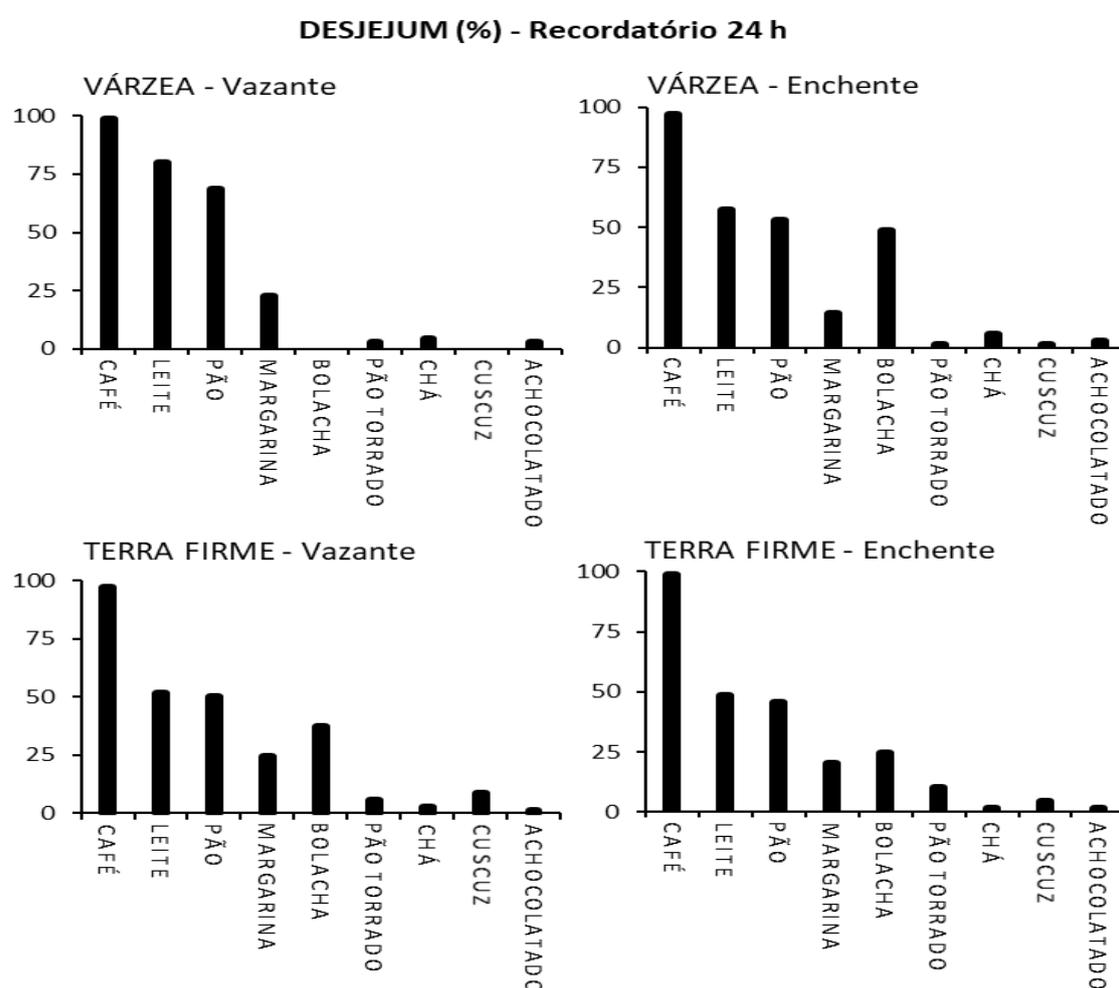
**Fonte:** Pesquisa de campo 2016/2017.

**Org:** Tiago Kisaka, 2018.

Segundo Nardoto *et al.* (2006), a rede de comércio que estimula o consumo de carne bovina e de frango congelado na dieta é o principal veículo condutor para o consumo de alimentos com fonte C4 na Amazônia. Martinelli *et al.* (2011) afirma que a elevação dos sinais isotópicos com fontes de origem C4 ocorre em virtude do rebanho bovino no Brasil alimentar-se, exclusivamente de gramíneas do tipo brachiaria, com elevado sinal C4. Nesse sentido, tanto a carne bovina quanto os seus derivados (leite, queijos, iogurtes, etc.) apresentam sinal C4. Com o consumo cada vez mais frequentes desses alimentos, os

moradores das áreas rurais do Amazonas colaboram para a padronização das dietas alimentares e influenciam o consumo de alimentos industrializados, estimulados pela praticidade e adoção de dietas que podem ser caracterizadas como tipicamente urbanas e menos vinculadas ao consumo de produtos oriundos da agricultura familiar.

As informações sobre a dieta dos assentados referentes à escala isotópica e QFA foram associadas às informações obtidas nos formulários do R24, com a finalidade de se observar em que momento (desjejum, merenda, almoço ou jantar) a alimentação local ainda se faz presente na dieta alimentar dos assentados.



**Figura 37:** Dados comparativos do R24h na dieta realizada no desjejum.

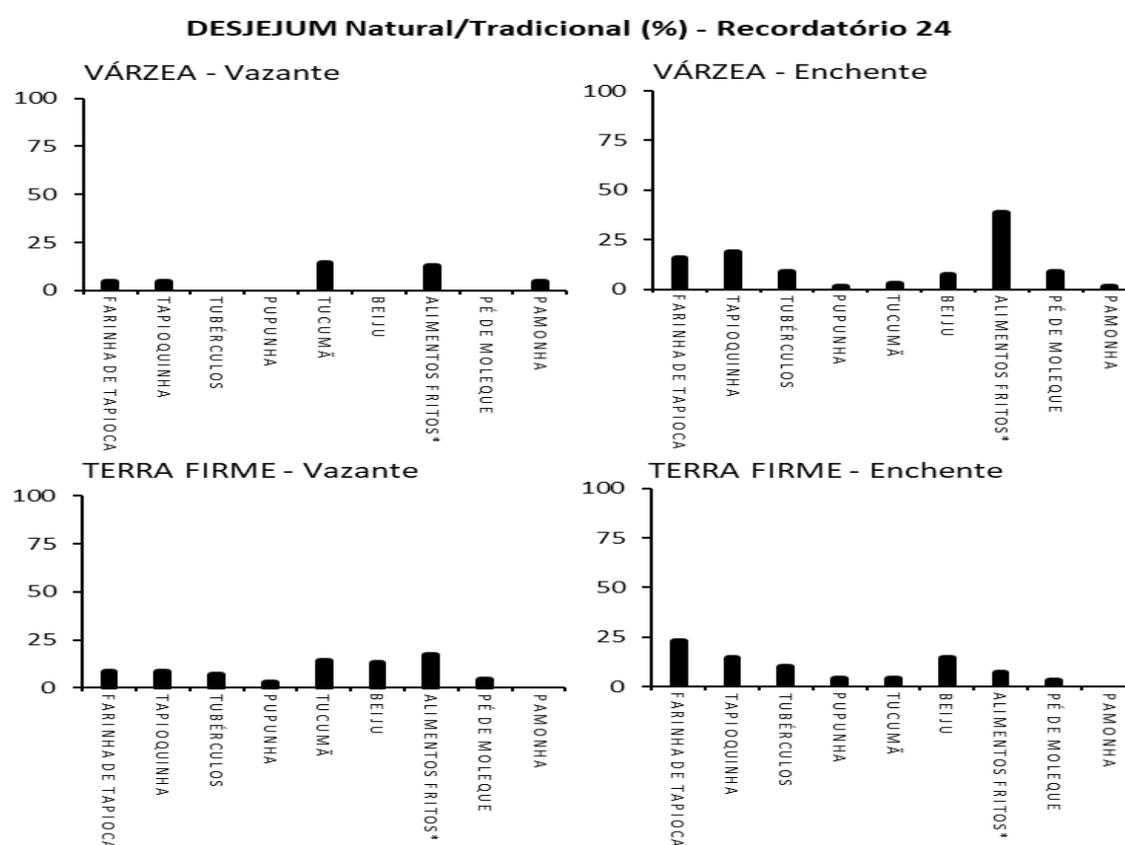
**Fonte:** Pesquisa de campo 2016/2017.

**Org:** Tiago Kisaka, 2018.

Os resultados encontrados no R24h (Figura 37) mostram que os itens alimentares consumidos na primeira refeição diária não divergem muito entre os moradores dos dois assentamentos nos períodos de enchente e vazante. Todavia, demonstram o abandono de

hábitos alimentares mais tradicionais e o consumo excessivo de café, com ou sem a adição de leite e adoçado com açúcar (fonte C4). O consumo de café, leite, pão e margarina na alimentação matinal exemplificam alimentação urbana e representam o intenso consumo de alimentos não produzidos localmente. A quantidade de açúcares e gorduras encontradas nesses alimentos compromete a saúde dos consumidores e aumenta as chances de contraírem as DCNTs (ALMEIDA, 2009; AQUINO, 2016; GUBERT, 2017).

Esses dados demonstram o baixo consumo de alimentos regionais no desjejum como a tapiquinha, beiju, pamonha, pé de moleque, mingau, biscoitos de goma e frutas (Figura 38). Os tubérculos e o consumo de frutos nativos como pupunha, tucumã, bacaba e açaí (itens apontados no formulário como alimentos de consumo e venda) não se apresentaram com valores significativos no R24h nem no QFA. Classificam-se como alimentos fritos: a banana verde ou amarela, os fritos de trigo feitos com uso de leite e ovos e os fritos de massa de mandioca. Normalmente o óleo usado para essas frituras é reutilizado mais de uma vez, comprometendo ainda mais a saúde. Nenhum participante alegou usar a banha de origem animal para realizar as frituras desses alimentos.



**Figura 38:** Dados comparativos do R24h na dieta do desjejum: consumo de alimentos tradicionais.

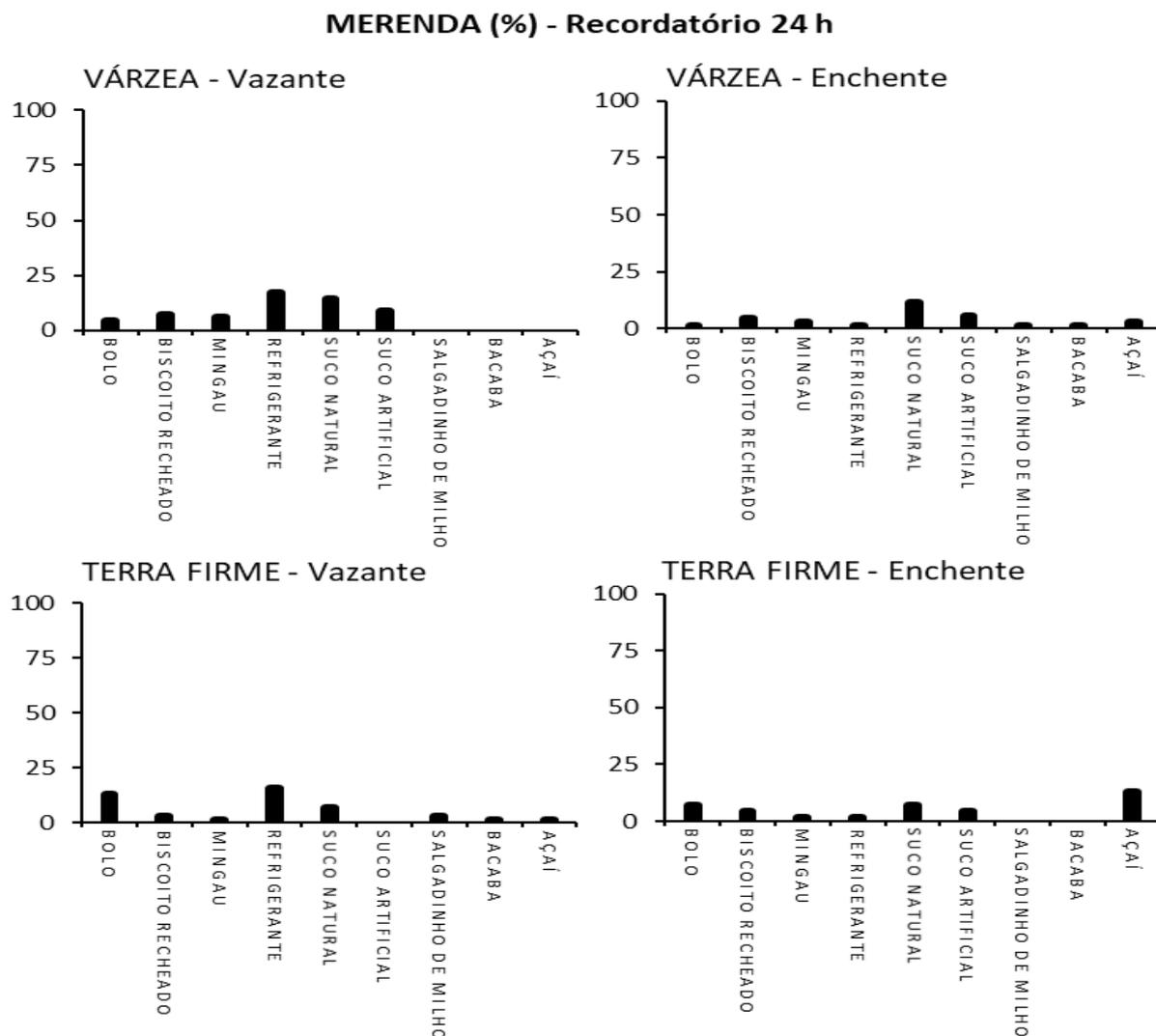
**Fonte:** Pesquisa de campo 2016/2017.

**Org:** Tiago Kisaka, 2018.

Embora até a década de 1980 o consumo da alimentação realizada no horário da merenda<sup>75</sup> na Amazônia ocorresse com a ingestão de café, tubérculos cozidos, frutos típicos da floresta ou suco de frutas regionais (MURRIETA, 2001), os resultados encontrados nos dois assentamentos demonstraram que é na vazante que ocorre o maior consumo de alimentos artificiais representados na elevação do consumo de refrigerantes, bolos e biscoitos recheados, enquanto na enchente há maior tendência para o consumo de sucos naturais, açai e bacaba (Figura 39). Na várzea o consumo de suco natural de maracujá resulta do armazenamento da polpa colhida e que não foi vendida no período da vazante, enquanto na terra firme o suco natural consumido veio da polpa do cupuaçu. Quanto ao consumo de frutas como merenda na várzea, dez moradores alegaram comer banana e um morador comeu mamão na enchente e apenas oito alegaram ter comido melancia na vazante. Na terra firme, sete moradores alegaram ter comido manga na vazante e três moradores alegaram ter comido laranja, demonstrando o baixo consumo deste alimento na refeição.

---

<sup>75</sup> Enquanto em outros lugares do Brasil, o uso da palavra “merenda” quase sempre direciona para assuntos relativos à merenda escolar, na Amazônia a “hora da merenda” representa a “hora do lanche” conhecida no restante do país. Essa refeição é normalmente realizada com refeições mais leves, no intervalo entre o desjejum e o almoço ou no intervalo do almoço ao jantar. Segundo Murrieta (2001), esses alimentos são classificados na Amazônia como “não comida” ou “não refeição”, por serem tidos como alimentações complementares ou de consumo ocasional, a não ser nos dias de grandes trabalhos na plantação ou na colheita, que a merenda passa ser bem reforçada com farofas feitas com a farinha de mandioca, para garantir a reposição das energias gastas no trabalho.



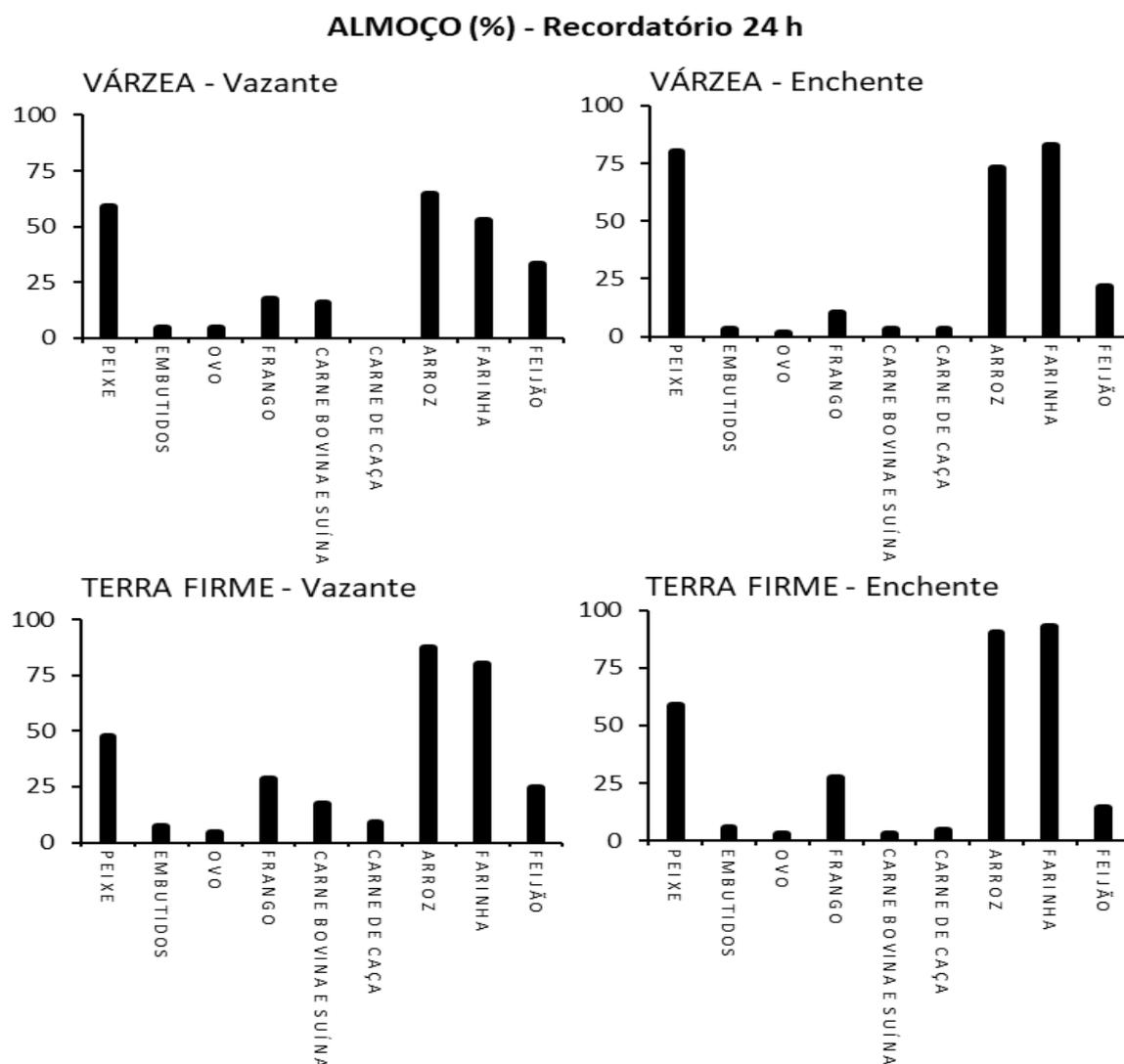
**Figura 39:** Dados comparativos do R24h na merenda dos assentados.

**Fonte:** Pesquisa de campo 2016/2017 .

**Org:** Tiago Kisaka, 2018.

Com relação aos itens alimentares consumidos no almoço, o consumo de proteínas advindas do pescado apresentou-se bastante elevado, confirmando que no almoço dos moradores ainda se priorizam a ingestão de alimentos tradicionais como o peixe e a farinha, embora o consumo de arroz tenha se intensificado no período da vazante nos dois assentamentos. O consumo de leguminosas também se apresentou menor que o consumo de pescado, aparecendo como complemento da refeição quando o pescado é ingerido frito. A carne de caça (C3) é mais consumida na terra firme, porém, em menor escala que a carne bovina e suína. O consumo de frango (C4), embora menor que o consumo de peixes, aparece nos dois assentamentos e apresenta elevação de consumo no assentamento de terra firme, no período da vazante, quando o fluxo dos moradores até a cidade é mais intenso em virtude da ausência das chuvas na região. Nardoto *et al.* (2016) afirma que as compras mensais

realizadas nos supermercados das cidades com a renda obtida dos excedentes da produção familiar ou pelos ganhos monetários advindos dos auxílios governamentais colaboraram para a “reestruturação na composição alimentar” nas áreas rurais, com a inclusão na dieta dos moradores de alimentos embutidos e frango congelado. Esta informação pode ser confirmada nos dados do QFA (Figura 36) sobre a frequência de proteínas consumida nos assentamentos.



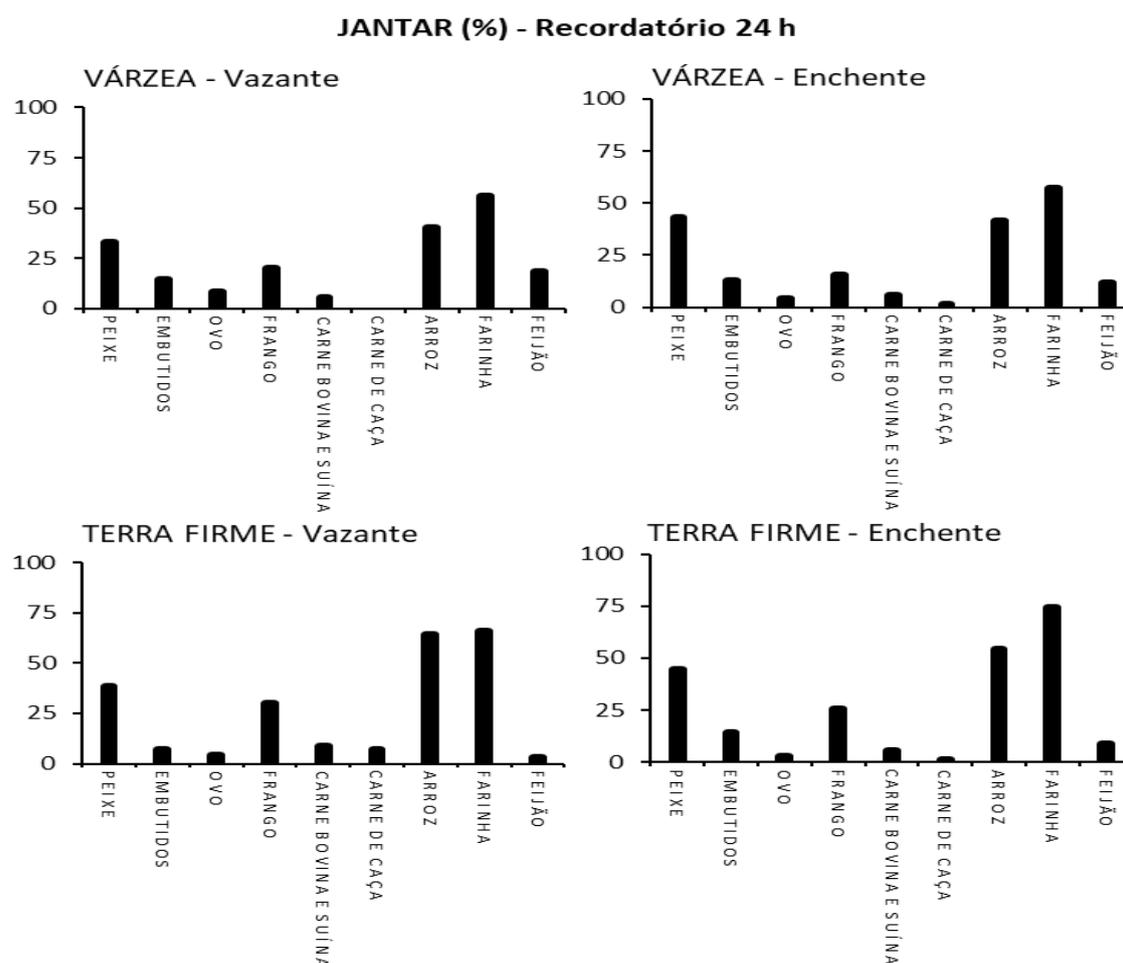
**Figura 40:** Dados comparativos do R24h no almoço dos assentados.

**Fonte:** Pesquisa de campo 2016/2017.

**Org:** Tiago Kisaka, 2018.

No jantar dos moradores, o R24h demonstrou a diminuição do pescado com relação ao percentual consumido no almoço e o aumento do consumo de embutidos, ovos e frango (C4), principalmente na vazante (Figura 41). Esse padrão foi identificado nos dois assentamentos, entretanto, o consumo de frango associado ao preparo de sopas instantâneas ou de canjas feitas com legumes foi identificado principalmente na várzea. Os ovos e os

embutidos são consumidos normalmente fritos, associados à farinha de mandioca e ao arroz, na forma de farofas. A carne bovina consumida nesta refeição é realizada no consumo de picadinhos processados, comprados no supermercado, consumidos com arroz e farinha. O consumo de macarrão nas refeições do almoço e jantar foi insignificante nos dois assentamentos. A incorporação de mais alimentos processados e ultraprocessados no jantar com relação à dieta alimentar do almoço deve-se, segundo os entrevistados, à praticidade e à rapidez do preparo desse tipo de alimento.



**Figura 41:** Dados comparativos do R24h no jantar dos assentados.

**Fonte:** Pesquisa de campo 2016/2017.

**Org:** Tiago Kisaka, 2018.

O aumento na renda familiar com o acesso aos programas de geração de renda trouxe transformações no cotidiano dos entrevistados e foi apontado como instrumento facilitador para a compra dos produtos industrializados. Todas as famílias entrevistadas nos dois assentamentos confirmaram que parte da renda do PBF é direcionada para a compra do rancho mensal em supermercados situados nas cidades de Nova Olinda do Norte e de

Manacapuru. Embora os produtos da cesta básica sejam encontrados nas tabernas localizadas no interior dos assentamentos, os participantes alegaram que os preços desses alimentos são bem mais elevados. Por essa razão é melhor realizarem as compras na cidade, quando os mesmos se deslocam para receber os seus benefícios, como se observa na Figura 42.



**Figura 42:** Transporte do rancho realizado em Manacapuru – PDS Costa do Caldeirão.  
**Fonte:** Cinthya Martins, Pesquisa de Campo, 2016.

No caso dos participantes da entrevista qualitativa na área de terra firme, 32 assentados confirmaram que o peixe consumido no assentamento era comprado na cidade de Nova Olinda do Norte. No assentamento de várzea, o pescado consumido é adquirido pelos próprios moradores, nos rios e nos lagos localizados próximos ao seu local de moradia, mas esse pescado é repassado aos atravessadores. Segundo Gubert *et. al.* (2017), embora o número de famílias beneficiadas pelo PBF no período de 2004 a 2013 tenha aumentado, esses índices não são indicativos para alegar a redução do número de famílias que continuam vivendo em situação de pobreza nas regiões Norte e Nordeste do país. Isto evidencia a importância do acompanhamento por parte dos programas sociais, no sentido de analisar questões relacionadas à insegurança alimentar das famílias beneficiadas nos Estados e municípios, implementando políticas sociais adequadas à segurança alimentar. É importante avaliar que não é só a quantidade de alimentos adquiridos para saciar a fome das famílias beneficiadas, mas sim, a qualidade desses alimentos e as maneiras como esses alimentos são adquiridos, pois “uma alimentação saudável não é meramente questão de escolha individual. Muitos

fatores – de natureza física, econômica, política, cultural ou social – podem influenciar positiva ou negativamente o padrão de alimentação das pessoas” (Guia Alimentar para a população brasileira, 2014, p. 22).

No item 3 das sondagens qualitativas, foi solicitado para que os entrevistados listassem três produtos industrializados mais consumidos na alimentação da família e comprados com os recursos do PBF, por ordem de prioridade. Na Tabela 4, entre os três alimentos mais citados em cada uma das opções apresentadas pelos entrevistados aparecem na primeira opção de alimentos mais comprados: o arroz, frango congelado e açúcar. Na segunda opção os alimentos mais citados foram: arroz, frango congelado e café. E na terceira opção de compra, aparecem: açúcar, frango congelado, arroz e feijão (com os mesmos valores).

**Tabela 4:** Alimentos industrializados comprados com o recurso do PBF na terra firme

Produto	Alimento 1 (%)	Alimento 2 (%)	Alimento 3 (%)
Arroz	22,9	20,0	14,3
Frango congelado	20,0	14,3	15,7
Açúcar	18,6	5,7	20,0
Café	7,1	17,1	4,3
Feijão	7,1	10,0	14,3
Salsicha	7,1	2,9	2,9
Leite	4,3	8,6	7,1
Macarrão	4,3	5,7	7,1
Macarrão instantâneo	-	4,3	-
Calabresa	-	-	4,3
Conserva	2,9	1,4	1,4
Carne	-	2,9	-
Óleo	1,4	2,9	2,9
Ovo	2,9	-	-
Bolacha	1,4	-	-
Sabão	-	1,4	-
Sal	-	1,4	-
Sardinha	-	1,4	-
Jabá	-	-	1,4
Manteiga	-	-	1,4
Picadinho	-	-	1,4
Trigo	-	-	1,4

**Fonte:** Pesquisa de Campo, 2017.

**Org:** Geyza Oliveira, 2018.

Na área de várzea, na Tabela 5, aparece como primeira opção de compra o arroz, o leite de caixa e o feijão. Na segunda opção, aparece o frango congelado, o café e arroz. E na terceira opção de compra aparecem feijão, arroz e a salsicha. Na área de terra firme, o consumo de arroz e frango congelado é apontado nas três opções por ordem de prioridade, enquanto na várzea somente o arroz aparece como alimento citado nas três opções. No entanto, o consumo de frango congelado é o alimento mais comprado com os recursos do PBF, com 64,3%, embora nessa área da pesquisa a pesca tenha sido apontada como bastante significativa nas atividades realizadas pelos moradores entrevistados. Na área de várzea, o consumo de açúcar foi apontado como alimento prioritário nas compras mensais, embora os maiores índices de compra desse produto se apresentem na área de terra firme.

**Tabela 5:** Alimentos industrializados comprados com o recurso do PBF na várzea

Produto	Alimento 1	Alimento 2	Alimento 3
Frango congelado	-	64,3	-
Arroz	30,0	5,7	17,1
Feijão	11,4	4,3	21,4
Café	10,0	10,0	2,9
Leite de caixa	14,3	4,3	8,6
Salsicha	10,0	2,9	11,4
Açúcar	10,0	2,9	10,0
Conserva	4,3	-	7,1
Macarrão	-	-	7,1
Óleo	2,9	-	2,9
Linguiça	2,9	-	-
Bolacha	-	2,9	-
Picadinho	-	-	2,9
Calabresa	-	1,4	2,9
Extrato de tomate	1,4	-	-
Ovo	1,4	-	-
Tempero	1,4	-	-
Massa	-	1,4	-
Iogurte	-	-	1,4
Jabá	-	-	1,4
Nescau	-	-	1,4
Sardinha	-	-	1,4

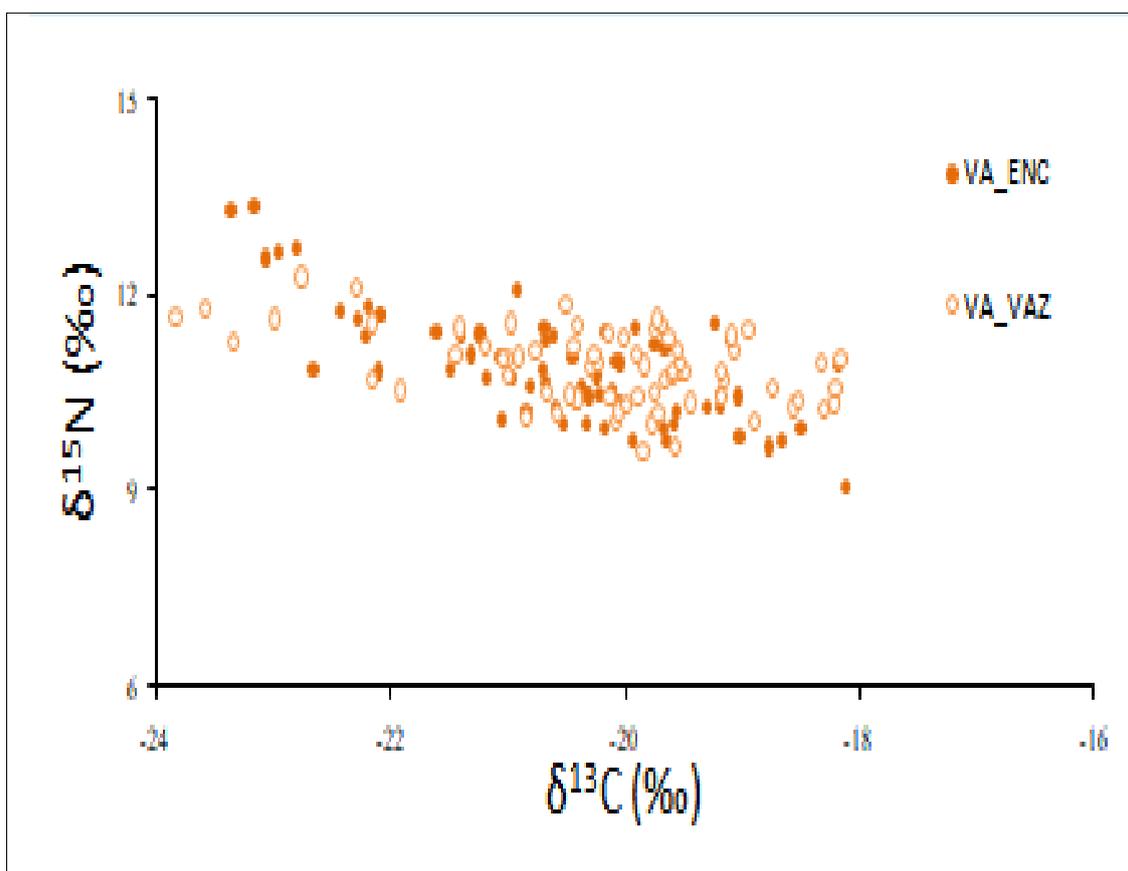
**Fonte:** Pesquisa de Campo, 2017.

**Org:** Geyza Oliveira, 2018.

A incorporação das três metodologias (QFA, R24h associadas ao sinal isotópico) nas dietas alimentares realizadas na enchente e na vazante da várzea e da terra firme foi fundamental para a compreensão das diferenças entre o consumo de alimentos *in natura* e o consumo de alimentos industrializados (processados ou ultraprocessados), pois, na medida em que os moradores relataram detalhes de sua dieta alimentar, foi possível associar a sua dieta aos sinais isotópicos das amostras de unhas de cada doador, para verificar se essas informações se aproximaram dos resultados encontrados em pequenas cidades e centros urbanos da Amazônia.

#### 4.4 Comparação entre várzea e terra firme no contexto histórico da transição nutricional vivenciada na Amazônia: mudanças ou permanências?

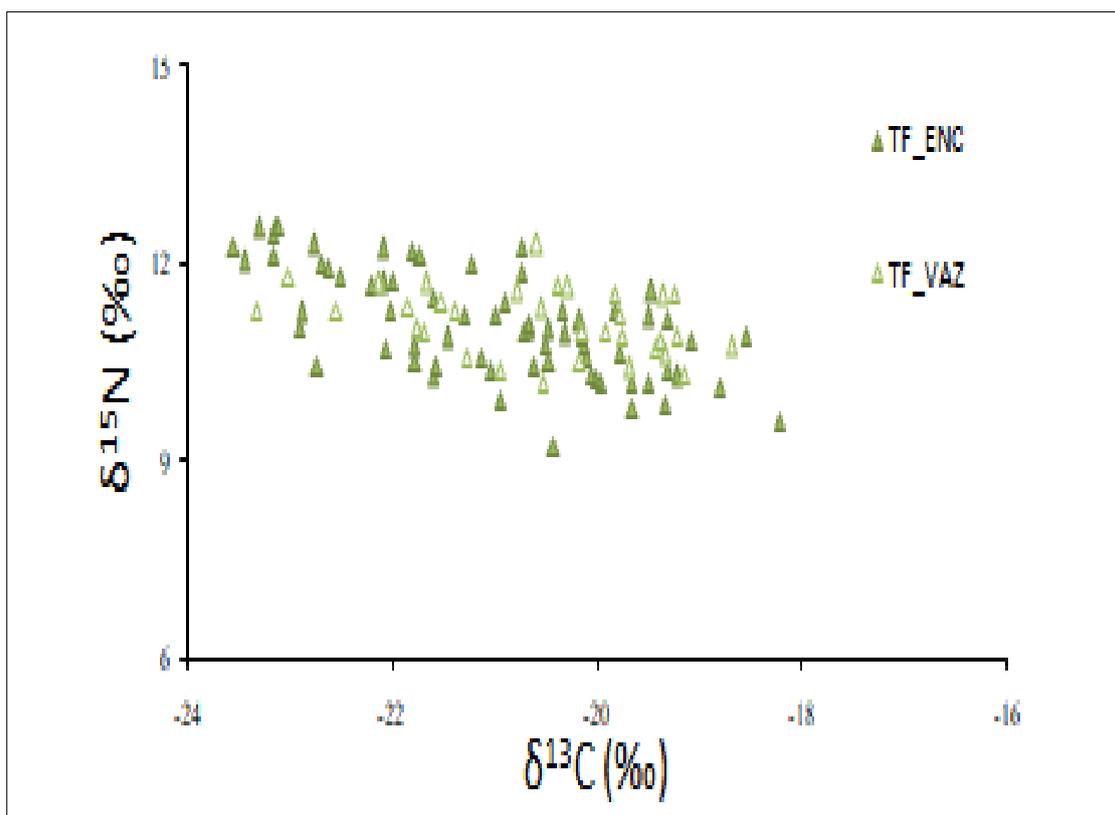
As informações obtidas sobre os padrões alimentares identificados nos assentamentos rurais pesquisados revelaram a proporção das transformações nos hábitos alimentares tradicionais, mesmo sabendo que os assentados continuam desenvolvendo relações de produção agrícola familiar em seus lotes. Alguns fatores, como a intrínseca relação dos assentados com o modo de vida urbano, impulsionaram gradativamente as mudanças em seus padrões alimentares, estimulando a substituição da alimentação local por dietas advindas do consumo de produtos industrializados, adquiridos fora das áreas dos assentamentos e comprovadas pelas alterações nos sinais isotópicos C3 e C4 encontrados nas unhas dos doadores.



**Figura 43:** Correlação dos resultados isotópicos ( $\delta^{13}\text{C}$  e  $\delta^{15}\text{N}$ ) das unhas dos voluntários da várzea para enchente e vazante.

**Fonte:** Pesquisa de campo 2016/2017.

**Org:** Tiago Kisaka, 2018.



**Figura 44:** Correlação dos resultados isotópicos ( $\delta^{13}\text{C}$  e  $\delta^{15}\text{N}$ ) das unhas dos voluntários da terra firme para enchente e vazante.

**Fonte:** Pesquisa de campo 2016/2017.

**Org:** Juliana Fernandes, 2018.

A comparação entre as Figuras 43 e 44 demonstra que tanto na enchente quanto na vazante os valores de  $\delta^{13}\text{C}$  são maiores na várzea. Embora essa diferença não tenha se apresentado como significativa entre as duas áreas pesquisadas, conseqüentemente se apresenta associada ao período da vazante dos rios, em que é possível identificar maior consumo de produtos com fontes de origem C4. O elevado consumo desses alimentos na área de várzea pode estar associado às relações de mercado mais premente na várzea, onde os moradores têm mais facilidade de vender seus produtos agrícolas e têm acesso ao uso de fertilizantes químicos que, por sua vez, também, colaboraram com a queda dos valores  $\delta^{15}\text{N}$ . Na terra firme, por outro lado, as relações de mercado são menos intensas, a ausência de fertilizantes e o consumo de carne de caça promoveram o aumento do consumo de fontes alimentares de origem C3. Aqui um fator importante é a mobilidade dos moradores, visto que o assentamento de várzea tem mais possibilidades de deslocamento por via terrestre, por meio da estrada que perpassa todo o assentamento e, ainda, por via fluvial, sem contar a proximidade com a cidade de Manacapuru e também com a capital, Manaus.

Estudos realizados por Nardoto *et. al.* (2011) comprovaram que há mais de uma década as populações amazônicas já apresentavam transformações em sua dieta alimentar com fortes características da transição nutricional. As variações isotópicas encontradas em unhas de doadores da cidade de Santarém, ao serem comparadas com os resultados isotópicos encontrados em doadores residentes em Piracicaba, no interior de São Paulo, apresentaram similaridade e maior identificação com consumo de alimentos de fontes de origem C4 do que com os resultados isotópicos encontrados nas pequenas cidades localizadas na calha do rio Solimões, advindos de fonte de origem C3. A perda da conectividade com o consumo de alimentos locais encontrados por Nardoto *et. al.* (2006) na cidade de Santarém exemplifica, naquele momento, o quanto se apresentavam elevadas as proporções de carbono e nitrogênio associadas às transformações do uso do solo pelas atividades de pecuária e pelo uso dos fertilizantes, comprovando o quanto a dinamização das práticas de mercado direcionadas para produção e uso do solo afetam os padrões alimentares na região e demonstram as transformações nas fronteiras agrícolas na Amazônia.

Costa (2015) afirma que, embora os hábitos alimentares amazônicos tenham se perpetuado conectados às tradições culturais alimentares preservadas pela população mais idosas, a influência dos valores consumistas impostos pela economia de mercado permitiu a adoção de práticas alimentares vivenciadas por populações mais jovens, que colaboraram para a substituição do peixe e da farinha de mandioca por alimentos como o frango congelado e os embutidos. O aumento do consumo desses alimentos associados ao consumo de bebidas como refrigerantes, biscoito recheado, salgadinhos e suco artificial de pacote, tornaram-se alimentos marcadores das transições alimentares vivenciadas nas zonas rurais do Amazonas (NARDOTO *et. al.*, 2006; SCHOR & COSTA, 2013).

O grau de mudança nas razões isotópicas encontradas entre ambientes urbanos e rurais da Amazônia apresentaram variações de acordo com o ambiente de moradia dos doadores. É importante compreender como as influências das relações de mercado simplificam as cadeias alimentares na Amazônia, pois é a complexidade do ecossistema florestal que enriquece o nitrogênio na região. Sem essa complexidade, o rio e a floresta perdem o seu valor de uso e passam a ser valorizados pelo seu valor de troca (CORRÊA, 2006). Políticas públicas de reforma agrária implantadas na Amazônia tornaram o rio e a terra como fontes de capacitação de renda para participação na economia de mercado, deixando a população local dependente das políticas de geração de renda realizadas pelo Estado.

Quanto mais complexas se apresentarem as relações de mercado vivenciadas no interior da floresta, diminui-se a complexidade na cadeia alimentar de seus moradores,

porquanto, eles passam a caçar e pescar menos e a consumir mais alimentos industrializados vindos da cidade ou a consumir peixes criados em cativeiro, que também se alimentam de hormônios de crescimento (SCHOR & COSTA, 2013; LIMA *et. al.*, 2018, em revisão).

Pesquisas realizadas em 2011 que analisaram as razões isotópicas de carbono e nitrogênio nas unhas de moradores de aldeias, pequenas cidades e de centros urbanos da Amazônia Brasileira<sup>76</sup> demonstraram o aumento dos valores isotópicos pelo elevado consumo de alimentos com fontes de origem C4, como carne vermelha, açúcares e o frango congelado confirmados nas informações da dieta alimentar declarada no R24h e no QFA dos doadores que ali residiam (NARDOTO, 2011). Esses resultados foram comparados com as amostras de unhas dos moradores das vilas, registrando diferentes valores de  $\delta^{13}\text{C}$  e  $\delta^{15}\text{N}$  abaixo dos resultados encontrados nas pequenas cidades e nos centros urbanos, evidenciando que a alimentação desses moradores coincidia com dietas advindas de fontes de origem C3 compatível com o consumo de alimentos locais como o peixe e a farinha (NARDOTO, 2011).

Os resultados obtidos junto aos moradores das vilas confirmaram o percentual de similaridade isotópica de 35%, indicando a existência de dieta alimentar homogênea entre os doadores das vilas e o maior consumo de alimentos com fontes de origem C3. No entanto, os estudos também demonstraram que, quanto mais estruturada se apresentava a vila em termos de acesso, energia elétrica, transporte e meios de comunicação, mais “o seu padrão alimentar foi similar ao das cidades de médio e grande porte na Amazônia. Estas, por sua vez, já aderiram à “dieta de supermercado” (NARDOTO *et al.*, 2016, p. 200), enquanto nas comunidades menos estruturadas socioeconomicamente a dieta alimentar era baseada no consumo de aves domésticas, na produção agrícola familiar, na pesca, na caça e na coleta de frutos retirados da floresta.

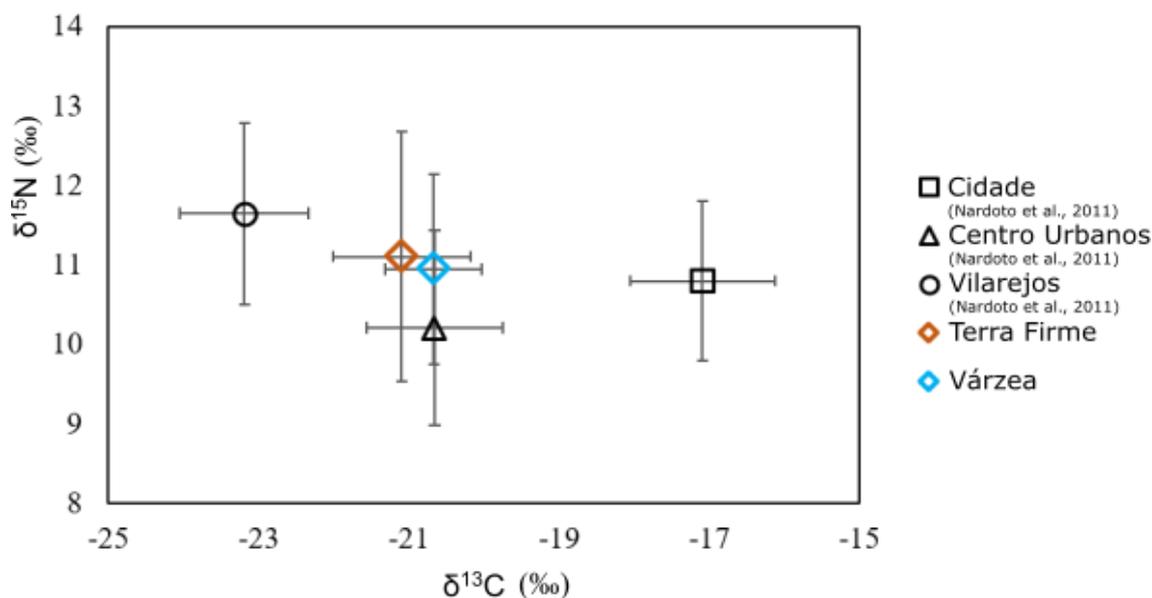
Motivados pela necessidade de verificar se os valores isotópicos encontrados nos assentamentos pesquisados poderiam revelar mudanças ou permanências relacionadas aos padrões alimentares identificados nas vilas, pequenas cidades e centros urbanos da Amazônia, compararam-se os valores isotópicos dos assentados encontrados nesta pesquisa com os dados obtidos nas pesquisas sobre a dieta alimentar realizada em 2011, na tentativa de confirmar a hipótese de que, na medida em que o processo do urbano ocorre para além das cidades, as

---

<sup>76</sup> A pesquisa envolveu 431 doadores voluntários moradores de vilas, pequenos núcleos urbanos e grandes centros urbanos da Amazônia Brasileira localizadas ao longo do rio Solimões e rio Amazonas. A pesquisa foi realizada nas Vilas de Capacete, Novo São Francisco, Terezina III, Boa Esperança, Jarauá, Nova Jerusalém, Santa Maria do Cururu, São Francisco do Cururu (consideradas pela autora como “comunidades isoladas”) e com moradores das cidades de Alvarães, Benjamin Constant, Tabatinga, Novo Airão, Uarini, Tefé, Manaus, Itacoatiara e Parintins.

questões identitárias e simbólicas que sustentam a sociologia da alimentação se modificam e reestruturam a experiência alimentar (POULAIN, 2013).

Na Figura 45, apresenta-se a correlação dessas informações, comprovando que os resultados isotópicos encontrados nas áreas dos assentamentos rurais estão muito mais próximos dos resultados encontrados nas pequenas cidades e nos centros urbanos do que com os resultados encontrados nas vilas pesquisadas em 2011.



**Figura 45:** Correlação dos valores isotópicos ( $\delta^{13}\text{C}$  e  $\delta^{15}\text{N}$ ) identificados em 2011 por Nardoto *et al.* (símbolos em preto), com os valores encontrados na várzea e na terra firme neste estudo (símbolos coloridos).

**Org:** Tiago Kisaka, 2018.

Essas informações indicam que os alimentos consumidos no período de 2016 a 2017 pelos assentados possuem características de dieta alimentar urbana. A posição que a área de terra firme e de várzea ocupa na figura evidencia a existência de uma cadeia trófica menos complexa, principalmente na várzea, traduzida pela diminuição dos valores de  $\delta^{15}\text{N}$  para a Amazônia e pelo aumento dos valores de  $\delta^{13}\text{C}$ , confirmando a diminuição do consumo de alimentos locais e o aumento do consumo de alimentos processados e ultraprocessados comprados em tabernas, lojas ou supermercados, com fonte de origem C4.

No ocidente, a tendência hegemônica do sistema alimentar mundial e os modelos de produção agrícola agroindustrial padronizaram o consumo de alimentos e colaboraram para transformar o ato de comer em um ato político, ético e ecológico, pois, na atualidade, as identidades locais gastronômicas vivenciam o risco de desaparecimento e o ato de cozinhar se tornou o lugar da resistência (BLEIL, 1998; POLLAN, 2007; POULAIN, 2013). Embora ainda sejam insignificantes as atividades agroindustriais nas zonas rurais do Amazonas, o

processo de substituição dos gêneros alimentícios locais pelo consumo do frango congelado, embutidos, biscoitos recheados e enlatados, macarrão instantâneo, salgadinhos de milho, refrigerantes e iogurtes refletem a homogeneização dos padrões alimentares, principalmente nas cidades do interior, inserindo-as no contexto da insegurança alimentar, na medida em que “não se caracteriza mais a fome e o baixo consumo de proteínas ou carboidratos, porém, a má nutrição permanece” (SCHOR, 2016, p. 187).

Questões relacionadas à Segurança Alimentar ampliam debates sobre a preservação da comida como patrimônio cultural dos lugares, autonomia das escolhas alimentares e o fortalecimento dos grupos sociais no sentido de se tornarem agentes produtores de sua saúde. A alimentação possui função social, cultural e simbólica, possibilitando o sentimento de pertencimento aos lugares (ROCHA, 2012; POULAIN, 2013). É importante que os grupos sociais passem a tomar consciência de que a não preservação das habilidades e das práticas culinárias tradicionais os aproximam da evolução de doenças crônicas causadas pelo elevado consumo de calorias, provocando o surgimento dos índices de obesidade, hipertensão e diabetes.

Com a intenção de avaliar se o diagnóstico dessas doenças associadas às dietas alimentares já se encontravam presentes no cotidiano das famílias participantes, foram realizadas entrevistas com os ACS que se encontravam trabalhando nos assentamentos. No caso do assentamento de várzea, não há Posto de Saúde; a enfermeira responsável reside na Comunidade Bela Vista e realiza visitas quinzenais no assentamento. Dois ACS realizam o atendimento domiciliar semanalmente nas duas áreas. Dependendo da gravidade dos casos, os pacientes podem ser encaminhados para atendimento na Comunidade Bela Vista ou para Manacapuru. No Igarapé do Lago Preto se encontra uma casa de moradia mais estruturada para realização do atendimento médico. Em frente a casa encontra-se escrito em folha de isopor a identificação “UBS Soila Rodrigues”. Na área do Rio Solimões, esse atendimento é realizado na moradia da ACS. Lá encontram-se armazenados em prateleiras os medicamentos para pressão alta, vômito, diarreia, hipoclorito e fichas com as informações dos pacientes atendidos no Programa Saúde da Família. Informações da Secretaria Municipal de Saúde dão conta que, a partir do segundo semestre de 2016, passou a exigir o peso e a medida de todos os integrantes das famílias atendidas, além do controle da alimentação de crianças e adultos. Na última pesquisa de campo ao assentamento, os ACS estavam aguardando pela visita da enfermeira responsável, que deveria verificar o aumento dos casos de hipertensão identificados no assentamento. Na Tabela 6, abaixo, encontram-se organizadas as doenças associadas à questão da dieta alimentar.

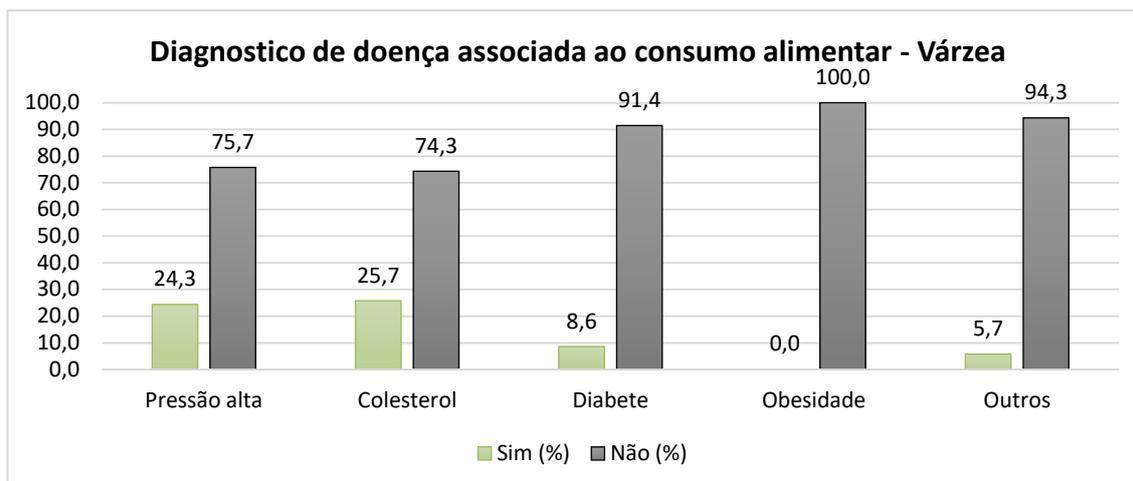
**Tabela 6:** Dados das doenças identificadas no assentamento de várzea associadas à dieta alimentar

Assentamento de várzea – Área III – Micro 7 – Rio Solimões		
DCNTs	2015	2017
Hipertensos	15	14*
Diabéticos	08	07*
Colesterol	03	02*
Obesidade	05	06
Famílias Assistidas	84	88
*Registro de 01 óbito. Recebem atendimento 17 idosos (55-85 anos) e 73 crianças (0-12 anos). Os exames de glicose são realizados de três em três meses na Secretaria Municipal de Saúde de Manacapuru. As visitas são realizadas semanalmente pela ACS para distribuição e acompanhamento dos pacientes que recebem medicamentos como Metiformina, Captropil, Enalapril, Losartana e Glibenclamida. A ACS responsável por essa área aconselhou seus pacientes a comprar seu próprio aparelho para acompanhamento diário dos índices glicêmicos.		
Assentamento de várzea – Área II – Micro 9 – Igarapé do Lago Preto		
DCNTs	2015	2017
Hipertensos	25	30*
Diabéticos	02	04
Colesterol	05	08
Obesidade	09	15
Famílias Assistidas	153	165
*Registro de 01 óbito; Recebem atendimento 71 idosos (55-85 anos) e 195 crianças (0-12 anos). Nessa área é realizado a distribuição de Glibenclamida, Sinvastatina, Captropil, Losartana, Enalapril, Nifedipino, Hidroclorotiazida, Atenolol, AAS e o controle da entrega desses medicamentos é realizado mensalmente.		

**Fonte:** Informações dos ACS da Secretaria Municipal de Saúde de Manacapuru / Comunidade São Francisco – Coordenação de Atenção aos Hipertensos e Diabéticos.

**Org:** Cinthya Martins, 2018.

A última pergunta do formulário de abordagens qualitativas questionava se na família dos participantes alguém já havia sido diagnosticado com algum tipo de doença associada ao consumo alimentar. As respostas se encontram representadas na Figura 46:



**Figura 46:** Doenças associadas à dieta alimentar na várzea.

**Fonte:** Pesquisa de Campo, 2017.

**Org:** Geyza Oliveira, 2018.

Entre as respostas, nenhum entrevistado considerou a obesidade como doença ou se identificou como acima do peso. A maioria informou que não sabia que essas doenças estavam associadas à dieta alimentar, a não ser depois da confirmação do diagnóstico pelos médicos ou pelos ACS, que passaram a monitorar e perguntar sobre a sua dieta nos momentos da entrega dos medicamentos, pedindo-lhes que diminuíssem o consumo de açúcar, frituras e sal.

As informações sobre as endemias identificadas no assentamento de terra firme foram coletadas em 2015 na Secretaria Municipal de Saúde, com a servidora responsável do Programa de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN, com o enfermeiro e com as ACS que realizavam o atendimento na Vicinal Paquequer. Na terra firme, a vicinal do assentamento onde se encontra a UBS Paquequer – Área 11 é dividida em Micro 1; Micro 2; Micro 3; Micro 4 e Micro 5. Em 2016, a equipe técnica responsável por realizar o acompanhamento da saúde dos assentados era composta por um médico, um enfermeiro, uma nutricionista, uma técnica de enfermagem, um vacinador, uma técnica em saúde bucal, uma auxiliar de enfermagem, 05 ACS e 01 ACE (Agente Comunitário de Endemias), que trabalham no posto da FVS – Fundação Vigilância Sanitária situado no assentamento. O acompanhamento realizado pelo enfermeiro, pelos ACS e pelo ACE é semanal, por área. A visita dos demais integrantes da equipe é realizada quinzenalmente. Os casos mais graves são encaminhados para Nova Olinda do Norte ou para Manaus. Informações sobre as endemias estão relacionadas na Tabela 7.

**Tabela 7:** Dados das doenças identificadas no assentamento de terra firme associadas à dieta alimentar.

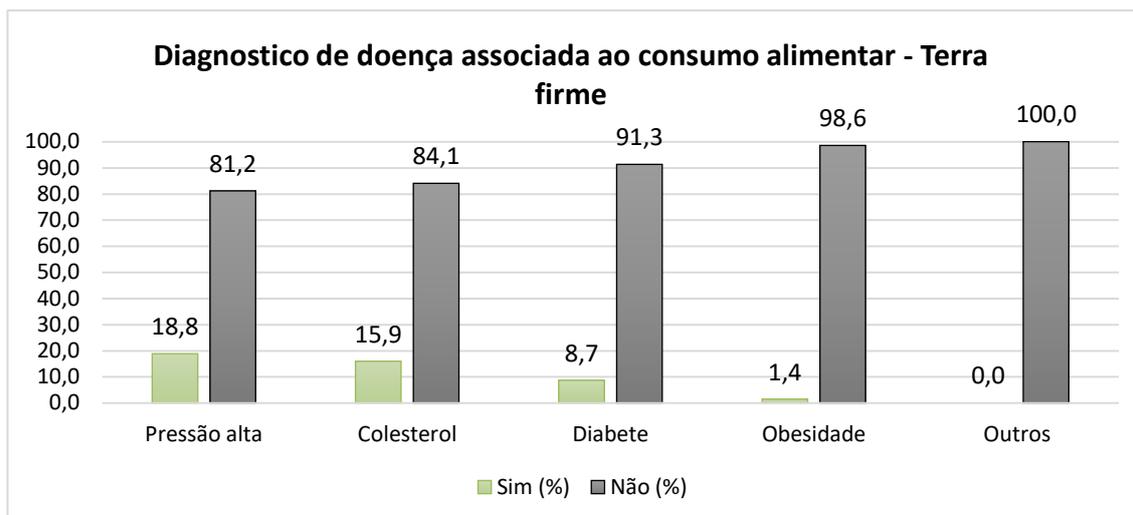
Assentamento de terra firme – Área 11 – Micro 1, 2, 3,4 e 5		
DCNTs	2016	2017
Hipertensos	58	58
Diabéticos	18	12
Colesterol	42	42
Obesidade	-	-
Famílias Assistidas	239	245

\*Registro de 03 óbitos em 2016.  
Nessa área, o atendimento é feito com 19 crianças, mas o atendimento de idosos não foi informado. Os exames para acompanhamento dos glicêmicos são mensais e são realizados com exames laboratoriais. Foi confirmada a distribuição de medicamento para o controle da hipertensão e da diabete. Entre os medicamentos utilizados estão a Glibenclamida, Sinvastatina, Captopril, Losartana, Enalapril, Nifedipino, Hidroclorotiazida, Atenolol, AAS. O controle da entrega desses medicamentos para os assentados é realizado mensalmente na UBS que funciona no PA Paquequer.

**Fonte:** Relatório Anual da Secretaria Municipal de Saúde de Nova Olinda do Norte – Equipe Técnica da UBS Paquequer.

**Org:** Cinthya Martins, 2018.

Nas abordagens qualitativas realizadas com os participantes da pesquisa na terra firme, 05 entrevistados consideraram que a pressão alta não está associada à questão alimentar e que pode ser controlada “tomando o remédio direitinho”. Os demais reconheceram que realmente excedem no consumo de sal, frituras e açúcar. Apenas uma participante alegou que trocou o açúcar pelo adoçante, porque não consegue tomar o seu café da manhã amargo. Dois participantes se classificaram como obesos e com necessidade de realizar o controle mais rigoroso da dieta alimentar; porém, os mesmos relataram o quanto é difícil deixar de comer a alimentação dos demais familiares, suspendendo do consumo de sua alimentação o arroz e a farinha e passando a consumir mais peixe cozido e saladas de folhas verdes. Com relação ao consumo de saladas, os participantes informaram que possuem resistência a consumi-las, por considerarem produtos muito caros e sem gosto. As informações coletadas nessa parte da entrevista se encontram apresentadas na Figura 47.



**Figura 47:** Doenças associadas à dieta alimentar na terra firme.

**Fonte:** Pesquisa de Campo, 2017.

**Org:** Geyza Oliveira, 2018.

Os resultados encontrados mediante a junção dos dados qualitativos e estatísticos demonstram o quanto os padrões alimentares do modo de vida urbano se encontram presentes no modo de vida rural dos assentamentos. As abordagens metodológicas utilizadas revelaram a totalidade das relações sociais que se encontram envolvidas nesse processo, as quais se apresentam associadas ao dinamismo do processo de urbanização e de modernização vivenciado na atualidade nas zonas rurais do Amazonas (NARDOTO *et al.*, 2011; SCHOR, 2016).

O processo de transição entre a adaptação do modo de vida rural para o modo de vida urbano é realizado pelo compartilhamento do uso do solo, das práticas socioespaciais e dos interesses políticos e econômicos associados a esses dois mundos, à medida que se estabelecem novas formas de relação cultural e econômica entre a cidade e o campo, criando novas possibilidades pelos interesses dos sujeitos sociais, que passam a apresentar um cotidiano econômico, político e social nessas espacialidades rurais e urbanas (SPOSITO, 2010). A compreensão da realidade sobre os conceitos que abordam questões relacionadas ao urbano e ao rural só podem ser apreendidas no contexto das múltiplas e complexas situações vivenciadas em sua totalidade, pois:

A cidade projeta no terreno uma sociedade, uma totalidade social ou uma sociedade considerada como um todo, incluindo sua cultura, instituições, ética, valores, em resumo suas macro estruturas, incluindo sua base

econômica e as relações sociais que constituem sua estrutura propriamente dita (LEFEBVRE, 1978, p. 78 – “tradução nossa”).<sup>77</sup>

A conexão, a interdependência e a interação com os fatos encontrados nas áreas rurais dos assentamentos e nas zonas urbanas das cidades do Amazonas onde esse trabalho de pesquisa foi desenvolvido revelaram os aspectos contraditórios do processo de desenvolvimento implantado na Amazônia, na tentativa de compreender as políticas públicas agrárias, de segurança alimentar e de geração de renda encontradas nos assentamentos de várzea e terra firme do interior do Amazonas. Segundo Lefebvre (1978), de cada realidade é preciso apreender as contradições evidenciadas no movimento peculiar (interno), suas qualidades e suas transformações bruscas. A forma (lógica) do método deve, pois, subordinar-se ao conteúdo, ao objeto, à matéria estudada, permitindo, desta feita, abordar eficazmente o seu estudo, captando o aspecto mais geral desta realidade, sem jamais substituir a pesquisa científica por uma construção abstrata.

Segundo o Guia Alimentar para a População Brasileira (2014), a comida de verdade é uma questão de soberania alimentar. É direito dos povos decidirem: o que comer, como comer e como produzir e consumir seus alimentos. Isto envolve, sobretudo, o acesso e o direito à informação para as escolhas alimentares dos consumidores. Essa afirmativa reforça como se apresenta o papel do Estado quanto às necessidades de promover políticas públicas, capazes de garantir o acesso às recomendações envolvidas, direta ou indiretamente, em todas as etapas do sistema de produção alimentar, promovendo a sustentabilidade e a qualidade de vida aos moradores das zonas rurais amazônicas. No entanto, é fundamental ressaltar que questões amplas como estas dificilmente poderão ter a presunção de alterar ou promover mudanças significativas e imediatas na realidade estudada, e sim, vir a se tornar mais uma contribuição para viabilizar o reconhecimento dos problemas sociais, culturais, educacionais e alimentares enfrentados pelos moradores de áreas de assentamentos rurais do Amazonas, como produto final do trabalho de pesquisa defendido junto ao Programa de Pós-Graduação de Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia.

---

<sup>77</sup> Texto original: “La ciudad proyecta sobre el terreno una sociedad, una totalidad social o una sociedad considerada como totalidad, comprendida su cultura, instituciones, ética, valores, en resumen sus supraestructuras, incluyendo su base económica y las relaciones sociales que constituyen su estructura propriamente dicha” (LEFEBVRE, 1978, p. 78).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No processo de construção de tese, as normas acadêmicas e metodológicas alertam para a neutralidade do pesquisador em relação ao seu objeto de estudo. Porém, como ficar neutro diante daquilo que um dia lhe moveu a buscar respostas para as suas inquietações? Retorno aqui ao resgate da mística do cuidado trabalhada no Capítulo 1 desta Tese, refletindo e tentando motivar reflexões sobre como anda o nosso cuidado para com o outro, para com nossas “crias” e para o nosso sentimento interior. No mundo contemporâneo, o excesso de compromissos e de prazos a cumprir limita o nosso tempo. Esse tempo limitado é o mesmo que fragiliza e individualiza os nossos comportamentos tornando nossas relações sociais mais “fluidas”.

Como na canção “me perdoe, a pressa é alma dos nossos negócios”, temos pouco tempo para conversar; os relacionamentos pessoais vão se tornando cada vez mais virtuais e menos físicos, marcados pela incerteza. Afinal, o tempo foi se tornando um elemento de coação social que nos molda na busca de realizar todos os nossos compromissos e nos limita pelo pensamento individualista, tornando-nos mais egoístas e fechados em nosso próprio mundo. Sem nos darmos conta, essa falta de tempo vai roubando a alegria do encontro, a felicidade de estar junto nos momentos das comensalidades e vai diminuindo nosso espírito de partilha, de generosidade, de colaboração e de solidariedade para com àqueles que ainda têm fome e que seguem caminhando dependentes das ações sociais, que, para a minoria privilegiada que nunca sentiu fome na vida, classifica-os como a massa de desocupados, oportunistas e dependentes do dinheiro público gerado pelos impostos por eles pagos. Isso não ocorre só nas grandes cidades, mas atinge a Amazônia e os lugares onde a pesquisa de Tese foi desenvolvida.

No que tange à temática trabalhada nesta Tese, esse tempo não artificializa apenas as relações sociais encontradas no rural e no urbano. Ele influencia, também, no tempo da produção, no tipo de produto exigido pelo mercado consumidor quanto à produção dos alimentos, na criação das sementes transgênicas, no aumento do uso de fertilizantes, na artificialização dos sabores, no preparo e também no consumo de alimentos processados e ultraprocessados, além do aumento de doenças associadas ao consumo alimentar, que passaram a invadir o cotidiano de quem vive nas grandes cidades e, embora ainda em proporções menores, gradativamente estão sendo encontradas no dia a dia dos moradores das zonas rurais do Amazonas, pelo aumento dos índices das DCNTs.

Mas, afinal, nesses tempos de incertezas, o que iremos comer? A busca por respostas torna-se preocupante quando passamos a tomar consciência de que o peixe que chega à nossa mesa pode estar vindo de viveiros alimentados com ração de crescimento; ou quando as folhas verdes, frutas e leguminosas nos chegam comprometidas pelo uso excessivo de agrotóxicos ou, ainda, quando o “peito de frango nosso de cada dia” tão presente e recomendado nas dietas menos calóricas para perda de peso, podem também estar comprometido pelo consumo de rações de crescimento que poderão ser absorvidas em nosso organismo. Mas, afinal, o que comer? Quando os alimentos considerados saudáveis como os alimentos orgânicos são encontrados acima dos preços nas feiras e mercados? Ou o que iremos comer quando a renda mínima obtida pelo Bolsa Família só permite o consumo de alimentos mais baratos, entre eles os embutidos, enlatados e o frango congelado? Tais questionamentos nos remetem ao “Dilema do Onívoro” de Michel Pollan, quando realizou análises sobre o consumo de alimentos na contemporaneidade, partindo dos alimentos disponibilizados nas prateleiras de um supermercado e confirmando que o tempo vivido hoje marca o momento da praticidade no âmbito alimentar, estimulando o consumo de alimentos nada saudáveis cada vez mais presentes em dietas pouco diversificadas e altamente calóricas.

Essas informações induzem a questionamentos sobre os meios e os fins trabalhados pelas políticas públicas para que as populações mais carentes conquistem mais liberdade para o consumo, quer sejam de alimentos quer sejam de bens materiais, todas as vezes que a visão de desenvolvimento social passa a ser atrelada ao processo de expansão da liberdade de compra para participar das trocas econômicas. Nessa ótica, surgem novas reflexões sobre a apreciação do papel das instituições governamentais, dos sistemas educacionais e dos meios de comunicação que estimulam a liberdade de consumo imposta pela sociedade capitalista, atendendo aos interesses do mercado, ao mesmo tempo em que organiza e impõe novos valores comportamentais, sociais e econômicos.

É importante frisar nesse momento de conclusão das reflexões despertadas ao longo desta pesquisa que este trabalho não pretende negar o direito de quem mora no interior do Amazonas, quanto ao consumo de alimentos adquiridos na cidade como alternativa para fugir do clássico “peixe com farinha”, alimentação que confere a identidade regional dos moradores da região Norte do país. Aliás, para quem, desde a infância, sempre conviveu com o modo de vida encontrado nas áreas rurais do interior do Amazonas, onde para se chegar, os rios tornam-se estradas, o tempo passa sem muita pressa e as relações sociais exercitam-se com a prática da solidariedade e do trabalho mútuo, a mudança nos padrões alimentares não é encarada como procedimento negativo. No entanto, evidencia-se a necessidade de

conscientizar esses moradores sobre os prováveis riscos para a saúde de sua família, em consequência da adoção dessas novas práticas alimentares, pela qualidade nutricional e pela quantidade do consumo de alimentos processados atualmente consumido nas áreas rurais do Amazonas.

Os resultados encontrados nas áreas pesquisadas comprovaram as mudanças nos padrões alimentares dos assentados, à medida que essas discussões foram se estabelecendo atreladas às diretrizes básicas das políticas de ação social sobre segurança alimentar e nutricional, no universo de participantes beneficiados pelo Programa Bolsa Família. É importante destacar o quanto o acesso à informação sobre segurança alimentar poderia vir a estimular novas práticas alimentares e um estilo de vida mais saudável, com o intuito de gerar condições básicas de saúde, valorizando o consumo de produtos advindos da agricultura familiar e a valorização do consumo de alimentos locais e regionais.

É pelo despertar da valorização do consumo de alimentos locais e que sempre estiveram presentes à mesa de nossos pais e de nossas avós que estaríamos fazendo a volta ao recomeço e o resgate da segurança alimentar. A segurança alimentar atrelada à soberania alimentar, como direito e empoderamento para ter acesso à alimentação saudável de qualidade e em quantidade suficiente pode começar dentro de casa com o exercício de práticas de conscientização sobre a ingestão de alimentos saudáveis, ou, ainda, realizando o resgate histórico de práticas culinárias de nossos antepassados; ou tomando conhecimento mais aprofundado sobre as PANCs e os tipos de folhas, raízes, frutos e sementes encontrados na Amazônia, que podem se transformar em alimentos e remédios para a população rural e urbana, com investimentos na capacitação de educadores, agentes de saúde e de trabalhadores que atuam no campo da agricultura familiar, organizando projetos ou oficinas que repassem informações nutricionais sobre os alimentos regionais, formando hábitos saudáveis no consumo alimentar, principalmente para as gerações mais jovens.

O processo de tecnização vivenciado mais intensamente nas duas últimas décadas no cotidiano dos moradores de áreas rurais da Amazônia permitiu a incorporação de novos comportamentos no campo dos transportes, da comunicação, da alimentação e nas atividades de produção. O uso da motosserra, das redes de pesca e de agrotóxicos criou uma relação de interdependência com o mercado consumidor, ao mesmo tempo em que trouxe para o cotidiano rural amazônico impactos ambientais, originados pelo aumento do desmatamento na região, a ameaça de extinção de espécies de pescado que passaram a ser protegidas pelo seguro defeso e os riscos de contaminação do solo e dos lençóis freáticos, gerando muitas preocupações ambientais no ambiente amazônico. Essas ameaças de desequilíbrio ambiental

passaram a influenciar diretamente o imaginário global, gerando pressões políticas sobre o Brasil e sugerindo leis ambientais mais severas quanto à implantação das políticas públicas agrárias pensadas para a Amazônia, as quais foram criadas sob a égide da criação de novas territorialidades direcionadas para o desenvolvimento sustentável. No entanto, a visão integrada desse “desenvolvimento sustentável” no processo produtivo regional possui “dois pesos e duas medidas” e, quando é realizada, torna-se insustentável, pois, ao ser embasada pela ideologia do agronegócio e comparada às pressões das políticas de controle ambiental no cotidiano dos moradores das áreas rurais amazônicas, esses arranjos institucionais se revelam promotores da verdadeira pressão de sustentabilidade junto aos camponeses das águas e da floresta. São agendas impostas, quase sempre inadequadas, e, por isso, rejeitadas pelas populações locais e, como tais, inócuas.

Contextualizando a ideologia da sustentabilidade, propagaram-se criações de assentamentos rurais no Amazonas, distribuindo lotes de terras que se tornaram para os assentados o *locus* das incertezas, quanto à viabilidade de produzir e conseguir vender sua produção, garantindo, assim, a sustentabilidade de sua família no lugar, quer seja no meio da floresta quer seja nas várzeas, no camponato das águas. A pesca e a caça, que poderiam ser as principais fontes de alimentos dos assentados, encontram-se ambientalmente protegidas, enquanto as exigências do mercado agrícola consumidor revelam a ambiguidade das ações do Estado ao se impor como protetor da natureza e promotor das políticas públicas de financiamentos agrários, pois, ao mesmo tempo em que estimula as relações de mercado junto ao meio rural, as quais deixam o pequeno produtor dependente do crédito rural e das necessidades supérfluas brotadas pelo consumismo, também permitem a expansão de fronteiras agrícolas para o agronegócio, com a plantação de soja na parte sul da Amazônia, verdadeiramente, a grande vilã dos desmatamentos e desequilíbrios ambientais na região, garantindo um tipo de “sustentabilidade” atrelada ao liberalismo econômico como a fórmula para se alcançar o desenvolvimento regional.

Quem sabe o segredo escondido na Caixa de Pandora ainda seja a esperança do resgate das relações camponesas como tentativa organizada para um novo recomeço nessas relações mercantis diante do império agroindustrial. É do confronto com aquilo que nos inquieta que renascem as resistências no processo de reconstrução das relações camponesas, direcionadas para promover ações de sustentabilidade para as famílias assentadas. É impossível se pensar na promoção de políticas públicas de segurança alimentar, promotoras da soberania alimentar, sem que essas práticas se desenvolvam dissociadas das ações de sustentabilidade. Ações promotoras de sustentabilidade direcionadas para a soberania

alimentar no Amazonas assegurariam à agricultura familiar a possibilidade de sobrevivência em todo o complexo trajeto que vai da renda familiar, da escolha do tipo de produção, da disponibilidade de cultivo no solo amazônico, da venda e circulação da produção agrícola e do tipo de alimento que chegará até a mesa das famílias amazonenses.

Os padrões alimentares identificados nas áreas pesquisadas refletem os novos valores sociais, econômicos e culturais inseridos no cotidiano rural dos assentados de várzea e de terra firme, expressando na culinária por eles realizada os padrões consumistas da dieta ocidental urbana, embora o perfil dos entrevistados configure uma população adulta, com 86% de mulheres na terra firme e 94% na várzea, em virtude da população feminina ser responsável pelo recebimento do benefício do PBF. Assim, os padrões alimentares da maioria das entrevistadas revelaram a utilização de outros valores culinários que passaram a incorporar o seu ambiente familiar, os quais não foram produzidos localmente e que se distanciam do tipo de consumo alimentar realizado pelos moradores mais idosos que, conseqüentemente, trouxe ações promotoras de insegurança alimentar no ambiente familiar.

O trajeto percorrido com e para a produção de alimentos direciona múltiplas abordagens no campo econômico, cultural, nutricional, social, antropológico, político e, principalmente acadêmico, gerando reflexões multidisciplinares na fronteira do conhecimento, quando essas discussões são pautadas nas lutas pela autonomia da produção de alimentos sob a ótica da sustentabilidade local. A construção de políticas públicas na área da segurança alimentar para se alcançar a soberania na produção de alimentos requer um processo contínuo de ouvir e se fazer ser ouvido na construção da participação social intersetorializada entre sociedade civil e o governo federal, estadual e municipal, realizado no espaço das conferências para a construção de diretrizes promotoras da elaboração de planos de segurança alimentar, como instrumento de gestão articulados com as leis de SAN, para apoiar a participação e capacitação social nos campos da segurança alimentar.

A importância da adesão dos municípios de Nova Olinda do Norte e de Manacapuru no estado do Amazonas nos programas de segurança alimentar coordenados pelo SISAN pode vir a se tornar ação promotora da participação da sociedade civil municipal, pactuando com a luta pela segurança alimentar e nutricional local. No entanto, os limitados recursos financeiros federais para o estabelecimento das políticas de SAN nos municípios colaboram para minimizar a participação dos mesmos nesse processo, principalmente quando se sabe que não há obrigatoriedade de adesão da gestão estadual e municipal nos programas trabalhados pelo SISAN. Mesmo não havendo contrapartida monetária para os municípios nas ações de SAN, é importante que eles se conscientizem da necessidade de colaborar com esse processo,

trabalhando mais ativamente junto às Secretarias Municipais de Ação Social e na formação de parcerias multicêntricas realizadas com as Instituições de Ensino Superior, no sentido de estimular pesquisas de extensão no campo da segurança alimentar, no caso específico nos municípios do Amazonas, os quais possuem singularidades quanto às condições de acesso na distribuição e na compra de alimentos processados e ultraprocessados em virtude da logística encontrada nos lugares amazônicos.

Considero importante frisar que, quando o acesso à alimentação adequada e saudável se tornou direito garantido constitucionalmente, legalmente também se tornou um dever do Estado e do município quanto à promoção de práticas que possibilitem e viabilizem as políticas de SAN, quer seja quanto ao atendimento dos beneficiários do Programa Bolsa Família quer seja pelas ações de abastecimento da merenda escolar, utilizando os produtos advindos da agricultura familiar. Tomar consciência desse fato e promover ações sociais e debates nos municípios pesquisados que envolvam a sociedade civil colabora para a troca dos saberes locais, para a conscientização do Direito Humano à Alimentação Adequada e para a valorização dos alimentos regionais, permitindo que se estabeleçam os caminhos que levarão o alimento saudável até o prato de cada morador e a importância do consumo da “comida de verdade” na área rural ou na cidade.

Mediante os resultados encontrados nesta pesquisa, realizada em parceria com os moradores do assentamento de várzea e com os moradores do assentamento de terra firme que se propuseram a colaborar ao longo de quatro anos para a concretização deste trabalho, concluo que houve uma mudança significativa nos padrões alimentares desses moradores, ocasionada pelo aumento do consumo de alimentos urbanos, em detrimento do consumo de alimentos regionais. O ato de comer está relacionado à identidade do lugar. Logo, as mudanças encontradas nos padrões alimentares dos assentados revelaram especificidades da totalidade vivenciada entre o rural e o urbano na Amazônia, as quais se encontram caminhando no sentido inverso da sustentabilidade, da valorização dos alimentos locais e de práticas promotoras da saúde. Desse modo, que as sementes lançadas neste trabalho venham a florescer e multiplicar futuras inquietações nos campos da pesquisa acadêmica, tornando-se janelas de “possibilidades” para a efetivação de políticas públicas de ação social direcionadas aos campos de SAN, capazes de reconhecer e respeitar as especificidades rurais e urbanas dos povos amazônicos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOWAY, Ricardo. Do setor ao território: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. *Relatório de Pesquisa IPEA*, (BRA/97/ 013), 46 p., 1999.

ABRAMOVAY, Ricardo. *Alcance e limites das finanças de proximidade no combate à inadimplência: o caso do Agroamigo*. São Paulo: FIPE, 2008.

ACUÑA, Cristóbal de. *Novo descobrimento do rio Amazonas*. Consejería de Educación de La Embajada de España em Brasil. Uruguay, Oltaver S. A. Buenos Librosactivos, 1994.

ADAIR, Linda S.; POPKIN, Barry M. *Are child eating patterns being transformed globally*. *Obesity Research*, v. 13, n. 7, p. 1281, 2005.

ADAMS, Cristina *et. al.* O pão da terra: da invisibilidade da mandioca na Amazônia. In: ADAMS, Cristina; Murrieta, Rui; NEVES, Walter (Orgs). *Sociedades Caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade*. p. 295- 321. São Paulo: Annablume, 2006.

AGASSIZ, Louis; AGASSIZ, Elizabeth Carey. *A Journey in Brazil*. Boston e Londres, Ticknor & Filds/Trübner & Co., 1868.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (ANP). *Bacia do Amazonas: Sumário Geológico e Setores em Oferta*. Superintendência de Definição de Blocos SDB. Décima Terceira Rodada de Licitações. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: [http://www.brasil-runds.gov.br/arquivos/areas\\_oferecidas\\_r13/Sumarios\\_Geologicos](http://www.brasil-runds.gov.br/arquivos/areas_oferecidas_r13/Sumarios_Geologicos). Acesso em: 18 mar de 2017.

ALMEIDA, João Ferreira de. *A bíblia sagrada*. 2. ed. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.

ALMEIDA, Luiz Manoel. Moraes Camargo. *Estrutura de governança e gestão das redes e programas de segurança alimentar: análise comparativa entre municípios paulistas*. 2009. 220p. Relatório técnico-científico (Pós-Doutorado) - Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

ALTAFIN, I. G. *Sustentabilidade, políticas públicas e agricultura familiar: uma apreciação sobre a trajetória brasileira*. 2003. 225 f. Tese (Doutorado) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

ALVES, Juliana Araújo; LIMA, Susane Patrícia Melo de; ANDRADE Francisco, SOARES, Valdir de. *A cadeia produtiva da agricultura na costa do Arapapá - Manacapuru/Am: Uma relação entre o campo e a cidade*. XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária. São Paulo, 2009.

AMAZONAS. *Decreto nº 24.142 de 07 de abril de 2004*. Institui o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Amazonas, CONSEA-AM, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Amazonas, Manaus, 2004.

\_\_\_\_\_. *PES/AM 2016 – 2019 – Plano Estadual de Saúde do Amazonas*. Departamento de Planejamento/ Secretaria de Saúde do Estado do Amazonas. Manaus, 2016. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv91110.pdf>> Acesso em: 29 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional do Amazonas – CAISAN/AM. *3ª Minuta Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – PENSAN-AM*. Manaus, 2018. Disponível em:<<http://www.seas.am.gov.br/consulta-publica-para-o-plano-estadual-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-pesan/>>. Acesso em: 26 abr. 2018. (Em elaboração).

AMOROSO, Maria Christina de Melo. *Alimentação em um bairro pobre de Manaus, Amazonas*. Acta Amazônica. 1981;11(3):1-43.

AQUINO, Fernanda Costa *et. al.* Segurança Alimentar e Nutricional, Hábitos Alimentares e condições socioeconômicas na Chapada dos Veadeiros no Brasil Central. *Segurança Alimentar e Nutricional*, v. 23, n. 2, p. 933-943, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.20396/san.v23i2.8647434>>. Acesso em: 23 mar. 2018.

ARANHA, Adriana V. *Segurança alimentar, gestão pública e cidadania: a experiência do município de Belo Horizonte – 1993/1999*. Dissertação (Mestrado). Fundação João Pinheiro – Escola de Governo: Belo Horizonte, 2000.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Consulta. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Fundação João Pinheiro, 2013. Disponível em:< <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/home/>>. Acesso em 12 abr. 2018.

ÁVILA, Milene Peixoto. Que pensam as beneficiárias do Bolsa Família? In: *Revista de Ciências Sociais Política & Trabalho*, João Pessoa, n.º. 38, p. 105-122, 2013.

BACHELARD, Gaston. *A dialética da duração* [1936]. São Paulo: Ática, 1994.

BANCO DA AMAZÔNIA S/A - BASA. *O que é PRONAF* ?2014. Disponível em: <http://www.bancoamazonia.com.br/index.php/financiamentos1/pronaf-a>. Acesso em: 25 fev. 2018.

BANCO DO BRASIL - BB. *Sumário do resultado 4T2015*. 2016. Disponível em: [www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/ri/pt/dce/dwn/4T15SumarioLR.pdf](http://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/ri/pt/dce/dwn/4T15SumarioLR.pdf). Acesso em: 01 mai. 2018.

BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO. *Ascensão e queda da desigualdade brasileira*. Brasília: BIRD; 2006

BARRETO, Nelson Ramos. *Reforma agrária: o mito e a realidade, histórias dos assentados, contadas por eles mesmos*. São Paulo: Artpress, 2004.

BARROS, Marcelo. *Mística, utopia e valores do militante popular*. Conversa com 300 dirigentes do MST em um curso nacional em Goiânia-GO, em 18 de julho de 2002. Disp. em: <<http://www.empaz.org>>. Acesso em: 18 jul. 2014.

BARTRA, Armando. Campesindios: aproximaciones a los campesinos de um continente colonizado. *La Nacion. Revista Memoria* 248. Novembro de 2011.

BASTOS, Abguar. *A pantofagia ou as estranhas práticas alimentares na selva: estudo na região amazônica*. Brasília: INL, 1987.

BATISTA, Djalma da Cunha. *Amazônia – o complexo da Amazônia: análise do processo de desenvolvimento*. 2.ed. Manaus: Valer, Edua e Inpa, 2007.

BECKER, Bertha Koiffmann. Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 1, n. 1, p. 17-23, 2010.

BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 71-86, 2005. ISSN 1806-9592. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10047/11619>>. Acesso em: 26 fev de 2017.

BECKER, Bertha K. *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia-Formação Social e Cultural*. 3. ed. – Manaus: Valer, 2009.

\_\_\_\_\_. *Manual de introdução à Amazônia*. Manaus: Reprográfica, 1996.

\_\_\_\_\_. *O homem e o rio na Amazônia: uma abordagem eco-sociológica*. Trabalho apresentado ao 48º Congresso Internacional de Americanistas, Stockholm, Julho 1994 - Edição xerox, 1994.

\_\_\_\_\_. *Petróleo na selva do Juruá*. Manaus: Edição da Universidade do Amazonas, 1979.

BIELEMANN, Renata M.*et. al.*. Consumo de alimentos ultraprocessados e impacto na dieta de adultos jovens. *Revista de Saúde Pública*, vol. 49, 2015, p. 1-10. São Paulo: Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=67240213026>>. Acesso em: 29 jan. 2018.

BLEIL, Susana Inez. O padrão alimentar ocidental: considerações sobre a mudança de hábitos no Brasil. Núcleo de Estudo e Pesquisas em Alimentação da UNICAMP. *Revista Cadernos de Debate* 1998; 6:1-25.

BOFF, Leonardo; BETTO, Frei. *Mística e espiritualidade*. 4. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

BOFF, Leonardo. *Ética e moral: a busca dos fundamentos*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004.

\_\_\_\_\_. *Saber cuidar: ética do humano, compaixão pela Terra*. Petrópolis: Vozes, 1999.

BÖHLKE, James E.; WEITZMAN, Stanley H.; MENEZES, Naercio A. Estado atual da sistemática dos peixes de água doce da América do Sul. *Acta Amazonica*, v. 8, n. 4, p. 657-677, 1978.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 16.ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

\_\_\_\_\_. *A economia das trocas simbólicas*. Perspectiva: São Paulo. 1999.

BRASIL. Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm)>. Acesso em: 02 abr. 2016.

\_\_\_\_\_. Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). Disponível em: <[http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis\\_intern/ddh\\_bib\\_inter\\_universal.htm](http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm)>. Acesso em: 05 set. 2012.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.272, de 23 de novembro de 2007, Diário Oficial da União.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 21 ago. 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm). Acesso em: 25 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 8.553, de 03 de novembro de 2015. Institui o Pacto Nacional para Alimentação Saudável. Diário Oficial da União, Poder Executivo, 04 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. Emenda Constitucional n.º 64, de 04 de fevereiro de 2010. Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 04 fev. 2010.

\_\_\_\_\_. *Política Nacional de Alimentação e Nutrição*. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

\_\_\_\_\_. *A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil: indicadores e monitoramento da Constituição de 1988 aos dias atuais*. Brasília: CONSEA, 2010.

\_\_\_\_\_. *Comentário Geral n.º 12*. Direito Humano à Alimentação Adequada, 1999. Disponível em: <<http://www.abrandh.org.br/download/20100702204835.pdf>>. Acesso em: 02 out. 2012.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA. *Lei de Segurança Alimentar e Nutricional: conceitos*. Brasília, DF, 2007.

\_\_\_\_\_. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). (05 de outubro de 1988). Diário Oficial da União da República Federativa do Brasil, Brasília.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE. *Repercussões do Programa Bolsa Família na Segurança Alimentar e Nutricional das Famílias Beneficiadas*. Documento síntese 2008. Disponível em: <[http://www.ibase.br/userimages/ibase\\_bf\\_sintese\\_site.segal-repercussões-do-bolsa-família.pdf](http://www.ibase.br/userimages/ibase_bf_sintese_site.segal-repercussões-do-bolsa-família.pdf)>. Acesso em: 23 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança

Alimentar e Nutricional – SISAN com vista a assegurar o direito humano a alimentação adequada e outras providências conhecidas como LOSAN. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 15 set. 2006.

\_\_\_\_\_. Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional de Agricultura Familiar e empreendimentos Familiares Rurais.

\_\_\_\_\_. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do Brasil - MCTIC. *Rede Global NUTRISSAN: rede global de ensino, pesquisa e extensão em nutrição, soberania e segurança alimentar e nutricional*. Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social. Brasília, 2016. Disponível em: <<https://nutrissan.rnp.br>> Acesso em: 18 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome MDS/Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Estruturando o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN. *Caderno SISAN nº 1*. Brasília: Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional – Dezembro, 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Segurança Alimentar – 2004/2009*. Rio de Janeiro, 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. *Mapeamento da Insegurança Alimentar e Nutricional com foco na Desnutrição a partir da análise do Cadastro Único e do SISVAN*. Brasília, 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Capacitação para controle social nos municípios: SUAS e Bolsa Família*. Brasília, DF: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Pesquisa nacional de situação de segurança alimentar e nutricional em comunidades quilombolas tituladas*. Brasília: Secretaria de Avaliação e Gestão de Informação/MDS, 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Guia alimentar para a população brasileira*. 2.ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. Plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) no Brasil 2011-2022 . Brasília: 2011.

\_\_\_\_\_. *Política Nacional de Alimentação e Nutrição*. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

BUENO, Aline Lopes et al. O recordatório de 24 horas como instrumento na avaliação do consumo alimentar de cálcio, fósforo e vitamina D em crianças e adolescentes de baixa estatura. *Rev. Nutr.*2010, vol.23, n.1, p.65-73. ISSN 1678-9865. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1415-52732010000100008>>. Acesso em 02 abr. de 2017.

BURITY, Valéria *et al.*. *Direito Humano à Alimentação Adequada no Contexto da Segurança Alimentar e Nutricional*. Brasília: ABRANDH, 2010.

BURLANDY, Luciene. A construção da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: estratégias e desafios para a promoção da intersetorialidade no âmbito federal de governo. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2009, vol.14, n.3, pp.851-860. ISSN 1413-8123. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232009000300020>. Acesso em: 22 abr 2018.

\_\_\_\_\_. Segurança alimentar e nutricional: intersetorialidade e as ações de nutrição. *Saúde Rev.* Piracicaba, v. 6, n.13, 2004.

BURLANDY, Luciene; MAGALHÃES, Rosana. *Segurança, seguridade e direito: as diferentes faces da questão alimentar e nutricional*. Observatório da Cidadania, 2004.

CAISAN - CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. *Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012/2015*. Brasília, DF: CAISAN, 2011.

\_\_\_\_\_. *Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PLANASAN 2016-2019*. Brasília, DF: MDSA/CAISAN, 2017.

\_\_\_\_\_. *Balanço das Ações do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional 2012/2015*. Brasília: CAISAN, 2014.

\_\_\_\_\_. *Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade: recomendações para estados e municípios*. Brasília, DF: CAISAN, 2014.

CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes (Org.). *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Brasília: IPEA, 2013.

CANESQUI, Ana Maria. *A qualidade dos alimentos: análise de algumas categorias da dietética popular*. *Revista de Nutrição*. Campinas, 20(2), p. 203-216, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf>. Acesso em 02 de abril de 2016.

\_\_\_\_\_. Antropologia e alimentação. *Revista de Saúde Pública* 22.3 (1988): 207-216.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2004. 17-34. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dg/gesp/baixar/Espacourbano1.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2015.

CARNEIRO, H. *Comida e sociedade: uma história da alimentação*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2003.

CARVALHO, José Alberto Lima de. *Erosão nas margens do Rio Amazonas: o fenômeno das terras caídas e suas implicações na vida dos moradores*. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, 2012. 187 f.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História da alimentação no Brasil*. São Paulo: Global, 2004.

CASTRO, Josué. *Geografia da fome (o dilema brasileiro: pão ou aço)*. 10. ed. Rio de Janeiro: Antares Achiamé; 1980.

CASTRO, Jorge Abrahão de. MODESTO, Lúcia (Orgs). *Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios*. Vol. 1. Brasília: IPEA, 2010.

CHAYANOV, Alexander. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CHEMIN, Sandra Maria. Padrões Alimentares Brasileiros: o respeito à diversidade culinária. In.: MIRANDA, Danilo Santos de; CORNELLI, Gabriele (Orgs.). *Cultura e Alimentação Saberes Alimentares e Sabores Culturais*. São Paulo: Sesc, 2007.

CONSEA. CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL 2. *Relatório Final*. Brasília, DF: Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Consea, 2004 Disponível em: [http://bvmsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/II\\_Conferencia\\_2versao.pdf](http://bvmsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/II_Conferencia_2versao.pdf). Acesso em: dez. 2017.

\_\_\_\_\_. *III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: por um desenvolvimento sustentável com soberania e segurança alimentar e nutricional*. Relatório Final, Brasília, DF, 2007. Disponível em: <<http://www.ibfan.org.br/documentos/outras/doc-254.pdf>>. Acesso em 21 dez. 2017.

\_\_\_\_\_. *IV Conferência Nacional de Segurança Alimentar*: Relatório Final. Brasília: Consea; 2012. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/site/relatorio-final-4a-conferencia-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>. Acesso em: 21 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. *V Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: comida de verdade no campo e na cidade*. Relatório Final: carta política, manifesto, proposições e moções. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <[http://www4.planalto.gov.br/consea/eventos/conferencias/arquivos-de-conferencias/5a-conferencia-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional/relatorio\\_2015\\_consea\\_web-final.pdf](http://www4.planalto.gov.br/consea/eventos/conferencias/arquivos-de-conferencias/5a-conferencia-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional/relatorio_2015_consea_web-final.pdf)>. Acesso em 11 de Jan. 2016.

\_\_\_\_\_. *Segurança alimentar e nutricional e o direito humano à alimentação adequada no Brasil- indicadores e monitoramento da constituição de 1988 aos dias atuais*. Disponível em <<http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes-arquivos/principios-e-diretrizes-de-uma-politica-de-san>>. Brasília, 2010.

CONTRERAS, Jesús. *A modernidade alimentar: entre a superabundância e a insegurança*. História Questões & Debates, Curitiba, n. 54, 2011.

CORRÊA DA SILVA. Heloisa Helena. *Expressões da Assistência Social no médio Juruá – Amazonas*. Manaus: Edua, Fapeam, 2012.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Estudos sobre a rede urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

\_\_\_\_\_. A periodização da rede urbana da Amazônia. Rio de Janeiro: IBGE, Revista Brasileira de Geografia, n° 3, 1987. p. 39-68, jul./set.

COSTA, José Eloízio da; TEIXEIRA, Lucivalda Sousa. *A expansão da inadimplência do Pronaf A nos assentamentos rurais no estado de Sergipe: impasses, alcance e contradições*. 2012. (Apresentação de Trabalho/Seminário). Disponível em: [www.geociencias.ufpb.br/posgrad/sernne/artigo36.pdf](http://www.geociencias.ufpb.br/posgrad/sernne/artigo36.pdf). Acesso em: 05 mai. 2018.

COSTA, Ellen Anjos Camilo da. *Geografia da alimentação no médio Solimões-Amazonas*. Manaus: EDUA, 2015.

COSTA, Danielle Pereira da. *Aposentados das pequenas cidades do Amazonas*. 2013. Tese (Doutorado em Geografia), Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo.

CRAVEIRO, Clélia Brandão; XIMENES, Daniel de Aquino. Dez anos do Programa Bolsa Família: desafios e perspectivas para a universalização da educação básica no Brasil. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes (Org.). *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Brasília: IPEA, 2013. p. 109-124.

CRESWEL, John. *Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CRUZ, Manuel de Jesus Masulo da. *Territorialização camponesa na várzea da Amazônia*. 2007, 274f. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

\_\_\_\_\_. *Caboclos ribeirinhos: camponeses da Amazônia: um estudo da organização da produção camponesa no Município do Careiro da Várzea-AM*. São Paulo. Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo - USP: Dissertação de Mestrado, 1999.

DAMASCENO, Nagilane Parente; KHAN, Ahmad Saeed and LIMA, Patrícia Verônica Pinheiro Sales. O impacto do Pronaf sobre a sustentabilidade da agricultura familiar, geração de emprego e renda no Estado do Ceará. *Rev. Econ. Sociol. Rural* [online]. 2011, vol.49, n.1, pp.129-156. ISSN 0103-2003. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032011000100006>>. Acesso em: 07 mai 2018.

DAMATTA, R. *O que faz o brasil, Brasil?*. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DANIEL, Pe. João (1722-1776). *Tesouro descoberto no máximo Rio Amazonas*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

DENEVAN, W. Native American Population in 1492: Recent Research and Revised Hemispheric Estimate. In: Denevan, W. (ed.), *The Native Population of the Americas in 1492*. 2.ed. University of Wisconsin Press, Madison, 1992.

DEPLAN/SUSAM. Departamento de Planejamento/Secretaria de Saúde do Estado do Amazonas. Plano Estadual de Saúde Amazonas – PES 2016-2019. Manaus, 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv91110.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2018.

DUARTE, Rosália. *Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo*. Cadernos de Pesquisa, Campinas, n.115, 2002.

DUPAS, Gilberto. *Economia global e exclusão social*. Pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

ELIAS, Nobert. *O processo civilizador. Uma história dos costumes*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

\_\_\_\_\_. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

\_\_\_\_\_. Tecnização e civilização. *Revista Gestão Industrial*, v. 2, n. 02, p. 01-33, 2006.

\_\_\_\_\_. *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Edições 70, 1980.

FALEIROS, Vicente de Paula. Fome, pobreza e exclusão: desafios para o governo e a sociedade. In: SER SOCIAL 13. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília*. (V. 1, n.1 (1º. Semestre). Brasília: UNB, 2003.

FAO. Como alimentar o mundo em 2050. FAO, out. 2009. Textos de referência para o Fórum de Especialistas. Disponível em: <<http://www.fao.org/wsfs/forum2050/wsfs-forum/en/>>. Acesso em: 21 out. 2017.

\_\_\_\_\_. O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. *Um retrato multidimensional. Relatório 2014*. FAO-Brasil, Brasília, 2014. Disponível em: <[https://www.fao.org.br/download/SOFL\\_p.pdf](https://www.fao.org.br/download/SOFL_p.pdf)>. Acesso 23 mar. 2018.

FAO; IDB; WB. Brasil, Projeto Fome Zero. *Relatório do Grupo de Trabalho Conjunto FAO/BID/ BIRD/Equipe de Transição*. Brasília, 2002. Disponível em: <[http://www.fao.org/tempref/GI/Reserved/FTP\\_FaoRlc/old/prior/segalim/fomezero/eval02por.pdf](http://www.fao.org/tempref/GI/Reserved/FTP_FaoRlc/old/prior/segalim/fomezero/eval02por.pdf)>. Acesso em: 28 abr. 2018.

FARQUAR, G.D; EHLERINGER, J.R.; HUBICK, K.T. Carbon isotope discrimination and photosynthesis. *Annual Review Plant Physiology and Plant Molecular Biology*, v.40, 1989.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. Avaliação do Programa Bolsa Família na segurança alimentar das famílias rurais do município de Rio Verde, GO: efeitos, entraves e diferenciações. *Interações (Campo Grande)*, v. 16, n. 2, 2015.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem Filosófica pelas Capitânicas do Grão –Pará, Rio Negro, Matro Grosso e Cuiabá*. Memórias I - Antropologia.Org: TELLES, Tenório. 2. ed. Manaus: Ed. Valer, 2008.

\_\_\_\_\_. *Viagem filosófica ao Rio Negro*. (Org.). Francisco Jorge Santos. 2ª ed. Manaus: EDUA, 2007.

FISBERG, Regina Mara *et al*. Questionário de frequência alimentar para adultos com base em estudo populacional. *Revista de Saúde Pública*, v. 42, n. 3, p. 550-554, 2008.

\_\_\_\_\_. Inquéritos alimentares: métodos e bases científicas. p. 1-31. São Paulo: Manole; 2005.

FISCHLER, Claude. El (h)omnívoro: el gusto, la cocina y el cuerpo. Barcelona: Anagrama, 1995.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto *et al.* Natureza e mundo vivido: o espaço e lugar na percepção da família cabocla/ribeirinha. Amazônia: políticas públicas e diversidade cultural. Rio de Janeiro: Garamond, In: OLIVEIRA, José Aldemir de. *Amazônia: políticas públicas e diversidade cultural*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2006, p. 233-258.

\_\_\_\_\_. *Homens anfíbios*: etnografia de um campesinato das águas. São Paulo: Annablume, 2000.

\_\_\_\_\_. *Cultura cabocla-ribeirinha*: mitos, lendas e transculturalidade. São Paulo: Annablume, 2004.

FREEDMAN, Paul (Org.). *A história do sabor*. Trad. Anthony Sean Cleaver. São Paulo: Editora Senac, 2009.

FREIRE, Gilberto. *Manifesto regionalista*. (1926) Comentário: Antônio Dimas (USP). Disp. em: <<http://www.ufrgs.br/cdrom/freyre/freyre.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. *Casa-Grande e Senzala*: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. 1º Tomo. 10. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora, 1961.

FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. 25 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

FRIEDAN, Betty. *The feminine mystique*. Trad. Áurea B. Weissenberg. Petrópolis: Ed. Vozes, 1971.

GASCHÉ, Jorge. ¿Para qué sirve el concepto de “sociedad bosquesina”? Artículo publicado en la revista del IIAP: *Folia Amazónica*. Iquitos, IIAP. 2007, VII. 16, Nº 1-2, 81-88.

\_\_\_\_\_. *Sociedade Bosquesina Tomo I*: ensayo de antropología rural amazónica, acompañado de una crítica e propuesta alternativa de proyectos de desarrollo. Iquitos: Instituto de Investigaciones de la Amazonia Peruana, 2012.

GARAJAU, Narjara I; AFONSO, Maria L. Reflexões sobre a Intersetorialidade como Estratégia de Gestão na Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. *Revista Libertas*, V 4, 2014.

GARCIA Jr., A. *Terra de trabalho*: trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GARCIA, Etelvina. *A Petrobras na Amazônia*: a história da pesquisa de combustíveis fósseis. Manaus: Editora Norma, 2008.

GARCIA, Rosa Wanda Diez. *Representações sociais da alimentação e saúde e suas repercussões no comportamento alimentar*. Physis [online]. 1997, vol.7, n.2, pp.51-68. ISSN 1809-4481. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73311997000200004>. Acesso em 18 de março 2016.

\_\_\_\_\_. Alimentação e Saúde nas Representações e Práticas Alimentares do Comensal Urbano. In: CANESQUI, Ana Maria; GARCIA, Rosa Wanda Diez (Orgs.). *Antropologia e nutrição: um diálogo possível*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

\_\_\_\_\_. Reflexos da globalização na cultura alimentar: considerações sobre as mudanças na alimentação urbana. *Rev. Nutrição*. Campinas, v. 16, n. 4, 2003.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIBSON, Rosalind S. *Principles of nutritional assessment*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

GOMES, Paulo César da Costa. *Geografia e modernidade*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

GONDIM, Neide. *A invenção da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero, 1994.

GRAGNANI, J. G. *et al.* Dietary differences among distinct income levels groups using fingernails stable isotope analyses in the Southeast region of Brazil. *Journal of human nutrition and dietetics*, 2013. DOI:10.1111/jhn.12148.

GUANZIRLI, C. *et al.* Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

GUBERT, M. B. *et al.* A municipal-level analysis of secular trends in severe food insecurity in Brazil between 2004 and 2013. *Global Food Security*, v. 14, p. 61-67, 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.gfs.2017.03.004>>. Acesso em: 29 mar. 2018.

HAMELIN, Philippe. O fracasso anunciado. In: LÉNA, Phillippe; OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. (Orgs.). *Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois*. Belém: Museu Paraense Emílio Goldi, 1991, p. 161-176.

HARVEY, David. *Espaços de esperança*. Spaces of Hope. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

HOFFMANN, Rodolfo. *Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil*. Estud. av.[online]. 1995, vol.9, n.24, pp.159-172. ISSN 0103-4014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141995000200007>. Acesso em 26 abr. 2018.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *CENSO 2010*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 31 out. de 2013.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa de Orçamento Familiar 2002-2003: análise da disponibilidade domiciliar de alimentos e do estado nutricional no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa de orçamentos familiares 1978-1988*. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa de orçamentos familiares 2008-2009*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

\_\_\_\_\_. *Segurança Alimentar*. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa Nacional da Saúde do Escolar 2009*. Disp. em: <http://www.ibge.gov.br/home> . Acesso em 14 de fevereiro de 2017.

\_\_\_\_\_. *Segurança alimentar 2010*. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/seguranca\\_alimentar\\_2004\\_2009/pnadalimentar.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/seguranca_alimentar_2004_2009/pnadalimentar.pdf)>. Acesso em: 23 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de Trabalho e Rendimento. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD: Suplemento de Segurança Alimentar 2004*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2004/suplalimentar2004/supl\\_alimentar2004.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2004/suplalimentar2004/supl_alimentar2004.pdf). Acesso em 20 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) 2009*. IBGE: Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/pense/default.shtm>>. Acesso em: 28 mai. 2017.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios. Segurança Alimentar 2004-2009*. Rio de Janeiro, 2010.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF 2008-2009: Análise do consumo alimentar pessoal no Brasil*. IBGE: Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv50063.pdf>>. Acesso em: 31 mai. 2017.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa Nacional de Saúde 2013: percepção do estado de saúde, estilos de vida e doenças crônicas: Brasil, grandes regiões e unidades da federação*. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios. Segurança Alimentar 2013*. Rio de Janeiro, 2013.

IANNI, Otávio. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*. Coleção Sociologia Brasileira. Vol. 11. Petrópolis: Vozes, 1979.

INOJOSA, R. M. Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersectorialidade. *Cadernos Fundap*, n.22, p.102-110, 2001.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA –IPEA. *A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação no Brasil*. Brasília: Secretaria de Estado dos Direitos Humanos SEDH e Ministério das Relações e Ministério das Relações Exteriores MRE, 2002.

\_\_\_\_\_. *Radar Social 2005*. Brasília: IPEA, 2005.

IPC-IG/PNUD- Centro Internacional e Políticas para Crescimento Inclusivo; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *População residente em domicílio agrícola,*

*pluriativo, rurais não agrícolas e urbanos não agrícolas: Atlas da extrema pobreza no Norte e Nordeste do Brasil em 2010*. Brasília: IPC-IG, 2015. Disponível em: <[http://www.ipc-undp.org/pub/port/Atlas\\_da\\_extrema\\_pobreza\\_no\\_Norte\\_e\\_Nordeste\\_do\\_Brasil\\_PT.pdf](http://www.ipc-undp.org/pub/port/Atlas_da_extrema_pobreza_no_Norte_e_Nordeste_do_Brasil_PT.pdf)>. Acesso em: 23 mar. 2018.

INCRA. Superintendência Regional do Incra no Estado do Amazonas (SR – 15): Prestação de Contas Ordinária Anual - *Relatório de Gestão do Exercício de 2011*. Manaus, 2012. Disponível em <[www.incra.gov.br/servicos/publicacoes/relatorios/relatorios-de-gestao](http://www.incra.gov.br/servicos/publicacoes/relatorios/relatorios-de-gestao)>. Acesso em: 04 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. Superintendência Regional 15 - NORTE: *Relatório de Gestão do Exercício de 2016*. Manaus, 2016. Disponível em <<http://www.incra.gov.br/servicos/publicacoes/relatorios/relatorios-de-gestao/relatorios-de-gest-o---incra-2016>>. Acesso em 04 fev. 2017.

INSTITUTO CIDADANIA. Projeto Fome Zero: uma política de segurança alimentar para o Brasil. São Paulo, 2001.

JESUS, Cláudio Portilho de. *Utopia cabocla amazonense: agricultura familiar em busca da economia solidária*. Canoas: Ed. Ulbra, 2000.

JUNK, J. Wolfgang. *Áreas Inundáveis: um desafio para a Limnologia*. Acta Amazônica. v.10, n.4, p. 775-795, 1980.

JUNQUEIRA Luciano Antonio Prates. Descentralização, intersetorialidade e rede como estratégias de gestão da cidade. *Revista FEA-PUC-SP*, São Paulo, v. 1, p. 57-72, nov. 1999.

KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

KEPPLE, AnneWalleser. *O estado da segurança alimentar e nutricional no Brasil: Um retrato multidimensional: Relatório 2014*. Brasília: FAO, 2014.

KEPPLE, Anne Walleser; SEGALL-CORRÊA, Ana Maria. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 16, p. 187-199, 2011.

KINUPP, Valdely Ferreira.; LORENZI, Harri. *Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC) no Brasil: guia de identificação, aspectos nutricionais e receitas ilustradas*. Nova Odessa: Instituto Plantarum de Estudos da Flora, 2014.

KHAN, A. S. & PASSOS, A. T. B. Reforma agrária solidária, assistência técnica e desenvolvimento rural no Estado do Ceará. *Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza-CE*, v.33, n.3, jul-set. p. 593-614, 2002.

LA BLACHE, Paul Vidalde. *Princípios de Geografia Humana*. 2 ed. Lisboa: Editora Cosmos. 1954.

LAMBERT, Jean Louis et al. As principais evoluções dos comportamentos alimentares: o caso da França. *Rev. Nutr.*, Campinas, v. 18, n. 5, 2005.

LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.

\_\_\_\_\_. *O direito à cidade*. São Paulo: Editora Moraes, 1969.

\_\_\_\_\_. *A Revolução Urbana* (S. Martins, Trans.). Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

\_\_\_\_\_. *De lo rural a lo urbano*. 4. ed. Barcelona: Ediciones Península, 1978.

LÊNIN, Vladimir. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*. São Paulo: Abril Cultural - Os economistas, 1982.

LEONEL, Mauro. *O uso do fogo: o manejo indígena e a piromania da monocultura*. Estudos Avançados. Vol. 14 nº 40. São Paulo Sept. /Dec. 2000. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142000000300019>>. Acesso em 26 de agosto de 2016.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *O cru e o cozido: Mitológicas I*. Vol. 1. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

\_\_\_\_\_. *A origem dos modos à mesa: Mitológicas III*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

LIMA, Ana Carolina Barbosa *et. al.* Conditional cash transfers in the Amazon: from the nutrition transition to complex dietary behavior change. *Current Anthropology*, 2018 (em revisão).

LIMA, Araújo. *Amazônia, a terra e o homem, com uma introdução à antropogeografia*. 4. ed. Coleção Brasileira, v. 104. São Paulo: Editora nacional, 1975.

LIMA, Deborah de Magalhães. *A construção histórica do termo caboclo: sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico*. Novos Cadernos do NAEA. Belém, vol. 2, (2), dezembro 1999. 5-32.

LIMA, Deborah de Magalhães; ALENCAR, Edna Ferreira. Histórico da ocupação humana e mobilidade geográfica de assentamento na várzea do médio Solimões. In: TORRES Haroldo; COSTA, Heloísa (org). *População e meio ambiente*. São Paulo: Editora do Senac, 2000. p.133-161.

LOUREIRO, Violeta; PINTO, Jax Nildo. A questão fundiária na Amazônia. In: *Estudos Avançados 54*. Dossiê Amazônia Brasileira II. SP, USP, 2005.

LOPES, J. S. L.; HEREDIA, B. M. A. (Orgs.). *Movimentos sociais e esfera pública: o mundo da participação*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2014.

LUCHESE, Patrícia T.R (Coord.). *Políticas públicas em saúde pública*. São Paulo: BIREME/OPAS/OMS, 2004.

MAGALHÃES, R. et al. Estudo da implementação do Programa Bolsa Família no estado do Rio de Janeiro. *Relatório de Pesquisa CNPq*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2005.

\_\_\_\_\_. Volatilidade dos preços internacionais e inflação de alimentos no Brasil: fatores determinantes e repercussões na segurança alimentar e nutricional. *Caderno SISAN 01/2013*. Brasília: Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2013.

\_\_\_\_\_. *Caderno Segurança Alimentar*. FPH, 2000.

\_\_\_\_\_. Contribuição ao Tema da Segurança Alimentar no Brasil. *Revista Cadernos de Debate*, v. 4, 1996.

MALUF, Renato S.. Segurança Alimentar e Nutricional com Valorização da Cultura Alimentar. In.: MIRANDA, Danilo Santos de; CORNELLI, Gabriele (Orgs.). *Cultura e Alimentação Saberes Alimentares e Sabores Culturais*. São Paulo: Sesc, 2007.

MALUF, Renato S.. *Segurança alimentar e nutricional*. 2. ed. Petrópolis: Vozes; 2009.

MANIGLIA, Elisabeth. *As interfaces do direito agrário e dos direitos humanos e a segurança alimentar*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. *Metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINELLI, L. A.; NARDOTO, G. B; CHESSON L. A.; RINALDI F. D.; OMETTO, J. P. H.B., CERLING, T. E., and EHLERINGER J. E. *Worldwide stable carbon and nitrogen isotopes of Big Mac patties: An example of a truly “glocal” food*. *Food Chemistry*, v.127, p. 1712–1718, 2011.

MARTINELLI, Luiz A. et al. *Desvendando questões ambientais com isótopos estáveis*. São Paulo: Oficina de Textos, 2009.

MARTINS, Ana Paula Bortoletto et al. Participação crescente de produtos ultraprocessados na dieta brasileira (1987-2009). *Rev. Saúde Pública (on line)*. 2013; 47(4):656-65, pp.656-665. ISSN 0034-8910. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-8910.2013047004968>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária*. Petrópolis: Vozes, 1984.

\_\_\_\_\_. Reforma agrária – o impossível diálogo sobre a História possível. *Revista de Sociologia*. USP, S. Paulo, 11(2): 97-128, out. 1999 (editado em fev. 2000).

MARX, Karl (1818-1883). *El capital: crítica de la economía política*. Buenos Aires: Cartago Ediciones, 1956.

\_\_\_\_\_. *Formações econômicas pré-capitalistas*. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

MATOS, Gláucio Campos Gomes de. *Ethos e configurações na hinterlândia amazônica*. Manaus: Editora Valer/Fapeam, 2015.

MEGGERS, Betty J. *Amazônia: a ilusão de um paraíso*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1987.

MENDES, Ana Maria Coelho Pereira et al. Políticas públicas, desenvolvimento e as transformações do Estado brasileiro. In: SILVA, Christian Luiz da & LIMA, José Edmilson de Souza (Orgs.). *Políticas públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Saraiva, 2010.

MEZOMO, I. F. B. *Os serviços de alimentação: planejamento e administração*. Barueri (SP): Manole, 2002.

MONTEIRO, F. *et. al.* Bolsa Família: food and nutrition insecurity of children under five years of age. *Cien Saude Colet.* v.19, p.1347–1357, 2014.

MONTEIRO, C. A.. Moura E. C., Conde W. L., Popkin B. M.. Socioeconomic status and obesity in adult populations of developing countries: a review. *Bull World Health Organ*, v. 82, n. 12, p. 940-6, Dec. 2004.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. O que é o urbano no mundo contemporâneo. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n.111, p.09-18, jul./dez. 2006. Disponível em: [http://www.ipardes.gov.br/webasis.docs/rev\\_pr\\_111\\_roberto.pdf](http://www.ipardes.gov.br/webasis.docs/rev_pr_111_roberto.pdf). Acesso em: 22 jun. 2015.

MORAES, André de Oliveira. Embalando mercados em redes urbanas: alimentação e pesca articulando cidades na Amazônia Brasileira. In: SCHOR, Tatiana (org). *Dinâmica urbana na Amazônia brasileira*. V. 1. Manaus: Valer, 2014.

MORAES, André de Oliveira; SCHOR, Tatiana. As redes urbanas na Amazônia: a cidade como o começo e o fim. In: *Revista Geográfica da América Central, Costa Rica*, v. 2, p. 1-16, 2011.

MORAES, Raymundo. *Na planície amazônica*. Rio de Janeiro: Conquista, 1960.

MOREIRA, Sueli Aparecida. *Alimentação e comensalidade: aspectos históricos e antropológicos*. *Cienc. Cult.* [online]. 2010, vol.62, n.4, pp. 23-26. ISSN 2317-6660. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/scielo>>. Acesso em: 14 fev. 2016.

MOSS, Michel. *Sal, açúcar e gordura: como a indústria alimentícia nos fiscou*. Tradução: Andrea Gottlieb de Castro Neves. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca Ltda, 2015.

MURRIETA, Rui Sérgio Sereni *et. al.* Consumo alimentar e ecologia de populações ribeirinhas em dois ecossistemas amazônicos: um estudo comparativo. *Revista de Nutrição*, v. 21, n. suppl 0, p. 123s-133s, 2008.

MURRIETA, Rui Sérgio Sereni. Dialética do sabor: alimentação, ecologia e vida cotidiana em comunidades ribeirinhas da Ilha de Ituqui, Baixo Amazonas, Pará. In: *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, v. 44 n. 2, 39-88, 2001.

\_\_\_\_\_. O dilema do papa-chibé: consumo alimentar, nutrição e práticas de intervenção na Ilha de Ituqui, baixo Amazonas, Pará. *Rev. Antropológica*. São Paulo, v. 41, n. 1, p. 97-150, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 08 jun. de 2016.

MURRIETA, Rui Sergio Sereni; DUFOUR, Darna L. Fish and farinha: protein and energy consumption in Amazonian rural communities on Ituqui Island, Brazil. *Ecology of food and nutrition*, v. 43, n. 3, p. 231-255, 2004.

NAHAS, Markus Vinicius. O papel do Estilo de Vida na Promoção da Saúde e da Qualidade de Vida. In: MOREIRA, Emilia Addison Machado; CHIARELLO, Paula Garcia (Coord.).

*Atenção nutricional: abordagem dietoterápica em adultos*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

NARDOTO, G.B.; SILVA, S.; KENDALL, C.; EHLERINGER, J.R.; CHESSON, L.A.; FERRAZ, E.S.B.; MOREIRA, M.Z.; OMETTO, J.P.H.B.; MARTINELLI, L.A. *Documenting geographical patterns of human diet through stable isotope analysis of fingernails*. *American Journal of Physical Anthropology* 131:137-146, 2006.

NARDOTO Gabriela Bielefeld *et al.* Documenting geographical patterns of human diet through stable isotope analysis of fingernails. *América journal of physical antropology*. v.131, p. 137-146, 2006.

\_\_\_\_\_. Frozen chicken for wild fish: Nutritional transition in the Brazilian Amazon region determined by Carbon and Nitrogen stable isotope ratios in fingernails. *American journal of human biology*. v 23, p. 642–650, 2011.

\_\_\_\_\_. Dos alimentos locais aos importados: mapeando a dieta isotópica na Amazônia Brasileira. In: OLIVEIRA, José Aldemir de. *Dinâmica urbana na Amazônia brasileira: espacialidades, ambiente e saúde*. v. 4. p. 195-201. Manaus: EDUA, 2016.

NEVES, Delma Pessanha; GARCIA, Ângela Maria. Santa Luzia do Bóia (AM): vida comunitária em consagração. In: WIGGERS, Raquel. *Comunidades Rurais: organização e lideranças*. Manaus: EDUA, 2012.

NODA, Sandra do Nascimento *et al.* Agricultura familiar na várzea amazônica: espaço da conservação da diversidade cultural e ambiental. In: SCHERER, Elenise; OLIVEIRA, José Aldemir de. *Amazônia: políticas públicas e diversidade cultural*. p. 163-194. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

NOGUEIRA, Ricardo. *Amazonas: um estado ribeirinho*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1999.

O'CONNELL, T.C.; Hedges, R.E.M.; Healey, M.A.; Simpson, A.H.R.W. Isotopic Comparison of Hair, Nail and Bone: Modern Analyses. *Journal of archaeological science*, v. 28, p.1247-1255, 2001.

OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. Amazônia: modificações sociais e culturais decorrentes do processo de ocupação humana (séc. XVII ao XX). In: *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Belém, 1988. 65-115.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Amazônia, monopólio e expropriação e conflitos*. São Paulo: Papirus, 1987.

\_\_\_\_\_. *Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos*. Campinas: Papirus, 1990.

\_\_\_\_\_. A "Não reforma agrária" do MDA/INCRA no governo Lula. *Reforma Agrária: Revista da Associação brasileira de reforma agrária*, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 165-201, 2006.

\_\_\_\_\_. A Amazônia e a nova geografia da produção da soja. *Revista Terra Livre*, v. 1, n. 26, p. 13-43, 2015.

OLIVEIRA, José Aldemir de. *Cidades na selva*. Manaus: Valer, 2000.

\_\_\_\_\_. A cultura nas (das) pequenas cidades da Amazônia Brasileira. *VII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Coimbra, Portugal, 16-18 Set, 2004. Disponível em: <[www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel74/JoseAldemirdeOliveira.pdf](http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel74/JoseAldemirdeOliveira.pdf)>. Acesso em: 15 set. 2017.

\_\_\_\_\_. A cultura, as cidades e os rios na Amazônia. *Cienc. Cult.* [online]. vol.58, n.3, pp.27-29. ISSN 2317-6660, 2006. Disponível em <[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252006000300013](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252006000300013)>. Acesso em 12 mar. 2018.

OLIVEIRA, Augusto de Andrade. Critérios de avaliação de qualidade e a consolidação de assentamentos de reforma agrária no Brasil: a experiência do “programa de consolidação e emancipação (auto-suficiência) de assentamentos resultantes de Reforma Agrária – PAC”. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

OLIVEIRA SP, THÉBAUD-MONY A. Modelo de consumo agroindustrial: Homogeneização ou Diversificação dos Hábitos Alimentares? *Rev. Caderno de Debates*.v.4, p. 1-13, 1996.

ONETI, Maglúcia Izabel de Assis. *Políticas para o campo no Amazonas: o papel político do Instituto de Terras do Amazonas (ITEAM)*. 2010. 213 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.

OMS-Organização Mundial de Saúde. Diet, Nutrition and prevention of chronic diseases. *Who Technical Report Series 916*. Genebra: OMS/FAO, 2003.

Organização Pan-Americana da Saúde. *Plano de Ação para Prevenção da Obesidade em Crianças e Adolescentes*. 53º Conselho Diretor, 66ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas, Washington, D.C., EUA, 29 de setembro-3 de outubro de 2014. Washington: OPAS; 2014. Disponível em: <<http://www.paho.org/nutricionydesarrollo/wp-content/uploads/2014/09/Plano-de-Acao-para-Prevencao-da-Obesidade-em-Crianças-e-Adolescentes.pdf>>. Acesso em: 28 abr. de 2017.

ORICO, Osvaldo. *Cozinha amazônica: uma autobiografia do paladar*. Coleção Amazônica. Belém: Universidade Federal do Pará, 1972.

PELIANO, Anna Maria (Coord). O mapa da fome: subsídios à formulação de uma política de segurança alimentar. In: *O mapa da fome: subsídios à formulação de uma política de segurança alimentar*. Brasília: Serviço Editorial, 1993.

PEREIRA, Nunes. *Panorama da alimentação indígena: comidas, bebidas & tóxicos na Amazônia Brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1974.

PINHEIRO, Wallace Meirelles. *Políticas públicas e sustentabilidade na Amazônia*. Manaus: Editora Valer, 2012.

PINTO, Renan. *A viagem das ideias*. v. 19 (53), p. 97-114. São Paulo: Revista de Estudos Avançados, 2005. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142005000100007>>. Acesso em: 03 de Jan. 2015.

POLLAN, Michael. *Em defesa da comida: um manifesto*. Tradução de Adalgisa Campos da Silva. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2008.

\_\_\_\_\_. *O Dilema do Onívoro: uma história natural de quatro refeições*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2007.

PORRO, Antônio. Os povos indígenas da Amazônia à chegada do europeu. In: *História da Igreja na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1990. 11-48.

POPKIN, B.M. *Global nutrition dynamics: the world is shifting rapidly toward a diet linked with non-communicable diseases*. Am J Clin Nutr. 2006.

POULAIN, J.P. *Sociologia da alimentação: os comedores e o espaço social alimentar*. 2.ed. Tradução de Rossana Pacheco da Costa Proença, Carmem Silva Rial, Jaimir Conte. Florianópolis: Ed. UFSC, 2013

PRADO JR, Caio. *A Questão Agrária*. 4.ed. São Paulo, Brasiliense, 1979.

RAFFESTIN, Claude. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular : UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008. p. 17-36.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

REINALDO, Emanoella Delfino Figueirêdo. *Identificação do padrão alimentar em comunidades rurais no Estado do Rio Grande do Norte-Brasil*. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Naturais.). Programa de Pós-Graduação em Ciências Naturais. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Mossoró, 121 f.

REINALDO, Emanoella Delfino Figueirêdo *et al.* *Mudanças nos hábitos alimentares em comunidades rurais do semiárido da região Nordeste do Brasil*. Interciência. 2015, 40 (5), p. 330-336. ISSN 0378-1884. Disponível em: <<http://oai.redalyc.org/articulo.oa?id=33937066007>>. Acesso em 31 mar. 2018.

RICOUER, Paul. *Tempo e narrativa (Tomo 1)*. Trad. de Constança Marcondes Cesar. São Paulo: Papirus, 1995.

ROBINSON, David.  $\delta^{15}N$  as an integrator of the nitrogen cycle. Trends in Ecology & Evolution. v.16, 2001.

ROCHA, Brizabel M. da. *Política de segurança alimentar nutricional e sua inserção ao sistema único de assistência social*. São Paulo: Paco Editorial, 2012.

RODRIGUES L. P. F.; CARVALHO RC, MACIEL A, OTANASIO PN, GARAVELLO MEPE, NARDOTO G. B. Food Insecurity in Urban and Rural Areas in Central Brazil: Transition from Locally Produced Foods to Processed Items. *Ecology of food Nutrition*. v. 55, n 4, p. 365-377, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/03670244.2016.1188090>>. Acesso em 18 mar. 2018.

RODRIGUES, Lezilda Tavares. *A educação em Nova Olinda do Norte: histórico e perspectivas*. São Paulo: 1980. 100 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia, Ciências e Letras) Faculdade do Sagrado Coração de Jesus de Bauru, São Paulo.

ROMIO, Eda. *Brasil 1500-2000: 500 anos de sabor*. São Paulo: ER Comunicações, 2000.

ROOSEVELT, Anna C. Determinismo ecológico na interpretação do desenvolvimento social indígena da Amazônia. In: Neves, W. (ed.), *Origens, adaptações e diversidade biológica do homem nativo da Amazônia*, Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991, 103-41.

ROSA, Lucelina Rosseti; FERREIRA, D. A de O. As categorias rural, urbano, campo, cidade: a perspectiva de um continuum. *Cidade e Campo. Relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo: *Expressão Popular*, p. 187-203, 2006.

SABOURIN, Eric. *Camponeses no Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SACK, Robert D. O significado de territorialidade. In: DIAS, L. C.; FERRARI, M. (Org.) *Territorialidades humanas e redes sociais*. Florianópolis: Insular, 2011.

SANTOS, Elisene Lemes de Oliveira. *Avaliação do desenvolvimento social do município de Nova Olinda do Norte-Amazonas: um pouco antes, além depois do século XXI*. Manaus: 2015. 172 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Amazonas.

SANTOS, Milton. A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo. *Boletim Geográfico*, n. 19, p. 1-10, 2015.

\_\_\_\_\_. *A natureza do espaço*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Coleção Milton Santos 1).

\_\_\_\_\_. *Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia*. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SCHOR, Tatiana; MARINHO, Thiago Pimentel. Ciclos econômicos e periodização da rede urbana no Amazonas-Brasil as cidades Parintins e Itacoatiara de 1655 a 2010. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 56, p. 229-258, dec. 2013. ISSN 2316-901X. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/69000>>. Acesso em: 04 abr. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i56p229-258>.

SCHOR, Tatiana; OLIVEIRA, José Aldemir de. Reflexões metodológicas sobre o estudo da rede urbana no Amazonas e perspectivas para a análise das cidades na Amazônia brasileira. *ACTA Geográfica*, Ed. Esp. Cidades na Amazônia Brasileira, 2011.

SCHOR, Tatiana. Urbanização e modernização do território: A Geografia da Saúde e da alimentação no coração da floresta amazônica. In: OLIVEIRA, José Aldemir de; ALVES, Geraldo (Org.). *Geografia da saúde: ambientes e sujeitos sociais no mundo globalizado*. Manaus: EDUA, 2016.

SCHOR, Tatiana; COSTA, Ellen A. Cadê o mingau de banana que estava aqui? Transformações dos hábitos alimentares no Amazonas. In: OLIVEIRA, José Aldemir de

(Org.). *Espaço, saúde e ambiente na Amazônia: Ensaio de Geografia da Saúde*. São Paulo: Outras Expressões, v. 1, 2013.

SCHOR, Tatiana; AVELINO, Francisco Carlos da Costa. Geography of Food and the Urban Network in the Tri-Border Brazil-Peru-Colombia: The Case of Production and Commercialization of Poultry in the Amazon. *Cuadernos de Geografía-Revista Colombiana de Geografía*, v. 26, n.1, p. 141-154, 2017.

SCHWADE, Maurício Adu. *Riquezas materiais e imateriais: relações cidade e campo na Amazônia*. UFAM: Dissertação de Mestrado em Geografia, 176 f., 2014.

SEGALL-CORRÊA, Ana Maria *et. al.*. A transferência de renda no Brasil e a insegurança alimentar, analisando a PNAD 2004. *Revista de Nutrição da PUCCAMP*, (Supl): 39 – 51, 2008.

\_\_\_\_\_. *Insegurança alimentar no Brasil: do Desenvolvimento dos instrumentos de medida aos primeiros resultados Nacionais*. Brasília, DF: MDS; 2007.

SEGALL-CORRÊA, Ana Maria; MARIN-LEON, Letícia. A segurança alimentar no Brasil: proposição e usos da Escala Brasileira de Medida da Insegurança Alimentar (EBIA) de 2003 a 2009. *Segurança alimentar e nutricional*, v. 16, n. 2, p. 1-19, 2009.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. Trad.: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SICHERI, Rosely *et al.* Fatores associados ao padrão de consumo alimentar da população brasileira urbana. *Cad. Saúde Pública*, v. 19, n. Sup 1, p. S47-S53, 2003.

SILVA, Christian Luiz da (Org.); BASSI, Nadia Solange Schimidt. *Políticas públicas e desenvolvimento local: instrumentos e proposições de análise para o Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

SILVA, Maria Ozanira da Silva (Coord.). *O Bolsa Família no enfrentamento à pobreza no Maranhão e Piauí*. 2.ed. São Paulo: Cortez; Terezina: Editora Gráfica da UFPI, 2013.

SILVA, Maria Ozanira da. O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, vol. 12, núm. 6, pp. 1429-1439. Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: [www.redalyc.org/pdf/630/63013517006.pdf](http://www.redalyc.org/pdf/630/63013517006.pdf)> Acesso em: 01 mai. 2018.

SILVA, Moisés Barbosa. Das intervenções urbanas aos espaços de consumo em Manacapuru. 2016. 127 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade federal do Amazonas, Manaus, 2016.

SILVA, R. N.; OLIVEIRA, R. Os limites pedagógicos do paradigma da qualidade total na educação. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFPe, 4., 1996, Recife. Anais eletrônicos... Recife: UFPe, 1996. Disponível em: <<http://www.propesq.ufpe.br/anais/anais/educ/ce04.htm>>. Acesso em: 21 jan. 1997.

SILVA, Sandra Maria Chemin Seabra da; MURA, Joana D. *Tratado de alimentação, nutrição & dietoterapia*. 2.ed. Curitiba: Roca, 2011.

SILVA, R. J. *et. al.* Transição agroalimentar em comunidades tradicionais rurais: O caso dos remanescentes de quilombo Kalunga – GO. *Segurança Alimentar e Nutricional*. v. 22, n.1, p. 591–607, 2015.

SILVEIRA, C. Desenvolvimento Local e novos arranjos socioinstitucionais: algumas referências para a questão da governança. In: DOWBOR, L. (Org.). *Políticas para o desenvolvimento local*. São Paulo: Perseu Abramo, 2010.

SHANIN, Teodor. *A definição de camponês: conceituações e desconceituações. O velho e o novo em uma discussão marxista*. CEBRAP. São Paulo: Brasileira de Ciências, nº. 26, 1980.

SIOLI, Harold. *Amazônia: fundamentos da maior região de florestas tropicais*. Petrópolis: Vozes, 1985.

SLATER, Betzabeth; PHILIPPI, Sonia Tucunduva; MARCHIONI, Dirce M. L. And FISBERG, Regina Mara. Validação de Questionários de Frequência Alimentar - QFA: considerações metodológicas. *Rev. bras. epidemiol.* v.6, n.3, p.200-208. ISSN 1980-5497. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S1415-790X2003000300003>>. Acesso em 02 abr. 2017.

SOARES, Ana Paulina Aguiar. Conflitos Sócio territoriais no sul do estado do Amazonas. IN: *XVIII ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS – ENG: A CONSTRUÇÃO DO BRASIL: GEOGRAFIA, AÇÃO POLÍTICA E DEMOCRACIA*. Universidade Federal do Maranhão (UFMA). São Luiz, MA, 2016. ISBN 978.85.99907078. Disponível em: <http://www.eng2016.agb.org.br/site/anaiscomplementares2?AREA=13>>. Acesso em 28 de jul. de 2017.

SOARES, S.; SÁTYRO, N. *O Programa Bolsa Família: desenho institucional, impactos e possibilidades futuras*. Brasília: IPEA, 2009. (Texto para discussão, n. 1.424). Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1424.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1424.pdf)>. Acesso em 28 abr. 2018.

SOUSA, I. S. *A ponte Rio Negro e a Região Metropolitana de Manaus: adequações no espaço urbano-regional à reprodução do capital*. [Tese de Doutorado] Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

SOUZA, José Camilo Ramos de; ALMEIDA, Regina Araujo de. Vazante e Enchente na Amazônia Brasileira: Impactos Ambientais, sociais e econômicos. In: *VI Seminário Latino-Americano de Geografia Física II Seminário Ibero-Americano de Geografia Física Universidade de Coimbra*, maio de 2010.

SOUZA, Raquel *et. al.*. Escolhas alimentares e juventude: estudo comparativo entre jovens da rede pública de ensino (rural e urbano) de Vitória da Conquista, Bahia em 2009. *Saúde Coletiva* 2013, 10 (60)ISSN 1806-3365. Disponível em:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=84228212006>>. Acesso em: 16 mar. 2017.

SPERANDIO, Naiara; PRIORE, Silvia Eloiza. Prevalência de insegurança alimentar domiciliar e fatores associados em famílias com pré-escolares, beneficiárias do Programa Bolsa Família de Viçosa, Minas Gerais, Brasil. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 24, p. 739-748, 2015.

SPIX, Johann Baptist von e MARTIUS, Karl Friedrich Philipp Von. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Trad. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1968.

SPÓSITO, M. Encarnação Beltrão et al. *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo: Expresso Popular, 2010.

SPÓSITO, M. Encarnação Beltrão ; WHITACKER, Arthur Magon. *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo: Expresso Popular, 2010.

STEDILE, João Pedro (Org.). *A questão agrária no Brasil: programas de reforma agrária - 1946-2003*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005.

TAKAGI, M. *A implantação da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: seus limites e desafios*. 2006. 150 f. Tese (Doutorado em Ciência Econômica) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2006.

TELLES, Tenório e BRAGA, Celdo.(Orgs.).*Meio ambiente: educação e qualidade de vida*. Manaus: Edições Kintaw, 2004.

THOMPSON, Frances E.; BYERS, Tim. Dietary assessment resource manual. *The journal of nutrition*, v. 124, n.11, p. 2245S, 1994.

TOCANTINS, Leandro. *O rio comanda a vida – uma interpretação da Amazônia*. 9. ed. Manaus: Editora Valer, 2000.

TURATO, Egberto Ribeiro. Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. *Revista de Saúde pública*, v. 39, p. 507-514, 2005.

VALVERDE, Orlando. *Estudos de geografia agrária brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1985.

VELASCO, Sírio Lopez. *Ética de la liberación*. vol. III, R. Grande: EDGRAF, 2000.

VELHO, Octávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato*. Corpo e alma do Brasil. São Paulo: Difel, 1976.

VERÍSSIMO, José. *Cenas da vida amazônica*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.

\_\_\_\_\_. *Estudos amazônicos*. Belém: Ed. da UFPA, 1970.

VICENTE, Geiciane Duarte. *Vida na várzea: uma relação de recomeço*. Manacapuru: UEA, 2014. (Monografia).

VINHOTE, Manoel Jonas. *Registros Históricos de Nova Olinda do Norte – 1955 a 1998*. Manaus: Distribuidora de Livros do Brasil, 1998.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*, v. 3, p. 21-55, 1999.

WAGLEY, Charles. *Uma comunidade Amazônica: estudo do homem nos trópicos*. 3. ed. São Paulo: Itatiaia, 1988. (Coleção Reconquista).

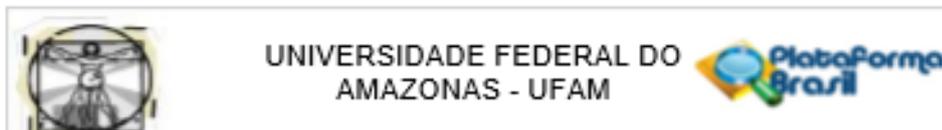
WITKOSKI, Antônio Carlos. *Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais*. Manaus: EDUA, 2007.

WOORTMANN, K. A. *O sentido simbólico das práticas alimentares*. Coletânea de palestras do 1º Congresso de Gastronomia e Segurança alimentar, UnB: Brasília. Org. Wilma Maria C. Araújo et al. 2004. p. 10-43. Disponível em: <<http://www.jstor.org/pss/3772771>>. Acesso em: 10 de outubro de 2015.

ZOIA, Alceu; PERIPOLLI, Odimar João. Terra de negócio versus terra de trabalho: a terra como um direito para além do aparato legal. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, SP, v. 16, n. 69, p. 255-266, fev. 2017. ISSN 1676-2584. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8643924>>. Acesso em: 07 mai. 2018. doi:<https://doi.org/10.20396/rho.v16i69.8643924>.

**ANEXOS**

## ANEXO 1: PARECER DO CEP



## PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

## DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** DO RURAL AO URBANO: ABORDAGENS SOBRE AS MUDANÇAS NOS HÁBITOS ALIMENTARES EM MORADORES DE ÁREAS DE ASSENTAMENTOS RURAIS DO AMAZONA

**Pesquisador:** CINTHYA MARTINS JARDIM

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 54238016.1.0000.5020

**Instituição Proponente:** Instituto de Ciências Humanas e Letras - ICHL

**Patrocinador Principal:** Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM

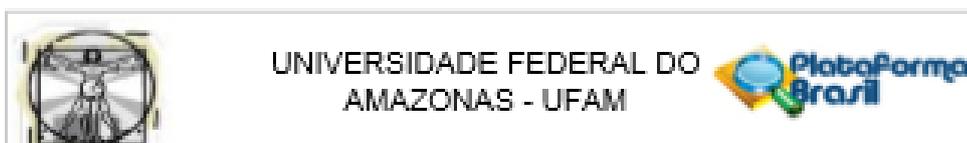
## DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 1.582.636

**Apresentação do Projeto:**

Este projeto realizará um estudo sobre as mudanças nos hábitos alimentares encontradas no cotidiano de moradores de várzea e de terra firme residentes em áreas de assentamentos rurais do Amazonas. Para tanto, se propõe a analisar as ações das políticas públicas nacionais direcionadas para três grandes vertentes: A Segurança Alimentar, a Reforma Agrária e o programa de geração rendas conhecido como Bolsa Família aplicados nas singularidades da Amazônia. O trabalho de pesquisa será realizado em áreas de assentamentos do INCRA, localizados em diferentes ecossistemas amazônicos. Na área de várzea, o trabalho se realizará no município de Manacapuru, Assentamento Costa do Caldeirão, modalidade PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável) e, na área de terra firme, será realizado no município de Nova Olinda do Norte, tendo como estudo de caso, o Projeto de Assentamento Paquequer, modalidade PA (Projeto de Assentamento Federal). Os estudos realizados nestas áreas possibilitarão o conhecimento das informações geográficas, das condições ambientais, socioeconômicas, culturais e principalmente o reconhecimento de que forma as políticas públicas trabalhadas, influenciam na concentração do aumento de renda familiar, estimulando consequentemente o consumismo de alimentos industrializados adquiridos nas zonas urbanas dos municípios onde se localizam esses assentamentos em detrimento das atividades de agricultura familiar que deveriam ser realizadas pelos assentados, com a finalidade

**Endereço:** Rua Teresina, 4950  
**Bairro:** Adrianópolis **Cidade:** 68.057-070  
**UF:** AM **Município:** MANAUS  
**Telefone:** (92)3305-5130 **Fax:** (92)3305-5130 **E-mail:** cep@ufam.edu.br



Confirmação do Parecer: 1.582.638

Segundo minha análise, não há pendências a serem resolvidas neste protocolo.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Recomendo a aprovação do Protocolo em análise.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMACOES_BASICAS_DO_PROJETO_672193.pdf	27/05/2016 08:22:39		Aceito
Outros	CARTAACEP.pdf	27/05/2016 08:21:49	CINTHYA MARTINS JARDIM	Aceito
Orçamento	ORCAMENTOProjetoPesquisaATUAL.xls	27/05/2016 08:38:30	CINTHYA MARTINS JARDIM	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMAATUAL.docx	27/05/2016 08:36:46	CINTHYA MARTINS JARDIM	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETOPESSQUISA2016A1ATUAL.doc	27/05/2016 08:35:39	CINTHYA MARTINS JARDIM	Aceito
Outros	CONCORDANCIALIDPAQUEQUER.jpg	27/05/2016 08:34:26	CINTHYA MARTINS JARDIM	Aceito
Outros	CONCODLIDAVARZEA.pdf	27/05/2016 08:30:37	CINTHYA MARTINS JARDIM	Aceito
Outros	TCLEUFAMVARZEAATUAL.docx	27/05/2016 08:27:24	CINTHYA MARTINS JARDIM	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEUFAMTERRAFIRMEATUAL.docx	27/05/2016 08:24:41	CINTHYA MARTINS JARDIM	Aceito
Parecer Anterior	PB_PARECER_CONSUBSTANCIADO_CEP_1350001.pdf	08/03/2016 11:12:57	CINTHYA MARTINS JARDIM	Aceito
Folha de Rosto	FOLHADEROSTO.pdf	08/03/2016 11:11:27	CINTHYA MARTINS JARDIM	Aceito
Outros	DECLARACAOFAPEAM.pdf	08/03/2016 10:58:47	CINTHYA MARTINS JARDIM	Aceito
Outros	roteirodeentrevistafirma.doc	03/03/2016 02:15:40	CINTHYA MARTINS JARDIM	Aceito
Outros	roteirodeentrevistavarzea.doc	03/03/2016 02:14:54	CINTHYA MARTINS JARDIM	Aceito
Declaração de Pesquisadores	COORDENACAOINADOTO.pdf	03/03/2016 02:10:44	CINTHYA MARTINS JARDIM	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	TermoprefeitoNovaOlinda.jpg	03/03/2016 02:00:30	CINTHYA MARTINS JARDIM	Aceito

Endereço: Rua Teixeira, 4950

Bairro: Adlewigópolis

CEP: 69.067-070

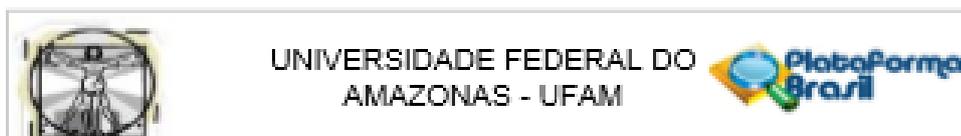
UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-5130

Fax: (92)3305-5130

E-mail: cep@ufam.edu.br



Continuação do Parecer: 1.552.538

Declaração de Instituição e Infraestrutura	termoprefeitoManacapuru.jpg	03/03/2016 01:59:58	CINTHYA MARTINS JARDIM	Acerto
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Termoincra.jpg	03/03/2016 01:59:35	CINTHYA MARTINS JARDIM	Acerto
Declaração de Instituição e Infraestrutura	termoldam.jpg	03/03/2016 01:59:11	CINTHYA MARTINS JARDIM	Acerto
Outros	Pesquisadores.pdf	03/03/2016 01:57:44	CINTHYA MARTINS JARDIM	Acerto

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

MANAUS, 09 de Junho de 2016

---

**Assinado por:**  
**Eliana Maria Pereira da Fonseca**  
 (Coordenador)

Endereço: Rua Teixeira, 4550  
 Bairro: Adlonópolis  
 UF: AM Município: MANAUS  
 Telefone: (92)3385-5130 Fax: (92)3385-5130 E-mail: cap@ufam.edu.br  
 CEP: 69.067-070

## ANEXO 2: CEP ESALQ/USP.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA "LUIZ DE QUEIROZ"



Av. Pádua Dias, 11 • Caixa Postal 9 • Cep 13418-900 • Piracicaba, SP - Brasil  
Fone (19) 3429-4100 • Fax (19) 3422-5925  
<http://www.esalq.usp.br>

COET/053

Piracicaba, 15 de dezembro de 2008

Ilm<sup>o</sup>. Sr<sup>o</sup>

Prof. Dr. Luiz Antonio Martinelli

Prezado Professor:

Venho, por este meio, comunicar que o Projeto de Pesquisa, com Protocolo nº 26, intitulado "Diversidade de hábitos alimentares no Brasil - uma abordagem isotópica", foi aprovado pelo Comitê de Ética da ESALQ nesta data.

Atenciosamente

Prof.ª Dr.ª Solange Guidolin Canniatti Brazaca  
Coordenadora do CEP/ESALQ

**ANEXO 3: TECLE ASSENTAMENTO DE TERRA FIRME**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - IFCHS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA  
**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

**CARTA CONVITE - Nº \_\_\_\_\_**

Convido o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, morador(a) do Projeto de Assentamento Paquequer, para participar da Pesquisa de Tese “DO RURAL AO URBANO: ABORDAGENS SOBRE AS MUDANÇAS NOS HÁBITOS ALIMENTARES EM MORADORES DE ÁREAS DE ASSENTAMENTOS RURAIS DO AMAZONAS”, organizada sob a responsabilidade da pesquisadora Cinthya Martins Jardim, a ser realizada em dois momentos distintos (na vazante e enchente dos rios), com o objetivo de comprovar as mudanças ocorridas nos hábitos alimentares de populações residentes em áreas de assentamentos rurais de várzea e de terra firme do Amazonas, amparada na análise isotópica das unhas, com a finalidade de verificar as implicações dessas mudanças na Segurança Alimentar de populações residentes em áreas de assentamentos rurais de terra firme do município de Nova Olinda do Norte.

Nova Olinda do Norte-Amazonas, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

  
CINTHYA MARTINS JARDIM

**CINTHYA MARTINS JARDIM – CI 0842778-0**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
 INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - IFCHS  
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE – Nº \_\_\_\_\_**

Pelo presente documento, o morador/entrevistado do Projeto de Assentamento Paquequer, fica ciente de que a sua participação na Pesquisa de Tese “DO RURAL AO URBANO: ABORDAGENS SOBRE AS MUDANÇAS NOS HÁBITOS ALIMENTARES EM MORADORES DE ÁREAS DE ASSENTAMENTOS RURAIS DO AMAZONAS”, é voluntária e que não haverá riscos de previsão de gastos pois os assentados serão contratados em seu próprio domicílio. As entrevistas e coleta da amostra das unhas dos assentados serão realizadas pela pesquisadora Cinthya Martins Jardim, residente e domiciliada em Manaus-Amazonas, Av. Constantino Nery, 2229, Bloco 21-A, Apto 203, Tocantins II – Chapada. Fone: 09233479021 – email: [cinthyajardim@hotmail.com](mailto:cinthyajardim@hotmail.com). E por sua Auxiliar de Pesquisa de Campo, Ingrid Silva de Freitas, residente e domiciliada em Manaus-Amazonas, Rua 44ª, Casa 103, Qd 126, Novo Aleixo. Fone: 92994475079. Email: [ingrid\\_is@hotmail.com](mailto:ingrid_is@hotmail.com). Este trabalho de pesquisa é realizado com a orientação do Professor Dr. José Aldemir de Oliveira, residente e domiciliado em Manaus, Travessa Tucuruí, nº 50, casa 14, Conjunto Debora. Fone: 09236752384. Email: [jaldemir@ufam.com.br](mailto:jaldemir@ufam.com.br). E com a coorientação da Profa. Dra. Gabriela Bielefeld Nardoto- COORIENTADORA - Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Biológicas. Departamento de Ecologia, Instituto de Ciências Biológicas, Campus Universitário – Darcy Ribeiro, Asa Norte, 70910900 - Brasília,DF-Telefone:(61)31072985-URLdaHomepage: [pgecl.unb.br](http://pgecl.unb.br)

O entrevistado fica ciente de que, em havendo concordância para participar desse trabalho de pesquisa, as pesquisadoras lerão este TCLE que será posteriormente assinado em duas vias, ficando uma em poder do entrevistado. A pesquisa se dará no primeiro momento, por meio de uma entrevista, com o preenchimento de um formulário sobre o “Método Recordatório Alimentar 24 horas”.

Após a entrevista, o entrevistado colaborará com este projeto, doando a parte mais distal de suas unhas da mão, ou seja, a margem livre da unha que é a parte da unha que se estende além do dedo, constituída basicamente de uma matriz inerte de queratina. Como não há terminações nervosas nessa região, logo o indivíduo não sentirá dor ao cortá-la. O próprio entrevistado fará a coleta da amostra da unha, com o uso de um cortador de unhas de uso individual, o qual será doado pela pesquisadora ao entrevistado ao final da coleta das unhas. As amostras doadas serão guardadas em uma sacola plástica e identificadas por um código para manter a confidencialidade dos respectivos doadores para serem posteriormente enviadas para análise isotópica laboratorial no Centro de Energia Nuclear de Agricultura – CENA/USP.

Com este documento, o entrevistado fica ciente de que a pesquisa não apresenta riscos iminentes à sua saúde e integridade física e que a sua colaboração enriquecerá a análise sobre as mudanças nos hábitos alimentares amazônicos, colaborando positivamente para a questão da segurança alimentar em áreas de assentamentos rurais do Amazonas.

Se depois de consentir em sua participação, o convidado desistir de continuar participando, terá o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. Mediante o consentimento, o entrevistado fica ciente de que não serão realizadas filmagens ou fotografias que possibilitem a identificação do doador.

O participante não terá nenhuma despesa e, também, não receberá nenhuma remuneração pela participação descrita neste documento. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas a identidade do participante não será divulgada, sendo mantida em sigilo.

Para qualquer outra informação, o participante poderá entrar em contato com:

Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFAM, à Rua Terezina, 495 – Adrianópolis, CEP: 69057-070–Manaus-AM, Tel.: (92) 3305-5130, e-mail:[cep@ufam.edu.br](mailto:cep@ufam.edu.br).

Núcleo de Pesquisas das Cidades da Amazônia Brasileira – NEPECAB – Avenida Rodrigo Otávio, nº6.200, Campus Universitário da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, Setor Norte. CEP:69077-000- Manaus-Amazonas – Fone: (092)33054667.

Projeto de Mapeamento Isotópico da Dieta no Brasil. Centro de Energia Nuclear Nuclear de Agricultura – CENA/USP. Av. Centenário, 303 - São Dimas, Piracicaba – SP –Luiz A. Martinelli- Responsável email:[martinelli@cena.usp.br](mailto:martinelli@cena.usp.br)- Fone: 19 3429 4074

### Consentimento Pós-Informação

Eu, \_\_\_\_\_,

morador do Projeto de Assentamento Paquequer, fui informado sobre o que as pesquisadoras pretendem realizar e porque precisam da minha colaboração para ceder a amostra das minhas unhas. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada em troca e que posso desistir da colaboração quando quiser. Este documento é emitido em duas vias, assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura do Participante ou

  
CINTHYA MARTINS JARDIM

Impressão do dedo polegar do Participante.

Assinatura do Pesquisador Responsável

**ANEXO 4:TCLE DO ASSENTAMENTO DE VÁRZEA**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - IFCHS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA  
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

**CARTA CONVITE - Nº \_\_\_\_\_**

Convido o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, morador(a) do Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento Costa do Caldeirão - Comunidade São Francisco - Arapapá I, para participar da Pesquisa de Tese “DO RURAL AO URBANO: ABORDAGENS SOBRE AS MUDANÇAS NOS HÁBITOS ALIMENTARES EM MORADORES DE ÁREAS DE ASSENTAMENTOS RURAIS DO AMAZONAS”, organizada sob a responsabilidade da pesquisadora Cinthya Martins Jardim, a ser realizada em dois momentos distintos (na vazante e enchente dos rios), com o objetivo de comprovar as mudanças ocorridas nos hábitos alimentares de populações residentes em áreas de assentamentos rurais de várzea e de terra firme do Amazonas, amparada na análise isotópica das unhas, com a finalidade de verificar as implicações dessas mudanças na Segurança Alimentar de populações residentes em áreas de assentamentos rurais de várzea do município de Manacapuru.

Manacapuru, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

  
CINTHYA MARTINS JARDIM

**CINTHYA MARTINS JARDIM – CI 0842778-0**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
 INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - IFCHS  
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE – Nº \_\_\_\_\_**

Pelo presente documento, o morador/entrevistado do Assentamento Costa do Caldeirão – Comunidade São Francisco – Arapapá I, fica ciente de que a sua participação na Pesquisa de Tese “DO RURAL AO URBANO: ABORDAGENS SOBRE AS MUDANÇAS NOS HÁBITOS ALIMENTARES EM MORADORES DE ÁREAS DE ASSENTAMENTOS RURAIS DO AMAZONAS”, é voluntária e que não haverá riscos de previsão de gastos pois os mesmos serão contratados em seu próprio domicílio. As entrevistas e coleta da amostra das unhas dos assentados serão realizadas pela pesquisadora Cinthya Martins Jardim, residente e domiciliada em Manaus-Amazonas, Av. Constantino Nery, 2229, Bloco 21-A, Apto 203, Tocantins II – Chapada. Fone: 09233479021 – email: [cinthyajardim@hotmail.com](mailto:cinthyajardim@hotmail.com). E por sua Auxiliar de Pesquisa de Campo, Ingrid Silva de Freitas, residente e domiciliada em Manaus-Amazonas, Rua 44<sup>a</sup>, Casa 103, Qd 126, Novo Aleixo. Fone: 92994475079. Email: [ingrid\\_is@hotmail.com](mailto:ingrid_is@hotmail.com). Este trabalho de pesquisa é realizado com a orientação do Professor Dr. José Aldemir de Oliveira, residente e domiciliado em Manaus, Travessa Tucuruí, nº 50, casa 14, Conjunto Debora. Fone: 09236752384. Email: [jaldemir@ufam.com.br](mailto:jaldemir@ufam.com.br). E com a coorientação da Profa. Dra. Gabriela Bielefeld Nardoto- COORIENTADORA - Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Biológicas. Departamento de Ecologia, Instituto de Ciências Biológicas, Campus Universitário – Darcy Ribeiro, Asa Norte, 70910900 - Brasília,DF-Telefone:(61)31072985-URLdaHomepage: [pgecl.unb.br](http://pgecl.unb.br)

O entrevistado fica ciente de que, em havendo concordância para participar desse trabalho de pesquisa, as pesquisadoras lerão este TCLE que será posteriormente assinado em duas vias, ficando uma em poder do entrevistado. A pesquisa se dará no primeiro momento, por meio de uma entrevista, com o preenchimento de um formulário sobre o “Método Recordatório Alimentar 24 horas”.

Após a entrevista, o entrevistado colaborará com este projeto, doando a parte mais distal de suas unhas da mão, ou seja, a margem livre da unha que é a parte da unha que se estende além do dedo, constituída basicamente de uma matriz inerte de queratina. Como não há terminações nervosas nessa região, logo o indivíduo não sentirá dor ao cortá-la. O próprio entrevistado fará a coleta da amostra da unha, com o uso de um cortador de unhas de uso individual, o qual será doado pela pesquisadora ao entrevistado ao final da coleta das unhas. As amostras doadas serão guardadas em uma sacola plástica e identificadas por um código para manter a confidencialidade dos respectivos doadores para serem posteriormente enviadas para análise isotópica laboratorial no Centro de Energia Nuclear de

Agricultura – CENA/USP.

Com este documento, o entrevistado fica ciente de que a pesquisa não apresenta riscos iminentes à sua saúde e integridade física e que a sua colaboração enriquecerá a análise sobre as mudanças nos hábitos alimentares amazônicos, colaborando positivamente para a questão da segurança alimentar em áreas de assentamentos rurais do Amazonas.

Se depois de consentir em sua participação, o convidado desistir de continuar participando, terá o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. Mediante o consentimento, o entrevistado fica ciente de que não serão realizadas filmagens ou fotografias que possibilitem a identificação do doador.

O participante não terá nenhuma despesa e, também, não receberá nenhuma remuneração pela participação descrita neste documento. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas a identidade do participante não será divulgada, sendo mantida em sigilo.

Para qualquer outra informação, o participante poderá entrar em contato com: Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFAM, à Rua Terezina, 495 – Adrianópolis, CEP: 69057-070–Manaus-AM, Tel.: (92) 3305-5130, e-mail: cep@ufam.edu.br.

Núcleo de Pesquisas das Cidades da Amazônia Brasileira – NEPECAB – Avenida Rodrigo Otávio, nº6.200, Campus Universitário da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, Setor Norte. CEP:69077-000- Manaus-Amazonas – Fone: (092)33054667.

Projeto de Mapeamento Isotópico da Dieta no Brasil. Centro de Energia Nuclear Nuclear de Agricultura – CENA/USP. Av. Centenário, 303 - São Dimas, Piracicaba – SP –Luiz A. Martinelli- Responsável email: martinelli@cena.usp.br- Fone: 19 3429 4074.

### **Consentimento Pós-Informação**

Eu, \_\_\_\_\_, morador do Assentamento Costa do Caldeirão, fui informado sobre o que as pesquisadoras pretendem realizar e porque precisam da minha colaboração para ceder a amostra das minhas unhas. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada em troca e que posso desistir da colaboração quando quiser. Este documento é emitido em duas vias, assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Participante ou

  
CINTHYA MARTINS JARDIM

Assinatura do Pesquisador Responsável Impressão do dedo polegar do Participante

**ANEXO 5: FORMULÁRIO DE ENTREVISTAS PARA VÁRZEA E TERRA FIRME**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
 INSTITUTO DE FIOLOGIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - IFCHS  
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA

- ✓ ENTREVISTA – PROJETO DE ASSENTAMENTO PAQUEQUER – TERRA FIRME E PROJETO DE ASSENTAMENTO COSTA DO CALDEIRÃO – VÁRZEA.

**1. IDENTIFICAÇÃO**

- 1.1 QUESTIONÁRIO: \_\_\_\_\_  
 1.2 ESTADO: \_\_\_\_\_  
 1.3 MUNICÍPIO: \_\_\_\_\_  
 1.4 BAIRRO/COMUNIDADE: \_\_\_\_\_  
 1.5 DATA DA ENTREVISTA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
 1.6 ENTREVISTADOR: \_\_\_\_\_

**2. INFORMAÇÕES GERAIS**

- 2.1 NOME DO ENTREVISTADO: \_\_\_\_\_  
 2.2 NATURALIDADE: \_\_\_\_\_  
 ( ) sede municipal ( ) interior do município ( ) outro: \_\_\_\_\_  
 2.3 IDADE: \_\_\_\_ anos  
 2.4 SEXO: ( ) M ( ) F ( ) OUTRO  
 2.5 PONTO DE GPS: \_\_\_\_\_ S \_\_\_\_\_ W  
 2.6 ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

**3. DIMENSÃO SOCIAL**

- 3.1 ESCOLARIDADE: ( ) EFI ( ) EFC ( ) EMI ( ) EMC ( ) ESI ( ) ESC  
 3.2 NÚMERO DE PESSOAS QUE MORAM NA UNIDADE DOMÉSTICA: \_\_\_\_  
 3.3 FAIXA ETÁRIA DAS PESSOAS DA UNIDADE DOMÉSTICA:  
 até 10 anos: \_\_\_\_ entre 11 e 17 anos: \_\_\_\_ entre 18 e 59 anos: \_\_\_\_ acima de 59 anos: \_\_\_\_  
 3.4 TEMPO DE RESIDÊNCIA NO BAIRRO/COMUNIDADE: \_\_\_\_ anos  
 3.5 PARTICIPAÇÃO EM ASSOCIAÇÃO DE CLASSE:  
 ( ) não ( ) sim Qual: \_\_\_\_\_

**4. ECONÔMICA****4.1 BENEFÍCIOS SOCIAIS:**

- Bolsa-Família R\$ \_\_\_\_\_ Obs.: \_\_\_\_\_  
 Seguro-Defeso R\$ \_\_\_\_\_ Período (meses do ano): \_\_\_\_\_  
 Aposentadoria R\$ \_\_\_\_\_ Obs.: \_\_\_\_\_ Pensão: R\$ \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_ Obs.: \_\_\_\_\_ Outros: R\$ \_\_\_\_\_ Obs.: \_\_\_\_\_

4.2 OCUPAÇÃO: \_\_\_\_\_

( ) salário fixo ( ) Autônomo ( ) Nenhum

4.3 PRODUÇÃO DE ALIMENTOS:

Atividade	Produtos	Consumo	Venda	Remédio
Horta				
Roça				
Pomar				
Criação				
Pesca				
Caça				
Frutos nativos				

4.4 MEIO DE TRANSPORTE:

( ) Carro ( ) Moto ( ) Barco ( ) Bicicleta ( ) Nenhum

## **5. CONDIÇÕES DE MORADIA**

5.1 SITUAÇÃO DE MORADIA:

( ) alugada ( ) própria ( ) cedida ( ) parentes ( ) doação ( ) outro: \_\_\_\_\_

5.2 MATERIAL DE REVESTIMENTO DA PAREDE:

( ) madeira ( ) alvenaria ( ) mista ( )  
outro: \_\_\_\_\_

5.3 MATERIAL DO PISO:

( ) madeira ( ) concreto ( ) terra batida ( ) cerâmica ( )  
outro: \_\_\_\_\_

5.4 MATERIAL DO TELHADO:

( ) amianto ( ) alumínio ( ) palha ( ) telha de barro ( ) outros: \_\_\_\_\_

5.5 FONTE DE ENERGIA:

( ) companhia de energia ( ) motor particular ( ) motor comunitário ( ) lamparina  
( ) não possui ( ) outro: \_\_\_\_\_

5.6. ABASTECIMENTO DE ÁGUA:

( ) companhia de água ( ) rio ( ) chuva ( ) poço ( ) outro: \_\_\_\_\_

5.7 TRATAMENTO DE ÁGUA:

( ) sim ( ) não ( ) às vezes ( ) água mineral

Se sim: ( ) filtra ( ) ferve ( ) cõa ( ) aplica bactericida ( ) outro: \_\_\_\_\_

5.8 TIPO DE BANHEIRO:

( ) interno, quantidade: \_\_\_\_ ( ) externo, quantidade: \_\_\_\_

5.9 ESGOTO:

( ) rede pública ( ) fossa séptica ( ) fossa seca ( ) outro: \_\_\_\_\_

5.10 DESTINAÇÃO DO LIXO:

( ) coleta simples ( ) coleta seletiva ( ) enterrado ( ) queimado ( )  
outro: \_\_\_\_\_

5.11 TIPO DE COZINHA:

( ) interna ( ) externa

**5.12 EQUIPAMENTOS UTILIZADOS NA COZINHA:**

( ) fogão à gás ( ) fogão à lenha ( ) microondas ( ) geladeira elétrica ( ) isopor  
( ) freezer ( ) nenhum ( ) outro: \_\_\_\_\_

**5.13 NÚMERO DE CÔMODOS NA MORADIA:** \_\_\_\_

**5.14 APARELHOS ELETRÔNICOS:**

( ) TV ( ) rádio ( ) computador ( ) telefone ( ) nenhum

**6. CONSUMO ALIMENTAR - RECORDATÓRIO DE 24 HORAS**

<b>Tipo de refeição/ Horário</b>		<b>Alimento</b>	<b>Local de OBTENÇÃO</b>

**7. TABELA DE FREQUÊNCIA DE CONSUMO**

<b>Alimento</b>	<b>Nunca ou raramente</b>	<b>Até 2X por semana (pouco freqüente)</b>	<b>3X ou mais por semana (Freqüente)</b>
Café			
Açúcar			
Doces			
Arroz			
Trigo			
Milho			
Macarrão			
Feijões (leguminosas)			
Refrigerante			
Legumes			
Farinha de mandioca			
Folhas verdes			
Frutas			
Laticínios			
Carne bovina			
Carne suína			
Embutidos			
Frango congelado			
Ovo de galinha			
Peixe água doce			

<b><i>Itens regionais*</i></b>			
Tucumã			
Farinha de mandioca			
Goma de mandioca			
Tubérculos			
Açaí			
Mel de cana			
Carne de caça			
Pé de moleque			
Beiju			
Tucupi			
Chibé			
Galinha Caipira			

**PARTE II – Abordagem Qualitativa:**

**De acordo com sua rotina, responda:**

1. Quando você não recebia o Bolsa Família, como era a sua alimentação?
2. Como você utiliza a renda do Bolsa Família por ordem de prioridade no seu consumo mensal ao realizar o recebimento do benefício na cidade?
3. Cite 03 alimentos industrializados que você compra na cidade com o recurso do Bolsa Família:
4. A ausência do Bolsa Família ou a perda desse benefício causaria problemas na alimentação de sua família? Justifique sua resposta:
5. Em sua família, de acordo com o acompanhamento dos Agentes de Saúde que atuam em sua área de moradia, já foi diagnosticado algum tipo de doença associada ao seu consumo alimentar? Justifique sua resposta:

**ANEXO 6: TRABALHOS DE CAMPO REALIZADOS NOS ASSENTAMENTOS**

